COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

J. N. Ferreira Dias Jr.

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS
ESCRITOS ECONÓMICOS

1926-1962

Tomo III

BANCO DE PORTUGAL

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS ESCRITOS ECONÓMICOS

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

20

J. N. Ferreira Dias Jr.

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS ESCRITOS ECONÓMICOS
(1926 - 1962)

Tomo III

Introdução e Direcção de Edição
José Maria Brandão de Brito

Lisboa • Banco de Portugal • 1998

© copyright Banco de Portugal, Lisboa, 1998
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa e orientação gráfica de A. Pedro
Fotocomposição, impressão e acabamento de Mirandela — Artes Gráficas S.A.
Tiragem: 1750 exemplares
ISBN: 972-9479-48-8
Depósito Legal n.º 125 103/98

COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Concepção e realização: **CISEP** (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).
Coordenador Geral: **José Luís Cardoso**.
Consultor Principal: **Manuel Jacinto Nunes**.
Patrocínio Financeiro: **Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian**.

1. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas* (1789-1815). Tomos I a V.
Direcção de Edição: **José Luís Cardoso**.

2. Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal.* (1803-1805).
Direcção de Edição: **José Esteves Pereira**.

3. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794).
Direcção de Edição: **Jorge Miguel Pedreira**.

4. M.J.R., *Economia Política* (1795).
Direcção de Edição: **Armando Castro**.

5. José da Silva Lisboa, *Escritos Económicos Escolhidos* (1804-1820). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **António Almodovar**.

6. Manuel de Almeida, *Compêndio de Economia Política* (1821).
Direcção de Edição: **Maria de Fátima Brandão**.

7. D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros* (1783-1811). Tomos I e II.
Direcção de edição: **Andrée Mansuy Diniz Silva**.

8. Domingos Vandelli, *Aritmética Política, Economia e Finanças* (1770--1804).
Direcção de Edição: **José Vicente Serrão.**

9. José Ferreira Borges, *Sintelologia e Economia Política* (1831-1834).
Direcção de Edição: **António L. Sousa Franco.**

10. Adrião Forjaz de Sampaio, *Estudos e Elementos de Economia Política* (1839-1874). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **Alcino Pedrosa.**

11. Francisco Solano Constâncio, *Leituras e Ensaios de Economia Política* (1808-1842).
Direcção de Edição: **José Luís Cardoso.**

12. António de Sousa Horta Sarmento Osório, *A Matemática na Economia Pura: a Troca* (1911).
Direcção de Edição: **Manuel Farto.**

13. Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social* (1813-1851).
Direcção de Edição: **José Esteves Pereira.**

14. J. J. Rodrigues de Freitas, *Obras Económicas Escolhidas* (1872-1889). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **António Almodovar.**

15. José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia Política* (1891).
Direcção de Edição: **Carlos Bastien.**

16. A. Oliveira Salazar, *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos* (1916-1918)
Direcção de Edição: **Nuno Valério.**

17. José Ferreira Marnoco e Sousa, *Ciência Económica* (1910)
Direcção de Edição: **Maria de Fátima da Silva Brandão**

18. Anselmo de Andrade, *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros* (1911-1925).
Direcção de Edição: **David Justino**

19. Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial* (1918-1944).
Direcção de Edição: **Fernando Rosas.**

20. J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos* (1926-1962).
Direcção de Edição: **José Maria Brandão de Brito.**

ÍNDICE

OUTROS ESCRITOS ECONÓMICOS

«O problema hidroeléctrico», in *Técnica*, II Série, Ano I, nº 5, Julho, 1926, pp. 3-9. 1

«Sessão solene de abertura», in *1º Congresso Nacional de Engenharia, Lisboa — 1931. Relatório*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931, pp. 36-37. 8

Rede Eléctrica Nacional, 1º Congresso Nacional de Engenharia, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931. 10

«Relatórios», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Anos de 1931-1938*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção dos Serviços Eléctricos/Junta de Electrificação Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932-1939. 21

«Aspectos da Electrificação de Portugal», Conferência realizada em 31 de Maio de 1932 no Instituto Superior de Agronomia, in *Conferências Realizadas no Ano Lectivo de 1931-1932*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1932, pp. 45-64. 46

«Discurso de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria pronunciado no Porto no dia 21 do corrente», in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ministério da Economia, Ano VII, nº 329, 29 de Dezembro de 1943, pp. 180-182. 62

«Electricidade e Indústria», in *Técnica*, II Série, Ano XIX, nº 149, Julho, 1944, pp. 975-978. 66

Proposta de lei acerca da electrificação do País, *Diário das Sessões*, nº 79, de 24 de Outubro de 1944. 72

Lei nº 2002, *Diário do Governo*, I Série, Número 285, 26 de Dezembro de 1944. 90

Proposta de lei de fomento e reorganização industrial, *Diário das Sessões*, nº 85, de 2 de Novembro de 1944. 100

Lei nº 2005, *Diário do Governo*, I Série, Número 54, 14 de Março de 1945. 120

A Ideia e a Acção na Política Industrial Portuguesa, Separata da *Revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano IV, Agosto, nº 32, 1946. 130
«Economia e Política», in *Diário de Notícias*, de 11 de Fevereiro de 1949. 143
«O fomento nacional no campo industrial e energético», *Quatro Conferências sobre Economia Nacional*, Ciclo organizado pela Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico em Março/Abril 1952, Separata da *Técnica*, nº 221, Abril 1952. 147
«Reorganização industrial e condicionamento», *IV Congresso da União Nacional. Resumos das Comunicações apresentadas à 2ª Secção — Vida Económica*, União Nacional, Lisboa, Maio-Junho 1956, pp. 277-278. 162
Discurso no acto de tomada de posse como Ministro da Economia, em 14 de Agosto de 1958. 164
Conferência de Imprensa no SNI, em 15 de Janeiro de 1959. 166
«Discurso de Sua Excelência o Ministro da Economia, Eng. Ferreira Dias, proferido no final da sessão de encerramento da exposição «Ao Serviço da Exportação» e do ciclo de palestras integrado naquela manifestação, no dia 21 de Fevereiro de 1959, *Ao Serviço da Exportação*, Fundo de Fomento de Exportação, 1959, pp. 13-21. 178
Nota sobre a evolução da economia nacional, Conferência de imprensa no SNI em 10 e 11 de Fevereiro de 1960. 184
Política Industrial, Conferência proferida pelo Ministro da Economia Engº José Nascimento Ferreira Dias Jr. na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 26 de Maio de 1960, Tip. da E.N.P., 1960. 204
Nota do Ministro da Economia sobre Reorganização Industrial, publicada nos jornais de 31 de Dezembro de 1960. 226
«Industrialização dos Produtos Agrícolas», conferência do Ministro da Economia Prof. Engº José Nascimento Ferreira Dias Jr., in *Jornada das Indústrias Agrícolas*, realizada no Instituto Superior Técnico, SNI, Lisboa, 1962, pp. 95-119. 230
Discurso proferido no acto de transmissão de poderes de Ministro da Economia, em 4 de Dezembro de 1962. 250

Índice Onomástico 253
Índice Geográfico 257
Índice Temático 263

«O problema hidroeléctrico», in *Técnica*, II Série, Ano I, nº 5, Julho, 1926, pp. 3-9.[1]

Na vida agitada de nossos dias, nesta falaz mentira da hipercivilização, ateia-se feroz a luta económica das nações.

Convencionada a paz universal na letra rígida de laboriosos tratados, apregoada aos ventos a fraternidade dos povos, proclamada às massas a obediência ao Direito e à Justiça, nascido o estéril areópago da Sociedade das Nações da sementeira farta destas flores de oratória diplomática, assistimos todos, assombrados, hesitantes, ao decorrer dum período de intranquilidade e desconfiança.

Nestas horas inquietas que a História regista, quando se levantam e entrechocam os interesses da humanidade, a lei da selecção natural é uma sentença inexorável: morrem sempre os mais fracos.

Ser mais fraco não significa porém ser mais pequeno ou menos poderoso; significa trabalhar menos e principalmente ter menos consciência da sua individualidade ou menos fé na grandeza dos seus destinos.

Esboçam-se com palavras ocas, projectos-burlas de pacifismo e fraternidade, cenário de papel dourado que encobre uma nuvem de ambições ilegítimas; fala-se inconscientemente, quase por praxe, em reuniões e entendimentos internacionais como se o sentir dum povo independente concedesse a alguém o direito de falar por si. Mas acima de todos os arrazoados interesseiros ou nefelibatas ergue-se o ideal da Pátria, ideal que os novos ainda conservam no melhor recanto das suas esperanças e do seu respeito, ideal que hão-de manter despótico, fanático, inflexível.

Não nos chegou ainda a hora de agir, mas quando ela vier de há muito estaremos preparados para a receber. Desde já nos acompanha uma condição de vitória: a fé.

Tremem na nossa terra os homens de hoje ante o perigo colonial, adulando como vassalos as chancelarias da Europa e assistindo de joelhos às discussões de Genebra numa atitude de réus!

[1] Referido como Anexo I por Ferreira Dias em *Linha de Rumo I*.

Triste tarefa! Dir-se-ia que os acompanha o remorso duma obra infrutífera e desonesta ou o receio de que na agitação da guerra se tenha desregulado a balança da Justiça!

Na luta económica que se desencadeia precisamos vencer — único meio de não morrermos. Precisamos ter a convicção de que não somos nem vítimas nem réus mas antes um povo independente que tem direitos porque cumpre deveres. Precisamos convencer-nos que o nosso trabalho e o nosso progresso são bem mais forte direito do que o Direito da Sociedade das Nações. Direito porventura torto mas o único a que nos amparamos hoje relembrando as glórias de séculos passados, como um velho mendigo que pede esmola falando aos seus benfeitores nos passados viços da sua mocidade.

* * *

Lançados nesta luta da concorrência internacional, posta a recordação nos esplendores do passado e postos os olhos na miséria do presente, nós, os novos, sentimos quase fugir-nos o calor de todas as fantasias e o entusiasmo de todas as ilusões.

Mas breve reagimos; depressa compreendemos que há ainda um caminho, mas só um, aberto na nossa frente: criar, valorizar, ser honesto, incutir respeito.

Ante todas as manifestações da actividade nacional se mostra aberto este caminho pedregoso; mas, entre todas elas, uma nos merece, neste momento e neste lugar, especial atenção: a indústria, e mais particularmente um dos seus elementos: a energia eléctrica.

Não vimos porém repetir que os aproveitamentos hidroeléctricos são a independência económica de Portugal nem afirmar que determinado rio nos dará em cavalos-vapor um número que se escreve com cinco ou seis algarismos.

Não pretendemos também formular leis; não vimos pontificar porque nos falta autoridade; não podemos nem devemos fazê-lo.

Muito longe disso. Vimos apenas dirigir-nos aos que sabem mais do que nós, como alunos para mestres, perdi-lhes que nos leiam, que nos concedam a benevolência de escutar-nos com atenção para poderem dizer-nos o que há de falso ou verdadeiro na opinião que vamos expor sobre o problema hidroeléctrico português.

Poderá parecer loucura que tentemos sobre o caso aventar uma opinião, mas assim é. Nós, a geração nova dos Engenheiros de Portugal, temos a consciência de que sobre nós pesa o implacável dever de dar solução aos problemas pendentes da vida portuguesa. Por isso nos habituamos a pensá-los antes que nos apareçam os primeiros cabelos brancos porque só assim poderemos compensar a curta duração duma vida humana.

A nossa responsabilidade não tem limites mas tomamo-la resolutamente. Se ao extinguir-se a nossa geração nós tivermos deixado os problemas portugueses com o aspecto insolúvel com que hoje nos são entregues, nós reconhecemos à geração futura o direito de chamar-nos traidores porque nada soubemos fazer e porque não quisemos afastar-nos para dar a outros o lugar que nos não era devido.

*
* *

Quando, repassados de pasmo, ouvimos falar com desconcertante sem-cerimónia em aproveitamentos hidroeléctricos em terras de Portugal com possibilidade de produção de centenas de milhares de cavalos-vapor, nós, em nossa inexperiência, procurando na lógica e na razão o que não queremos pedir à nossa fértil fantasia, perguntamos mentalmente:

— E o que havemos nós de fazer a estes cavalos todos?

— Em que havemos de lhe dar aplicação imediata e contínua, de forma a podermos fornecê-los a preço barato mas com possibilidade duma remuneração vantajosa aos avultados capitais que seriam exigidos?

Feita a pergunta, dizemo-lo com tristeza, quase com vergonha, não encontramos de momento uma resposta plenamente satisfatória.

E ao pensarmos assim, o problema que nos era apresentado como uma *crise de produção* transforma-se insensivelmente num outro mais grave que mais nos entristece ainda: a *crise de consumo*.

No nosso raciocínio ainda hesitante, nesta ânsia de evolução e desenvolvimento que as pessoas de mais idade, umas vezes com razão, outras por imodéstia, costumam menosprezar, nasce a noção clara de que tal como nos é posto, não existe o problema hidroeléctrico português.

De facto, o problema hidroeléctrico e só hidroeléctrico — e ser só hidroeléctrico significa que se ocupa apenas de produzir energia à custa da hulha branca — tem como condições necessárias e suficientes de existência em qualquer país as circunstâncias seguintes:

1ª A existência de quedas de água em condições práticas de aproveitamento: condições topográficas, geológicas e hidrométricas de caudal e regime.

2ª A escassez de combustíveis naturais ou a sua inadaptabilidade a qualquer processo vantajoso de aproveitamento.

3ª A necessidade de grandes fontes de energia eléctrica para ocorrer ao consumo das grandes manifestações industriais existentes ou em construção.

A primeira condição é, no nosso país, satisfeita razoavelmente, posto que não tenhamos tanto quanto o poderia fazer pensar a propaganda que o caso tem merecido, uma riqueza espontânea, por virtude principalmente do regime torrencial de todos os nossos rios.

A segunda condição é, para nossa desgraça, a mais favorável à existência dos aproveitamentos hidráulicos.

Posto que ainda ninguém tivesse demonstrado a insolubilidade da utilização dos nossos carvões — embora ainda não encontrasse solução prática satisfatória — não nos acompanha grande fé neste caminho de tentativas.

Os jazigos são escassos, segundo parece; a qualidade longe de ser boa; a utilização só poderá portanto fazer-se por métodos especiais, variáveis porventura para cada caso, exigindo um trabalho de adaptação árduo e talvez inglório.

O emprego dos nossos carvões queimando-os sobre uma grelha ao modo ordinário não poderá nunca ser uma solução industrial nem mesmo lotando-os com carvões superiores. Os resultados apenas seriam satisfatórios quando a percentagem do nosso carvão fosse muito pequena, e, nessas condições, o seu emprego estaria muito longe duma solução nacional.

O emprego exclusivo dos carvões nacionais como recurso industrial — salvo os métodos especiais de pulverização, destilação, etc., entre nós pouco mais do que teóricos — ou a sua preponderância numa mistura de carvões apenas poderá ser defendida por quem não conheça por experiência própria como é titânica a luta para conseguir manter a pressão duma caldeira quando se tem para combustível um carvão de má qualidade.

A análise da terceira condição é para nós um horizonte negro, mais negro do que o carvão que compramos aos ingleses, tão negro como tem sido para nós a última centena de anos: espoliados em todas as conferências sobre as partilhas de África, perdidos em todos os excessos das paixões pessoais.

Consumir electricidade! Aonde?

Portugal — eis a parte negra — é um país que não consome electricidade.

Atrás desta ideia visionamos uma figura definhada: a Indústria; atrás dela a legião dos sem trabalho e mais numerosa ainda a das multidões parasitárias que fingem que trabalham porque não têm onde trabalhar de facto; à vista deste quadro sombrio, desta imagem dum povo que não trabalha o bastante para pagar o que come, o nosso raciocínio dispersa-se em busca de causas que não encontra claras.

Concentremo-nos pois; visemos apenas a electricidade.

As centrais hidroeléctricas em Portugal, poderão lutar e lutam com todas as dificuldades, desde o desfavorável regime das chuvas e dos rios até à inconveniente topografia do terreno; só há uma dificuldade que lhes não aparece: a afluência de fregueses.

E as nossas centrais, ao presente, são apenas uma imagem microscópica de grandes centrais eléctricas: Duas pequenas centrais na Serra da Estrela, fornecendo energia para a fábrica de carbureto de Nelas e

para a mina da Urgeiriça; ao norte, a central de Varoza, próximo da Régua, alimentando a margem do Douro até ao Porto; mais para noroeste, entre Porto e Braga, uma série de pequenas centrais de interesse puramente local e finalmente, no Alto Minho a central do Lindoso, feudo espanhol em terra portuguesa.

Demoremos sobre esta a nossa atenção visto que ela representa o nosso maior centro de utilização de hulha branca.

Quem há dois anos visitasse o Lindoso e olhasse com olhos de ver para as máquinas instaladas e para os ponteiros que oscilavam nos painéis de mármore do quadro de comando, sentiria gelar-se-lhe o coração à vista dum espectáculo tão pouco animador.

Quem se desse a esse trabalho, teria visto uma central disposta para receber quatro grupos turbo-alternadores de 8.000 K.V.A. cada um; desses quatro grupos, apenas dois montados; desses dois, apenas um em serviço, e esse mesmo a trabalhar com metade da carga!

E em face de tão desesperadas condições de exploração, a empresa via-se obrigada a vender o K.W.A. por preço superior ao de Lisboa, em que a energia é obtida à custa do carvão importado de Inglaterra e onerado com um frete de cerca de 900 milhas!

Eis como caem as virtudes da hulha branca num país que não está em condições industriais de lhe tirar o proveito!

É certo que mesmo em tais casos os aproveitamentos hidroeléctricos têm a virtude de atenuar a importação de combustíveis. Mas não chega; é indispensável que conjuntamente com isso eles nos forneçam energia barata porque podem fazê-lo, desde que as condições do seu estabelecimento se apoiem solidamente em bases seguras de exploração.

Dias depois daquela visita desoladora alguém nos comunicava alegremente que iam começar em breve as obras hidroeléctricas do Cávado.

De novo tentamos descobrir quais as vantagens que disso adviriam se simultaneamente com as obras hidráulicas se não criassem estabelecimentos fabris que absorvessem a energia produzida.

Mas de novo nos surgiram, não vantagens, mas inconvenientes. Sonhamos mais uma central fornecendo meia dúzia de K.W. para iluminação das aldeias vizinhas e um novo agravamento da superprodução, um novo concorrente que para conseguir consumidores teria que recorrer à pouco humanitária e pouco patriótica tarefa de os roubar aos outros.

Para mais, o fornecimento do Porto, alvo que todas as empresas do Norte procuram alcançar, é perfeitamente compatível com as possibilidades actuais. O Porto, que tem, e todos temos a petulância de chamar industrial, não tem uma capacidade de consumo superior a uns humildes 15.000 cavalos; Lisboa, a capital que pelo último censo alberga cerca de 600.000 pessoas, não consome às Companhias Reunidas uma potência superior àquela.

Lisboa, o lendário cais da Europa, é uma cidade retintamente burocrata; precisa de electricidade, feitas bem as contas, apenas para iluminação e para as lanternas de projecção dos animatógrafos.

Para que serviriam então as grandes supercentrais, criadas só por si, isoladamente?

Nós, os rapazes, que não temos ainda responsabilidades directas só achamos uma resposta: Para nada!

Construídas essas fantasias, criadas pelo raciocínio das pessoas sensatas, iniciadas as suas obras sem um objectivo complementar de realização simultânea em que geralmente se não fala, conseguiríamos apenas satisfazer o entusiasmo de ver um ponteiro a marcar umas centenas de milhares de volts, enquanto ao lado um outros, o dos amperes, acusaria apenas a corrente de carga da capacidade da linha. E se bem pensássemos nem isso chegaríamos a ver porque essas grandes centrais começariam por não ter linha pela razão simplicíssima de ninguém saber para onde havia de transportar tão formidável energia.

Arrisca-se às vezes, como justificação de obras deste género, esta frase dogmática: O aproveitamento nacional da hulha branca daria um impulso às industrias no nosso país e permitira a electrificação dos caminhos-de-ferro.

Mas como, Santo Deus!? Poderiam as centrais, depois de construídas estar à espera que a indústria se desenvolvesse e que as administrações das companhias de caminhos-de-ferro resolvessem mandar fazer o estudo da electrificação das suas redes?

Não e não!

O problema hidroeléctrico português só por si não existe porque nas condições em que nos encontramos não temos necessidade de mais energia do que a que ao presente produzimos. O problema que existe, grave, difícil, sem ter ainda bem definido o caminho da solução é o problema geral do fomento, o problema da nossa vitória na luta comercial.

A obra a fazer-se tem que ser de conjunto. Tem de começar-se a estudar simultaneamente a electrificação da rede ferroviária, a criação de indústrias que não existem, a irrigação dos terrenos cultiváveis, a abertura de canais, a construção de grandes centrais, a redução sistemática das centrais térmicas particulares e quantas outras coisas ...

Paremos. Ao chegarmos aqui, confessamos vencidos que a nossa fantasia pode ir mais longe que a daqueles que falam em construir centrais com a mesma facilidade com que abrem e fecham em suas casas os interruptores da luz eléctrica.

Deixemos por hoje nesta breve generalidade aquilo que pensamos. Talvez mais tarde, se para esse campo convergirem os acontecimentos, tornemos a falar com este azedume que mais realça a fé, no problema hidroeléctrico português.

* * *

Técnicos de Portugal!

Se alguma atenção vos merece este grito d'alma, vinde orientar o ponto de vista que expusemos. Vinde transmitir-nos os ensinamentos que vos tem dado a vossa prática e o vosso trabalho. Vinde, porém, com elementos técnicos e económicos que nos facilitem o estudo e não com frases de fantasia exaltada que nada adiantam: vinde falar-nos secamente sem rodeios, de planos de trabalho e não dizer-nos que as quedas da Serra da Estrela — coitadinhas — dariam energia para alimentar a Europa.

O século XX não é o século da luz e menos ainda o da electricidade; é o século da complicação. Todos os planos, por mais modestos que sejam, envolvem uma onda confusa de questões económicas mais transcendente talvez que os seus aspectos técnicos.

É aí que o nosso ânimo fraqueja levemente; é aí que mais sentimos a nossa inexperiência, a nossa falta de preparação; é aí, principalmente, que vos pedimos auxílio.

Portugal — dissemo-lo atrás — precisa pouco, na hora presente, da energia eléctrica mas em compensação, pobre doente, precisa bem da energia de seus filhos. E nós, na estulta mas desculpável vaidade das nossas fantasias, contentamo-nos com bem pouco: oxalá que ao abdicarmos nos nossos sucessores lhes possamos deixar a nossa terra a precisar pouco de energias pessoais mas a precisar muitíssimo da energia eléctrica — da energia que há-de então nascer dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos.

«Sessão solene de abertura», in *1º Congresso Nacional de Engenharia, Lisboa — 1931. Relatório*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931, pp. 36-37[2]

A sessão solene de abertura do 1º Congresso Nacional de Engenharia teve lugar na Sala «Portugal» da Sociedade de Geografia de Lisboa, pelas 22 horas do dia 7 de Junho de 1931.

(...)

Em terceiro lugar, foi concedida a palavra ao Sr. Eng. José Nascimento Ferreira Dias Júnior, Secretário Geral do Congresso, que pronunciou o discurso seguinte:

Sr. Ministro do Comércio
Minhas Senhoras
Meus Senhores
Meus Colegas:

Convidado a ser Secretário Geral do 1º Congresso Nacional de Engenharia por imerecida deferência da Direcção da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses a que me honro pertencer, cumpre-me dizer-vos ao que vem o Congresso.

Não vou reproduzir-vos o programa, porque esse corre impresso em letra redonda; vou apenas tentar dizer-vos em duas palavras o que lhe deixou nas entrelinhas, ao redigi-lo, a Comissão Organizadora. Vou mostrar a vossos olhos o espírito do Congresso.

Se alguém se dispusesse a correr mundo em busca de opiniões sobre o mérito ou a inutilidade dos congressos, não chegaria nunca a formar juízo certo do pensamento dos seus semelhantes, tão diferentes deveriam ser os informes colhidos. Mas que se resolvesse a meditar na canseira, na perseverança, na actividade que exige a organização de tal iniciativa, quem pensasse bem que nunca uma energia se perde mas que antes incessantemente se transforma, teria que reconhecer que há num Congresso qualquer coisa que vive porque o exige a imutabilidade das leis do Universo.

[2] Referido como Anexo II por Ferreira Dias em *Linha de Rumo I*.

Essa vida é o seu espírito, a sua mais alta finalidade.

Suponhamo-nos a olhar de longe a superfície da Terra e analisemos o que discutem as pessoas a quem cabe a gerência das nações. Ouve-se falar aqui de um acordo económico, além de uma reunião aduaneira; acolá comenta-se o «dumping», do outro lado discute-se o proteccionismo. É inegável que os problemas da produção são o pesadelo da humanidade; e a ninguém, mais de perto do que aos Engenheiros, diz respeito o problema em causa.

Disponhamo-nos agora a ver, ao longo do Tempo, como se deu a evolução daqueles países que no campo da actividade económica e industrial representam a vanguarda do progresso. De todos eles, é talvez a Alemanha aquele que marcou uma fase mais nítida de ascensão; e a ascensão económica dos povos, que é hoje a preocupação do mundo, arrasta quase sempre consigo todo o nível de uma nação: a força, a riqueza, a cultura.

Por muito que corram mundo os versos de Schiller ou a música de Beethoven, é forçoso confessar que não é a essas manifestações do espírito germânico que a Alemanha deve o lugar que ocupa no mundo; deve-o antes à evolução prodigiosa das suas indústrias que a gente provocou e a terra favoreceu.

A estudar-se a história deste período construtivo da Alemanha, dois factos se nos deparam como causas primeiras deste desenvolvimento admirável: a unidade do pensamento político e a acção sistemática dos Engenheiros.

Não é bonito plagiar mas é legítimo tirar dos factos os ensinamentos que eles podem dar-nos. E assim, olhando para nós todos, olhando para estas bandeiras desfiadas que andaram a flutuar pelo mar das Índias, eu resumo, não digo em dois votos, mas apenas em duas aspirações, o espírito que anima o 1º Congresso Nacional de Engenharia:

> 1º — Que o Destino nos conceda a graça de dar corpo e dar unidade a um pensamento português;
>
> 2º — Que os Engenheiros de Portugal se habituem a ver que no seu estudo, sereno mas perseverante, existe alguma coisa que em muito contribui para a evolução da nacionalidade.

É a palavra «Nacional» que no nome deste Congresso sintetiza o seu espírito; ela não significa apenas que nele tomam parte os que trabalham na nossa terra; traduz o desejo de uma unidade, é o símbolo do ideal supremo de Pátria — o amor mais alto e mais nobre que Deus fez nascer no coração dos homens.

Rede Eléctrica Nacional, 1º Congresso Nacional de Engenharia, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1931.

I

Quando, em fins do século passado, começou a tomar vulto a técnica do transporte de energia sob a forma eléctrica a alta tensão, a humanidade mostrou uma vez mais quanto podem os seus recursos quando excitados pelo instinto da conservação.

Vem já dos tempos de Esopo a afirmação de que a necessidade desperta o engenho até nos irracionais; mas os homens são ainda bem mais sensíveis do que aqueles às imposições da luta pela vida.

A rápida evolução da electrotecnia no último meio século e, dentro desta, a expansão admirável da teoria e da prática das linhas de transporte de energia, não foi uma consequência directa das lucubrações de Faraday ou Ampère; foi o resultado de uma luta pertinaz de concorrência, o fruto do engenho humano aguilhoado pela necessidade imperiosa de vencer para viver.

Nos países que as condições da Terra e da gente fizeram industriais, o problema da força motriz constituiu desde sempre uma preocupação; a vitalidade dos organismos de produção carecia de energia abundante, barata, acessível a todos.

A necessidade colectiva excitou a técnica, indicando-lhe um fim a atingir; e a técnica cumpriu o seu dever, primeiro com timidez, por último com desassombro.

No seu estado actual, a electrotecnia deu já satisfação quase cabal aos rogos instantes dos centros industriais, concentrando a produção da energia em grandes centrais térmicas ou hidráulicas, em máquinas de grande potência com bom rendimento e boa utilização, para em seguida a transportar e distribuir sob a forma de corrente eléctrica.

Ao conhecimento da realidade técnica do empreendimento juntou-se o da viabilidade económica. E como se tratava de ocorrer a uma necessidade, a tarefa de fornecer energia às indústrias passou a constituir uma nova indústria.

Conclusão I: Nos centros consumidores de energia em que a necessidade desta é um facto e não uma hipótese, a distribuição de electricidade pode ser uma indústria com condições de vida.

II

Quando em 1825 George Stephenson tripulava a locomotiva do primeiro combóio de serviço público de Stockton a Darlington, dando aplicação aos estudos de Pain e Watt, não o fazia nem por capricho excêntrico de milionário nem por estímulo de desportista em busca de um «record» de velocidade; fazia-o como sócio de uma empresa que ousadamente se fundara para ocorrer às necessidade de transporte numa região carbonífera.

Feita a experiência começou a evolução; a técnica assentou ideias e os caminhos-de-ferro espalharam-se pelo mundo, em toda a parte onde havia alguém ou alguma coisa que transportar. Nos caminhos-de-ferro como nas linhas eléctricas a função criou o órgão.

Mas cedo se reconheceu a possibilidade de comutar entre si a causa e o efeito, provocando a função com a existência do órgão; e o caminho-de-ferro, que se criara e aperfeiçoara ao serviço de uma necessidade, passou a ser instrumento de civilização fomentando a vida em regiões pouco activas.

Análogo papel compete às redes eléctricas onde quer que o consumo não exista ou seja exíguo. E as redes de distribuição de energia eléctrica, que são uma necessidade da civilização e da actividade industrial, podem ser também um órgão de fomento, levando a vida e o conforto, instigando ao consumo da energia e consequentemente ao aperfeiçoamento cultural e material as regiões que na marcha incessante da humanidade se deixaram atrasar — com culpa ou sem ela.

Mas nesta segunda missão, que é de filantropia quando olhada em relação às populações que se vão servir e que é de interesse colectivo da Nação quando vista sob o aspecto do aumento da actividade e da riqueza públicas que vai provocar, a distribuição da electricidade não é uma indústria. E não o é por duas razões: a primeira, porque é uma actividade que não deve ter em mira um lucro directo de exploração; a segunda, porque não pode tê-lo em nenhuma hipótese. Se as tarifas são baixas, o rendimento é baixo para o montante dos encargos; se as tarifas são altas, a intenção é falseada e a receita global não sobe, se é que não baixa ainda mais.

Só aos dinheiros públicos cumpre resolver o problema quando ele seja julgado digno de atenção. De resto, é esta, logicamente, a função do Estado: receber de todos para repartir por todos, visando a servir a Nação com o fomento da riqueza pública.

Conclusão II: Nas regiões de consumo escasso a distribuição da energia eléctrica não é uma necessidade mas uma obra de fomento, é mais um meio para criar actividade do que uma forma de servir actividades já criadas; é um encargo de escassas receitas directas, que visa ao aumento da riqueza pública e que é, logicamente, uma função do Estado.

III

Quem se der ao trabalho de compulsar as estatísticas dos últimos anos para inquirir da situação de Portugal quanto ao consumo da energia eléctrica, comparando-a com a dos países industriais da Europa ou da América do Norte, chega a números que quase custam a acreditar.

Concentremos num quadro alguns valores dos consumos específicos da energia fornecida por redes públicas, relativos ao ano de 1925 (o de Portugal é de 1927):

QUADRO I

País	Consumo específico médio	
	kWh por habit.	kWh por km²
Suíça	1 000	95 000
Estados Unidos	560	8 500
Alemanha	400	53 000
Bélgica	300	78 000
França	250	18 000
Itália	190	25 000
Inglaterra	190	35 000
Portugal	19	1 200

Para alguns países foi possível obter valores mais recentes, que constam do quadro seguinte:

QUADRO II

País	Ano	Consumo específico médio	
		kWh por habit.	kWh por km²
Bélgica	1927	400	105 000
França	1929	360	26 000
Estados Unidos	1929	800	12 000
Portugal	1930	30	1 900

Por mais doloroso que seja o reconhecimento da situação mesquinha de Portugal tal como salta dos números destes quadros, impõe-se

olhar bem de frente para a realidade, porque é com ela que temos de haver-nos e é com soluções reais que temos de a modificar.

É certo que não é Portugal o último país do mundo na ordem de electrificação, mas se só nos comparamos aos grandes consumidores, é porque aqueles que nos são iguais ou inferiores não nos podem servir nem de exemplo nem de incentivo.

Se analisarmos com mais vagar as estatísticas da França e da Itália, que não são dos mais fortes consumidores, e se, em vez dos consumos médios do país, tomarmos os consumos específicos em regiões mais restritas, encontraremos os valores seguintes:

Na França (1927):
8 departamentos com menos de 20 kWh por habitante;
39 departamentos entre 20 e 100 kWh por habitante;
26 departamentos entre 100 e 200 kWh por habitante;
16 departamentos com mais de 200 kWh por habitante.

Na Itália (1925):
3 províncias do sul (Calábria, Apúlia e Bazilicata) menos de 20 kWh por habitante.

Todas as restantes mais de 100 kWh por habitante.

Mostram-nos estes números que só uma extensão reduzidíssima destes dois países tem condições de consumo análogas às nossas.

O consumo de energia das redes públicas de distribuição em Portugal foi, em 1930, de 169 milhões de kWh. Mesmo que lhe juntemos 56 milhões produzidos nas centrais de serviço particular, obteremos um escasso total de 225 milhões; mas se atendermos a que só as cidades de Lisboa e Porto concorrem para esse consumo com 114 milhões, fica-nos para todo o resto do País o mísero valor de 111 milhões a que corresponde uma densidade de consumo extremamente baixa.

Basta, de resto, observar o consumo por habitante dos diferentes distritos de Portugal em 1930, constante do quadro seguinte.

É certo que a pequena expansão das redes públicas deve, em alguns casos, ter provocado o estabelecimento de força motriz particular não electrificada; mas mesmo que somemos aos números dados atrás os 90 milhões de kWh que é legítimo esperar que produzam os 95.000 cavalos instalados nessas condições, não fazemos aumentar de maneira sensível a ordem de grandeza dos nossos consumos específicos.

E se atendermos, finalmente, a que há algumas regiões de consumo já apreciável (distritos de Braga e Porto, parte dos de Aveiro e Coimbra, região da Serra da Estrela, Ribatejo, Península de Setúbal e faixa litoral do Algarve) é de concluir que grande parte do País constitua um mercado de electricidade praticamente virgem, em que a capitação em kWh se represente por números dígitos, o que a estatística confirma.

QUADRO III

Distritos	Consumo das redes públicas kWh por habit.	Consumo total incluindo o serviço particular kWh por habit.
Aveiro	5,05	11,77
Beja	3,51	11,45
Braga	25,20	37,73
Bragança	1,60	1,71
Castelo Branco	10,27	11,63
Coimbra	13,07	16,78
Évora	6,93	7,51
Faro	5,08	7,07
Guarda	5,75	7,00
Leiria	2,68	39,48
Lisboa	104,63	120,39
Portalegre	5,33	6,16
Porto	70,63	89,40
Santarém	11,44	12,38
Setúbal	5,03	60,78
Viana do Castelo	5,53	5,53
Vila Real	4,12	4,61
Viseu	21,69	21,82

A análise dos dados referentes aos últimos quatro anos — únicos em que há estatística das instalações eléctricas — permite-nos notar que a cadência do crescimento natural do consumo no nosso País se tem mantido com muita regularidade à volta de 20 milhões de kWh por ano — isto é, um crescimento médio da ordem de 10 por cento, número que não é mau.

Não sendo de esperar que o crescimento natural se acelere, antes sendo de contar que se retarde, não é legítimo supor que dentro destas dezenas de anos mais chegadas o consumo da energia eléctrica atinja valores notáveis sem o auxílio de uma medida de fomento corajosa e perseverante.

Conclusão III: Em Portugal não há a necessidade instante de energia eléctrica para alimentar actividades já criadas e ainda não servidas. Aparte Lisboa e Porto, há um mercado débil, em grande parte quase virgem, com fraquíssimas densidades de consumo. A electrificação de Portugal não se destina a servir mercados; destina-se a criá-los.

IV

Demonstrada a escassez dos mercados nacionais de energia eléctrica e provado correlativamente o carácter de instrumento civilizador que deve ter a electrificação de Portugal, importa ver quem poderá abalançar-se a tão benemerente empreendimento.

Seria bastante penoso e muito falível pretender demonstrar com números rigorosos a inviabilidade financeira de uma tarefa tão vasta, para uma empresa industrial que pretendesse lançar-se a ela, não tendo outro fito, como é natural e humano, além de distribuir um dividendo acima de 10%.

Mas quem pense alguns minutos que uma linha de 130 kV pode custar 150 contos por km, que uma de 60 kV pode custar 60 e que uma de 30 pode custar 30, quem pensar nos milhares de quilómetros de linhas que importa construir; quem atender na escassez da energia a transportar; quem reflectir na necessidade fundamental de vender a electricidade a tarifas baixas; quem além de tudo isso, pensar nos preços dos postos de transformação e nos encargos da exploração, não pode ter ilusões por muito tempo sobre o péssimo negócio que representa a electrificação de Portugal.

E se quem se dedicar a tal estudo, depois de reconhecer que lhe não interessa fazer o transporte e o abastecimento, pensar que, a seguir a tudo isso, se impõe a distribuição regional a 6 ou 10 kV, e a distribuição local em baixa tensão, encontrará dobrado motivo para não arriscar os seus cabedais num atrevimento inglório.

É certo que o consumo crescerá quando houver boas linhas e boas tarifas, mas, por mais rápida que seja a evolução, o capital só será devidamente remunerado ao fim de larguíssimo prazo.

Deixemos, porém, em paz, como merecem, as estimativas de despesa e as hipóteses, mesmo fundamentadas, sobre os consumos futuros. Meditemos sobre as realidades do presente, que delas se tira o melhor ensinamento.

Existem em Portugal algumas empresas, concessionárias do Estado, entregues ao mester de produzir e distribuir electricidade.

Exploram essas empresas as regiões de mais valioso consumo, limitando-se a servi-las, como um mineiro se limita a seguir um filão.

E o que vemos? As empresas lastimarem-se da escassez do consumo, da má utilização das suas instalações e do seu capital, e vemos, as mais das vezes, fixarem-se tarifas que não sendo proveitosas para a força motriz industrial, muito menos o são nas aplicações agrícolas.

Mas a electricidade a preços altos não interessa ao fomento da Nação; poderá interessar apenas a meia dúzia de consumidores que nada representam como valor de conjunto. E como os preços da energia nas regiões já hoje electrificadas são, na grande maioria, superiores aos preços que é legítimo permitir a uma electricidade de fomento,

reconhece-se sem dificuldade a inviabilidade financeira da electrificação integral do território português.

Conclusão IV: A electrificação total do território português em condições proveitosas não é viável sem a intervenção do orçamento do Estado. Abandonada à iniciativa particular, essa obra será muito lenta e com tarifas incomportáveis para as condições do trabalho português.

V

Raras vezes se vende a electricidade na central onde se produz; impõe-se quase sempre transportá-la até junto do consumidor.

Tira-se deste facto uma conclusão singela: não são as centrais que provocam o consumo, são as linhas. Uma central eléctrica que, com as suas máquinas em funcionamento, dá a noção mais perfeita da actividade, é, no fundo, o órgão mais passivo de todo o sistema electrificador de um país.

As linhas e as tarifas mandam, e a central só fornece aquilo que a boa ou má política daquelas lhe determina.

É por este facto que a evolução de umas e outras tem que fazer-se de forma diferente: as linhas podem e devem multiplicar-se mas as centrais só devem suceder-se.

Todo o novo sistema produtor é inútil e portanto nocivo, sempre que o seu estabelecimento não corresponda à criação efectiva de um novo mercado ou não coincida com a saturação de um sistema anterior alimentando a mesma região.

Uma central que se satura é um valor que deixa de contar na evolução do consumo; mas a não se dar a sucessão metódica dos centros produtores, dá-se necessariamente a sua concorrência — e a concorrência o mesmo é que a ruína no débil mercado português da electricidade.

Interessa ao Estado português ter concessionários tão fortemente amarrados às condições dos seus cadernos de encargos que a utilidade pública das concessões seja, de facto, uma utilidade e seja pública; mas de forma nenhuma lhe convém ter concessionários falidos, porque a riqueza e a actividade de Portugal não são outra coisa senão a riqueza e a actividade dos seus elementos componentes — individuais ou colectivos.

É por isso que, na hora presente, à parte a Central de Castelo do Bode, destinada a substituir a Central Tejo no propósito de baratear e nacionalizar a energia, dois terços da qual são hoje comprados ao estrangeiro sob a forma de combustível, nenhum outro grande centro produtor é de aconselhar em Portugal.

Vimos que uma central é um órgão passivo; vejamos se há possibilidade de tornar activo, na hora presente, um grande empreendimento produtor. Analisemos uma por uma as formas possíveis de lhe dar expansão:

a) Alimentação de um novo mercado rico.

Não há em Portugal mercados por servir.

Ao adjectivar-se um mercado português de electricidade, importa não levantar os olhos das páginas negras da estatística atrás reproduzida — mais negras do que o carvão que compramos aos ingleses.

Em face desses números, ninguém é capaz de localizar, aquém fronteiras, um novo mercado de consumo denso, e portanto de exploração lucrativa, capaz de absorver algumas escassas dezenas de milhões de kWh e que não possa ser servido pelas centrais existentes.

b) Alimentação de um novo mercado pobre.

Não pode admitir-se, por mais optimista que se seja, que alguém se arrisque a construir um grande centro produtor só com a garantia de um hipotético mercado de evolução lentíssima.

Somam-se dois prejuízos: o das linhas e o da central.

c) Concorrência nos mercados já servidos.

A concorrência nos mercados actuais, fora de Lisboa e Porto, é de uma política pouco recomendável, exceptuando os casos em que se imponha como correctivo imperioso de tarifas. Fora disso é ruinosa; e se nos países de grande consumo ela é possível e mesmo necessária, é impraticável com êxito em mercados rarefeitos, como os nossos. Duplicação de despesas e consequente redução a metade dos magros benefícios de exploração, não parece obra assaz benemerente, nem é empresa em que o capital se arrisque.

A concorrência dentro de Lisboa e Porto é pouco viável. As despesas de estabelecimentos que tal tentativa exigiria não permitem considerá-la como assunto digno de mais profunda análise.

d) Colaboração e interligação com os produtores existentes.

É esta a solução nacional porque é a mais eficaz, a que mais valoriza as iniciativas já criadas e a que custa menos dinheiro.

Mas esta solução não é possível de momento com um novo produtor de grande vulto, porque a crise que existe em Portugal é de consumo e não de produção.

É dentro desta política de cooperação que o País deve seguir, sucedendo-se as centrais na cadência do crescimento do consumo e não antecipando-se a este, na miragem de aumentar o gradiante da evolução.

No momento de iniciar-se a expansão das linhas, mais do que em nenhum outro, importa ser prudente no problema dos centros produtores. É preciso não começar por um insucesso para perder o alento.

A política de electrificação deve começar pelas linhas e não pelas centrais; e o mais elementar bom senso manda que se aproveitem dos empreendimentos actuais todos os recursos de que eles são susceptíveis, para que a pouco e pouco eles se desenvolvam e se adaptem às necessidades futuras de muito falível previsão. Importa não cairmos no fracasso de uma grande central a trabalhar longos anos em vazio.

Que façam da estatística o seu livro de horas aqueles a quem cumpre marcar o caminho!

Conclusão V: O estabelecimento de uma central não influi na curva do consumo: é este que determina aquele. A concorrência entre redes usada por sistema é inviável e antinacional. Impõem-se o alargamento das linhas e a sucessão condicionada dos grandes produtores ao ritmo do consumo.

VI

A expansão das linhas de transporte e abastecimento de energia, na missão de fomento que lhe cumpre ter em Portugal, traz consigo por várias formas o aumento de riqueza pública.

Porque extingue as centenas de pequeníssimas centrais de baixo rendimento que se espalham hoje por toda a parte, evita o desperdício de combustível que a Nação paga e com que ninguém lucra.

Porque concentra a produção em grandes organismo produtores, embaratece a energia e leva a prosperidade às grandes centrais.

Porque permite utilizar os nossos recursos naturais térmicos ou hidráulicos, nacionaliza a energia.

Porque torna a electricidade mais acessível em todos os recantos do nosso território, incita ao consumo e à actividade.

Mas, assente como ficou, que o estabelecimento de novas centrais deve condicionar-se à evolução do consumo para que todo o novo organismo produtor tenha uma missão de socorro dos organismos anteriores ao atingirem a sua saturação, estabelecido que esse socorro se dará por interligação e não por duplicação de linhas, aceite que as novas linhas de fomento farão acelerar a evolução do consumo, nada justifica que, mesmo em Portugal a exploração dos órgãos produtores não possa ser uma actividade remuneradora sem necessidade dos favores do Estado.

Quando há consumo, quando uma central se satura, quase sempre, ou a empresa tem meios para ampliá-la ou uma empresa se forma para construir outra. Mas mesmo que tal se não dê, pode o Estado alhear-se da intervenção directa; cumpre-lhe antes incitar o empreendimento,

pois que ele é viável, ou dando uma garantia de consumo — e nunca uma garantia de juro ao capital — ou reforçando esse capital com uma operação de crédito industrial. O Estado pode dispensar-se de ser produtor, mas não pode nem deve alhear-se da distribuição.

Mas o que deve impor-se em todos os casos no caderno de encargos da concessão de uma central é que as linhas de fomento possam sempre distribuir a tarifas baixas toda a energia de que necessitam os seus mercados sem limitação de nenhuma espécie e sem cláusulas que possam permitir ao concessionário a posição de monopolista de facto.

Conclusão VI: A intervenção do Estado nos organismos de produção deve limitar-se ao incitamento pela facilidade do crédito, e só quando for preciso; mas sempre se imporá àqueles a obrigação de alimentar sem restrições as linhas de fomento.

VII

Na missão económica de difundir o consumo de electricidade, deve a acção do Estado, para ser eficaz, ser activa e ter unidade.

Mas essa actividade da função estadual não deve nem necessita ir até à minúcia das linhas de serviço rural ou às redes de distribuição local.

Outras entidades poderão eficazmente ajudá-lo chamando a si essa parte da grande tarefa — a parte que directamente lhes interessa e diz respeito. E nessa orientação, uma vez levada a energia eléctrica a um concelho ou grupo de concelhos, aos corpos administrativos e aos organismos regionais, com a colaboração técnica e financeira do Estado, competiria a distribuição local, complemento indispensável da grande obra de electrificação. E nesta posição de distribuidores, alimentando-se num ponto da rede primária, estes organismos viveriam independentes, com uma tarefa simples se bem que importante, sem se preocuparem com as graves questões técnicas e administrativas que importa o problema da grande distribuição.

Conclusão VII: A intervenção do Estado na construção e exploração das linhas deve ser activa e unitária, reservando aos organismos locais o papel de distribuidores sob a sua fiscalização e assistência.

VIII

A Rede Eléctrica Nacional não deve ser olhada como uma panaceia para todos os males. É um elemento de progresso digno da maior atenção; é um instrumento despertador de actividades não inferior às estradas, aos portos ou aos telefones e como tal, é igualmente merecedor dos favores do erário.

Ao falar-se nela surge por vezes o espectro aterrador do Estado industrial; mas os que levantam o alarme ignoram talvez como é poderosa a intervenção de quase todos os Estados da Europa no problema da electricidade. De resto, nas consideração aduzidas procurou mostrar-se que não há indústria na obra de electrificação porque não há sobreposição a entidades particulares. A estas é impossível realizar a obra de conjunto que representa a rede eléctrica de Portugal, em termos de poder ser tomada como um empreendimento nacional, como um benefício prestado à gente portuguesa.

Resumo das conclusões:

Aceite a utilidade da Rede Eléctrica Nacional como obra de fomento, cumpre ao Estado:

1º Construir e explorar as linhas.

2º Incitar e condicionar a construção de centrais.

3º Incitar e condicionar as distribuições locais.

Lisboa, Junho de 1931.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1931*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção dos Serviços Eléctricos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932, pp. 3-5

Relatório

Com a publicação da *Estatística das Instalações Eléctricas* relativa ano de 1931 — quinto ano de estatística — contribui a Direcção dos Serviços Eléctricos com mais um elemento de estudo para a ordenação sistemática da Electricidade.

Não o faz por imposição regulamentar nem pela burocrática volúpia de esgotar a verba orçamental das publicações a seu cargo; fá-lo na certeza de executar um trabalho indispensável, na fé serena de que hão-de vir a ser frutuosos a colheita e o apuramento destes subsídios estatísticos. O problema da energia, apregoado com persistência, há-de ainda alcançar, por unânime consenso, a cotação de grande serviço público.

Se houvesse o hábito de reler os números atrasados do *Diário do Governo*, como se relêem as obras primas dos autores consagrados, muita gente se encheria de espanto se, neste ano de 32, deixasse cair a vista sobre a dúzia e meia de bases da Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos, que viu a luz na 1ª série do jornal oficial em 27 de Outubro de 1926.

Esboça-se nela, embora vago, um plano de centralização e de harmonia, capaz de convencer leigos e até, talvez, os interessados directos numa política económica diferente. Mas se o amador dessas leituras retrospectivas folhear este volumezinho de estatística e souber ler-lhe nas entrelinhas o que ele traduz de pequenez e desordenamento, ficará a duvidar da lei ou da estatística, tão pouco se casam os elementos duma e doutra.

Por isso a Direcção dos Serviços Eléctricos, ao trazer a público o presente volume, não sabe que mais há-de sentir: se a satisfação da obra oportuna e útil, se a tristeza dos números que nela se contêm.

* * *

Duas referências é oportuno fazer na apresentação deste trabalho: não foi tarefa das mais fáceis apurar os dados que nele figuram, e teria sido tarefa impossível completá-lo com certos elementos que aparecem em algumas publicações similares estrangeiras, referentes sobretudo a pormenores técnicos da exploração e à vida económico-financeira das empresas produtoras e distribuidoras.

São, principalmente, a dispersão e a pequenez da maior parte dos organismos de produção ou distribuição as causas desta carência de elementos: dão origem a uma escassíssima assistência de técnicos especializados e, consequentemente, à dificuldade de obter uns elementos e à impossibilidade de alcançar outros.

Contudo, o presente boletim apresenta-se nitidamente melhorado em relação aos anteriores. Deu-se às matérias melhor arrumação, organizou-se um quadro sobre a utilização dos diferentes combustíveis, nacionais e estrangeiros, na produção de energia termoeléctrica, publicam-se elementos sobre a natureza dos postos das linhas de alta tensão, e, principalmente, elaborou-se um quadro geral das distribuições de baixa tensão, classificadas por concelhos e por empresas, contendo grande número de informações sobre potências e consumos — tantas quantas foi possível colher e compilar nos escassos meses do ano que corre.

Completam o volume duas cartas de Portugal, contendo a primeira um esquema das linhas de alta tensão e a segunda a distribuição concelhia do consumo de energia eléctrica.

Mantém-se para as ilhas adjacentes a impossibilidade, já constatada no ano anterior, de obter elementos que permitam chegar a resultados com suficiente garantia de exactidão. As dificuldades apontadas para o continente acentuam-se para as ilhas e agravam-se com a demora da correspondência. Por isso, mais uma vez se adia a publicação de dados estatísticos relativos àqueles distritos, os quais, de resto, nada interessam ao problema metropolitano.

* * *

Um facto desagradável, embora de prever, chama, acima de tudo, a atenção de quem lançar a vista sobre os gráficos estatísticos: o ano de 1931 é o primeiro em que começa a fazer-se sentir no nosso consumo de energia eléctrica o afrouxamento da marcha em que íamos seguindo. Até 1930, o crescimento da produção, apesar de lento, manteve-se firme: 10,86 por cento em 1929 e 8,17 por cento em 1930; mas em 1931, embora não tenhamos a lamentar um retrocesso, como alguns países estrangeiros, retardou-se com violência o andamento da nossa

evolução: o aumento desceu para 2,97 por cento, tendo a produção passado de 260 para 267,8 milhões de kWh.

O aumento global de 2,97 por cento resulta de um aumento de 7,32 por cento nas centrais de serviço público e de uma redução de 12,99 por cento nas de serviço particular, o que prova que continua a manter-se a tendência de serem as segundas absorvidas pelas primeiras.

Na distribuição do consumo das redes públicas, segundo a natureza dos consumidores, mantém-se muito sensivelmente a posição do ano anterior no que respeita à tracção e à força motriz: respectivamente, 24 e 42 por cento do consumo total.

O consumo da indústria electroquímica dobrou, passando a quase 9 por cento, por virtude da laboração da fábrica de Setúbal; em contrapartida, diminuiu a percentagem de iluminação de 27,5 para 25 por cento.

Em valor absoluto, apenas a iluminação acusa uma baixa de cerca de 1 milhão de kWh em relação a 1930. E se não fosse a electrificação de muitas vilas e aldeias, que em 1931 trouxe um forte contingente a esta espécie de consumo, a energia utilizada em luz teria sofrido uma mais forte baixa. Só Lisboa, na sua iluminação particular, consumiu 3 milhões menos que em 1930 e 5,5 milhões menos que em 1928!

Nos 267,8 milhões de kWh que são toda a nossa produção em 1931, incluindo o serviço público e o particular, não chega bem a 35 por cento a parte de energia hidráulica — sensivelmente um terço. Da energia térmica restante, só 26 por cento foi gerada com combustíveis nacionais; o resto, 130 milhões de kWh — 49 por cento de toda a nossa produção de energia eléctrica — foi produzido com combustíveis estrangeiros.

O número das centrais eléctricas mantém-se quase estacionário, muito próximo das 4 centenas, mas na potência instalada nota-se, em 1931, um aumento sensível, de 150 para 185 milhares de kW; esse aumento foi preenchido na sua maior parte pelas ampliações da Central Tejo, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade (16.000 kW), da Central do Freixo, da U. E. P. (7.000 kW) e da Central de Massarelos, da Companhia Carris de Ferro do Porto (5.000 kW).

Com tão forte aumento de potência e tão fraco aumento de consumo, desceu, logicamente, o número de horas de utilização, que sempre se mantivera em crescimento: passou de 1.729 em 1930 para 1.448 em 1931.

Continuam as centrais de serviço público a apresentar melhor diagrama que as de serviço particular, por falta de indústrias de laboração permanente; registam-se 2.678 horas para as centrais públicas hidroeléctricas e 1.275 para as termoeléctricas. Continua a influir desfavoravelmente neste último número a grande quantidade de centrais de reserva.

O consumo específico por habitante apresenta-se, em 1931, inferior ao de 1930, por se ter passado a contar a população pelo último censo; já no boletim de 1930 se chamava a atenção para o facto de deverem

ser um pouco altos os números que se publicavam. Referidos à população total do continente, os consumos específicos médios fixam-se presentemente em 29,3 e 37,1 kWh por habitante, consoante se conta o consumo das redes públicas ou o consumo total.

O consumo das cidades de Lisboa e Porto aumentou na primeira e baixou na segunda, passando de 74 e 40 milhões de kWh, respectivamente, para 80 e 36.

Apesar da baixa de consumo em iluminação particular, o aumento de Lisboa deve-se ao crescimento das necessidades de tracção e força motriz; pelo contrário, o Porto, com um pequeno aumento na iluminação, fraquejou na tracção e no consumo da indústria, sobretudo neste último.

O comprimento das linhas de alta tensão ficou em 2.700 quilómetros, tendo subido cerca de 300, um pouco menos do que subira em 1930. Destes 2.700 quilómetros, 2.300 são de linhas aéreas; destes, 1.300 possuem postes metálicos, e os restantes, postes de madeira, cimento ou mistos.

* * *

Nesta comparação do ano que passou com os que o precederam, nada de notável se encontra que possa fazer sair Portugal, no campo da electricidade, da mediania que o boletim anterior já registava.

Nenhum esforço renovador se manifesta; a electrificação tem-se feito pela livre acção das condições naturais, sem qualquer orientação superior.

Continuam a dispersão dos órgãos produtores, a estreiteza da distribuição, a pobreza do consumo, a desnacionalização da energia — quatro males que se impõe atacar simultaneamente.

Continua a haver quase 400 centrais, das quais só 20 têm mais de 1.000 kW, e 218 menos de 100!

O consumo específico, que em quase todos os países da Europa é da ordem das centenas de kWh por habitante, está entre nós apenas em 37; o consumo da indústria (força motriz e electroquímica), que regula geralmente entre 60 a 80 por cento do consumo das redes públicas, temo-lo apenas em 51.

As tarifas de baixa tensão andam, sem lei, ao arbítrio de todas as opiniões e de todos os contratos; e a energia importada em combustíveis cifra-se ainda em metade da nossa produção.

Só Deus é perfeito e eterno; não admira, por isso, que a nossa electricidade seja defeituosa e que a sua política ainda não tenha nascido.

Direcção dos Serviços Eléctricos, em 15 de Julho de 1932. — O Engenheiro Director, *Ferreira Dias*.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1932*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção dos Serviços Eléctricos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933, pp. III-VIII.

Relatório

De ano para ano, na sua missão de fazer luz sobre o problema da energia, a Direcção dos Serviços Eléctricos melhora e amplia a matéria da sua Estatística.

A intromissão incessante da electricidade em todos os aspectos da actividade humana, adaptada aos mais variados usos (luz, força, calor), o seu aparecimento como causa primeira dos múltiplos fenómenos que acompanham as oscilações eléctricas desde as frequências industriais às radiações ultrapenetrantes, dão a este agente físico um lugar inconfundível, quer o consideremos no campo da especulação pura, que no da técnica aplicada, quer no domínio económico ou social.

Ante esta expansão, consumir electricidade não é só atributo do homem industrioso; é-o também do homem civilizado, porque aquele a quem hoje a electricidade não interessa, aquele que não sente algumas das necessidades que ela pode satisfazer na multiplicidade dos seus usos, ou é um desgraçado que não tem pão ou um irracional que não tem alma. Em qualquer dos casos uma decadência.

É por isso que o valor das distribuições eléctricas é índice perfeitíssimo do nível da vida de um povo; e é ainda por isso que todos os Estados fomentam a difusão do consumo e o mostram permanentemente aos olhos do mundo em laboriosas estatísticas.

A Direcção dos Serviços Eléctricas, ao trazer a público o 5º volume da *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal*, vê ainda com desgosto a pequenez dos seus números, apesar do sensível progresso dos últimos anos; mas pode afirmar com satisfação que este volume, pela sua matéria, pela sua oportunidade, pelo seu escrúpulo, enfileira já, sem favor, entre as melhores estatísticas eléctricas.

* * *

São muitas as modificações que neste volume se introduziram, melhorando-o em relação ao anterior.

Nos volumes precedentes não se tiveram em conta as centrais particulares de potência inferior a 20 kW; este ano, com um pouco mais de minúcia, baixou-se para 5 kW o limite mínimo das estações produtoras a considerar. Não parece razoável ir mais abaixo; neste número nos manteremos nos boletins futuros.

Pareceu porém dispensável descrever individualmente na II Parte da Estatística as centrais particulares abaixo de 20 kW, como se faz para

todas as outras; esses pequenos produtores interessam apenas pelo número e não pelas características.

A inclusão destes novos produtores, embora em número avultado, não traz descontinuidade à evolução dos dados estatísticos (aparte o numero de centrais), porque nem a sua potência global nem a energia que produzem dão valores que pesem no conjunto do País.

A classificação das centrais pela potência instalada, que nos anteriores boletins se fazia em um único quadro, passa a fazer-se em dois: um relativo ao serviço público e outro ao serviço particular. É mais perfeita esta arrumação.

Ao quadro da produção termoeléctrica por combustíveis, em kWh, que começou a publicar-se o ano passado, junta-se este ano novo mapa que o completa: o consumo, em quilogramas, de combustíveis nacionais e estrangeiros empregados nessa produção.

Começa neste volume a publicação de um quadro, cuja falta se fazia sentir, relativo ao funcionamento das principais centrais de serviço público, com informações sobre a produção, o consumo, a ponta, o factor de utilização das máquinas e o factor de carga das redes.

Também neste ano se ampliam as informações sobre linhas de alta tensão; além dos elementos sobre a natureza dos postes, inclui-se um quadro classificativo por tensões e distritos.

Mas a mais fecunda inovação na I Parte do presente boletim é a inclusão do capítulo relativo à *Exploração* das centrais de serviço público. Contam-se nele três quadros: dois relativos ao funcionamento de centrais hidro e termoeléctricas, dando notícia sobre o número médio de horas de laboração e utilização e sobre os encargos de pessoal em função da potência instalada; o outro diz respeito ao consumo de combustível por kWh em gramas de óleo ou de carvão.

Como nos dois anos anteriores, a I Parte termina com uma série de gráficos que põem em relevo a posição da electricidade portuguesa.

Também na II Parte se melhorou este boletim. Aperfeiçoou-se a descrição das centrais, criou-se um capítulo de *Subestações* e mencionou-se no capítulo de *Consumo* a potência dos receptores ligados às redes públicas.

Não valia a pena reproduzir este ano as gravuras que apareceram no boletim passado sobre linhas de alta tensão e consumos concelhios por serem insignificantes as alterações sofridas no espaço de um ano; por tal motivo se publicam duas novas gravuras representando a distribuição em alta tensão nos arredores de Lisboa e Porto.

*
* *

Passemos uma revista rápida sobre os números desta Estatística.
(...)

* * *

As cifras desta Estatística estão alguns pontos abaixo de modestas. Seria estulto afirmar o contrário para nos enganarmos a nós próprios ou calarmo-nos para deixar o mundo na ignorância da nossa pequenez, porque aos olhos de quem os sabe ler os números dizem mais do que os comentários; e a crítica serena das próprias deficiências é sempre indício de ressurgimento e meio caminho para alcançar prestígio.

Em quase todos os países da Europa as estatísticas eléctricas de 1932 acusam quebras importantes; e, dos muito poucos que não desceram, a Inglaterra e a Holanda são dos mais felizes com aumentos da ordem de 3 por cento. Na América do Norte, os Estados Unidos vêem a sua produção eléctrica decrescer, desde 1930, cerca de 20 por cento; e o Canadá, desde 1931, sofreu uma queda de mais de 10 por cento.

Felizmente, na nossa mediocridade, a confusão económica mundial vai passando sem deixar grande rasto.

A nossa produção eléctrica aumentou 7 por cento e os números já conhecidos do ano que corre permitem prever que novo aumento se registará. A quase totalidade das nossas actividades industriais retoma marcha normal e até, em alguns casos, marcha acelerada; o tráfego ferroviário regista nos meses já decorridos de 1933 uma subida bem marcada, como a querer refazer-se do abatimento dos últimos três anos.

Não estamos em posição de ter sonhos de grandeza que nos cobririam de ridículo; de muitos temos já que nos penitenciar. Mas o relativo desafogo em que vivemos merece ser olhado sem a descrença de vencidos tão afeiçoada dos espíritos falhados; estamos em muito boa altura de ensaiar uma ponta de optimismo, de aproveitar este balanço com que vamos a subir, para ler e adoptar a *Atitude vitoriosa* de Swett Marden.

Direcção dos Serviços Eléctricos, em 15 de Setembro de 1933. — O Engenheiro Director, *Ferreira Dias*.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1933*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção dos Serviços Eléctricos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1934, pp. III-IX.

Relatório

Ainda não são decorridos seis meses do ano de 1934 e já se encontra compilada, em vésperas de sair a público, a *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal* relativa ao ano de 1933.

No papel modesto que lhe cabe como um dos indicadores da actividade portuguesa nesta ofensiva irresistível de números, que constitui um dos aspectos mais marcantes da nossa vida pública presente, não fica a este volume o receio de ser tido por retardatário.

Mas a Estatística, mesmo oportuna, não muda, só por si, a natureza das coisas, antes regista os seus aspectos, bons ou maus, para mais seguro estudo; e por isso os números a que se chega, independentes da vontade de quem os calcula, ou são motivo de orgulho, que consola os que caminham na frente, ou motivo de preocupação, que deve estimular os que vão atrasados.

No sétimo ano da sua publicação ainda a *Estatística das Instalações Eléctricas* coloca Portugal no segundo caso, apesar dos progressos todos os anos registados; e pela sétima vez se sente o desejo e a necessidade de uma providência, não para nos alçar em esplendores inacessíveis, mas para nos dar a posição que merecemos e necessitamos — hoje, quando nem já os mais cépticos discutem o papel da electricidade como elemento de valorização económica e social.

*
* *

O plano geral deste volume é idêntico ao do anterior. Aparte o natural aperfeiçoamento, resultante da inclusão de novos elementos, nenhuma mudança sensível de orientação se lhe introduziu, não só porque, na sua feição actual, esta Estatística parece satisfazer, mas ainda porque a análise de publicações similares estrangeiras não sugere nada de melhor que em Portugal seja útil ou viável.

Há, contudo, nesta Estatística uma deficiência grave, que reduz de maneira sensível o seu valor como elemento de estudo do problema português da energia: a não inclusão das instalações de força motriz não electrificada e das condições do seu funcionamento; mas a maneira dispersa como se acham hoje os organismos do Estado que superintendem na matéria não permite uma apreciação conjunta de todos os órgãos produtores da energia que consumimos.

Com particular cuidado se têm omitido e continuarão a omitir os números relativos ao movimento interno das repartições desta Direcção. Pretende-se fazer desta Estatística uma publicação técnico-económica que traduza como muitos números e poucas palavras — embora com algumas, julgadas indispensáveis — um aspecto da vida portuguesa; e nessa feição, que parece a única aceitável, não fica bem a referência aos requerimentos que se despacharam ou a outros papéis que, apesar de necessários, só valem, economicamente, o trabalho que dão a fabricar.

Os aperfeiçoamentos introduzidos neste volume dizem apenas respeito à I Parte; a II Parte mantém os elementos e a disposição do volume anterior com as mudanças que o tempo trouxe às instalações.

Criou-se um capítulo de *Tracção Eléctrica*, abrangendo dois quadros que no próximo anos se completarão com novos elementos; ampliou-se o capítulo de *Consumo* com um quadro indicativo do consumo de força motriz nas diversas classes de indústrias; ampliou-se o capítulo da *Distribuição* com um quadro relativo ao número e potência dos postos de transformação e sua repartição por distritos; ampliou-se o capítulo da *Exploração* com números relativos a pessoal, e, finalmente, criou-se um capítulo de *Elementos Comparativos*, onde se resumem e agrupam os principais resultados obtidos em cada ano, para mais cómodo estudo do nosso desenvolvimento.

Não desaparece, por este motivo, o capítulo dos *Gráficos Estatísticos*, porque têm finalidade distintas os aspectos numérico e gráfico da nossa evolução; antes, pelo contrário, aumentou-se o número de figuras para tornar mais completa a visão do conjunto.

No final do volume inclui-se uma gravura a cores representando as fontes de energia eléctrica de potência superior a 100 kV, compreendendo as de serviço público e as de serviço particular; destas últimas, nas cidades de Lisboa e Porto, indica-se apenas a potência total pela impossibilidade de as fazer figurar individualmente.

As indicações relativas a concessões hidroeléctricas pedidas são dadas nessa gravura sem qualquer compromisso quanto à viabilidade técnica ou económica dos aproveitamentos; constituem apenas um apanhado dos pedidos em vigor registados na repartição respectiva. As potências que se indicam são as potências a instalar mencionadas nos projectos respectivos quando neles se faz tal menção, ou o produto da potência permanente por 2,5 (o que corresponde à utilização de 3 500 horas) quando só essa potência permanente vem indicada.

Não deve inferir-se que os aproveitamentos registados constituem todas as possibilidades dos nossos rios, como se não pode garantir que em todas aquelas quedas de água haja queda e haja água; mas nem por isso deixa de ser interessante apreciar o conjunto.

*
* *

(...)

Produção — (...) Não pode pretender-se, como neste mesmo local, acentuámos o ano passado, eliminar as hulhas inglesas da nossa importação; mas podemos e devemos dar aos recursos nacionais uma posição de maior relevo, orientando os melhores carvões nos usos industriais e domésticos, as lenhites pobres na produção de força para complemento e apoio e a energia das quedas na grande produção de electricidade. Mas se a beleza do problema não admite o derrotismo de se julgar que só o carvão da Inglaterra se pode queimar ou só as quedas de água da Escandinávia são viáveis, também não avançaremos

muito se nos julgarmos dispensados de estudo e dedicação, convencidos de que o futuro se subordina a imposições sem ambiente, que ninguém cumpre, como as da lei dos aproveitamentos hidráulicos ou do decreto nº 14.009.

(...)

Os comentários finais não podem ser diferentes do que foram no ano anterior. A nossa electricidade é «modesta mas progressiva», para empregar as palavras com que a revista austríaca *Elektrotechnik und Maschinenbau* comenta os números da nossa Estatística de 1932.

Está longe de ser consolador o estado de desenvolvimento das nossas instalações eléctricas a que a suspensão de novas montagens veio trazer um atraso passageiro, imposto por uma providência de maior alcance; mas é de esperar que dessa providência resulte um mais rápido aumento das cifras desta Estatística.

Chegámos a um ponto instável na vida da nossa indústria eléctrica; e ainda bem que o alcançámos, porque assim se mostra o progresso que temos tido, progresso material das cousas e progresso espiritual das ideias, ao qual já não satisfaz a organização em que vivemos.

Queixam-se os concessionários contra o Estado porque este lhe pediu que suspendessem por algum tempo as suas aspirações, nem sempre razoáveis, e queixam-se aqueles, uns contra os outros, porque todos se copiaram no tropel de pedir concessões num ritmo precipitado; queixam-se os consumidores contra os concessionários pelas suas tarifas e pelas suas exigências; queixa-se contra si mesmo o próprio Estado pela necessidade de uma ordem e de uma técnica mais perfeitas.

Ao publicar este volume fica-nos a fundada esperança de que o volume seguinte virá encontrar na atmosfera já serena duma nova orgânica o caminho que fará florescer a electricidade portuguesa.

Direcção dos Serviços Eléctricos, 9 de Junho de 1934. — O Engenheiro Director. *Ferreira Dias.*

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1934*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Direcção dos Serviços Eléctricos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1935, pp. III-XI.

Relatório

Com um pouco mais de esforço para melhor cumprir, conseguiu-se este ano ter apurados em meado de Maio os números da *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal* relativa ao ano de 1934. Procura-se

com esta pontualidade compensar um pouco do muito que deixámos de fazer em sucessivas décadas passadas.

Quando mais não seja ainda possível tentar na ordenação e incitamento da indústria eléctrica, vão-se apurando números, na convicção sempre serena de que hão-de vir a ser úteis e na certeza sempre confirmada de que hão-de colher o agradecimento de alguns que os sabem ler e a indiferença de todos os restantes.

Desde já, e mesmo que aquém fronteiras nunca venham a servir, estes subsídios estatísticos, espalhados pelo mundo fora, são um elemento nacional de propaganda que interessa aproveitar. Esta Direcção o tem feito. É restrito o meio técnico em que se divulgam e é mesquinha a estatura dos números para se desempenharem com brilho do cargo de embaixadores; mas, ao menos, fica a estes Serviços a satisfação do dever cumprido no que cabe em suas atribuições, ao ver figurar Portugal nas estatísticas internacionais de energia eléctrica, como país em dia com os seus números.

As estatísticas da força motriz começaram a fazer-se, rudimentares, nos principais países no último quartel do século passado; e os estudiosos do ofício, a quem estas matérias são familiares, conhecem o volume de trabalho que o problema hoje movimenta em todo o mundo em publicações inumeráveis, em congressos ininterruptos, em repartições públicas, em associações privadas. As estatísticas norte-americanas registam valores desde 1880 e pode bem ser que as haja mais antigas; mas entre nós estes elementos só começaram a ser compilados em 1927 — com 50 anos de atraso.

Durante meio século o problema da força motriz (e quantos outros!) deve ter-se apresentado como demasiadamente prosaico para prender a atenção da nossa gente, levada, por falsa preocupação de superioridade mental, a desdenhar das realidades em favor de abstracções vazias de sentido. Hoje, que começa a reacender-se em nós uma consciência apagada há séculos, já temos, pelo menos, umas notas de estatística para oferecer ao estrangeiro em troca das que nos manda; mas os nossos números, pela sua modéstia e pela falta que revelam de um plano orientador, colocam-nos ainda entre os últimos da Europa. Salva-nos a desculpa de estarmos a começar.

(...)

Potência instalada. — (...) Já custa chamar desoladores a estes números, à força de repeti-lo. A potência total das centrais é baixa; mas a potência média é baixíssima em consequência do número elevado de pequenas instalações, em permanente multiplicação.

(...)

Sem defendermos a doutrina sistemática da auto-suficiência imposta como sacrifício, julgamos útil dispensar o alheio quando este pode ser suprido com o trabalho próprio; e ao olharmos para o pouco que trabalhamos — pelo muito mal que sabemos trabalhar — descobrimos

dobrado valor no crescimento da nossa actividade. E se é assim na paz, digamos também que o não é menos na guerra — para não fugir à moda desta Primavera.

(...)

Queimemos carvão nacional; não o desbaratemos. Entre os extremistas do carvão e da água temos mantido sempre esta posição eclética. O carvão serve para queimar, mas a supremacia da produção eléctrica compete aos aproveitamentos hidráulicos. Não são coisas incompatíveis.

(...)

E quanto às centrais a construir no futuro — não nos falece a esperança de que se construam algumas ainda dentro da nossa geração — mais uma vez se repete que não podem ser microscópicas e que a regularização do caudal dos anos médios secos deve ser, ao lado do orçamento da obra, o primeiro ponto a exigir reflexão.

(...)

Saiu iludida a esperança, a que no relatório do ano passado chamáramos fundada, de que este volume viesse a publicar-se na atmosfera já serena de nova organização da electricidade portuguesa. Não faremos mais augúrios.

Mas se no aspecto geral a posição não melhorou, o aspecto económico não deixa de ser animador. Apesar de tudo, o consumo cresceu e já hoje se sente em muitos pontos a falta de electricidade. Há 10 ou 12 anos o problema português da energia era exclusivamente um problema de consumo: apesar de quase não haver centrais, as que havia trabalhavam em vazio; hoje, o mesmo problema continua a existir porque o consumo específico de 44 kWh por cabeça é impróprio de gente que se preza, mas começa a mostrar-se — e bem-vindo seja — o problema da produção. Coexistem os dois.

É preciso olhá-los, medi-los e resolvê-los simultaneamente. Mas nem as maiores centrais, nem as linhas mais imponentes que o pensamento alcance resolvem o nosso problema na fase de crise doutrinária em que hoje se encontra. Há opiniões com mais ou menos calor e acerto, umas conhecidas e outras reservadas; falta a doutrina legal. Falta ficar um critério sobre aproveitamentos hidráulicos, orientar as concessões de centrais térmicas, refundir profundamente os cadernos de encargos sobre distribuição, reformar os regulamentos de licenças, firmar o papel do Estado como animador e colaborador da obra de electrificação — numa palavra, falta lançar ideias novas e dar finalidade e coisas que hoje a não têm.

Este aspecto, seguramente o mais difícil, não é o único; tem que se lhe seguir o plano das obras. Mas a ordenação da indústria eléctrica tem que proceder a sua expansão; mostram-no as reflexões deste relatório, as dos relatórios que o antecederam e tudo o mais que se sabe e se não diz.

Quebrará o encanto quem souber (e puder) imprimir aos órgãos dispersos da electricidade portuguesa a harmonia serena das leis físicas do Universos. Esse terá achado o que nos falta: a Lei.

E a Lei será fecunda.

Direcção dos Serviços Eléctricos, em 25 de Maio de 1935. — O Engenheiro-Director, *Ferreira Dias.*

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1935,* Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junta de Electrificação Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936, pp. III-XIII.

Relatório

Correm várias opiniões sobre o poder dos números. Asseveram uns que lhes pertence o governo do mundo; dizem outros que antes deixam ver como ele é governado; há quem repita a banalidade de que os números falam, e há quem os leia sem perceber o que significam.

O certo é que a lição dos números nunca se oferece bem nítida ao conhecimento dos homens. Quer se procure tirar dela uma visão retrospectiva, quer, principalmente, se procure extrapolar na previsão do desconhecido, colhe-se quase sempre como resultado uma imagem desfocada, que a irregularidade dos fenómenos sociais ou económicos não deixa precisar.

Demais, são de sobejo conhecidos os erros de diversa índole que podem falsear um valor estatístico; e daí o exagero sofista de chamar mentira à estatística e tempo perdido ao seu estudo.

Mas se abandonarmos os extremismos, fundamentalmente destrutivos, e nos colocarmos na zona do razoável no espectro do pensamento, veremos atribuir à estatística cuidada e oportuna valor incalculável na vida da colectividade. Por isso a Junta de Electrificação Nacional, a três meses da sua posse, traz a público a *Estatística das Instalações Eléctricas* relativa ao ano de 1935, com o mesmo desvelo que lhe dedicaram os organismos que a antecederam.

Na verdade, a Junta difere apenas desses organismos em não poder atribuir a outrém a culpa do que não fizer. Faz-se esta confissão por dois motivos: porque a outros servirá de exemplo, que não parece mau, e porque à própria Junta servirá de estímulo quando sentir mais forte a resistência do meio.

* * *

Ao encarar-se a multidão de problemas novos que os últimos anos viram nascer e enfrentar em Portugal quase se duvida de que a origem comum de todos eles seja uma ideologia política mais nacionalista, criada e servida por homens de melhor têmpera. A alguns parece que não basta a causa para explicar a extensão do efeito.

Mas, mesmo que queira atribuir-se à marcha imparável do tempo o germinar de algumas destas questões, há que reconhecer o ambiente novo em que vivemos, como se tivéssemos mudado de clima no domínio das ideias. E o clima condiciona a vida.

Há uma dúzia de anos o problema da energia — e falamos deste porque nos interessa — tinha já em todo o mundo a importância que hoje tem, mas levantá-lo em Portugal seria temeridade que cairia na indiferença ou no ridículo, como se fosse tentativa de cultivar planta exótica.

Correm as coisas no presente de maneira diversa. Na linguagem oficial fala-se de assuntos novos; parece que o *habitat* da civilização europeia se estendeu até à ponta de sudoeste, onde começam a mostrar-se, talvez ainda insuficientemente vincados, os seus frutos materiais e espirituais.

As propostas de lei nºs 7 e 82 (respectivamente da Reconstituição Económica e dos Petróleos Brutos), apresentadas pelo Governo, os pareceres da Câmara Corporativa a que deram origem, relatados pelo engenheiro Prof. Vicente Ferreira, e os Decretos-Leis nºs 22 788 e 26 470, que criaram o Instituto Português de Combustíveis e esta Junta, mostram que o problema da energia, mais do que uma ideia aceite, é uma preocupação dos poderes públicos; e se algumas vozes afirmam que tal problema não existe entre nós — e sabemos que essas vozes se levantam — elas deixam ver quase sempre quanto é agradável o comodismo de algumas situações criadas.

Às vezes não é por mal que se diz mal; diz-se porque se não pensa, ou porque se não percebe, ou porque se acha fácil e bonito ter ideias de oposição quando se não tem responsabilidade naquilo que se afirma. No fundo, um defeito de raça, que o norte da Europa quase desconhece, e mais um embaraço que se espera vencer.

(...)

Produção. (...) De uma forma geral mantém-se com o aspecto dos anos anteriores a posição relativa da energia de origem nacional e de origem estrangeira: cerca de meio por meio. É natural que em pontos restritos as coisas melhorem pouco a pouco, mas as grandes linhas da questão só mudarão quando houver energia hidráulica a abastecer os distritos de Lisboa e Setúbal. Conseguiremos assim alimentar de fonte nacional 80 por cento do nosso consumo de energia eléctrica; mais algumas linhas de alta tensão permitiriam sem dificuldade passar acima de 90 por cento. Neste campo de actividade teríamos declarado a nossa

independência quanto a matérias-primas, e estaríamos mais sossegados a respeito de perturbações de origem externa — tanto quanto o sossego é compatível com a barafunda da vida presente. Não teríamos arrumado o problema geral da energia, que é vasto e complexo, mas ficaria resolvido o problema da energia eléctrica, que é parte importante daquele.

(...)

Distribuição. (...) Há pessoas que com certa frequência dissertam sobre Rede Eléctrica Nacional e declaram que não vêem nada; e muitas haverá que, ao lerem o que nestes relatórios se tem escrito sobre as linhas em construção, verão apenas o acaso como fonte de certa harmonia que se esboça.

As coisas não se passam inteiramente assim. Os serviços do Estado podem não ter força nem dinheiro para imporem aos particulares determinada acção ou fazerem por sua conta determinada obra; mas nada os impede de incitarem o que lhes parecer bom e indeferirem o que lhes parecer mau. Não precisam, para isso, nem da verba do orçamento, nem do artigo da lei, nem do argumento da força pública; basta-lhes um critério para distinguir o bom do mau. É passivo, mas é alguma coisa.

É claro que o bom e o mau são relativos, como sempre, e dependem do critério de referência; mas o mundo é assim, e o caso é filosófico demais para interessar aqui. De positivo, temos procedido como ficou dito; sentimos a responsabilidade de termos impedido que se façam algumas coisas, mas ainda nos não pesou a consciência; em contrapartida dá-nos alguma alegria ver que nos orientamos para determinado objectivo.

Se a electricidade caminhasse sempre assim, a sua marcha seria infinitamente lenta; mas o que se faz, mesmo que não pareça, já é Rede Eléctrica Nacional. O que é preciso é deixar de ser passivo; é multiplicar as obras por 10 e virar do avesso as directrizes da lei.

Voltamos a ter alguma fé.

(...)

Exploração. (...) Finalmente, se compete ao Estado respeitar como legítimos os direitos do capital, também lhe cabe, como último objectivo, manter e prestigiar as necessidades morais do homem, de que a justiça e a ordem se podem apontar como símbolos; e para bem se desempenhar deste encargo precisa reparar na agitação do mundo e notar que, se há ódios condenáveis, também já muita injustiça social, que importa corrigir. A este problema o temos como fim; aos outros como meios.

(...)

Este relatório arrancou uns números do volume a que serve de introdução para lhes dar relevo e, principalmente, para apontar defeitos; passou em branco sobre alguns assuntos, ou porque em relatórios anteriores já foram abordados, ou porque pareceu melhor não lhes tocar.

A Junta de Electrificação Nacional tem o encargo de propor ao Governo a reforma da electricidade portuguesa. Mas reformar não é apenas mudar melhorando. Melhorar é, neste caso, verbo transitivo: quem melhora melhora alguma coisa. A acção de melhorar pressupõe a existência de um estado pior; o sujeito para praticar a acção precisa conhecer o estado inicial. É lógico.

Este relatório é a descrição abreviada do estado inicial.

Junta de Electrificação Nacional, 31 de Julho de 1936. — O Engenheiro Presidente, *Ferreira Dias*.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1936*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junta de Electrificação Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1937, pp. III-X.

Relatório

Desde 1929 que a *Estatística das Instalações Eléctricas* aparece precedida de um relatório em guisa de prefácio.

Em época de economia liberal, quando o Estado assiste passivamente à livre expansão da iniciativa particular, quando muitos dos seus órgãos, privados por lei de opinião própria, se confinam ao papel de fiscalizadores, em funções por vezes platónicas, quando à consciência das pessoas que a têm chega a pôr-se o problema de saber se esses órgãos merecem existir, o relatório de uma estatística não pode ser mais do que um epítome que facilite a consulta dos quadros do texto.

Mas quando os órgãos do Estado exerçam actividade construtiva (e construir não tem só o aspecto material) um relatório anual, como este, deve juntar à crítica dos números um resumo do que se fez, do que devia ter-se feito e do que projecta fazer-se; desta maneira se tornam patentes, simultaneamente, o progresso da Nação, a qualidade das pessoas e o mérito do sistema.

A economia da electricidade não é hoje entre nós nem liberal nem dirigida; é um termo médio, mal definido, porventura instável, que importa substituir por um sistema preciso, servido por uma doutrina bem clara.

Neste período de transição, que, esperamos, será breve, multiplicam-se as dificuldades de todos os problemas, ou melhor, aparecem dificuldades onde não deviam existir; a velha frase «porque é do regulamento», que, apesar de anedótica, é um símbolo de ordem e um primor de comodidade para resolver pequenos atritos, raras vezes se pode usar por carência de doutrina legal; aqueles que apreciam a polémica

— felizmente não são todos — abusam com intransigência da fraqueza dos serviços; e aqueles que são muito susceptíveis melindram-se com algumas verdades que a justiça manda dizer.

Não tanto por isto, que a razão nos aconselha a levar resignadamente, mas porque se aguardam decisões superiores, impõe-se a este relatório ser discreto; não diremos o que fizemos nem o que pensamos, cingindo-nos a comentar ao de leve os números que se seguem.

(...)

Produção. (...) Mesmo tudo isto ponderado, não se hesita em afirmar que queimamos mal o carvão que temos; queimá-lo-emos melhor quando o Instituto Português de Combustíveis conseguir introduzir um pouco de técnica nas pequenas instalações e os Serviços Eléctricos conseguirem mandar fechar todas aquelas que existem como resultado de um jogo de teimosia, cortando ao meio (ou a um lado) a distância que separa dois inimigos que a economia liberal não consegue harmonizar: o distribuidor e o consumidor.

(...)

Distribuição. (...) É modestíssima toda esta actividade; não está em nossas mãos fazer mais do que procurar dar-lhe certa harmonia, mas sabemos que muitos achariam preferível que fossemos partidários da não intervenção. É muito possível que essa harmonia seja má; mas persistiremos nela enquanto tivermos a concordância de quem manda e nos não convencermos de que a má harmonia não está um furo acima da boa desarmonia.

A técnica da construção de linhas continua boa nas principais empresas; só é pena que se não generalize para evitar certos casos que destoam. E é principalmente de lamentar a falta de escrúpulo com que certos construtores de linhas executam os trabalhos a seu cargo, criando tipos de postes que são hilariantes fantasias arquitectónicas, olhando os projectos como inutilidades regulamentares e tratando com a irreverência própria de espíritos superiores as condições de segurança.

Estamos na disposição de tomar a ofensiva contra este género de actividade pelo que ofende directamente a técnica e pelo que ofende indirectamente o nosso nome de civilizados. Achamos mesmo que deveria romper-se uma ofensiva geral contra a pecha nacional de fazer mal feito, não porque não saiba ou não possa fazer-se bem, mas porque o desleixo ou a falta de educação o não deixam muitas vezes fazer.

A tendência para o torto e para o imperfeito é manifesta, mesmo nas mais simples tarefas; tem-se a impressão de que há falta de Geometria na educação do povo, que não tem vocação natural para a linha recta nem sente a superioridades das coisas uniformes ou contínuas.

Há artigos que se fabricam e consomem em Portugal que deixam a um civilizado a mesma impressão que os panos de riscas encarnadas que se vendem aos pretos. Não é falta de dinheiro de quem faz ou de quem compra; é, na maior parte das vezes, falta de Geometria.

(...)

Explicar estas coisas o melhor que sabe, compor pequenos problemas que o tempo levanta, tem sido a actividade desta Junta, enquanto aguarda decisões superiores.

Junta de Electrificação Nacional, 31 de Agosto de 1937. — O Engenheiro Presidente, *Ferreira Dias*.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1937*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junta de Electrificação Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1938, pp. III-XVI.

Relatório

Terminou no dia 20 do passado mês de Abril o prazo de dois anos concedido pelo Decreto-Lei nº 26 470 à Junta de Electrificação Nacional para elaborar os diplomas relativos ao novo estatuto que deve reger a indústria da produção e distribuição da energia eléctrica.

Apesar do trabalho feito, não pôde o Governo tomar deliberações dentro daquele prazo, o que ocasionou a recente publicação do Decreto-Lei nº 28 689, que prorrogou por dois anos a duração da Junta; daqui o caber-nos mais uma vez o encargo de escrever estas palavras, que abrem um novo número da Estatística das Instalações Eléctricas.

Completam-se com este volume os elementos relativos a onze anos, contados a partir de 1927, porque, embora o decreto nº 5 786, de 10 de Maio de 1919, determinasse já a recolha de elementos estatísticos da indústria eléctrica, nunca se cumpriu essa disposição na vigência do regime liberal.

Foi a Repartição dos Serviços Eléctricos, criada pelo decreto com força de lei nº 14 165, de 25 de Agosto de 1927, que recolheu os primeiros números relativos a esse ano; e é em seguimento deles que todos os anos, a partir dessa data, se traz a lume, pontualmente, esta publicação.

Pelas razões invocadas no relatório do ano transacto, não é possível satisfazer aqui certa curiosidade legítima — e cada dia o é mais — de saber o que se pensa, o que será possível e o que será provável quanto à orgânica futura. Parece haver certa convicção de que é indispensável ou, mais modestamente, que é vantajoso mudar algo do que existe; e parece inegável que a opinião pública, embora debilmente, manifesta já certo sentir quanto a coisas de electricidade. É natural, por isso, a insistência com que nos pedem informações; e é com prenúncios de satisfação — porque esta vem longe — que vemos estes factos desmentirem certa afirmação de que o problema da electricidade em Portugal não existia, mas fora inventado.

Confiamos, pois, no período transitório, em que se procura seguir caminhos novos sem que a lei expressamente o determine. Apenas o Decreto-Lei nº 27 289, de 24 de Novembro de 1936, e o artigo 8º do Decreto-Lei nº 28 123, de 30 de Outubro de 1937, vieram dar à Junta alguns poderes no que se refere a tarifas e mais cláusulas das concessões municipais e das distribuições em regime municipalizado; mas esses poderes, que são bem poucos, não podemos exercê-los tão inteiramente quanto seria desejável; ficamos mesmo em geral bem longe disso, porque é impraticável impor boas condições de venda de energia antes de resolver, por uma providência larga e radical, o problema da dispersão e da pobreza da quase totalidade das nossas três centenas de distribuidores em baixa tensão.

Nestes casos em que temos força pouco podemos utilizá-la; em todos os outros em que a não temos vamos exercendo uma acção quase pessoal, que depara alternadamente com a boa vontade de uns e a intransigência de outros. Mas esta acção, forçadamente lenta por pouco estimulante — o verdadeiro estímulo não estamos autorizados a dá-lo nem a prometê-lo -, traz canseiras que fazem desanimar; porque o mais simples caso exige só por si, de cada vez, tantas contas, tanto tempo, tanta explicação como uma grande reforma da electricidade.

Às vezes vencemos, outras convencemos, outras ainda conseguimos que nos ouçam — dizem-no — para nos fazerem favor; e outras vezes ainda a nossa tentativa acaba em fracasso — repulsivo para temperar o ânimo.

Acrescem pequenos atritos resultantes de uma legislação dispersa e nem sempre conforme; e tudo isto nos faz sentir o desejo muito sincero de que as coisas tomem rumo bem definido. Sem ele todo o esforço é inglório e o amor ao trabalho uma figura de retórica.

(...)

Potência instalada. (...) Servidores vitalícios da Electricidade e servidores transitórios do Estado, metidos por amor da arte nestas andanças de harmonizar interesses que reputamos harmonizáveis, fica-nos algumas vezes, mesmo quando vencemos, a mágoa de não convencermos.

Há quase sempre descontentes, seja por preconceito ou desconfiança deles, seja por míngua do nosso poder de apostolado; e há-os também pela falta já aqui apontada de fundamentos legais da nossa acção. Não nos lembra se Maquiavel, na obra que ofereceu a Lourenço de Médicis, aconselha o príncipe a apontar base legal nas suas determinações, mesmo que seja falsa. Se o não fez, devia tê-lo feito.

(...)

Produção. (...) Importa notar, para melhor juízo do assunto, que a má posição dos recursos nacionais não depende de uma questão de concorrência externa nem da incapacidade orgânica do País para se bastar; nem pode ser modificada por simples providências fiscais, como é de regra em muitos produtos. Exige um plano nacional da energia.

(...)

No dia em que tivermos uma central hidro-eléctrica capaz de garantir 250 ou 300 milhões de kWh e uma linha que traga essa energia às margens dos estuários do Tejo e do Sado teremos nacionalizado, sem mais complicações, 90 por cento da nossa energia eléctrica, teremos dado vida a algumas indústrias electroquímicas de interesse vital em que hoje é inútil pensar e poderemos facilitar alguma electrificação ferroviária, que, em grau mais ou menos modesto, não deixará de ter interesse.

Mas esta central não pode ser um órgão isolado como o seria um edifício ou um jardim; tem que se integrar no conjunto das centrais existentes, tem que se interligar e trabalhar em comum com elas, tem que ser para elas, ao mesmo tempo, ajuda e ameaça; tem que ser, em nossa opinião, um alto exemplo de corporativismo e de colaboração do Estado, se bem conseguimos compreender os ideais políticos do Estado Novo.

A obra de electrificação só é fecunda nesta base harmónica e regrada; e por isso o plano de organização tem que preceder o plano da central. Cremos que isto é tão evidente em todas as coisas que parece insensato repeti-lo; todos os dias ouvimos censurar as obras sem plano; mas por isso mesmo temos que dizer mais uma vez que a reforma da electricidade portuguesa — de que a nacionalização é um aspecto — precisa fundamentalmente de vasta lei que a oriente. Sem ela só teremos poeira ou fragmentos que se não ajustam.

(...)

Junta de Electrificação Nacional, 20 de Agosto de 1938. — O Engenheiro Presidente, *Ferreira Dias*.

«Relatório», *Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal. Ano de 1938*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junta de Electrificação Nacional, Imprensa Nacional, Lisboa, 1939, pp. III-XXII.

Relatório

A prorrogação por dois anos do mandato da Junta de Electrificação Nacional, determinada pelo Decreto-Lei nº 28 689, traz-nos a obrigação de escrever mais uma vez a abertura da *Estatística das Instalações Eléctricas*.

Tem sido uso desde o segundo número — e estamos no décimo primeiro — abrir esta publicação com um relatório; e nele se costuma fazer, a par do comentário estatístico, o resumo de um ano de trabalho da indústria eléctrica portuguesa.

Parece-nos bem proceder assim, damos vida a milhares de números que a falta de umas palavras de apresentação tornaria monótonos e frios, e, porventura, inacessíveis a muitos; mostramos com serena verdade, sem exageros deformantes, tão usuais, o que vale e o que faz este sector da Nação; e tornamos patente o nosso próprio trabalho naquilo em que o sentimos verdadeiramente útil — não apenas como fiscais do regulamento, mas como peça activa da indústria, com aquelas funções de iniciativa, de coordenação e de arbitragem que nos permitem os poderes da lei e a confiança dos particulares.

Nestes relatórios se mencionam obras e planos, progressos e aspirações; neles falamos do que nos parece bom e do que julgávamos mau, como se foram imitações profanas das *Epístolas aos Coríntios*; e por eles, alguns nos elogiam pelo desassombro e outros nos censuram pela irreverência. Mas nem uns nem outros têm razão.

Quem visitasse há anos o Palácio de Cristal do Porto, quando nele se admirava a Exposição Colonial, teria lido num dos topos do salão, em lugar de destaque, esta frase do Chefe, que reproduzimos de memória: *Portugal poderá ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação.*

Estas palavras foram ali postas para que todos as lessem; eram para todos um apelo e para os portugueses de boa vontade uma ordem. Mas cumprir uma ordem implica compreendê-la; e nós julgámos compreender que a frase elegante e optimista, escrita naquela parede como paládio do nosso ressurgimento, queria dizer, despida das galas que o local impunha: *Portugal poderá ser, se nós o fizermos, uma nação bem melhor do que é.*

Fazer Portugal melhor não se consegue com insatisfações políticas, nem com a crítica sistemática de assuntos para que se não tem preparação, nem com a passividade dos organismos acéfalos; mas consegue-o cada um, dentro da pequenina célula em que trabalha, dedicando-se à sua profissão, estudando os problemas que lhe são conexos e promovendo à volta deles um agitar de ideias, vibrante mas ordeiro, para que a consciência nacional os enxergue e os coloque na posição que merecem.

É isto apenas o que fazemos; se o estilo é por vezes vivaz, não é desassombro nem irreverência; é talvez, pela força do hábito a preocupação didáctica de avivar os contornos de algumas imagens essenciais. Não merecemos nem louvor nem censura; cumprimos uma ordem, tal como a entendemos, com o entusiasmo que nos empresta a nossa devoção de portugueses e de electricistas.

*
* *

Houve tempo em que as estatísticas portuguesas tinham fama de não existirem ou andarem atrasadas. E parece que a fama era justa.

Mudaram as coisas para melhor, com alargamento na matéria e perfeição na pontualidade; ergueram-se justos louvores aos pioneiros desta

reforma; e todos os serviços públicos começaram a reconhecer a vantagem de fazer estatística, enviando às entidades que fiscalizam os respectivos boletins.

A aplicação das leis da Física aos fenómenos políticos, sociais e económicos tem sido tentada muitas vezes com êxito; e, no caso presente, a imagem de um corpo elástico em movimento oscilante, que ultrapassa, pela acção da inércia, o ponto de equilíbrio, não deixa de ter sua analogia. Sob a acção do impulso inicial, a elasticidade do sistema estatístico tem conduzido algumas vezes a um erro por excesso, com duas manifestações: a sobreposição de elementos pedidos e a colheita de dados que não chegam a ser origem de nenhum estudo, pelo menos conhecido.

Aqueles que, como nós, já trabalharam na indústria — do outro lado da barricada, segundo a frase de Clemenceau — conhecem o justo mau humor com que se satisfazem as exigências oficiais cujo objectivo se não percebe; e como queremos servir sem molestar, reduzindo aos nossos Serviços a fama de impertinentes — evitá-la é impossível —, temos tentado corrigir, quanto podemos, aqueles defeitos.

Fizemos um primeiro acordo com o Instituto Português de Combustíveis, no que se refere a máquinas instaladas; este, em vez de se dirigir aos industriais, serve-se do nosso arquivo como se seu fora. O segundo acordo propusemo-lo o ano passado ao Instituto Nacional de Estatística, e foi sancionado pelo decreto nº 29 599, de 15 de Maio de 1939; este organismo desiste de colher elementos sobre a indústria da electricidade e nós comprometemo-nos a oferecer-lhos, já compilados, em prazos estabelecidos. O terceiro acordo tencionamos propô-lo à Direcção Geral da Indústria, cujos boletins estatísticos nos têm parecido mais eléctricos do que industriais; e é possível que no futuro procuremos entender-nos com outros organismos que se proponham vir repetir aquilo que já fazemos desde 1927 — e relativamente bem.

Não julgamos possível evitar o que apontámos com a centralização total destes trabalhos no Instituto Nacional de Estatística, porque há matérias especializadas que só alguns Serviços sabem lidar e que a esses especialmente interessam; mas não pareceria descabido que os boletins a emitir fossem sujeitos à verificação de um órgão central — não para ingerência no trabalho de cada um nem para o comentário inútil da redacção ou do formato, mas para a verificação sumária e rápida das interferências e para a supressão de tudo aquilo que não fosse objecto, em tempo oportuno, de uma compilação pública ou reservada.

Seria para nós mais uma peia, mas aceitá-la-íamos de boa vontade.

(...)

Potência instalada. (...) Muitas das nossas indústrias não são grandes, nem médias, nem pequenas; formam um sistema abaixo de toda a crítica, que podemos designar por «economia de vão de escada»; e o

sistema conserva-se e prolifera durante longo tempo porque há uma simpatia geral pelo que é humilde, mesmo que seja francamente mau.

Tudo que em Portugal é grande é olhado com suspicácia; entre uma indústria bem montada e um curioso que trabalha por palpite, ou entre uma empresa ferroviária e um camionista de letras grossas, o português não hesita: vota sempre pelo segundo. E só nas horas de aperto, quando se sente a falência ou a concorrência estrangeira, quando se vê a incapacidade da produção nacional, quando se reconhece que a pauta não é remédio para todos os males, quando se percebe que precisamos de trabalhar e não apenas de nos entreter para não sermos subvertidos pelo avançar dos estranhos, é que corremos a concentrar a finança e as instalações, a gritar pela técnica, a aperfeiçoar os fabricos.

Desconfiamos mesmo que às vezes se cai na desorganização para fugir ao exclusivo; mas parece-nos razoável pensar se ante a pequena capacidade consumidora do País e a grande produção das modernas unidades industriais, não seria preferível perder o medo e entrar afoitamente pelo monopólio. Ao menos tínhamos a certeza de ter uma indústria; pelo outro caminho arriscamo-nos a nunca ter coisa nenhuma.

(...)

Na política de fomento que se tem seguido, depois que se arrumaram a fazenda e a vida dos portugueses, julgamos descobrir este critério: estradas, portos, rega, arborização, saneamento, edifícios, urbanização, telefones, tudo que pertence à actividade exclusiva do Estado, está em marcha com a velocidade que permite a nossa capacidade em trabalho e em dinheiro; mas as questões de interesse geral afectas à actividade privada — referimo-nos à electricidade e aos caminhos-de-ferro — não têm partilhado daquele tratamento como se o seu progresso não interessasse também a todos nós e ao conceito de Portugal no mundo[3]. Não parece que estas tenham menos categoria de obras públicas do que as outras; em todos os países do mundo, ou são funções do Estado ou concessões do Estado fortemente fiscalizadas. E em toda a parte têm igual tratamento.

(...)

Temos sido consultores gratuitos de todos que nos querem ouvir, sejam entidades públicas ou privadas: a consciência de bem servir é quanto basta para nos pagar. Não somos infalíveis; apenas devemos ter menor probabilidade de erro do que muitos outros; mas, quando a lei não manda, há muitas vezes reacções secundárias que impedem as coisas de tomarem o rumo que o senso comum acharia razoável.

[3] Há poucos meses, em França, em conversa com franceses, falávamos da demora das ligações ferroviárias entre Paris e Lisboa, por causa da lentidão das marchas na linha espanhola. Um dos presentes comentou: «Que maus combóios! A Espanha é um país atrasado». Nós guardámos envergonhado silêncio.

(...)

Produção. (...) A economia do carvão das locomotivas poderá ainda fazer-se substituindo-o pela electricidade; temos a convicção de que, depois de se perder muito tempo, ainda se há-de recorrer a alguma electrificação ferroviária — também acentuamos a palavra *alguma* —, apesar de estarmos numa época em que a evolução do automóvel desorientou as ideias até ao fanatismo.

(...)

Já uma vez aqui dissemos e agora o repetimos: não é com diplomas, como a lei dos aproveitamentos hidráulicos ou o decreto nº 14 009, sobre carvões nacionais, em que se exprimem vagos desejos, sem explicar como se realizam, que as cousas de energia se orientam em base sólida. É preciso ser realista e querer realizar. A obra parece útil e além de útil seria linda; e aos olhos dos técnicos seria mesmo tão bonita como um plano de urbanização o é para o comum das gentes.

(...)

Consumo. (...) No empenho de concorrermos para o nosso desenvolvimento industrial e de conseguirmos trabalho permanente para alguns portugueses temos feito toda a espécie de esforços no sentido de conseguir energia eléctrica em condições aceitáveis para uma indústria electroquímica que pretende montar-se no nosso País e que a nós recorreu; mas os resultados não têm sido brilhantes. Às vezes levantam-se vozes a favor das indústrias do azoto ou do ferro; mas tudo morre ao primeiro arranco, porque não há o essencial: a electricidade.

Não há nem cremos que a possa haver enquanto a indústria da produção e distribuição de energia correr como até hoje sem rumo de objectivo nacional; enquanto não se puserem em prática uma remodelação na orgânica, que assenta em princípios doutrinariamente falsos, e uma colaboração estreita e cordial entre Estado e concessionários.

Julgamos falso o princípio da livre concorrência em que se fundamente a nossa legislação, quando se vive em monopólio de facto e se não pode nem deve viver de outra maneira, como já hoje se reconhece mesmo nos grandes países industriais; julgamos falso o critério de manter sob a alçada municipal, que lhe destrói a unidade, um problema de feição nacional que os progressos da técnica, ligando as redes e mantendo-as em apertada independência, tornam cada vez mais indiviso; julgamos ainda falso o critério de que basta saber ler e escrever para saber distribuir electricidade com acerto e proveito.

(...)

Distribuição. (...) Não conhecemos nenhuma nação próspera — mesmo pequena — que não seja servida por uma grande e próspera Electricidade.

(...)

Exploração. (...) O que acima de tudo importa registar é que essas más condições não resultam tanto do baixo nível de consumo do País

como da falta de organização racional; porque é sabido que quanto menos favoráveis são as condições naturais de existência de uma indústria tanto mais longe tem de se levar o rendimento da organização.

(...)

Pensámos acabar este relatório com algumas reflexões sobre fomento industrial. Talvez por deformação profissional, temos a impressão de que este assunto não alcançou ainda entre nós a atenção que lhe é devida, como fórmula estável para dar trabalho e desafogo aos portugueses.

A notícia, chegada hoje, de que nova guerra começa, e com ela todas as preocupações que lhe são inerentes, fez-nos desistir do intuito, por inoportuno.

E como resumo de tudo que atrás dissemos, depois de um ano de trabalho pouco rendoso, igual a tantos outros que o antecederam, nós, que nos consideramos homens de boa vontade, confessamos mais uma vez o nosso desconsolo pela falta de interesse que julgamos sentir à volta do esforço que nos foi pedido e com o qual não temos procurado nem honra nem proveito.

Diz-se que todos têm a sua hora; pode ser que ainda um dia reconheçamos que a nossa descrença é infundada, e ouçamos a frase do Evangelho: *Homem de pouca fé, porque duvidaste?*

Junta de Electrificação Nacional, 1 de Setembro de 1939. — O Engenheiro Presidente, *Ferreira Dias.*

«Aspectos da Electrificação de Portugal», Conferência realizada em 31 de Maio de 1932 no Instituto Superior de Agronomia, in *Conferências Realizadas no Ano Lectivo de 1931-1932*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1932, pp. 45-64.

Excelentíssimo Senhor Reitor
da Universidade Técnica,
Meus Senhores:

Convidado a tratar, nesta série de conferências promovidas pela Universidade Técnica de Lisboa, de assunto de relevo na economia de Portugal, propus-me vir mostrar-vos alguns aspectos da electrificação do nosso território.

É ingrata a minha missão. Viesse eu falar-vos de estradas ou portos, de escolas e de iletrados, de conservas ou de vinho do Porto, e ninguém teria dúvidas sobre o valor nacional do tema versado; poderia a conferência ser medíocre por mingua do autor, nanja pela inferioridade do assunto. Mas falar da electrificação e querer dar-lhe cabimento entre os lugares de primazia é ainda ousado atrevimento no geral consenso da nossa terra; a electrificação não tem ainda entre nós foros de assunto nacional, de problema de primeira plana, para me permitir tomá-la como argumento desta palestra.

Não tem mas deve tê-la: eis o que pretendo mostrar-vos.

É certo que nos últimos quatro anos se tem esboçado em prol da electrificação, como benefício de ordem colectiva, um movimento que, se não tem sido inteiramente frutuoso, pode ao menos arrogar-se o triunfo de ter feito nascer o problema.

Mas têm sido poucos os apóstolos, e, mesmo muitos que fossem, não lhes era lícito pretender enraizar uma doutrina sem a submeter à cadência lentíssima do tempo.

Rede Eléctrica Nacional, quedas de água, carvões nacionais, electrificação rural, são expressões que já andam no ouvido de toda a gente; mas andam ainda mais como toada dum estribilho do que como elementos harmonicamente enlaçados dum problema de fomento — facto da melhoria económica da terra e da melhoria social da grei.

A fama dos problemas é como a fama das pessoas; depende mais, quase sempre, dos estranhos do que dos próprios. Mas se as pessoas beneficiam por vezes do elogio próprio ou do elogio mútuo, os problemas, coitados, sem outra forma de reclamo além do seu valor intrínseco que nem todos sabem apreciar, precisam de quem fale por eles para se fazerem valer. É por isso que venho falar pela Electricidade.

*
* *

Impõe-se, antes de tudo, dar resposta a uma pergunta lógica: porque apareceu só agora o problema da electricidade a querer emparelhar-se com os clássicos problemas, aceites *nemine discrepante* como problemas nacionais, como são, por exemplo, os que interessam às comunicações e ao comércio externo?

A resposta é fácil.

Se folhearmos o mais elementar compêndio de História Antiga, encontraremos invariavelmente afirmações como estas:

> No seu território, a oeste da Síria, entre o Líbano e o Mediterrâneo, os fenícios acumulavam-se em cidade junto ao mar que eram outros tantos portos donde saíam numerosos navios...
>
> A cidade de Tiro tornou-se o maior empório comercial do seu tempo...
>
> Cartago, admirável porto de mar, centro do comércio da África com a Europa e a Ásia...
>
> Durante o alto império romano desenvolveram-se extraordinariamente a indústria e o comércio graças à facilidade de comunicações; por toda a parte surgiram estradas, pontes, aquedutos, canais...

Enraizada na tradição de inúmeras gerações, a necessidade colectiva dos portos, das estradas, da expansão do comércio, entrou no número das coisas que já se não discutem.

Vejamos a electricidade.

Data de 600 anos antes de Jesus Cristo o conhecimento de que o âmbar friccionado adquire a propriedade de atrair corpos leves: há 2.500 anos que a electricidade nasceu para o conhecimento humano.

Mas durante muitos séculos se manteve infecunda a descoberta, e umas vagas doutrinas sobre Electrostática foi tudo quanto deram as idades da História antiga, média e moderna.

A Electricidade industrial é criação exclusiva dos últimos 199 anos: nasceu com o conhecimento da indução electromagnética que Faraday descobriu em 1831 e cujo centenário Londres festejou com ufania em Setembro do ano passado, fortaleceu-se em 1870 com os enrolamentos

fechados, aplicados por Gramme às máquinas de corrente contínua, e consolidou-se em nossos dias com a expansão que é ocioso referir.

A primeira linha de tracção eléctrica com carácter industrial foi estabelecida em 1881 em Lichterfeld próximo de Berlim e o exemplo estendeu-se rapidamente a partir de 1890 a inúmeras linhas urbanas e suburbanas; a expansão das linhas de transporte de energia a alta tensão só começou a fazer-se em 1894 com os progressos do transformador.

A Electricidade industrial é jovem, e não parece, por isso, que possamos inferir que os nossos antepassados usaram para com ela de menos consideração por não terem feito linhas eléctricas ao mesmo tempo e com a mesma intenção com que faziam estradas: cada um faz o que sabe e não é a mais obrigado.

Eis a razão simplicíssima porque a Electricidade só aparece agora a reclamar a atenção das classes que pensam.

E porque aparece? Porque duas razões a forçam a aparecer.

Peguemos, por exemplo, no volume que, sob o título «Journées de l'Électricité Industrielle» inclui os nºs do Boletim da Associação das Centrais Eléctricas Industriais da Bélgica (ano de 1931).

Não falemos no exemplo admirável de actividade e organização que se aspira naquelas 150 páginas; fixemo-nos apenas na comunicação apresentada pelo general Émile Mathieu, engenheiro electrotécnico, que foi chefe dos serviços técnicos do Alto Comissariado Belga nos territórios renanos, e tem por título *A concentração no domínio da produção da electricidade no estrangeiro*.

Depois de se referir ao estado da produção da energia eléctrica antes do grande conflito mundial, acrescenta o autor (pág. 71):

> Celui-ci, par la création de besoins spécialisés, ne tarda pas à provoquer le développement intensif de cette production. Mais l'impulsion donnée ne produisit tout son effet qu'après l'armistice: la rupture du front économique déclancha une concurrence effrénée à la conquête des marchés mondiaux, et chaque nation concentra ses efforts à perfectionner l'équipement électrique que devenait un élément de plus en plus important de l'armature economique.

De facto, foi depois da guerra que na Europa, como na América, o estabelecimento de linhas eléctricas de transporte e de redes de distribuição atingiu posições nunca previstas. As centrais isoladas, quando as havia, eram, até essa data, a forma mais corrente da produção da energia eléctrica, e esta era distribuída quase exclusivamente nos grandes aglomerados urbanos ou industriais. Raras linhas de alta tensão existiam há 15 ou 20 anos, e hoje, as redes eléctricas em quase toda a Europa e América do Norte formam um labirinto indestrinçável. E tão acelerada se mostra a cadência deste crescimento que as linhas eléctri-

cas já não respeitam fronteiras; o trânsito internacional da energia faz-se já hoje em larga escala nos países da Europa Central, e na 2ª Conferência Mundial da Energia, reunida em Berlim há dois anos, o engenheiro Oliven apresentou um projecto de super-rede europeia a 400.000 volts, estendendo-se de Leste a Oeste desde os confins do mar Negro até Lisboa e de Norte a Sul desde a Escandinávia até aos Balkans!

Ante esta conquista do mundo pela electricidade num quarto de século, Portugal precisa pôr-se em dia, para mostrar, ao menos, que se manifesta nele uma ressonância desta evolução universal — ressonância até hoje tão frouxa que quase parece que nem há vibração!

A segunda razão que assiste à Electricidade para se fazer lembrar é de ordem interna: ela tem a pretensão fundamentada de se julgar útil, de se julgar mesmo indispensável na actual modalidade da evolução económica e social do mundo e de Portugal, e encontra entre nós, na sua situação presente, indícios duma desorientação que desejaria ver substituída por uma harmonia bem ordenada e bem compreendida.

Está explicado porque motivo surge agora em Portugal o problema da electricidade; vamos tentar esboçá-lo no resumido tempo duma palestra.

*
* *

A situação presente da electricidade portuguesa é tão mesquinha que quase confrange falar nela e, sobretudo, pô-la em confronto com outras mais afortunadas.

Analisemos-lhe sumariamente estas quatro características: a nacionalidade, a produção, a distribuição e o consumo.

Quanto à nacionalidade, a electricidade portuguesa é estrangeira. Atinge $^{2}/_{3}$ a fracção da nossa energia eléctrica gerada por via térmica — o que quase importa dizer que a compramos em óleos ou carvões. Pagamos igualmente em bom dinheiro de contado a gasolina dos automóveis, o carvão dos combóios e grande parte dos combustíveis para a força motriz industrial não electrificada que orça por 95.000 cavalos.

Resulta esta situação da falta de recursos? Não, felizmente.

Temos recursos hidráulicos, se não óptimos como os alpinos ou os escandinavos, pelo menos bons. Temos recursos térmicos que, se não são, em geral, nem bons nem abundantes, são pelo menos muito aproveitáveis porque a técnica dos geradores de vapor já hoje não tem dificuldades em utilizar industrialmente em boas condições tudo quanto possa arder.

A central da Carris do Porto utiliza exclusivamente o pior carvão que se pode imaginar — os resíduos das minas de S. Pedro da Cova — e, contudo, os eléctricos andam.

E é interessante referir um caso muito recente para dar ideia do desapego, do desinteresse com que o público ainda hoje olha para as tentativas de nacionalização da energia eléctrica.

Por uma deficiência de ventilação, os resíduos queimados na central da Carris do Porto produziam quantidade apreciável de cinzas que, arrastadas para a atmosfera, sujavam as casas da vizinhança e desagradavam, como é natural, aos respectivos inquilinos.

Estes resolveram, por intermédio da Junta de Freguesia, pedir aos poderes públicos que na central se adoptassem dispositivos que captassem as poeiras — o que é perfeitamente legítimo e digno de ser atendido.

Mas na sua representação, irada e não facunda, os cidadãos da freguesia de Massarelos não protestam directamente contra as poeiras; acusam rudemente a Companhia Carris da infâmia sem nome de querer queimar xisto em vez de carvão!

Talvez se vissem as barcaças do Douro atracar ao cais pejadas de carvão inglês e soubessem da paralisação das minas nacionais, não sentissem revolta bastante para protestar com tanta eloquência!

Confrange esta falta de sentimento consciente do bem nacional! Mas prossigamos.

Quanto à produção da nossa energia eléctrica estamos também mal. Temos cerca de 200.000 kW instalados, repartidos por quase 400 centrais — não contando com as de potência inferior a 25 kW.

Destas 400 instalações só 20 têm mais de 1.000 kW, entre serviços públicos e privados. As outras, poeira sem valor dum produção fragmentada, com uma potência média de 120 kW, são simples *casas de máquinas* dando energia cara e má, com um trabalho intermitente, incapazes de manter um fornecimento regular, e impotentes, por maioria de razão, para fomentar o consumo. Todos sabem a escassa utilidade que hoje tem a energia eléctrica na maioria das terras em que já existe com a fama de grande melhoramento.

Esta produção dispersa, inconcebivelmente dividida e individualizada, representa o estado mais primitivo que a electrificação dum país é susceptível de apresentar: estamos na idade da pedra lascada em grande parte do nosso território, e na restante parte nem lá chegamos ainda porque temos regiões mais virgens de electricidade — excluída a atmosférica, bem entendido — do que certas florestas tropicais onde, segundo é voz corrente, «a mão do homem nunca pôs o pé».

E o quadro triste desta dispersão ainda se agrava se atendermos a que naquelas 400 centrais se não incluem as instalações de força motriz não electrificada — sistema mais rudimentar ainda, se possível for — nova pulverização por onde se repartem 95.000 cavalos.

Quanto à distribuição, se não podemos dizer que temos muito maus, podemos, pelo menos, afirmar que temos muito pouco.

Somam uns escassos 2.500 km, as linhas de alta tensão acima de 2.000 volts, incluindo traçados aéreos e subterrâneos. Pertencem essas

linhas quase exclusivamente a 5 empresas distribuidoras, assim repartidas a começar pelo norte:

1ª. — União Eléctrica Portuguesa e Electra del Lima. Transportam e distribuem a energia das suas centrais de Lindoso e Freixo (Porto) por uma linha a 75.000 volts Lindoso-Porto, (brevemente a elevar para 130 kV), por uma linha a 60.000 volts Porto-Coimbra e por uma rede bastante extensa a 15.000 volts, especialmente nos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Coimbra.

2ª. — Hidro-Eléctrica do Varosa. Transporta e distribui a energia das suas centrais de Varosa (Lamego) e Caniços (Famalicão) por uma linha a 60.000 volts Varosa-Caniços-Porto e por redes a 5.000 e 15.000 volts nas vizinhanças da Régua e Lamego, na região do Ave (Santo Tirso, Guimarães, Famalicão, Vila do Conde), nas cercanias do Porto e para o sul desta cidade até Espinho.

3ª. — Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela. Transporta e distribui a energia das suas centrais da Senhora do Desterro e Ponte de Jugais (Ceia) por linhas a 40.000, 12.000 e 6.000 volts na região serrana (Ceia, Gouveia, Covilhã, Canas de Senhorim, etc.).

4ª. — Hidro-Eléctrica Alto Alentejo. Transporta e distribui a energia das suas centrais da Póvoa e Bruceira (Niza) por linhas a 30.000 e 6.000 volts no Alto Alentejo (Portalegre, Crato, Castelo de Vide) na região de Abrantes e do Entroncamento e um pouco para o sul deste até Chamusca.

5ª. — Companhias Reunidas Gás e Electricidade. Transportam e distribuem a energia da sua central Tejo por uma linha a 30.000 volts Lisboa-Santarém e por linhas a 10.000 e 3.000 volts em Lisboa e vizinhanças (Oeiras, Cascais, Sintra, Loures).

Além destes 5 distribuidores de maior vulto, algumas outras empresas (uma meia dúzia) possuem linhas de alta tensão de mais limitado valor regional; mas, apesar disso, só uma reduzidíssima extensão dos nossos 89.000 km² possui hoje o benefício de redes públicas de distribuição a alta tensão, e estas mesmo com densidade quase sempre bastante fraca.

Daqui resulta o estado primitivo do nosso sistema produtor e a sua incapacidade para um serviço proveitoso.

Importa porém não cair no erro de supor que a nossa situação se modifica se começarmos a construir grandes centrais; é indispensável centralizar a produção em meia dúzia de núcleos capazes dum fornecimento vantajoso, mas essa evolução tem que ser precedida duma expansão de linhas que colectem o consumo e duma política de tarifas e de propaganda que o desenvolvam.

Finalmente, é quanto ao consumo que a nossa situação se manifesta mais angustiosa.

Foi de 260 milhões de kWh a produção de energia eléctrica em Portugal, em 1930, na totalidade dos serviços públicos e particulares. Correspondeu-lhe um consumo, deduzidas as perdas de transporte e transformação, de 224 milhões, número que representa uma capitação inferior a 40 kWh por habitante.

Se deste consumo total considerarmos apenas os 170 milhões que correspondem às redes públicas, para melhor estabelecermos o paralelo com os números de alguns países estrangeiros que só a estas se referem, encontraremos o consumo específico de 30 kWh anuais.

E se reunirmos num quadro os consumos específicos da energia fornecida por redes públicas em alguns países, em números redondos, encontraremos para nós a miserável situação que a seguir se apresenta:

Países	Consumo específico médio kWh/hab.
Suíça	1.000
Estados Unidos	800
Alemanha	450
Bélgica	400
Inglaterra	350
França	300
Itália	260
Espanha	120
Portugal	30

Os números apontados para os países estrangeiros referem-se a dados estatísticos de 1927, inferiores aos actuais, o que mais agrava a nossa insignificância. É certo que não ocuparíamos o último lugar se agrupássemos por ordem decrescente de consumo todos os países do mundo; mas a comparação com os que nos estão abaixo nem nos serve de incentivo nem deve servir-nos de consolação.

É muito irregular a distribuição do consumo médio por habitante da energia fornecida por redes públicas nos diversos distritos do continente. Só os 7 que a seguir se indicam tiveram em 1930 esse consumo médio superior a 10 kWh:

Distritos	Consumo específico médio kWh/hab.
Lisboa	104
Porto	70
Braga	25
Viseu	21
Coimbra	13
Santarém	11
Castelo Branco	10

São estes, precisamente, os distritos em que, como vimos, existem em quantidade apreciável as linhas públicas de transporte e distribuição; os restantes 11 alinham para baixo dos 10 kWh/hab. até ao mínimo incrível de 2,7 em Bragança.

Mesmo que somemos ao consumo das redes públicas o das instalações de serviço particular, não conseguimos uma melhoria sensível da situação; a média do país sobe para 40, como dissemos, e os distritos de maior consumo passam a ser os indicados no quadro seguinte:

Distritos	Consumo específico médio kWh/hab.
Lisboa	120
Porto	89
Setúbal	60
Leiria	39
Braga	37
Viseu	22
Coimbra	16

Até mesmo Lisboa e Porto, os nossos grandes centros consumidores, estão abaixo da média geral de Espanha!

Numa entrevista recente dada a um jornal espanhol, o engenheiro Sanches Cuervo, director da *Câmara Oficial de Productores y Distribuidores de Electricidad* do país vizinho e professor da *Escuela de Ingenieros de Caminos*, dizia com aquela adjectivação pitoresca que caracteriza quase sempre os espanhóis:

> «... el consumo de nergia eléctrica ha sido siempre uno de los indices más diáfanos de prosperidad de um país».

Por desgraça nossa, a respeito de diafanidade, o nosso índice é absolutamente opção para todas as radiações! Não há consumo nos usos domésticos, não o há na indústria e muito menos na agricultura!

*
* *

É este o pé em que nos encontramos. Saber porque chegamos a esta situação, com uma indústria escassa e com um povo inculto, sem aspirações legítimas e sem as necessidades mais comezinhas que a civilização traz consigo, é assunto que economistas têm discutido e que de momento nos não interessa. Analisemos apenas, aceites as coisas tais como são, qual é a cadência em que está marchando, a electrificação da nossa terra.

Andou à roda de 10% o crescimento anual do nosso consumo nos três anos 1927-30 — únicos de que há estatística. Se um crescimento de 10% pode considerar-se como óptimo num país de electrificação profusa em que há a esperar uma próxima saturação do mercado, o mesmo não pode dizer-se dum país de consumo rarefeito como o nosso. Na situação de atraso em que nos encontramos 10% é a estagnação.

Mas nem mesmo com esse gradiante podemos contar com segurança; a estatística de 1931, que está em organização, acusa em relação a 1930 um aumento que não deve ultrapassar 2%; é o indício inexorável do enfraquecimento universal de todas as actividades.

O alargamento das redes é também lentíssimo: poucas centenas de km por ano de linhas de alta tensão. A multiplicação destas é rodeada, da parte das empresas de todas as cautelas; são exploradas as zonas de mais valioso consumo onde a exploração é lucrativa ou é de presumir que seja, e ficam ao abandono extensões sem fim, coisa como mais de $^3/_4$ da nossa superfície, onde não é possível, pelo menos de momento, uma electrificação remuneradora sob a forma de um dividendo que satisfaça o accionista.

Com esta marcha não vamos longe.

Em face dos números baixíssimo que apresentámos é de prever que as iniciativas privadas se não afoitem a um cometimento que lhes dá poucas garantias de bom êxito financeiro. Mesmo nas zonas mais desenvolvidas, onde já consegue viver a indústria da distribuição eléctrica, é constante a lamúria das empresas pela fraca utilização das suas instalações e dos seus capitais e, mesmo assim, as mais das vezes, com tarifas incomportáveis para os usos industriais e domésticos e, com maioria de razão, para os usos agrícolas.

Acusam-se com frequência os poderes públicos por se não oporem à política de tarifas altas que os distribuidores seguem ou procuram seguir. A acusação não tem fundamento dentro da organização presente, porque esta é que é má; não é possível regular tarifas com papéis escritos no Terreiro do Paço e publicados no *Diário do Governo*.

Por um lado, é justo reconhecer, se não toda, pelo menos alguma legitimidade às lamentações das empresas pela rarefacção do consumo; basta ler a estatística e conhecer a nossa terra. Por outro lado, as disposições sobre tarifas que se incluem sempre nos cadernos de encargos das concessões, não podem ir além da fixação dum *maximum maximorum*, deixando livre à empresa a sua política de tarifas abaixo desse limite. A energia eléctrica não pode vender-se indistintamente a um tanto por unidade como quem vende artigos ao balcão de uma loja. O fim a que se destina a energia, a ponta absorvida, o factor da utilização, o horário, o factor de potência — todos estes elementos influem numa tarifa racionalmente estabelecida fazendo-a variar dentro de larguíssimos limites.

A tarifação da energia eléctrica, o estudo da influência de todos estes factores, ocupa milhares de páginas de livros e revistas; a complexidade do assunto e a diversidade das circunstâncias não permitem que a lei dê ordens taxativas sobre o valor das tarifas nem toleram que um caderno de encargos fixe normas mais apertadas que o valor duma tarifa máxima talhada com largueza.

Mas as concessões que o Estado dá, limitam-se às linhas destinadas a transportar e distribuir a energia eléctrica em alta tensão; as distribuições de baixa tensão, aquelas que andam mais em contacto com a população, são da competência dos municípios. Estes, dentro das atribuições que a lei lhes faculta, ou concedem à indústria privada as redes de baixa ou exploram directamente esses serviços na sincera intenção de que prestam aos munícipes um serviço relevante.

Não discutamos se o nível da cultura da nossa população nos permite inferir que seja grande medida conceder às três centenas de Câmaras Municipais que há por esse país fora, competência para pontificarem sobre a electrificação dos seus concelhos, ainda mesmo com as restrições que a lei impõe. Não relatemos os casos, tristes ou pitorescos, a que esta excessiva descentralização tem dado lugar; mostremos apenas alguns aspectos da desorientação geral.

Variam desde alguns tostões até mais de 4 escudos os preços da energia para iluminação: primeiro indício dum desequilíbrio que não se justifica.

Mas a prova mais flagrante da falta de orientação dos municípios no problema da electrificação ressalta deste caso frequente. Uma Câmara outorga uma concessão; autoriza ao concessionário tarifas astronómicas tanto para luz como para força motriz; dá-lhe até, por vezes, um subsídio para a montagem da rede e, depois de fazer isto para a zona urbanizada do concelho onde a distribuição é mais favorável, dirige ao Governo um lacrimoso pedido para que estenda a obra de fomento à electrificação rural do seu concelho porque a agricultura e as pequenas indústrias regionais necessitam de energia profusa e barata.

Estas solicitações dos municípios, feitas depois da assinatura dum contrato que os amarra por 20 ou 30 anos ao quase monopólio dum concessionário que, com as suas tarifas, se limita a dar luz à gente civilizada da terra, seriam um argumento de comédia se tudo isto se não passasse dentro da nossa fronteira.

Mas há mais. Eu acredito na sinceridade das Câmaras quando, ao darem uma concessão ou ao municipalizarem os serviços de electricidade, afirmam que o fazem sem intuito de lucro. Mas o certo é que nenhuma delas foge ao abusivo costume de exigir do explorador da rede eléctrica o fornecimento gratuito da iluminação pública, quer ele seja um concessionário ou um serviço municipalizado.

A Câmara de Lisboa recebe gratuitamente 1,5 milhões de kWh; os Serviços Municipalizados do Porto obsequeiam anualmente a Câmara

com mais de 2.000 contos de iluminação pública; e, por todo o resto do país, a coisa mantém-se na mesma proporção ou com maior agravo, porque a relação do consumo público para o privado cresce consideravelmente nas terras pequenas.

Não se chama a isto obter lucro da exploração eléctrica?

Se preferem, podemos dar-lhe outro nome. Quem paga estes encargos é, em última análise, o consumidor, e bem poderemos dizer que as tarifas da electricidade são, entre nós, um imposto municipal.

Antes de terem electricidade, as Câmaras tinham no seu orçamento a verba para iluminação; dada a concessão ou municipalização os serviços, melhoraram a luz e cortaram a verba porque um grupo de cidadãos passou a pagar um novo imposto: os consumidores da energia eléctrica.

Protestam ainda as Câmaras frequentes vezes contra a taxa que o Estado cobra das instalações eléctricas consumidoras, como sendo um encargo que atrasa a expansão do consumo. Diga-se de passagem que essa taxa é injusta porque não tem similar em nenhum outro género de instalações; mas às Câmaras é bem aplicado o rifão de estarem a ver o argueiro no olho do vizinho e não darem pela tranca que têm no próprio.

Seria uma boa medida tirar ao mesmo tempo a tranca e o argueiro.

Como amostra característica, basta-nos recordar alguns trechos duma entrevista que o administrador dum concelho deu a um jornal de Lisboa, há talvez uns três meses:

> — Afastamos a ideia da municipalização para enveredarmos pelo caminho da concessão. Abrimos novo concurso que continha, entre outras condições, a exigência ao concessionário de 50.000 kWh por ano para a iluminação pública, realizando-se desta maneira uma grande economia.
>
> (...)
>
> — Se falharem todos os acordos, que pensa a Câmara fazer?
>
> — Toma vulto a iniciativa da organização duma grande Empresa de que a Câmara seria a principal accionista, para explorar uma central térmica a óleos pesados. Ficaria completamente assegurada a iluminação pública e particular.
>
> (...)
>
> — Não tem mais nada a dizer-me?
>
> — Desejava apenas acentuar que qualquer que seja o contrato futuro e com quem quer que seja, terá em vista servir o melhor possível os consumidores.
>
> — Então, boa luz?
>
> — Boa e por um preço mínimo.

Que estilo castiço! Que padrão fidelíssimo do pensamento electrificador dos municípios portugueses!

Exigem energia de graça às empresas distribuidoras, impõem-se-lhes, por vezes, a substituição das lâmpadas e a conservação dos candeeiros públicos e, se estas não acendem, constróem a central térmica, embalados no canto da sereia do motor a óleo, sem muitas vezes pensarem bem nos encargos que vão contrair. Monta-se uma central que não trabalha de dia, que não fomenta o consumo porque não pode alimentar a força motriz, importam-se mais umas máquinas, mais uns tambores de óleo e cresce a pulverização e a impotência do nosso sistema produtor.

É triste mas é assim. Sem um programa nacional de electrificação, pioramos em vez de melhorar. Casos destes são às dúzias, e as Câmaras Municipais, soberanas na matéria e sem uma doutrina forte que lhes seja imposta, sentem-se ufanas por julgarem com toda a sinceridade, como no caso presente, que descobriram a pólvora com a montagem do motor a óleo. Mas a culpa não é das Câmaras; mesmo com estes desvarios, fazem muitas vezes o melhor que as circunstâncias lhes permitem fazer.

E ainda se fossem só as Câmaras a pensar assim! Mas quantas empresas particulares e quantos organismos do próprio Estado deliram a fazer disparates no gáudio desta anarquia eléctrica! E há tantos que são de palmatória!

E, por seu lado, os grandes distribuidores, contando com a impunidade, abusam, sempre que podem, nas suas posições de monopólio de facto!

Como há em Portugal tanta coisa que vem de França, seja-me permitido referir o que estabelece sobre o assunto a legislação francesa.

Têm as comunas em França competência legal para dar concessões de distribuição eléctrica em condições análogas às nossas Câmaras Municipais.

Mas a lei de 15 de Junho de 1906 cujo texto ainda hoje vigora em grande parte, diz no seu artº 9º:

> «Art. 9. — L'acte de concession ne peut imposer au concessionnaire une charge pécuniaire autre que les redevances prévues au paragraphe 7 de l'article 18, ni attribuer à l'État ou à la commune des avantages particulier autre que les prix réduits d'abonnements qui seraient accordés aux services publics pour des fournitures équivalentes.»

Como se tivesse suscitado dúvidas sobre a interpretação deste texto, o *Conseil d'État* numa nota com data de 1 de Março de 1923, esclareceu:

> «Si l'article 9 de la loi du 15 juin 1906 dispose que l'acte de concession ne peut imposer au concessionaire une charge pécuniaire autre que les redevances pour occupation du domaine public, ni attribuer à l'État ou à la commune des avantages particuliers autre que les prix réduits d'abonnement accordés aux

> services publics, la jurisprudence administrative est fixée en ce sens que ce texte a simplement voulu prohiber les avantages gratuits que le concédant se ferait accorder par son concessionaire, sans contrepartie consentie à ce dernier et ce qu'il n'a point entendu défendre les avantages particuliers que par un contrat commutatif, une commune, par exemple, obtiendrait de son concessionnaire en compensation de ceus qu'elle lui reconnaitrait.»

Recentemente, na circular do Ministro das Obras Públicas de 17 de Janeiro de 1928, dirigida aos Prefeitos de todos os departamentos juntamente com os novos cadernos de encargos-tipo para as concessões de distribuição de energia eléctrica hoje em vigor, faz-se referência, a propósito do artº 5º desses cadernos, ao artº 9º da lei de 1906 e à sua interpretação, relembrando a proibição, à entidade concedente, de receber quaisquer benefícios do concessionário sem a correspondente contrapartida — exceptuando o desconto sobre a tarifa máxima consentido para os serviços públicos.

*
* *

Conta-se, talvez por gracejo, que um nosso antigo Ministro das Obras Públicas definia os trabalhos a executar pelo seu ministério como «obras especialmente de terra e feitas à superfície».

Esta definição graciosa tem, pelo menos, tanto valor como graça. Lê-se nela, claramente, uma alusão às estradas, aos portos, às pontes, aos canais — uma reminiscência atávica das obras públicas dos fenícios e dos romanos.

Mas estes já faziam mais que o troglodita primitivo que não sabia o que eram estradas nem sabia a utilidade que tinham, e nós devemos fazer mais que os romanos para quem era letra morta esta electricidade que nos alumia.

É necessário alargar a definição de obras públicas nascida na antiguidade clássica; entraram nela sem esforço os caminhos-de-ferro, os telégrafos, os telefones e precisa entrar agora a energia eléctrica.

Urge conceder a esta, afoitamente, a designação de grande obra pública sem apego a velhas concepções do dever do Estado, já fora de moda.

A electricidade é hoje a fonte de todas as actividades; uma linha eléctrica não é uma propriedade particular mas uma via pública de transporte de energia que não serve um indivíduo mas a colectividade.

Assim o entendem os Estados de todos os países cultos cuja intervenção mais ou menos profunda neste problema seria impossível referir neste momento.

O nosso próprio governo tem anunciado a intenção de intervir nele e consignou esse propósito no decreto nº 20.225 de 17 de Agosto de 1931; contudo, ainda hoje não está definida a forma dessa intervenção.

Ante o quadro triste da electricidade actual, impõe-se a orientação superior do Estado e a intervenção financeira do Erário para afastarem os espectros da desordem e da pobreza — as duas sombras que entristecem hoje a electricidade lusíada.

De resto, o fácies económico do mundo evoluciona sem cessar e a função do Estado tem que adaptar-se a ele, alargando cada vez mais a sua intervenção em todas as manifestações da actividade.

Não se trata, evidentemente, do Estado industrial, do Estado negociante de secos e molhados, numa mesquinha e odiosa concorrência às actividades privadas; trata-se do Estado a tentar despertar essas mesmas actividades.

A nossa electrificação é rudimentar, a nossa marcha lenta, as nossas tarifas altas. Além disso, a nossa civilização está atrasada, o nível da nossa educação é baixo. Não gostamos de o ouvir quando os estrangeiros no-lo dizem, mas é forçoso reconhecer-lhes razão. Basta uma volta de automóvel por uma estrada da Alemanha ou da Inglaterra, através de populações rurais, para nos causar tristeza o confronto que instintivamente estabelecemos.

O contacto com a electricidade é um elemento indiscutível de progresso e a intervenção estadual visa à melhoria das populações levando electricidade onde ela nunca chegaria na sua marcha normal e procurando sistematicamente embaratecê-la porque só a electricidade muito barata pode ser de alguma valia como elemento renovador na pouca abastança da vida portuguesa.

Construir linhas por onde silenciosamente caminham a luz, a força, o conforto, a civilização, é, pelo menos, tão nacional, tão útil, tão benemerente, como construir estradas, que algumas vezes, só servem para recreio de passeantes.

Fomentar o consumo, incitando a criação de organismos locais de carácter cooperativo, coma colaboração dos municípios e dos organismos económicos, integrados numa ideia una de nacionalismo para o alargamento das redes de média e baixa tensão, no caminho da electrificação proveitosa e ordenada, não é só uma obra útil, é simultaneamente uma obra linda — e as coisas lindas também têm o seu valor, até mesmo nos grandes problemas de Estado.

É contudo difícil e tem que ser lenta por mais depressa que se queira andar. O problema não mete só máquinas e fios, mete também homens, e o menos filósofo dos homens custa mais a conduzir que a mais complicada das máquinas.

Quanto custa a electrificação? — perguntam às vezes os paladinos das obras públicas de terra com receio de abrir falência ao Erário.

Não sei. São susceptíveis de ser orçadas as grandes obras de carácter geral. Está feita uma estimativa: 5 centenas de milhares de contos, incluindo juros intercalares, exploração e conservação, a gastar em 15 a 20 anos.

Mas as obras regionais de electrificação não tem previsão possível porque é impossível definir o que é uma electrificação completa. Nunca ninguém pretendeu saber o que é e quanto custa uma rede completa de estradas.

Uma rede de estradas ou uma rede eléctrica são seres em permanente evolução; nunca estão completos, e a função de quem os administra não está em procurar saber o que é preciso gastar, mas em aplicar bem aquilo que se puder despender.

É por isso que se devem olhar com reserva todas as estimativas que se proponham traduzir com fidelidade despesas que ninguém sabe definir.

O menos que pode acontecer aos números que se apresentem com requintes de rigor, é caírem no ridículo de lhes ser aplicável a frase de Laplace: «Pode ser que esteja certa a 4ª casa decimal mas está errado com certeza o algarismo das unidades».

*
* *

Pretendo ter esboçado, com o pormenor permitido numa palestra, o panorama da electrificação de Portugal.

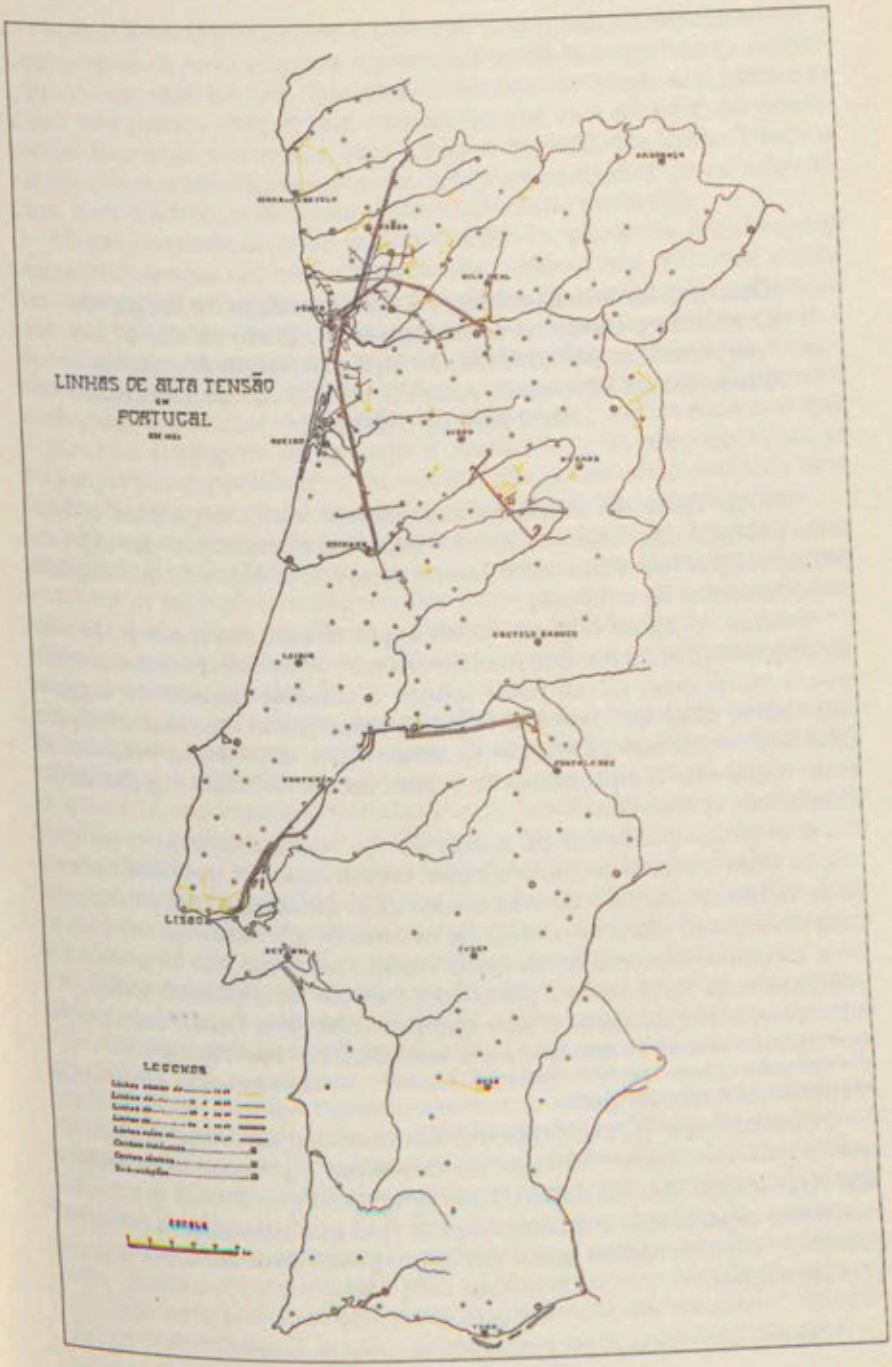
Apresentei-o com tristeza mas não com desalento; e o azedume que por vezes não reprimo não é tanto a acusação do passado como a fé inabalável no futuro.

Mas se a análise do presente é, sem dúvida, proveitosa, o estudo do que urge fazer é de bem maior valia; criar doutrina nova é o complemento lógico do ataque a uma doutrina velha.

Existem alguns esboços de organização futura, mas o múltiplo e intrincado pormenor de tão vasta obra está quase completamente por fazer.

De resto, tal trabalho não tem sido possível a ninguém isoladamente porque ele ultrapassa o campo restrito da técnica e invade a economia e até mesmo a política. Só da conjugação destes três sectores pode sair uma obra fecunda; e eu exorto os estudiosos à meditação desta matéria para que possa nascer vigorosa e são a ordem nova que nos faça esquecer a desordem definhante da electricidade portuguesa.

Tenho dito.


LINHAS DE ALTA TENSÃO
EM
PORTUGAL
LEGENDA

«Discurso de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria pronunciado no Porto no dia 21 do corrente», in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ministério da Economia, Ano VII, nº 329, 29 de Dezembro de 1943, pp. 180-182.[a]

Vim ao Porto de propósito para assistir a esta cerimónia e dizer duas palavras cujo único mérito é o de serem as primeiras que digo em público depois de três anos e alguns meses de subsecretário. Ninguém as pode acusar de temporãs.

Porque só agora falo não o sei explicar satisfatoriamente. Se dissesse que na actividade que me respeita não achei ainda acontecimento que o merecesse, talvez fosse injusto e corresse o risco de magoar alguém; se disse que me tem faltado o entusiasmo ou o assunto para falar dos problemas industriais da nossa terra, não diria a verdade. O certo é que esta é a primeira vez; e para me ter decidido alguma razão forte se me apresentou.

A escritura que acaba de assinar-se não significa apenas o cumprimento dum Decreto-Lei ou a simples constituição de uma nova sociedade industrial. Apesar de não avultar pela grandeza da obra ou pela cifra do capital, ela tem o valor de um marco itinerário que aponta o bom caminho; e espero mesmo que venha a ter projecção larga na vida económica da Nação como primeiro ensaio de uma política industrial. Não merece homenagem o acto que por si só seria banal; mas penso que merece relevo a ideia que ele materializa. Por isso aqui estou.

Há três questões que quero abordar — mas nem por parecerem muitas serei muito longo.

Primeiramente quero dirigir-me à sociedade que acaba de constituir-se para lhe apresentar votos de vida longa e próspera e assegurar aos seus sócios que foi devidamente apreciada a confiança que puseram nesta organização e a compreensão com que subscrevem o capital previsto — compreensão que é pena tenha sido diminuída por alguns protestos injustos.

[a] Referido como Anexo III por Ferreira Dias em *Linha de Rumo I*.

Podeis estar certos de que o Governo acompanhará com interesse o desenvolver da nova empresa e procurará ajudá-la a resolver os problemas da sua vida interna, que muitos lhe hão-de surgir nos primeiros anos. Mas pensai sempre que essa ajuda, que está na base do pensamento que hoje nos reúne, não aceita a especulação como base da riqueza, nem a injustiça social como sistema de relações com a mão-de-obra, nem a ausência de técnica como critério de produção.

O que pretende fazer-se, podeis acreditá-lo, não é tão grande como alguns dizem nem tão novo como outros pensam; não corremos a uma aventura como cavaleiros andantes nem buscamos sequer — pobres de nós — a vanguarda do pensamento humano; damos apenas um passo a acompanhar o tempo, para nos não deixarmos ficar, cobertos de vergonha e de bolor, como objectos em desuso numa arrecadação. E porque é assim, alguns assomos de reacção não provam que a obra é má mas que o conceito português de indústria é acanhado; e se algumas vezes se menosprezaram predilecções ou valores, não houve nisso maldade nem violência, antes o reconhecimento incontestado do interesse superior.

Em segundo lugar, quero agradecer à Comissão Reorganizadora a dedicação e inteligência que pôs no seu trabalho. A equidade com que resolveu os múltiplos problemas dos interesses em jogo e a benevolência com que sempre propôs superiormente a liquidação dos casos duvidosos merecem de todos os industriais, que hoje se tornaram sócios, um pensamento agradecido.

A lei do menor esforço, que não é, como se pensa, uma fraqueza da humanidade mas um princípio geral do mundo físico, leva os homens a trabalhar em superfície, a saber ou a fingirem que sabem muita coisa dispersa, abandonando o trabalho em profundidade, bem mais árduo e, porventura, menos vistoso. A Comissão Reorganizadora trabalhou em profundidade — e com dizer isto julgo fazer-lhe o devido elogio.

Finalmente, e atacando um tema mais vasto, estou aqui para vos dizer que tenho uma fé profundíssima no progresso industrial da nossa terra — progresso de que é parcela a nova unidade fabril que ides construir.

É ingrato, e poderia até parecer descortesia fazê-lo nesta sala, criticar o estado actual da Indústria; como há estabelecimentos fabris desde os que são bons sem favor até aos que são maus sem remissão, o comentário feito à média poderia sempre levantar reparos e possivelmente melindres em algum temperamento menos admirador de modernismos.

Seja-me permitido ladear a dificuldade com a citação de um facto. A guerra, com os seus bloqueios e restrições de comércio, levou os países neutros a fazerem entre si acordos de trocas para minorarem, quanto em seus recursos caiba, a falta dos produtos que lhes são necessários; e a composição das correntes de tráfego assim criadas ou ampliadas tem sido algumas vezes referida pela Imprensa, o que lhe dá divulgação que não teria se ficasse confinada às estatísticas oficiais que só os estudiosos consultam.

Pelo que nos diz respeito, lembro-me de terem vindo a público listas das mercadorias que vendemos e comprámos na Espanha e na Suíça; e por elas, qualquer poderá notar que, com excepção de alguns casos restritos, nós vendemos o que a Natureza nos dá e eles vendem o que o seu engenho criou.

Não sei se a investigação desta diferença alguma vez atraiu a atenção dos portugueses e se já alguns deles se deram ao trabalho de meditar que a diferença nos não é favorável em todos os aspectos; mas certamente todos aceitam que ela não é independente da posição relativa dos níveis industriais nos respectivos países.

O ambiente nacional, desde que se consolidou no mundo a era da máquina, não tem sido propício ao florescer da indústria, rodeada por preconceitos da inviabilidade que o País incessantemente repete e, contra os quais, a pouco e pouco se conseguiu reagir; e não achando mais do que a descrença nos próprios doutrinadores, a nossa actividade industrial tem sido forçada a viver inscrita num triângulo que tem por vértices o derrotismo de Oliveira Martins, o exclusivismo agrário de Anselmo de Andrade e a mentira aduladora dos que fazem, não sei com que convicção, o elogio da nossa estrutura económica. Ou ocupamos no plano outras coordenadas ou não seremos ninguém.

Ainda em Maio deste ano, o Sr. Presidente do Conselho se referiu a um facto que constitui, excluídas certas questões políticas, o assunto mais vasto e mais grave da vida portuguesa nestes quatro anos de guerra: as maiores dificuldades do Governo têm provindo da nossa insuficiência industrial.

Há imposições naturais que os homens não podem vencer: não temos petróleo, nem fosforite, nem alumínio; temos pouco carvão e pouquíssimo cobre; quase não existem o chumbo e o zinco. Obter estas matérias-primas não depende exclusivamente da vontade dos portugueses.

Mas a falta de tais artigos, como a de todos aqueles que se produzem nas províncias do Ultramar (entre os quais avultam o milho e o açúcar, os têxteis e as oleaginosas) resulta, na maioria dos casos da insuficiência da Marinha Mercante. A pátria de Albuquerque que foi dominadora do Atlântico e do Índico, deixou-se passar abaixo de outras pequenas nações de menos tradição no mar: a Holanda, a Bélgica, a Dinamarca, a Grécia, a Noruega. A Ribeira das Naus não frutificou.

Uma frota com mais vinte navios em número e menos vinte anos em idade teria resolvido o problema; mas para que venha a resolver-se no futuro não basta a posição cómoda e clássica de comprar barcos novos ou velhos, e mais velhos do que novos; importa construir estaleiros e docas secas. O comodismo e a felicidade não são sinónimos, embora haja por vezes a ilusão contrária.

Se olharmos ao ferro (laminados, tubos, folha de Flandres) e aos azotados (sulfato, nitratos, cianamida), à celulose e ao papel de jornal, aos condutores eléctricos e a muitos produtos químicos, à energia eléc-

trica e à sua distribuição, há-de reconhecer-se que só os não temos por fraqueza nossa, porque a tempo nos faltou a coragem de os fazer. Todos temos aqui uma parte de responsabilidade de que precisamos penitenciar-nos, porque a Natureza deu-nos recursos para nos bastarmos nestes domínios com fraca intervenção de materiais alheios. Havendo tantos países que possuem indústrias para as quais não produzem matérias-primas, dificilmente se percebe que nós não tenhamos sequer tentado todas aquelas para que temos os materiais de base.

Nada pesam as lamentações e muito pouco as improvisações; conformemo-nos enquanto a tempestade ruge e trabalhemos com afinco nas soluções do futuro — não como um incidente, fruto das horas de dificuldade, mas como uma faceta nova do esforço que fazemos há quase vinte anos — reacção heróica de um povo que procura refazer-se de longa e triste decadência.

Não é agora a oportunidade de discussões tecnológicas sobre o que não temos e podemos ter ou sobre o que temos e podemos melhorar. Os produtos que citei são apenas exemplos colhidos entre as necessidades mais prementes de todos os dias; mas quero vincar bem no vosso espírito que há diante de nós um programa vasto de realizações materiais, que têm valor permanente de criadores de riqueza, que são capazes de dar novas e fecundas energias ao mecanismo ainda lento da nossa economia.

E entre a resignação de um lugar medíocre, aceite com o mesmo fatalismo com que aceitávamos o «déficit» do orçamento, e o optimismo de uma caminhada persistente em busca de melhor vida, não é legítima a hesitação.

A natureza tem horror ao vácuo — diziam os homens de ciência ao observarem certos fenómenos, antes da descoberta da pressão atmosférica no século XVIII; a indústria tem horror aos contemplativos — podemos nós dizer ao observarmos a história económica do último século. Se queremos ter indústria, havemos de trocar o medo pela coragem, o abstracto pelo construtivo.

Três anos no Terreiro do Paço mostraram-me, e não receio enganar-me, que se pode contar com os recursos e com os industriais de Portugal. Daí a minha fé profunda em que a par dos valores espirituais acumulados em oito séculos de história, saberemos erguer os valores materiais que formam a outra face da vida de um povo e lhe permitem marchar sem sobressalto e caminhar para o nível de vida imposto pela dignidade da pessoa humana.

Estas duas ordens de valores — do espírito e do trabalho — não são intermutáveis, não podem substituir-se uma à outra; são ambas tão necessárias ao equilíbrio como dois pontos para definir uma direcção. Julgo perceber que a nossa gente quando contempla com enlevo as grandezas da História Pátria, se esquece com frequência desta verdade. E é pena; é assim que as nações se atrasam.

«Electricidade e Indústria», in *Técnica*, II Série, Ano XIX, nº 149, Julho, 1944, pp. 975-978.

Estávamos em Janeiro ou Fevereiro de 1926. Eu concluíra o curso 18 meses antes mas não perdera o contacto com a Associação de Estudantes do I.S.T. e acompanhara de perto, havia pouco, a criação da *Técnica*.

A direcção da revista — era ainda a primeira direcção — pediu-me um artigo de fundo; escrevi-o com a autoridade que me dava o não haver muitos, mais idóneos, que se prestassem a fazê-lo. Dei-lhe por título *O problema hidroeléctrico*[a], e veio a sair no número de Julho daquele ano, porque a greve académica interrompera a publicação da revista a partir de Março.

Copio, com grata recordação, algumas linhas:

E ao pensarmos assim, o problema que nos era apresentado como uma *crise de produção* transforma-se insensivelmente num outro mais grave que mais nos entristece ainda: a *crise de consumo*.

No nosso raciocínio ainda hesitante, nesta ânsia de evolução e desenvolvimento que as pessoas de mais idade, umas vezes com razão, outras por imodéstia, costumam menosprezar, nasce a noção clara de que tal como nos é posto, não existe o problema hidroeléctrico português.

(...)

A análise da terceira condição é para nós um horizonte negro, mais negro do que o carvão que compramos aos ingleses, tão negro como tem sido para nós a última centena de anos: espoliados em todas as conferências sobre as partilhas de África, perdidos em todos os excessos das paixões pessoais.

Consumir electricidade! Aonde?

Portugal — eis a parte negra — é um país que não consome electricidade.

Atrás desta ideia visionamos uma figura definhada: a Indústria; atrás dela a legião dos sem trabalho e mais numerosa ainda a das

[a] Reproduzido na íntegra neste Tomo III, pp. 1-7.

multidões parasitárias que fingem que trabalham porque não têm onde trabalhar de facto; à vista deste quadro sombrio, desta imagem dum povo que não trabalha o bastante para pagar o que come, o nosso raciocínio dispersa-se em busca de causas que não encontra claras.

(...)

O problema que existe, grave, difícil, sem ter ainda bem definido o caminho da solução é o problema geral do fomento, o problema da nossa vitória na luta comercial.

A obra a fazer-se tem que ser de conjunto. Tem de começar-se a estudar simultaneamente a electrificação da rede ferroviária, a criação de indústrias que não existem, a irrigação dos terrenos cultiváveis, a abertura de canais, a construção de grandes centrais, a redução sistemática das centrais térmicas particulares e quantas outras coisas ...

(...)

Deixemos por hoje nesta breve generalidade aquilo que pensamos. Talvez mais tarde, se para esse campo convergirem os acontecimentos, tornemos a falar com este azedume que mais realça a fé, no problema hidroeléctrico português.

Passaram 18 anos. Entretanto, a vida portuguesa modificou-se; mas o artiguinho de 1926 perdeu-se na multidão das coisas que não têm mérito ou que não têm sorte.

Seguiram-se outros rumos; trabalhou-se noutros campos; a electricidade e a indústria não lograram posição de vanguarda — indução longínqua, porventura, do desdém de Aristóteles pelas artes mecânicas; mas eu guardei sempre recolhidamente esta ideia de que não seria destituído de virtude o tentar convencer os portugueses de certas verdades, das quais, ainda mal saído da escola, já me convencera a mim próprio.

Não tem sido isento de dissabores o longo apostolado entre o grande número daqueles que não sabem, que não sentem ou que não crêem. A cultura técnica tem entre nós um âmbito limitadíssimo; a organização industrial nunca foi grande preocupação dos portugueses, cuja história económica sempre oscilou entre a agricultura e o comércio; não admira que um denso atavismo de dúvida pese sobre as gerações presentes.

Não foi inteiramente inútil a persistência, que uma vez ou outra terá parecido impertinência; só é pena que o tempo, variável sempre crescente, tenha corrido bem mais do que o desejariam o meu entusiasmo, a minha certeza, a minha intuição de oportunidade. Saber esperar é prudente; mas esperar sem impaciência tem o limite imposto pela condição humana:

(...) se não fora
Para tão longo amor tão curta a vida!

Vieram a público recentemente as propostas de lei sobre fomento industrial e electrificação. A direcção da *Técnica* pediu-me sobre elas algumas palavras, dirigidas aos novos engenheiros, para saírem em artigo de fundo no próximo número de Julho. Fecha-se um ciclo de 18 anos exactos sobre as primeiras linhas que escrevi acerca de política industrial, quando ainda nem suspeitava como viria a fixar-se o rumo da minha vida. Quis o destino que eu pudesse tornar a falar no problema hidroeléctrico português depois das palavras ainda hesitantes de 1926.

Que se terá passado daqui a outros 18 anos? Quem virá dizê-lo na *Técnica* de Julho de 1962? Se puder, estarei presente; se já não puder, algum dos meus discípulos e amigos me saberá render.

* * *

Em portaria de 9 de Junho de 1936 foi nomeada uma comissão de professores para colaborar na reforma do Instituto Superior Técnico. As instruções vindas de cima eram no sentido de reduzir o número de especialidades.

Escolhido para relator, combati tenazmente aquela directiva por contrária à boa doutrina e inaceitável pela minha fé de sempre no engrandecimento da indústria e da técnica. Transcrevo da pág. 13 do relatório que foi entregue no Ministério da Educação Nacional:

Conjuguemos estes números globais do presente com as perspectivas apontadas para os anos futuros, tenhamos uma pontinha de fé no progresso da nossa terra, e convencer-nos-emos de que acabar com algumas especialidades por terem sido pouco concorridas tem certo aspecto de uma medicação sintomática — como atalhar uma dor sem lhe cuidar da causa.

Mas se não temos fé, se não queremos reagir, se nos conformamos com a situação de decadentes, se nos curvamos perante o fatalismo de termos uma indústria pobre, seria mais sincero acabarmos com as escolas do que estarmos a fundir cursos para manter a aparência de que ensinamos engenharia.

Pensemos no *déficit* da nossa balança comercial, que parece apontar-nos o desenvolvimento da indústria como uma das formas racionais de dar trabalho ao excedente da nossa população; pensemos na imensidade das nossas colónias cujo fomento industrial e mineiro se aponta como indispensável mas onde o número de engenheiros é de uma pequenez confrangedora — e veremos um aspecto do erro que se comete com a fusão ou supressão de cursos.

As previsões confirmaram-se. O desequilíbrio do número de diplomados que o programa de Obras Públicas provocara, desde 1931, a favor do curso de engenharia civil, começou a atenuar-se a partir de

1940, e os últimos anos registam o regresso muito acentuado da população dos diferentes cursos às percentagens anteriores.

As recentes propostas de lei, criando ocasiões de trabalho, sobretudo para electrotécnicos, químicos, mecânicos, virão fixar um novo estado de equilíbrio e trazer novo argumento em defesa das especialidades existentes; a ideia da supressão de cursos, se é que ainda existe, vai perder posições. Esta é a primeira influência daqueles diplomas sobre a nossa escola.

Três números bastam para definir a ordem de grandeza do que se projecta fazer no conjunto da 1ª fase: 3 milhões de contos de capital imobilizado, 1.500 milhões de kWh anuais de energia produzida, meio milhão de contos anuais de aumento da produção industrial — 25% da nossa importação em anos normais.

Estas cifras, grandes para a nossa modéstia, são bem pequenas em valor absoluto; quase 1,5 milhões de contos vai custar uma só fábrica em construção no Brasil — a siderurgia de Volta Redonda; perto de 2,5 milhões de contos projecta gastar a Suíça, apenas para construir centrais hidroeléctricas, no plano decenal previsto até 1953; cerca de 4 milhões de contos, feita a conversão ao câmbio oficial, votou recentemente o governo espanhol só para o programa de combustíveis e indústrias anexas; um pouco mais de 16 milhões de contos era em 1938 o activo de uma só das grandes empresas industriais europeias: a I. G. Farbenindustrie.

Estes números não são motivo para desânimo, porque o desânimo só pode nascer de se não fazer nada; antes mostram que ao terminar a execução do plano presente, alguém deverá formular outro melhor e mais vasto, se puder.

A 1ª fase do nosso programa tem a duração teórica de 8 anos, mas este número só poderá ser respeitado se a vida internacional se normalizar sem grande demora e se nós, portugueses, por actos e não por palavras, tomarmos a decisão de não perdermos um dia, para nos penitenciarmos de termos perdido muito anos.

Ainda que assim seja, a evolução terá que ser lenta e com ela a necessidade de técnicos dirigentes; mas a engenharia portuguesa será chamada a tomar na vida industrial uma posição e uma responsabilidade que hoje está longe de ter. Esta é a segunda influência sobre a nossa escola.

No campo da electricidade, a Estatística das Instalações Eléctricas de 1942 regista 57 engenheiros ao serviço das entidades produtoras e distribuidoras de energia; não custa a crer que dentro de 8 anos este número atinja a centena. Nessa data ter-se-á triplicado a potência das nossas centrais, ter-se-ão construído alguns milhares de quilómetros de linhas de alta tensão, haverá mais uns centos de postos de transformação e respectivas redes; e muitos dos amadores que hoje dirigem, sem

grande noção do que fazem, a maioria das pequenas e médias instalações existentes, terão sido substituídos por profissionais: engenheiros, condutores, electricistas.

Na indústria, a situação há-de evoluir no mesmo sentido, porventura com maior intensidade. A 1ª fase do programa dar-nos-á numerosas indústrias novas, algumas das quais classificaremos de grandes na relatividade do nosso meio (metalurgia do ferro, metalurgia do cobre, celulose, azotados); a reorganização das indústrias existentes substituirá algumas centenas de unidades pobres e incapazes, onde raro se encontra alguém com um curso de escola elementar, por algumas dezenas de instalações satisfazendo a técnica, a higiene e a obra social mais exigentes, onde as ideias largas, criadoras e humanas do nosso tempo (que algumas tem) dominarão por direito de conquista.

No próprio campo pedagógico se abrem horizontes novos. A Electricidade, a Mecânica, a Química encontrarão mais numerosos e variados motivos para tema de visitas e tirocínios. Alargaremos a lista das nossas peregrinações de professores e alunos, fugindo um pouco daquela monotonia de meia dúzia de fábricas que em cada uma destas especialidades mereciam a honra e a despesa de uma visita; e sentiremos mais atenuada a tristeza de ler todos os anos, invariavelmente repetidos por falta de novos assuntos, os mesmos relatórios de tirocínio. Esta será a terceira influência que a nossa escola há-de sentir.

* * *

Comerás o pão com o suor do teu rosto — diz o preceito divino (Génesis, III, 19). Quero, para findar, dizer aos futuros engenheiros em que deve consistir o seu suor para bem merecerem o pão — como quem diz, para bem colaborarem na obra nacional que vai começar-se.

Indústria não é a fabricação de curiosidades nascida da aptidão mais ou menos expontânea do povo. Indústria é ciência aplicada; um dos objectivos das propostas de lei é o de integrar a indústria portuguesa nos seus fundamentos científicos, como única base possível de evolução.

Ciência, pura ou aplicada, não é colecção de receitas empíricas; é um conjunto de conhecimentos sistematizados, fruto da inteligência sob o estímulo da perseverança e do amor ao estudo. Mas em Portugal estuda-se pouco — as próprias excepções o confirmam; e contra esse mau ambiente tem que reagir o engenheiro, porque o bom engenheiro precisa ser estudioso da técnica e da organização, tem que acompanhar de muito perto a evolução do mundo no ramo a que se dedica, tem que experimentar, tem que medir, tem que ser um insatisfeito, tem que pensar e que sujeitar as suas ideias à dúvida metódica de Descartes.

Este é o suor do engenheiro; esta é a sua única forma de colaborar na dignificação da indústria.

A missão nobre de um engenheiro não é manter uma actividade mas manter a sua primeira derivada — positiva, evidentemente; porque aquela tarefa é de rotina e só esta é de progresso. O técnico que se conforma com a rotina não tem do direito de criticar o indivíduo inculto que concorre com ele no comando da indústria; porque a rotina do diplomado é mais perigosa que a do amador — é menos suspeita.

Estudar, experimentar, aperfeiçoar são úteis apenas quando persistentes. Por isso a autocrítica terá que ser permanente para que se corrijam sem demora os desvios da boa rota.

Procedendo assim, a engenharia será fecunda; e a indústria portuguesa passará a registar os mesmos êxitos que a de tantos outros países pequenos — êxitos que não resultam do acaso mas que são filhos, algumas vezes, das condições naturais, e quase sempre da competência dos homens.

Desta maneira, ao menos na vida industrial, acabaremos com a geração do velho do Restêlo.

Proposta de lei acerca da electrificação do País, Diário das Sessões, nº 79, de 24 de Outubro de 1944.

1. A presente proposta de lei contém os princípios que se reputam necessários para levar a seu termo a obra de electrificação do País, base da reorganização e fomento industrial. Ela é determinada pelas naturais exigências do consumo público e doméstico e pela necessidade de criar novas fontes de riqueza e mais largas perspectivas ao trabalho nacional.

As razões que impelem o Governo ao lançar este duplo empreendimento — produção de energia e fomento industrial — podem talvez resumir-se da forma seguinte:

a) Possuímos abundantes mananciais de energia hidráulica e matérias-primas, que os recursos da técnica permitem hoje aproveitar economicamente; bastará, para isso, que a electricidade seja distribuída em razoáveis condições de preço e segundo um regime tarifário que saiba distinguir e favorecer os consumos de maior utilidade social;

b) Somos obrigados, por outro lado, a trabalhar mais intensamente e melhor para reduzir os *deficits* comerciais, que no período anterior à guerra atingiam a elevada cifra de 1.000.000 de contos por ano, tendo sido através dos tempos causa do nosso atraso e baixo nível de vida.

Embora tenha mudado nos últimos anos o sinal da balança comercial, ninguém duvidará que se trata de uma posição efémera, de curta duração. Logo que se restabeleçam a produção e o comércio dos tempos de paz — e oxalá não venham longe —, pouco subsistirá do fluxo comercial criado pelas necessidades ilimitadas da guerra.

c) Finalmente, não há-de contar-se apenas com o incremento da produção agrícola, ainda que fundada em novos métodos, nem só com a colonização interna e ultramarina para colocar os excedentes da população. É preciso que a actividade industrial se torne campo de trabalho mais vasto e fecundo.

Conclui-se, pois, que somos levados a aproveitar melhor os recursos naturais postos à nossa disposição, *por imperiosa exigência da colectividade*; e, nem por isso deixará de haver margem larga de cooperação e permuta com outros povos em matérias-primas e produtos que sempre teremos necessidade de importar.

2. Posto isto, a primeira questão — se ainda é lícito considerá-la — consiste em saber se a energia há-de ser térmica ou hidráulica. Nos termos da base II, entende-se que deve ser de origem hidráulica; a térmica terá a função de apoio estival e alimentar-se-á dos carvões pobres da produção nacional.

Embora nem sempre se tenha pensado da mesma forma, crê-se não haver, quanto a este ponto, motivo de dúvida ou divergência pelas razões que se seguem:

a) As disponibilidades de carvão, até onde se pode chegar com base nas sondagens já feitas, andam por 30 milhões de toneladas; contando mesmo com larga margem de reservas prováveis, não se vê que possam exceder 50 milhões de toneladas.

Por sua vez, as necessidades normais do consumo e as determinadas pelo programa industrial em curso devem absorver, dentro em pouco, 1.200 milhões de kWh por ano, equivalentes, *grosso modo*, a 2 milhões de toneladas de carvão nacional. Se a estas se juntarem 400.000 a 500.000 toneladas para fins industriais, usos domésticos e outros, em que se não fará aplicação da electricidade, facilmente se conclui que as reservas nacionais acima indicadas dariam quando muito para duas escassas dezenas de anos;

b) Se, porém, nos fosse dado escolher, em face de largos recursos carboníferos e à luz dos custos relativos de produção, ainda assim não seríamos levados a deixar inaproveitadas as fontes de energia hidráulica; mesmo nos países de grandes reservas de carvão, de exploração fácil e económica, a hulha branca tem o seu lugar porque os custos de produção da energia térmica e hidráulica, dentro do diagrama normal, são da mesma ordem de grandeza;

c) Finalmente, a energia sobrante de inverno das centrais hidráulicas fica a preço inferior ao mais baixo da gerada a carvão e com ela se podem instalar e manter indústrias que de outro modo não teriam condições de vida ou só muito precária.

É certo que as centrais hidráulicas, ainda que regularizadas, terão necessidade de apoio térmico estival em virtude da própria irregulariadade das chuvas; mas as centrais de serviço público exis-

tentes — considerando só as de maior valia — dispõem de 120.000 kW de potência instalada, que é suficiente para acudir àquelas necessidades.

Se admitirmos que nos anos de maior estiagem o apoio térmico atingirá 15 por cento do consumo — cerca de dois meses completos — e que isso pode acontecer de três em três anos, a média anual será de 5 por cento, número que se verifica na Itália e de que a Espanha se afasta pouco. Supondo o consumo de 600 milhões de kWh — sem electroquímica, que dificilmente poderá ser compensada -, a produção térmica de apoio será, em média, de 30 milhões de kWh por ano, ou sejam — dividindo a produção ao meio — 10.000 toneladas de carvão estrangeiro e 25.000 de nacional.

Este consumo de carvão estrangeiro pode ainda ser reduzido; mas ninguém dirá, certamente, que manter a rede eléctrica nacional com 10.000 toneladas de carvão estrangeiro não é já de si uma realização de apreciável interesse.

3. Conviria agora fazer um rápido exame do estado actual de coisas quanto à produção de energia eléctrica e pô-lo em confronto com as necessidades do País, derivadas do crescimento normal do consumo e das que se prevêem como consequência da instalação de novas indústrias.

Bastará para isso agrupar os números com algum esclarecimento que pareça necessário à sua interpretação.

As centrais existentes contam-se por 660 — segundo a estatística relativa a 1940 —, com a potência instalada de 280.820 kW, repartida pela forma seguinte:

a) Centrais hidráulicas, 109, com a potência instalada de 83.479 kW, sendo 50 de serviço público, com a potência de 72.008 kW, e 59 de serviço particular, com 11.471 kW;
b) Centrais térmicas, 551, com a potência de 197.341 kW; 126 são de serviço público, com a potência de 139.697 kW, e 425 de serviço particular, com a potência de 57.644 kW.

A leitura destes números põe logo em evidência os dois males de que padece a nossa produção: 70 por cento da potência instalada é térmica e só 30 por cento de origem hidráulica, como se estivéssemos apostados em inverter os dados do problema, visto serem escassos os nossos recursos de carvão e relativamente abundantes os que se contêm nos cursos de água; as centrais atingem o número de 660, com a reduzidíssima potência média de 420 kW e o natural encarecimento nos custos de produção.

Se fizermos incidir agora a apreciação sobre as mais importantes centrais de serviço público, que representam cerca de 60 por cento da

potência instalada, verifica-se estar quase esgotada a capacidade de produção, conforme consta do mapa que se segue:

Sistema produtor	Potência instalada kW	Potência de reserva kW	Potência de ponta em 1940 kW	Potência disponível teórica kW	Potência disponível efectiva kW
Companhias Reunidas	60.000	15.000	32.200	12.800	12.800
U.E.P. (Sul)	8.200	1.800	4.300	2.100	2.100
Alto Alentejo	7.400	2.300	3.800	1.300	—
Serra da Estrela	17.000	4.200	6.570	6.230	6.230
U.E.P. — CHENOP	50.000	5.000	36.500	8.500	—
Carris de Lisboa	13.200	3.800	7.600	1.800	1.800
Carris do Porto	11.300	—	6.000	5.300	5.300
	167.100	—	—	38.030	28.230

Convém esclarecer, para melhor compreensão dos números que figuram neste quadro, o seguinte:

a) A potência de reserva é constituída nas empresas — Companhias Reunidas e Carris de Lisboa — por um dos maiores grupos térmicos instalados, como mínimo aceitável;
b) Na U.E.P. (Sul) pela máquina mais pequena, o que é insuficiente;
c) Na Empresa da Serra da Estrela contou-se na potência instalada a central do Sabugueiro, em construção, e tomou-se para reserva do sistema das quatro centrais a potência correspondente à central de Vila Cova; mas a potência disponível que se lhe atribui só se atingirá depois de importantes obras na central da Senhora do Desterro;
d) No grupo U.E.P. — CHENOP contou-se com as centrais da Ponte da Esperança e Senhora do Porto, aquela recentemente concluída e esta em construção, e consideraram-se estas duas unidades como reserva, o que é insuficiente; admitiu-se como ponta a soma das pontas dos três grupos de centrais (Lindoso-Varosa-Ermal) com o factor de simultaneidade de 0,9. A potência disponível teórica a que se chegou está hoje absorvida pelo fornecimento à Carris do Porto para poupar carvão;
e) Na Hidro-Eléctrica Alto Alentejo tomou-se como reserva uma das máquinas maiores; mas, tratando-se de um sistema hidráulico de bacia muito limitada, a potência disponível teórica não tem significação; com os 18 milhões de produção actual o sistema está saturado no ano médio;

f) Na Carris do Porto não se atribuiu à central de Massarelos potência de reserva por se considerar suficiente garantia a sua ligação às redes da U.E.P. — CHENOP;
g) As centrais térmicas de Freixo e Caniços e a hidráulica de Santa Luzia não figuram no quadro acima por serem de mero apoio estival.

4. No que fica exposto conclui-se que, apesar de se terem tomado as condições mais favoráveis (supondo já instalada a potência de todas as centrais em construção e considerando apenas reservas mínimas ou abaixo do mínimo), a potência disponível das mais importantes centrais de serviço público não vai além de 28.000 kW; partindo da utilização média de 3.600 horas, ter-se-ia uma produção da ordem dos 100 milhões de kWh — equivalente ao crescimento normal do consumo em cinco anos — se a energia afluísse a uma rede comum e fosse totalmente aproveitada.

Mas como isso não acontece, antes cada empresa tem a sua zona de consumo e rede privativa, aparte o grupo da U.E.P. — CHENOP, que se acha interligação, a situação mais conforme à realidade é representada no quadro seguinte, em que as empresas se consideram em separado:

Sistema produtor	Potência disponível kW	Crescimento anual da ponta kW	Disponibilidades referidas a 1940 kW
Companhias Reunidas	12.800	1.600	8
U.E.P. (Sul)	2.100	500	4
Alto Alentejo	—	400	-
Serra da Estrela	6.230	600	10
U.E.P. — CHENOP	—	2.000	-
Carris de Lisboa	1.800	250	7
Carris do Porto	5.300	200	26
	28.230	5.550	55

Em resumo, relativamente a 1940 há dois sistemas saturados, um quase saturado, três com desafogo normal e o último com folga na aparência excessiva, mas que resulta de se considerar dispensado de ter reserva própria por se achar ligado, como se disse, às redes da U.E.P. — CHENOP.

5. Esta a situação relacionada apenas com o crescimento normal do consumo, segundo a média dos últimos anos; ela é já de si inquietante, visto uma central levar a construir de três a sete anos, não falando no tempo necessário para estudos e elaboração de projectos.

É necessário, porém, ter em conta o aumento de consumo determinado pela criação de novas indústrias e reorganização das existentes, que constituem a 1ª fase do programa industrial delineado e a executar no prazo de oito anos.

As nossas previsões assentam portanto numa grande margem de segurança, porque compreendem a satisfação das necessidades seguintes:

a) Alimentação de indústrias novas, na maior parte já concedidas e na parte restante em estudo muito adiantado;
b) Substituição da actual produção térmica por produção hidráulica;
c) Aumento normal dos pequenos consumos, calculado pelo dos últimos catorze anos.

No estado actual, as novas indústrias já concedidas ou em via de concessão (limitando-nos às que têm consumo de energia elevado) podem resumir-se no seguinte quadro, onde as zonas norte e sul se consideram separadas pela linha Leiria-Castelo Branco:

	Consumo de energia — Milhões de kWh	
	Permanente	Temporária
Zona Norte		
Pneumáticos	2	—
Seda artificial	2	—
Folha de Flandres	30	—
Metalurgia do estanho	3	—
Sulfato de amónio	—	160
Soda cáustica	—	10
Tubos de aço	1	—
Ferro silício	—	10
Cimento	5	—
Tungsténio	1	2
Cloratos	—	4
Metalurgia do ferro(a)	400	—
Nitratos(a)	—	8
	444	194
Zona Sul		
Trefilaria	2	—
Sulfato de amónio	—	180
Cianamida cálcica	—	20
Metalurgia do cobre	4	—
Hidrogenação de óleos	3	—
Pasta mecânica	15	—
Nitratos(a)	—	8
Papel(a)	10	—
	34	208
Totais	478	402
Total geral	880	

(a) Ainda não concedida

A actual produção térmica, que importa substituir por energia hidráulica, é de 285 milhões de kWh (média de 1940-1941); o aumento dos pequenos consumos é de 21 milhões por ano, na média dos catorze anos de 1927 a 1941 (não abrangidos pelas restrições da guerra), o que dá 168 milhões em oito anos, supondo levantadas estas restrições.

As necessidades totais em 1952 resultam:

	Milhões de kWh
Novas indústrias	880
Substituição de energia térmica	285
Aumento de pequenos consumos	168
Produção a criar	1333
Actual produção hidráulica (1940-1941)	185
Produção total	1518

o que equivale a multiplicar por 3,2 a actual produção total do País (470 milhões na média de 1940-1941) ou multiplicar por 8,2 a actual produção hidráulica.

Ao valor da produção a criar há que abater:

	Milhões de kWh
Possibilidade de produção de energia temporária nas centrais existentes, cerca de	50
Possibilidades de produção das centrais em construção (Santa Luzia, Senhora do Porto e Sabugueiro), cerca de	60
Produção total	110

o que reduz a produção a criar a 1.223 milhões; mas se acrescentarmos a este número a indispensável folga (cerca de 20 por cento) que permita aguardar a construção de novas centrais de uma 2ª fase, chegamos a 1.500 milhões como mínimo a assegurar na 1ª fase, que estamos considerando.

Como a substituição de energia térmica e o aumento de pequenos consumos representam 453 milhões de energia permanente, a quantidade de energia a criar reparte-se assim:

	Milhões de kWh
Energia permanente:	
Novas indústrias	478
Energia térmica e aumento de pequenos consumos	453
	931

A deduzir a produção das centrais em construção	60	
	871	
Folga e arredondamento	179	1.050
Energia temporária:		
Novas indústrias	402	
A deduzir a possibilidade de produção das centrais existentes	50	
	352	
Folga e arredondamento	98	450
Total		1500

Não se conta com alguma electrificação ferroviária, que em 1ª fase poderá consumir cerca de 50 milhões de kWh, nem com outras indústrias que por enquanto constituem aspirações mal definidas.

6. Importa agora saber aonde se há-de ir buscar esta energia.

A energia eléctrica é essencialmente um meio para a realização de um fim — o fim industrial a que é destinada, tomado este na sua acepção mais lata. Daqui resulta que a escolha das centrais, a ordem dos aproveitamento, a natureza das obras como o maior ou menor grau de regularização dos cursos de água, características das oficinas hidroeléctricas, etc., se tornam, em certa medida, dependentes do fim a que se destina a electricidade.

A própria construção de centrais ou linhas de transporte e distribuição há-de correr paralela com o desenvolvimento das instalações fabris, desde que se queiram evitar prejuízos e colapsos por desencontros entre a produção e o consumo.

Pode a existência e proximidade de fontes de energia despertar alguma actividade adormecida e movê-la no sentido deste ou daquele empreendimento não previsto. Mas nem se crê que tais empreendimentos, úteis que sejam, tenham importância fundamental, nem o facto altera a relação de meio e fim, que no fundo subsiste entre a electricidade e as indústrias.

A mais ligeira reflexão torna, pois, evidente que entre aproveitamentos hidroeléctricos e indústrias consumidoras existe tal encadeamento e conexão que mal pode conceber-se um plano de aproveitamentos sem o programa industrial, que é a sua base e razão de ser.

Depois, há-de ter-se em conta o valor dos aproveitamentos em si mesmos, isto é, no volume e custo de produção, as possibilidades de integral aproveitamento dos cursos de água e sua regularização e os benefícios que daí podem resultar para a rega e defesa dos campos. Postas estas noções e tomando para base os estudos levados a efeito nos últimos anos — embora se não conheçam todas as nossas possibili-

dades hidroeléctricas — pode talvez apresentar-se o seguinte quadro de aproveitamentos mais prováveis:

Rios e centrais	Produção aproximada — Milhões de kWh	
	Permanente	Temporária
Cávado-Rabagão:		
Vila Nova	150	60
Outras centrais	250	100
Lima e afluentes	700	100
Douro nacional-Carrapatelo	190	300
Douro internacional	1.200	500
Sabor-Vilariça	100	—
Zêzere:		
Castelo do Bode e Constância	350	70
Outras centrais	500	—
Tejo-Ocreza	240	100
Guadiana:		
Pulo do Lobo	60	100
Outras centrais	60	100
	3.800	1.430
	5.230	

À luz dos critérios acima mencionados se determinarão as centrais a construir na 1ª fase para satisfazer às necessidades do consumo previstas no nº 5º. A execução dessa 1ª fase importará:

a) A instalação de 1.350 quilómetros de linhas de transporte e interligação, sendo 600 quilómetros de 60 kV (algumas eventualmente a 100 kV) e 750 de 150 kV;
b) A instalação de 3.000 quilómetros de linhas de grande distribuição, nas tensões de 30, de 15 e de 6 kV, para levar a energia às 120 cabeças de concelho ainda desprovidas de electricidade ou alimentadas por pequenas centrais térmicas.

7. Em que condições vai ser realizada esta obra? A intervenção do Estado no que toca à construção e exploração das centrais hidroeléctricas tem revestido formas diferentes:

a) Subsídios ou subvenções para a execução dos trabalhos, como na França, Itália e Espanha;
b) Garantia do capital e do juro, como na Inglaterra;
c) Exploração directa das centrais, como na Suécia, Suíça, Irlanda, Alemanha e Rússia;

d) Realização da obra pelo Estado, como se fez designadamente na Checoslováquia quanto à barragem Masarik e na América quanto à central do Boulder Dam.

A posição do Estado português é a de impulsionador e coordenador das actividades, não lhe competindo em princípio deter explorações comerciais ou industriais. Nos termos do artigo 6º do Estatuto do Trabalho Nacional, ele deve renunciar a explorações de carácter comercial ou industrial, mesmo quando se destinem a ser utilizadas no todo ou em parte pelos serviços públicos, e quer concorram no campo económico com as actividades particulares quer constituam exclusivos, só podendo estabelecer ou gerir explorações em casos excepcionais para a consecução de benefícios sociais superiores aos que seriam obtidos sem a sua acção.

À luz destes princípios, deixa-se à iniciativa privada a construção das centrais — embora favorecida pelo ambiente económico que lhes é criado -, participando o Estado na vida das empresas quando isso for considerado necessário para a sua constituição e subsistência ou em defesa do património e dos interesses gerais da colectividade. A construção pelo Estado só poderá ser encarada quando o empreendimento transcenda o interesse puramente hidroeléctrico e seja de tal modo oneroso que não possa contar-se com o concurso particular.

Quanto às linhas de transporte e grande distribuição — complemento natural dos aproveitamentos —, parece haver necessidade de ir mais longe em matéria de auxílio por parte do Estado, desde que se queira não só produzir energia para alimentar as novas indústrias, mas levar a electricidade aos concelhos que a não têm ou só de origem térmica.

Podiam admitir-se duas formas de auxílio:

a) A de subsídio, como sucede em vários países, nomeadamente na França e na Itália;
b) Ou a de empréstimo reembolsável em condições de favor.

Adopta-se a segunda, por ser julgada suficiente. Nestes termos, o Estado auxiliará as empresas com empréstimos até ao limite de 50 por cento do valor das instalações, cujo reembolso será diferido pelo tempo que for julgado indispensável, não devendo a taxa do juro exceder a do desconto do Banco de Portugal.

Haverá, talvez, quem pense deverem as linhas de transporte e grande distribuição ser instaladas e exploradas por uma entidade, o Estado, com este duplo fim: pagar a energia às empresas produtoras a preço diferenciado consoante o custo de produção, para revendê-la depois a preço uniforme, adequado a cada espécie de consumo.

Desta forma se poderiam construir centrais pobres, de elevado custo de instalação, fraco consumo e pouco remunerador e centrais

reputadas ricas; isto é, de menor investimento de capitais, consumo assegurado desde o início, largamente retribuído em virtude da própria aplicação da energia.

A solução não parece de aceitar pelas seguintes razões: em primeiro lugar, é contrária à lei que prescreve não dever o Estado meter-se em explorações de carácter comercial ou industrial, não só com o fundamento na doutrina mas na péssima tradição que, de um modo geral, nos ficou de semelhantes empreendimentos; segundo, porque levaria à expropriação das linhas de transporte e grande distribuição existentes, quando se afigura que os benefícios resultantes da unidade de exploração podem ser alcançados sem concentrar na mão do Estado a venda da energia.

Se a questão de fundo consiste realmente em favorecer a construção de centrais de fraco rendimento, isso pode alcançar-se, ao menos nalguns casos, fazendo compreender na mesma concessão aproveitamentos de baixo e elevado índice de exploração ou por meio de uma organização que abranja o conjunto das empresas e faça as compensações necessárias.

8. No que toca às redes de baixa tensão, através das quais se alimentam os consumos comerciais e domésticos e os pequenos consumos industriais e agrícolas, a situação é como segue, referida a 1940:

a) Concelhos em estado adiantado de electrificação	70
b) Concelhos alimentados em alta, mas abastecidos na sede e em poucas povoações	82
c) Concelhos alimentados por centrais locais quase exclusivamente na sede	92
d) Concelhos desprovidos de energia	28

Supondo que todas as freguesias estão regularmente servidas no primeiro grupo de concelhos, que no segundo se alimenta um terço das freguesias e no terceiro apenas a décima parte, é como se tivéssemos 106 concelhos electrificados e 166 desprovidos de electricidade, ou sejam 2.200 freguesias. Em resumo, a electrificação existente serve 40 por cento das freguesias e pouco mais de metade da população do País (36 por cento).

O consumo é aproximadamente de 60 kWh por habitante, dos mais baixos do continente, quando na Espanha atinge 150, nos países da Europa Central 300 a 500 e na Suíça e na Noruega ultrapassa um milhar. As causas desta inferioridade estão em sermos um País de fraco consumo industrial e em termos um reduzido consumo agrícola e doméstico, devido não só ao baixo nível de vida das populações mas também à insuficiência das redes e à falta de tarifas adequadas.

O mal agrava-se, porém, em virtude da dispersão quase inverosímil das empresas distribuidoras e das precárias condições em que se faz a distribuição.

Considera-se, com efeito, que para segurança e regularidade do serviço deveria caber a cada distribuidor um mínimo de 5.000 a 8.000 consumidores, abrangendo em média 6 a 8 concelhos, com 80 a 100 freguesias; pois o número de distribuidores em baixa tensão é hoje de 372 — 190 autarquias e 182 empresas privadas —, para 336.000 consumidores, dos quais metade pertence a Lisboa e Porto, o que vem a dar um distribuidor para 455 consumidores e por 4 freguesias, excluídas aquelas cidades.

Há entre as empresas distribuidoras cerca de cem cooperativas cujas redes não excedem os limites da freguesias, e às vezes da povoação, com 50, 40 e até 20 consumidores. Os resultados estão à vista: pobreza do serviço e insuficiência das redes, com as consequentes perdas de energia, quedas de tensão, interrupções e tarifas incomportáveis.

Do que fica exposto facilmente se deduz que a entidade encarregada da distribuição deverá possuir os requisitos seguintes:

a) Ter interesse pelo serviço público da electrificação que não movida apenas pelo espírito do lucro;
b) Abastecer um mínimo de 5.000 a 8.000 consumidores para dispor dos recursos técnicos e financeiros reputados indispensáveis.

A solução parece estar nas federações municipais, associações concelhias já previstas no Código Administrativo, às quais competiria a tarefa de levar a energia eléctrica às freguesias e agregados populacionais da sua área, ou por administração directa ou, sempre que seja possível, em regime de concessão. Resta ver por que meios.

9. A instalação das redes municipais tem sido subsidiada pelo Fundo de Desemprego com importâncias que vão de 20 a 40 por cento do custo; tem-se verificado, porém, que essa forma de auxílio, sendo já apreciável, não é suficiente para estimular a electrificação em regiões cada vez mais pobres ou de menor densidade de população.

Entende-se, por isso, que o subsídio deve ser elevado até 50 por cento, à semelhança do que se faz noutros países. Assim, a despesa poderá repartir-se:

	Por cento
a) Câmara municipal interessada	25
b) Federação a que pertence o concelho	25
c) Subsídio do Estado	50

Esta a contribuição prevista como regra geral. Admite-se, porém, que algumas câmaras ou federações possam contribuir com mais de 25

por cento e outras não disponham mesmo de importância equivalente àquela percentagem.

Nestas condições, o subsídio do Estado, não ultrapassando em média 50 por cento, poderá variar consoante os casos. A verba de 25 por cento com que contribui a federação é tirada do Fundo de obras a que se refere a base XXV.

Criada a federação de municípios, as redes concedidas existentes na sua área transferem-se em posse e administração para aquele organismo, quer pertençam ao município federado, quer sejam propriedade de concessionários ou distribuidores em regime de licença. Havendo encargos por pagar provenientes de empréstimos que hajam sido contraídos pelas câmaras para instalação das redes, o serviço de amortização desses encargos e até à concorrência do valor das referidas redes pertencerá à federação de conta do município devedor; no caso de se tratar de rede pertencente a concessionário ou distribuidor, efectuar-se-á a sua expropriação ou resgate mediante o pagamento de justa indemnização pela câmara. O serviço de amortização de empréstimos que haja necessidade de contrair para este fim incumbirá igualmente à federação de conta do respectivo município.

As receitas das federações, depois de deduzidas as despesas gerais — administração, contribuições e outras — e as de melhoramento, conservação e amortização de empréstimos que venham a contrair nos termos da base XXVI, serão repartidas pela forma seguinte: uma parte destinada ao Fundo de obras e a outra dividida pelos municípios interessados na proporção do valor das redes com que tenham entrado ou das participações com que hajam contribuído para a sua instalação. A parte destinada ao Fundo de obras e, portanto, a novas instalações será assim, nos dez ou quinze anos mais próximos — tempo necessário para levar a electricidade a todo o País — uma forma de solidariedade e auxílio às regiões mais pobres.

A existência, porém, das federações municipais não impedirá que nalguns concelhos a distribuição continue a fazer-se por concessionários municipais — como se estabelece na bases XIX -, quando satisfaçam às condições gerais exigidas para o bom funcionamento do serviço; e também se permite expressamente — base XXII — que onde não haja energia em alta tensão fornecida por distribuidor público ou enquanto não for julgada oportuna a associação de municípios se estabeleça, serviços municipalizados ou de empresas privadas em regime de concessão ou licença, para a distribuição de energia.

10. Até aqui, a traça geral da obra no seu conjunto — centrais, linhas de transporte e redes de baixa tensão.

Tanto por exigência do espírito como em obediência a métodos de administração invariavelmente seguidos, haveria agora que indicar o seu custo, o tempo necessário para a execução dos trabalhos, o preço

por que ficará a energia, benefícios de ordem económica e social que dela naturalmente derivam.

Isto, porém, a que podia chamar-se plano geral do empreendimento, não só está fora do escopo imediato do Governo mas pressupõe a existência *de estudos completos acerca da natureza dos trabalhos a executar*, traçados das linhas, preços dos materiais, salários, etc. Na sua falta e dada a instabilidade dos factores que seriam tomados para base, pouco mais poderá fazer-se do que uma estimativa do custo das obras, indicando a sua ordem de grandeza, com fundamento na experiência de obras similares realizadas aqui e no estrangeiro.

Com estas reservas e com preços normais, o custo das centrais a construir (1ª fase), linhas de transporte, subestações e linhas de grande distribuição poderá computar-se:

	Contos
a) Centrais da 1ª fase para a produção de 1.500 milhões de kWh aproximadamente ..	1.000.000
b) Linhas de transporte e subestações:	
1º 600 quilómetros a 60 kV	66.000
2º 750 quilómetros a 150 kV	120.000
3º Subestações	30.000
c) Linhas de grande distribuição (3.000 quilómetros a 30, 15 e 6 kV)	60.000
Total	1.276.000

Resta saber em quanto se pode computar o alargamento das redes de baixa tensão com seus ramais de alta e o montante das indemnizações a pagar a entidades concessionárias ou com simples licença de exploração, cujas redes hajam de transferir-se, em posse e administração, para as federações de municípios.

Já se viu que a parte do País não electrificada equivale a 166 concelhos com 2.200 freguesias; supondo uma despesa de 800 contos por concelho, o total atinge 132.000 contos, repartidos pela forma seguinte:

	Contos
a) Estado	66.000
b) Municípios	33.000
c) Federações de municípios	33.000
Total	132.000

No que respeita ao preço do resgate e expropriação de redes particulares, as bases do cálculo podem, talvez, estabelecer-se da forma seguinte: as redes de baixa tensão, excluídas as de Lisboa e Porto, foram avaliadas em 1935 em 55.000 contos; suponhamos que valem hoje 70.000, pertencendo metade às câmaras municipais e a outra

metade a empresas privadas. Partindo do princípio de que só haverá necessidade de expropriar duas terças partes das redes particulares, o valor das indemnizações não deverá exceder 23.000 contos, aos quais se somarão 10.000 como valor das centrais.

Em resumo:

	Contos
a) Centrais hidroeléctricas	1.000.000
b) Linhas de transporte, subestações e linhas de grande distribuição	276.000
c) Linhas de baixa tensão, postos de transformação e ramais de alta	132.000
d) Indemnizações por expropriação e resgate	33.000
Total	1.441.000

Supondo que havia necessidade de o Estado participar com metade do custo de todas as novas centrais e fazendo já aplicação da doutrina das bases, quer a empréstimos e subsídios, o dispêndio por parte do Estado seria:

	Contos
a) Participação no capital das empresas hidroeléctricas	500.000
b) Empréstimos para instalação de linhas e subestações	138.000
c) Subsídio para as redes de baixa tensão	66.000

Ao todo cerca de 700.000 contos, dos quais 66.000 não reembolsáveis. No mapa nº 1 indica-se também a repartição dos encargos pelas empresas privadas, municípios e federações.

11. Já se disse que a energia das centrais hidráulicas a construir se destina a satisfazer as necessidades determinadas pelo crescimento normal do consumo e a substituir a energia térmica produzida por combustíveis importados; a maior parte, porém, servirá para alimentar as indústrias-base compreendidas na 1ª fase do plano industrial gizado. É preciso, pois, que o custo de produção da electricidade seja baixo para que essas indústrias possam viver e prosperar sem exagerado protecionismo.

As mesmas reservas feitas em relação ao custo das centrais tornam aleatório o que se diga relativamente ao custo de produção da energia. Partindo, porém, do custo provável de 1.000.000 de contos para o conjunto de centrais que foram consideradas na estimativa da 1ª fase com a produção aproximada de 1.500 milhões de kWh e supondo que os encargos médios anuais não excedem 12 por cento — na Suíça foram recentemente calculados de 8 a 10 por cento -, ter-se-á o preço médio do kWh nas barras de cerca de $08. E nestas condições, apesar das per-

das e encargos de transporte e distribuição, poderá haver energia a preços módicos para a electroquímica, electrometalurgia, tracção e rega. Será demasiado o optimismo? É, ao menos, uma esperança fundada.

Dois grandes benefícios resultam deste empreendimento: aumento da produção industrial e economia de combustíveis. O primeiro traduz-se na libertação de encargos anuais de algumas centenas de milhares de contos, já discriminados no relatório sobre a reorganização e fomento industrial e nas maiores possibilidades que ficam abertas à actividade dos portugueses; o segundo vale pela economia e pela segurança.

Os números foram apresentados no referido relatório, mas no que toca a carvões e óleos talvez valha a pena dar uma ligeira explicação.

O consumo de carvões e óleos nas centrais eléctricas — média de 38/39 — foi o seguinte:

	Toneladas
a) Carvão nacional	111.000
b) Carvão estrangeiro	140.000
c) Óleos	12.500

Crê-se que, embora algumas pequenas centrais continuem a queimar carvões por utilizarem também subprodutos industriais ou por necessidade de vapor de aquecimento, se poupará a quase totalidade dos consumos acima indicados.

Ressalva-se apenas a hipótese de a central de Massarelos continuar a abastecer-se de S. Pedro da Cova, o que, a dar-se, reduziria a economia prevista de carvão nacional em 25.000 ou 45.000 toneladas, conforme funcionar só no Verão ou também no Inverno.

Insiste-se, porém, neste ponto: não parece aconselhável que depois da guerra se faça exagerado consumo de carvão nacional — não deveria exceder 400.000 a 500.000 toneladas -, quer por serem pobres os nossos jazigos, quer ainda pela tendência que se revela nos países de grande riqueza carbonífera de reservar o carvão para aplicações químicas ou para usos em que a hidroelectricidade não possa substituí-lo com vantagem.

12. Na matéria versada nestas bases podem ainda ver-se duas preocupações fundamentais: uma respeitante à nacionalidade das empresas produtoras e distribuidoras de electricidade, outra à sua estrutura e capacidade.

Com efeito, de pouco valeria promover o aproveitamento das quedas de água e dar ao consumo a feição conforme com os recursos nacionais se por deficiência de capitais portugueses os lucros houvessem de escoar-se para além da fronteira. Teríamos ganho alguma coisa em trabalho e segurança, mas ter-se-ia alienado o fundo desta riqueza. Julga-se, porém, que nem o País carece neste momento de um grande

concurso de capitais estrangeiros para custear as despesas do empreendimento nem as exigências técnicas determinam larga participação desses capitais.

Eis porque os concessionários devem ser sociedade portuguesas, com dois terços, pelo menos, de capital português.

Por outro lado, é preciso que o custo da produção da energia seja baixo, por exigência da sua aplicação, e que o transporte e distribuição se façam em condições aceitáveis de segurança e regularidade. Daí a necessidade ou, se se quiser, a tendência para concentrar as instalações num reduzido número de concessionários e a concessão de exclusivos de fornecimento, nos termos da base XII, depois de revistas as áreas de distribuição.

Na verdade, os grandes consumos industriais não podem ser alimentados a preços razoáveis por empresas de reduzida capacidade e elevado custo de produção. É também esta a orientação adoptada de um modo geral nos países produtores e ainda recentemente na Suíça, ao empreender a construção de novas centrais para a produção de 2.200 milhões de kWh.

13. No que respeita especialmente às empresas distribuidoras e em obediência à mesma preocupação de lhes dar condições de vida e desenvolvimento, adoptam-se ainda as providências seguintes:

a) Encerramento das centrais térmicas quando seja possível fornecer energia de origem nacional em condições que não sejam mais onerosas, nos termos da base VII; proibição de instalações particulares ou de fornecimento por estas a redes públicas onde houver um distribuidor de serviço público, em conformidade com os disposto nas bases XXXI e XXXII;
b) Exclusivo de fornecimento, como regra, para cada zona e revisão das áreas concedidas mas não servidas ainda, de modo a repartir equitativamente zonas ricas e pobres;
c) Finalmente, a concessão de subsídios ou empréstimos de favor para a montagem de linhas, a par da remodelação do regime tributário, que se afigura mais equitativo.

O encerramento de centrais obedece, essencialmente, à ideia de nacionalizar a energia e de atenuar encargos resultantes do custo de produção; o exclusivo de fornecimento por zonas constitui inelutável imposição das circunstâncias, pois mal se concebe que possa existir nesta matéria a livre concorrência.

Seja porém como for, a verdade é que das medidas enunciadas resultam, mesmo para as actuais empresas, *benefícios e auxílios apreciáveis*.

Em compensação terá de exigir-se-lhes a obrigação de levarem a energia a todas as cabeças de concelho da sua área, como se estatui na

base XVI, desde que nelas se instale um serviço de distribuição em baixa tensão.

Pelas mesmas razões, e até só em virtude do regime de monopólio instituído, terão de sujeitar-se às tarifas que vierem a ser estabelecidas. É, na verdade, indispensável, tanto na distribuição em alta como em baixa tensão, substituir o actual regime de tarifas, arbitrário e incoerente, por um sistema que, sem injusto prejuízo das empresas, proteja os consumos mais úteis sob o ponto de vista económico e social. Tal é, em substância, o sentido da base XVIII.

Ficam assim definidos os contornos mais salientes da obra a realizar, em período que não deveria exceder o previsto para a 1ª fase do programa industrial. Ela é necessária e urgente, e nem está fora das nossas possibilidades nem pode taxar-se de mesquinha, porque de executá-la ou não depende em larga medida o futuro do povo português.

MAPA Nº 1

Obras	Custo total — Contos	Tempo de execução — Anos	Divisão dos encargos			
			Empresas concessionárias — Contos	Estado — Contos	Municípios — Contos	Federações municipais — Contos
Centrais hidroeléctricas da 1ª fase	1.000.000	8	500.000	500.000	—	—
Linhas de transporte e subestações (1.350 quilómetros)	216.000	8	108.000	108.000	—	—
Linhas de grande distribuição (3.000 quilómetros)	60.000	10	30.000	30.000	—	—
Redes de baixa tensão (166 concelhos)	132.000	15	—	66.000	33.000	33.000
Resgate de redes de baixa tensão	33.000	10	—	—	33.000	—
Total	1.441.000	—	638.000	704.000	66.000	33.000

Lei nº 2002, *Diário do Governo*, I Série,
Número 285, 26 de Dezembro de 1944

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Electrificação do País

PARTE I

Da rede eléctrica nacional

BASE I

A rede eléctrica nacional abrange o conjunto de instalações de serviço público destinadas à produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

SECÇÃO I

Da produção

BASE II

A produção de energia eléctrica será principalmente de origem hidráulica. As centrais térmicas desempenharão as funções de reserva e apoio, consumindo os combustíveis nacionais pobre na proporção mais económica e conveniente.

BASE III

O Governo, tendo em atenção a regularização dos cursos de água, as possibilidades do seu aproveitamento integral, os interesses da navegação e a defesa dos terrenos marginais, promoverá e auxiliará, de har-

monia com a base anterior, a instalação de centrais produtoras de energia eléctrica, conforme o exigirem:

a) A reorganização e fomento industrial;
b) A electrificação das linhas de caminhos-de-ferro;
c) A rega e outras aplicações de interesse agrícola;
d) O consumo na iluminação, gastos domésticos e usos industriais não previstos nas alíneas anteriores.

BASE IV

O Estado poderá participar no capital das empresas produtoras de energia cujos aproveitamentos estejam compreendidos no futuro plano de electrificação, directamente ou por intermédio das suas instituições de crédito.

A participação não excederá, normalmente, a dos particulares e manter-se-á na medida e pelo tempo que os interesses gerais o exigirem.

BASE V

O Governo auxiliará a instalação das novas centrais pelas formas seguintes:

a) Concessão de créditos e colocação de obrigações por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, até ao limite do capital realizado;
b) Isenção de direitos de importação sobre máquinas, utensílios e outros materiais necessários à instalação, que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade, ou dentro dos prazos previstos para montagem.

BASE VI

O Governo poderá instalar as centrais de grande interesse público que o não possam ser em regime de comparticipação ou com os auxílios referidos na base anterior, ou ainda adoptar as providências especiais para isso necessárias.

BASE VII

O Governo poderá determinar a paralisação definitiva ou temporária de centrais térmicas, sobretudo das que utilizem combustíveis importados, quando for possível colocar energia de origem hidráulica nas suas barras ou nos centros de consumo em condições não mais onerosas.

BASE VIII

A exploração das centrais eléctricas resultantes dos aproveitamentos hidroagrícolas será, em regra, entregue ao concessionário da distribuição mais próximo, que as ligará à sua rede. O contrato deverá estabelecer a subordinação do funcionamento da central à utilização dos caudais e diagrama de rega, fixar a renda ou a taxa a pagar, bem como as condições de fornecimento ao sistema hidroagrícola, e ficará sujeito à aprovação do Governo.

SECÇÃO II

Da transporte e grande distribuição

BASE IX

O Governo auxiliará o estabelecimento das linhas de transporte e de grande distribuição, com respectivas subestações, por meio da concessão de empréstimos até ao limite de 50 por cento do seu custo, devendo o início do pagamento das anuidades de juro e amortização ser diferido pelo tempo indispensável, sem que a taxa de juro, a fixar à data da concessão, possa exceder a do desconto do Banco de Portugal.

BASE X

As empresas serão obrigadas a efectuar a interligação das suas linhas, para segurança e regularidade do serviço e melhor aproveitamento dos recursos nacionais, segundo o plano formulado pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos e aprovado pelo Governo, depois de ouvidas as empresas interessadas. Na falta de acordo das empresas, quanto à sua participação na execução das obras e manutenção do serviço, decidirá o Governo.

Poderá o Governo, quando o julgar necessário, subordinar as centrais interligadas à disciplina de um repartidor de cargas.

BASE XI

O Governo delimitará as áreas da grande distribuição em todo o território do continente, respeitando as regiões servidas pelos actuais concessionários e repartindo com a possível equidade zonas ricas e pobres.

BASE XII

A grande distribuição de energia constituirá, por via de regra, exclusivo em cada área de concessão.

BASE XIII

As empresas produtoras e transportadoras venderão a energia aos concessionários da grande distribuição, e estes, por sua vez, aos consumidores ou distribuidores da pequena distribuição.

Exceptuam-se:

a) Os casos de grandes fornecimentos para tracção, electroquímica, electrometalurgia e rega;
b) Os casos em que a Direcção Geral dos Serviços Eléctricos seja de parecer que a existência do intermediário não tem justificação técnica nem económica.

Nos casos previstos nestas alíneas a vende poderá ser feita directamente pelas empresas produtoras ou transportadoras.

PARTE II

Das concessões

BASE XIV

As instalações a que se referem as bases anteriores, destinadas à produção, transporte e grande distribuição da energia eléctrica, são consideradas de utilidade pública e objecto de concessão por parte do Estado.

Haverá quatro categorias de concessões:

a) Centrais produtoras hidráulicas;
b) Centrais produtoras térmicas;
c) Linhas de transporte;
d) Linhas de grande distribuição.

Cada uma destas categorias terá um caderno de encargos-tipo.

As concessões serão sempre dadas por decisão tomadas em Conselho de Ministros.

BASE XV

As concessões devem obedecer às condições gerais seguintes:

a) A duração será a mais curta que a natureza especial da concessão e as possibilidades de amortização do 1º estabelecimento comportarem, não podendo em caso algum exceder setenta e cinco anos, contados da publicação do decreto;

b) No seu termo os bens reverterão gratuitamente para o Estado;
c) Serão isentas de contribuição industrial, salvo as centrais térmicas que não utilizem combustíveis nacionais;
d) Serão gratuitas nos primeiros dez anos de exploração e depois pagarão ao Estado:

1º Sobre os preços de venda fixados nos respectivos cadernos de encargos, pela produção e por cada kWh produzido, as percentagens seguintes:
Do 11º ao 20º anos — 1,5 por cento;
Do 21º ao 30º ano — 2 por cento;
Do 31º em diante — 3 por cento.
2º Sobre o preço médio da venda, pela distribuição e por cada kWh comprado ou admitido nas linhas, as percentagens seguintes:
Do 11º ao 20º anos — 1 por cento;
Do 21º ao 30º ano — 1,5 por cento;
Do 31º em diante — 2 por cento.
3º Sobre a importância da renda relativa à produção incidirá o adicional de 20 por cento destinado às câmaras municipais dos concelhos onde estejam situadas as obras de aproveitamento, a repartir entre elas na proporção, tanto quanto possível, do valor das expropriações ou compras de imobiliários efectuadas nas respectivas áreas.

5º. — As condições de caducidade e resgate são as preceituadas na lei actualmente em vigor, tendo-se em conta, para a determinação das indemnizações a pagar, os empréstimos concedidos pelo Estado.

As licenças para revisão e complemento de estudos e projectos de aproveitamentos hidroeléctricos elaborados pelos serviços do Estado poderão ser dadas a mais de uma entidade; nesta hipótese, a outorga da concessão será objecto de decisão tomada em Conselho de Ministros e, em caso de concurso, não haverá qualquer direito de opção.

BASE XVI

As empresas concessionárias ficam especialmente obrigadas:

As produtoras, a fornecer energia para tracção, rega, indústrias electroquímicas e electrometalúrgicas a preços especiais, até aos limites previstos nos cadernos de encargos;

As de grande distribuição, a levar energia de tensão não inferior a 6 kV, nem superior a 30 kV, a todas as cabeças de concelho dentro da sua concessão, desde que nelas seja instalado um serviço público de distribuição em baixa tensão. As empresas ficam, ainda, obrigadas a transportar energia estranha pelas suas linhas, mediante o pagamento de uma taxa.

BASE XVII

Nas concessões futuras e nas licenças de ampliação das instalações existentes, o Estado terá em conta a vantagem de concentrar instalações, evitando pequenas actividades dispersas. Os futuros concessionários só poderão ser empresas portuguesas singulares ou colectivas e, quando colectivas, terão, pelo menos, dois terços de capital português.

O Estado promoverá ainda, segundo plano elaborado pela Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos e aprovado pelo Governo, a concentração das instalações existentes, assegurando-lhes uma justa indemnização e a faculdade da participação preferencial no capital das empresas concessionárias que para isso venham a organizar-se por força da aplicação desta lei. O Estado concederá às novas empresas benefícios adequados, designadamente a isenção de sisa e do selo de trespasse.

BASE XVIII

Os cadernos de encargos dos actuais concessionários serão reformados em conformidade com o disposto nestas bases, salvaguardando-se, porém, o equilíbrio financeiro das concessões.

PARTE III

Da pequena distribuição

BASE XIX

A pequena distribuição de energia eléctrica será feita por federações de municípios não federados, por si ou seus concessionários, em conformidade com os disposto nas bases seguintes.

BASE XX

As federações de municípios, organizadas segundo planos elaborados pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, serão criadas por decreto aprovado em Conselho de Ministros, ouvidos os municípios interessados.

As suas instalações são declaradas de utilidade pública e a sua administração será exercida por um conselho composto de três vogais, escolhidos nos termos do artigo 183º do Código Administrativo.

Haverá também um director delegado nomeado por aquele Conselho, ou pelo conselho de administração dos serviços municipalizados, com prévio acordo da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.

Os directores delegados dos serviços eléctricos das federações ou dos municípios serão engenheiros electrotécnicos ou condutores, con-

soante a importância dos serviços, ressalvando-se, porém, os casos em que a direcção dos serviços já esteja confiada a pessoas de reconhecida competência, embora não possuam aquelas habilitações.

BASE XXI

Compete especialmente às federações e aos municípios não federados, por si ou seus concessionários:

a) Levar a energia eléctrica às freguesias e agregados populacionais da sua área, construindo ramais de alta tensão e redes de distribuição em baixa tensão;
b) Fazer a exploração das instalações com organização e contabilidade industrial, provendo à sua conservação.

BASE XXII

As redes pertencentes aos municípios ou seus concessionários existentes nos concelhos incluídos na área de uma federação à data em que esta se constitua serão transferidas, em posse e administração, para a federação nos termos seguintes:

a) Tratando-se de serviço municipal ou municipalizado, a transferência não abrangerá as centrais térmicas, excepto se forem consideradas de utilidade pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos; se esse serviço estiver onerado com encargos de empréstimos contraídos para instalação das redes, serão estes contabilizados pela federação até ao valor das respectivas instalações;
b) Tratando-se de serviço em regime de concessão ou de simples licença, far-se-á o seu resgate ou expropriação à custa do respectivo município, podendo o Estado comparticipar até 50 por cento. Havendo necessidade de contrair empréstimos para este fim, será o respectivo encargo contabilizado pela federação até ao valor das instalações transferidas.

O serviço de amortização dos referidos encargos fica à responsabilidade da federação, que o executará por conta dos respectivos municípios.

BASE XXIII

As obras feitas pelas federações para instalação de novas redes serão, quanto possível, custeadas:

a) Pelo município e freguesias interessados e pela federação, em partes iguais;
b) Pelo Estado até 50 por cento.

Tratando-se de obras executadas por municípios não federados, a participação do Estado também não excederá 50 por cento e a percentagem a cargo do município, havendo serviço municipalizado, poderá ser suportada em parte pelo orçamento deste e em parte pelo orçamento geral do concelho.

A referida participação do Estado poderá ser excedida em casos de reconhecida insuficiência de recursos das outras entidades.

Na hipótese de a distribuição ser feita por concessão das federações, os subsídios para execução das instalações constarão do respectivo caderno de encargos, não podendo exceder os acima fixados.

As mesmas regras podem ser aplicadas aos concessionários dos municípios não federados, relativamente às instalações não consideradas obrigatórias pelos actuais cadernos de encargos.

BASE XXIV

Das receitas líquidas da exploração de redes eléctricas pelas federações e pelos municípios não federados consignar-se-á ao Fundo de obras a importância necessária à execução do programa de instalações aprovado pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos. O restante, tratando-se de federações, será distribuído pelas câmaras na proporção do valor das redes ou participações com que tenham contribuído, tendo em conta as amortizações efectuadas nos termos da base xxii.

BASE XXV

As federações de municípios podem contrair empréstimos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência para novas instalações, consignando ao serviço dos referidos empréstimos as receitas do Fundo de obras.

PARTE IV

Das tarifas e condições de venda

BASE XXVI

O Governo fixará as fórmulas tarifárias para a venda de energia em alta tensão, uniformemente em cada concessão e tanto quanto possível em todo o País, tendo designadamente em conta, para cada tipo de consumidor:

a) A potência de ponta;
b) O consumo expresso em utilização da ponta;
c) O factor de potência;
d) Os meses de consumo, natureza deste e horário respectivo;

e) O não agravamento do preço do custo para o consumidor que tenha produção própria.

Não são abrangidos nesta fixação os fornecimentos especiais, feitos directamente pelos produtores aos consumidores, previstos na base XIII.

As tarifas serão expressas em moeda corrente e o regime tarifário revisto periodicamente por uma comissão, que proporá ao Governo as alterações que julgar convenientes, e constituída por representantes do Estado, dos concessionários, das federações, dos municípios não federados e dos consumidores.

BASE XXVII

As relações dos concessionários da produção e da grande distribuição com os adquirentes da energia serão reguladas pelas condições gerais de venda em alta tensão e respectivas apólices-tipo, a publicar pelo Governo.

Os contratos com os actuais consumidores, quando se renovem, terão de adaptar-se às condições estabelecidas nas presentes bases, devendo modificar-se os preços de venda neles fixados, antes mesmo do seu termo, sempre que o custo da energia tenha sido reduzido por efeito desta lei, nomeadamente quando a redução resultar da substituição de energia térmica por energia hidráulica.

BASE XXVIII

O Governo fixará as fórmulas tarifárias a aplicar por cada federação, município não federado ou seus concessionários, dentro de critérios variáveis segundo a aplicação da energia. As tarifas máximas serão expressas em moeda corrente e sujeitas a revisão, nos termos da base XXVI.

BASE XXIX

As relações das federações de municípios não federados ou seus concessionários com os consumidores serão reguladas pelas condições gerais de venda da energia na pequena distribuição e respectivas apólices-tipo pelo Governo.

PARTE V

Das instalações particulares — Disposições gerais

BASE XXX

As instalações de produção de energia para uso particular não poderão ser autorizadas nos locais onde haja energia de distribuidores

públicos com tarifas mais favoráveis nos termos das bases anteriores, salvo casos especiais definidos em regulamento.

BASE XXXI

Os fornecimentos de energia, feitos por instalações particulares a redes públicas, cessarão nas regiões onde se estabeleça um distribuidor de serviço público capaz de os fazer com tarifas fixadas de harmonia com o disposto nas bases anteriores, à medida que forem caducando os respectivos contratos.

BASE XXXII

Compete ao Governo, ouvidas as empresas, promover a adopção de medidas tendentes a evitar descontinuidades de trabalho e desemprego, sempre que hajam de aplicar-se disposições da presente lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Dezembro de 1944. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.*

Proposta de lei de fomento e reorganização industrial, *Diário das Sessões, nº 85*, de 2 de Novembro de 1944.

1. O desenvolvimento da indústria portuguesa é uma necessidade da Nação, que é forçoso satisfazer em nome do legítimo direito de viver.

Ao fixar-se este objectivo não há, nem pode haver, propósito de imperialismo económico ou de autarquia hostil; há apenas o desejo de aumentar a riqueza colectiva e dar actividade útil à população.

A ideia de especializar cada país na produção mais indicada pelas condições mesológicas conduz a perigos, que ninguém se dispõe a afrontar, por deporem contra ela a experiência dos povos e as suas necessidades vitais; daí o direito e o dever de cada um lançar não dos empreendimentos que seja possível manter dentro de um condicionalismo económico aceitável.

Não se quer dizer que deixe de existir a divisão entre países agrícolas e industriais, conforme o predomínio da respectiva actividade; mas a renúncia dos primeiros à exploração das indústrias — mormente aquelas para que haja matérias-primas e mercados — não seria legítima e conduziria a um desnível mais acentuado na riqueza pública e nas condições de vida da população.

Nos últimos quarenta anos a nossa população subiu 2 milhões, tendo crescido com certa regularidade, salvas as perturbações da guerra e da epidemia de 1918, em progressão geométrica de razão por 1000; e se tivermos em conta que nos primeiros trinta anos deste século a emigração levou aproximadamente 1 milhões de pessoas, encontraremos o ritmo de crescimento à roda de 13 por 1000.

É certo que o aumento da população contém em si a ocupação automática de novos braços e que o desenvolvimento da civilização cria novas necessidades e, portanto, novas condições de ocupação e trabalho.

Torna-se indispensável, porém, recorrer a outras fontes de riqueza, tanto mais úteis quanto maior for a quantidade de mão-de-obra que absorverem; se a agricultura — a mais antiga e volumosa actividade nacional — não pode ocupar por si só os excedentes da população, tem de ser programa inadiável olhar com mais atenção pelas coisas da indústria.

2. O artigo 2º do Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei nº 23.048) e os nºs 2º e 3º do artigo 7º do mesmo diploma apontam como finalidade da nossa economia o máximo de produção, sob a acção coordenadora do Estado no sentido de suprimir actividades parasitárias e de promover o aperfeiçoamento da técnica, dos serviços e do crédito.

A lei do condicionamento industrial (lei nº 1956) foi, no campo técnico, a primeira manifestação desta doutrina, a que se seguiram providências especiais para alguns ramos da indústria; mas a campanha de sistematização dos órgãos da produção fabril não atingiu ainda a vastidão e a profundidade que o Estatuto do Trabalho Nacional lhe pretendeu imprimir.

Quando se consultam as estatísticas do comércio externo notam-se ao primeiro exame as marcas evidentes da nossa insuficiência industrial. No período anterior à guerra era de cerca de 2 milhões a nossa importação e não passava de metade o valor da exportação; e mesmo que este número se considere abaixo da realidade e se corrija devidamente, ainda nos fica larga margem para os nossos esforços no sentido de um equilíbrio aproximado; o nosso fraco consumo de energia eléctrica, que foi em 1940 de 61 kWh por habitante, e a preponderância ainda frouxa que os consumos de força motriz e electroquímica tiveram no movimento das redes públicas (59 por cento) são índices de baixa industrialização.

Temos, pois, de reconhecer que o avanço da nossa técnica industrial não tem acompanhado os progressos da organização corporativa; e se esta é necessária, pelo que traz de solidariedade social e de fortalecimento das actividades económicas, aquela — a técnica — participa da própria essência da produção.

Não pode, assim, abandonar-se o essencial, mesmo que para isso tenhamos de romper com algumas tradições, modificar alguns hábitos, rever algumas posições que se não julguem conformes com os superiores interesses da colectividade. Apenas a nossa formação moral exige que tudo se faça com humanidade, isto é, achando compensação justa para os interesses que porventura venham a ser afectados.

Sejam quais forem as dificuldades, mesmo que haja de fazer-se aqui e além algum sacrifício, não se vê outro caminho que não seja olhá-lo como secundário e transitório em face da necessidade de aumentar e aperfeiçoar a produção industrial.

3. Convém, antes de mais, distinguir os dois aspectos seguintes no problema da nossa indústria: o primeiro, respeitante à criação de novas actividades, capazes de absorver mão-de-obra e de nos aproximar do equilíbrio da balança comercial; o segundo, relativo à reorganização das indústrias já estabelecidas, cuja produção e rendimento é preciso melhorar.

São aspectos diferentes mas que temos de atacar ao mesmo tempo, porque um e outro se completam.

Faltam-nos algumas indústrias, que se presume terem entre nós condições de vida iguais ou quase iguais às de outros países onde se instalaram e progrediram; mas poucas ou nenhumas tentativas se fizeram para as instalar, ou porque fosse difícil reunir o capital avultado que exigiam ou porque uma longa tradição de inviabilidade fizesse desistir os interessados.

Hoje, que a técnica é mais elástica e que a hidroelectricidade e o fácil transporte de energia libertaram, em parte, as indústrias da sujeição em que as mantinha o carvão, a viabilidade de um empreendimento industrial já não obedece às regras de há meio século. *As arcas em que a indústria pode viver tendem a aumentar.*

Precisamos, pois, de estudar metodicamente os nossos recursos — sem prejuízo da racional industrialização das colónias — e a capacidade dos mercados, para deduzir deles as novas actividades, a ampliação e aperfeiçoamento das existentes; e de integrá-las no pensamento de unidade e cooperação que deve presidir às relações económicas da Mãe Pátria e das províncias de além-mar.

É necessário, por outro lado, promover a expansão dos produtos industriais que já hoje são objecto de exportação e de outros que, em virtude das condições naturais e dos recursos da técnica, sejam capazes de concorrer com os similares estrangeiros.

4. No domínio da organização tem-se chegado a defender a indústria modesta e o trabalho caseiro, não só como factores de estabilidade mas de progresso industrial. Parece necessário, porém, evitar exageros, pondo a questão nos seus devidos termos. Não se pode negar o valor das pequenas actividades dispersas: conduzem a uma vida socialmente serena, resistem sem perigo de catástrofe às grandes crises económicas e representam, talvez, a forma menos artificial da organização do trabalho. É também esta a estrutura que convém às artes de feição regional, a trabalhos complementares da economia rural (carpintarias, serralharias e semelhantes) e até mesmo ao fabrico de produtos de comércio restrito e manipulação fácil. Há, ainda, indústrias de feição artística (cerâmica, ourivesaria, etc.) que hão-de manter sempre a forma de pequenas organizações.

Mas pensar que esse tipo de organização pode ser extensivo aos artigos que fazem parte do grande comércio mundial ou que exigem no seu fabrico direcção técnica responsável é erro que importa combater.

Os metais e produtos metalomecânicos, os tecidos, os produtos químicos, as tintas, o papel, o vidro e, de uma forma geral, todos os grandes produtos industriais foram levados pela concorrência dos diferentes países a um nível de preços e qualidade que só é possível em organizações grandes e perfeitas, servidas por uma técnica vigilante e estudiosa.

Não seguir o mesmo caminho é aceitar a posição de vencidos; e pretender colocar-nos ao abrigo de exagerada protecção pautal é impor

produtos de baixa qualidade e um pesado encargo sobre o consumo. A pauta deve servir para cobrir diferenças causadas pelo *dumping* ou por irremovíveis condições de inferioridade, tais como o custo das matérias-primas ou a exiguidade dos mercados. Mas não pode servir para remediar faltas de técnica e de organização.

Apesar do que fica exposto, a ausência de directrizes que por longos anos se fez sentir conduziu à anomalia de se terem transformado em trabalhos caseiros operações nitidamente industriais. Ainda se deles resultasse uma larga distribuição de situações felizes, haveria esse motivo para desculpar a ofensa às regras de bem produzir. Mas os factos mostram que não é assim; certas actividades caseiras que alastram nalguns concelhos mantêm trabalhadores que, uma vez organizada a respectiva indústria, podem e devem ter um nível de vida diferente.

Vivemos no convívio de outros povos que são fornecedores dos mesmos produtos ou comercialmente concorrentes connosco. Temos de nos organizar como eles se não queremos soçobrar. O caminho tem de ser, pois, concentrar, modernizar e dar base científica à indústria.

5. A concentração industrial, aliás já ensaiada em certos ramos fabris, nomeadamente na indústria do vidro, tem sido objecto de críticas menos fundadas e nem sempre terá sido encarada nas suas reais vantagens.

Tal como se preconiza, não é a redução sistemática dos estabelecimentos de cada ramo industrial a uma ou muito poucas unidades fabris, ainda que isso seja técnica e economicamente viável, mas a formação de agrupamentos que buscam melhoria de rendimento, sem a preocupação de se tornarem grandiosos, capazes de realizar este objectivo: libertar o País de encargos que hoje oneram a sua economia, produzindo artigos em quantidade suficiente e em boas condições de preço e qualidade.

Uma reorganização industrial que não vise estes fins pouco ou nenhum alcance terá e não se vê que possam ser atingidos senão utilizando a concentração até ao limite abaixo do qual tudo será pobre e decadente. A simples coordenação de fabricos, como se tem feito noutros países, seria um contra-senso no estado actual de um certo número de fábricas; era confundir organização com tecnologia e esquecer que também para esta têm de volver-se, com urgência, as nossas atenções e cuidados.

Duas observações se podem, em todo o caso, fazer: esta orientação vai cercear a liberdade das empresas ou pode dar lugar à formação de monopólios de facto.

Se a liberdade individual é limitada em toda a parte pelo interesse colectivo, não se compreende que a função industrial, respeitando a uma parcela cada vez mais importante da riqueza da Nação, dependa apenas da vontade de cada um, sem sujeição a conceitos de interesse superior. Quanto à ideia de monopólio, cumpre observar o seguinte: o

princípio é o de salvaguardar a concorrência, cuja utilidade se reconhece como estímulo da produção e meio de assegurar a equidade nas relações económicas, ainda que traga consigo algum desgaste. Mas se os produtos são fabricados em pequenas unidades dispersas, mal equipadas, sem técnica, de custo de produção elevado ou incomportável, não há outra solução senão esta: ter poucas unidades, mas capazes de produzir em boas condições de preço e qualidade. Se só um ou muito poucos dispõem de capital e técnica para manter uma indústria em termos de servir o interesse colectivo, seria absurdo não os aproveitar.

De resto, a tendência para a constituição de grandes unidades industriais vem desde o século passado, com o vapor e a electricidade, e acentua-se todos os dias à medida que se vai desenvolvendo a aplicação daqueles admiráveis agentes da produção.

É um fenómeno que tem o seu determinismo natural; não se conhece atitude sensata que não seja acompanhá-lo, deixando ao Estado o papel de velar pela verdade no económico e pela justiça no social.

6. No que respeita ao equipamento, observa-se o seguinte: a par de instalações convenientemente actualizadas há um número considerável de máquinas velhas e métodos de trabalho antiquados.

Estas máquinas continuam em serviço, apesar de se saber que a aparelhagem industrial envelhecida vale o peso da sucata, salvo porventura o caso de operações muito simples em que a tecnologia não tenha tido evolução sensível.

Tem-se instalado ou conservado máquinas velhas com o pretexto de serem mais baratas; esta orientação é errada e causa de grandes prejuízos para a economia do País e para as próprias empresas. De facto, poupa-se em custo de primeiro estabelecimento, mas gasta-se toda a vida em despesas de exploração, perdendo-se também com a imperfeição dos produtos. É o processo das indústrias sem capital; equivale a recorrer ao crédito com juro duplo do razoável.

Este estado de coisas conduz até ao paradoxo de haver crise de sobreprodução quanto a certos produtos e de ao mesmo tempo se não abastecer convenientemente o mercado; é que todos fabricam o produto baixo e poucos ou nenhum podem fabricar o produto fino, exigente de boas máquinas e de boa técnica.

Mas o pior é o encargo para a economia geral, resultante da manutenção de aparelhagem antiquada e caduca, por deficiência de quantidades produzidas, imperfeição de produtos e consequente diferença de rendimentos. Não foi possível fazer a avaliação de tais prejuízos, nas últimas dezenas de anos, mas o conhecimento que há da extensão do mal leva a concluir que é muito avultado e à condenação deste estado de coisas.

Eis porque uma política de fomento industrial não pode deixar de impor, como princípio, a compra do mais moderno e a substituição sistemática do que for antiquado.

Ao falar do equipamento não se há-de julgar fora de propósito uma leve referência à arquitectura, ordenação e limpeza dos estabelecimentos.

Há entre nós unidades fabris instaladas em edifícios aparatosos, a tender para o grande, mas em que o conteúdo — máquinas e trabalho realizado — não corresponde à aparência; outras que são construções rudimentares ou decadentes, desconexas e sem grandes preocupações de higiene. O problema tem este duplo aspecto: o do rendimento do trabalho e o da saúde do pessoal técnico e operário. Na verdade, o tempo que se poupa na sequência das operações depende, em parte, da ordem e conexão das instalações fabris; e a existência de condições higiénicas convenientes é não só um dever social mas influi no próprio rendimento do trabalho.

Em suma, o que se pretende é a construção sóbria mas correcta, a instalações ordenada e lima e até, sendo possível, confortável, dentro do tipo utilitário e fabril.

7. Nesta obra de reorganização e fomento industrial, de que se esperam tão largos benefícios para o País, merecem especial relevo, pela sua influência no êxito do empreendimento: as condições de fornecimento da força motriz, a técnica do fabrico e a mão-de-obra. A elas nos vamos referir nas alíneas seguintes:

a) O estado actual de coisas no que respeita à força motriz caracteriza-se pela insuficiência das redes públicas de distribuição e existência de grande número de centrais, instaladas pelas empresas consumidoras, com as mais variadas características. Há entre elas montagens que se justificam à luz dos bons princípios, outras devem ser desmontadas, por incompatíveis com a técnica e a economia. São centrais a óleos pesados, antigas ou mal instaladas, onde se chega a preços inaceitáveis; centrais hidráulicas que trabalham seis ou sete meses no ano com potência insuficiente e criam no Verão dificuldades de vária ordem; algumas rodas hidráulicas com variações de velocidade que são hoje inadmissíveis.

Outro aspecto é o das tarifas e da confusão que reina acerca deste elemento. Pode, certamente, afirmar-se que as tarifas industriais das redes públicas são altas, mas, sobretudo, são incoerentes, O caro e o barato misturam-se sem lei, ou porque resultam de critérios errados ou talvez, melhor, da falta de critério.

Estes problemas são objecto de outra proposta de lei e por isso se não tratam aqui com mais largueza; mas convém fixar desde já que o preço da energia não pode deixar de depender da potência e, sobretudo, da utilização, como ensinam as regras mais elementares. E daí esta conclusão, relacionada ainda com o que acima se disse quanto às vantagens da concentração industrial: a unidade

mais forte, exigindo maior potência e tendo melhor diagrama, estará em melhores condições para produzir ou para adquirir a força motriz a preços inferiores aos de pequenas organizações dispersas.

b) Fala-se de especificações inglesas, americanas e alemãs, mas nem todos medem talvez o alcance da sujeição a normas comuns de fabrico e a tipos uniformes de produtos, como se faz nesses países por decisão voluntária da própria indústria e, excepcionalmente, por intervenção dos Governos. É que a subordinação à regra comum — envolvendo a alienação da liberdade de fabrico — é compensada com vantagens apreciáveis que resultam da simplificação da maquinaria, da redução das existências em armazém e da supressão dos caprichos do comprador, às vezes onerosas para as empresas e para ele próprio.

A normalização é, pois, um elemento económico de que deve tirar-se todo o proveito.

É evidente que a fixação de tipos de produtos, com base na regra comum de fabrico, sem os submeter a ensaios de confiança seria pura ficção; mas é também certo que a normalização pressupõe a existência de um nível industrial capaz de a criar e fazer respeitar. Quanto a nós, é legítimo esperar que a adopção do princípio, aplicável a dimensões, tipos e qualidades, fará desaparecer produtos baixos que ainda se fabricam e melhorar a qualidade de outros.

c) Outro aspecto a considerar é o da formação técnica do operário, que não está convenientemente organizada. As escolas industriais não têm a necessária expansão nem todos que as frequentam se tornam verdadeiros operários; muitos se perdem para o ofício com a ilusão de saber e se desviam para outras carreiras que reputam mais dignas ou mais rendosas.

Todavia, nas grandes organizações industriais do mundo as escolas de aprendizes são objecto de cuidados e atenções especiais; e esta parece ser a forma de criar bom pessoal, competente e consciente, tão necessário à boa marcha de todas as fabricações.

É muito diferente de ramo para ramo o tempo de aprendizagem do operário, o volume de matérias que deve conhecer e a forma de lhe ministrar esse conhecimento; mas não importa fixar aqui mais do que o princípio de que as organizações industriais devem ter sistematicamente organizada a preparação profissional, mora e física dos seus trabalhadores.

O aprendiz é, assim, um capital posto a render; simplesmente às organizações pequenas, como são quase todas as nossas, só interessam aprendizes que produzam trabalho útil, ficando para as horas vagas e ao cuidado e diligência de cada um a aprendizagem do seu mester.

Ainda aqui é de observar que só a concentração industrial, na medida em que for aconselhável, permitirá enveredar pelo caminho que convém, dado aos que começam sem recursos as luzes metódicas

de uma profissão e incutindo-lhes por uma lenta e sistemática educação cívica as noções simples, de ordem, higiene, disciplina e amor pátrio; depois, as mais complexas, respeito pela virtude, dedicação pelo trabalho e confiança em si próprio.

Uma acção educativa, exercida em relação a dezenas ou centenas de milhares de indivíduos, contribuirá, certamente, para aumentar o rendimento e qualidade do trabalho e para melhorar a condição social dos nossos operários, como elementos cada vez mais úteis da comunidade nacional.

Talvez mais tarde se encontre vantagem em coordenar e orientar esta tentativa de aprendizado industrial, enquadrando-a no plano da educação nacional; mas, de momento, importa fazer a experiência, tendo em mente que a vantagem de orientar metodicamente para um ofício tantos menores, embora menos urgente, não será talvez inferior à de dar salário suficiente aos trabalhadores.

Mesmo nos quadros superiores a indústria é verdadeira escola de técnicos. Só a vida profissional é susceptível de aperfeiçoar a obra das Universidade na formação complementar dos engenheiros, criando valores que actuem no potencial económico; mas é preciso que seja vida profissional activa, com a preocupação científica do mais e do melhor e não de conformismo com a rotina.

8. Na economia da presente proposta de lei figuram, como base ou ponto de partida de toda a reorganização industrial, os inquéritos.

Desde há largos anos que se fala da necessidade de um trabalho desta natureza como meio de fazer luz sobre o problema escuro da nossa indústria; mas do que tem vindo a lume parece deduzir-se que se pensava num trabalho de conjunto, exaustivo e complicado, com abundante informação estatística e descritiva, em que os diversos ramos industriais haviam de aparecer como elementos, interdependentes do todo. A reforma da indústria teria, assim, certa analogia com a solução de um sistema de equações simultâneas.

O problema é visto de maneira diferente: o homem criou a taxinomia para se não perder na infinidade de fenómenos presentes à sua observação e estudo; e o princípio de dividir para esclarecer parece de aceitar, mesmo na indústria, como forma mais simples de atingir resultados úteis.

A interdependência dos ramos industriais, salvo em casos restritos, é bem fraca quando comparada com a forte coesão dos elementos de cada indústria; por isso se pensa analisá-los um a um para achar a solução mais conveniente.

Ao sistema de equações simultâneas substitui-se, assim, um certo número de equações independentes; o problema torna-se elementar e, como tal, susceptível de mais fácil realização prática.

O inquérito será, pois, trabalho construtivo, contendo sempre uma proposta de solução em vez de simples inventário estatístico.

9. Os reflexos da política industrial preconizada, na mão-de-obra e no salário, apresentam-se da forma seguinte. É evidente que da concentração de pequenas unidades fabris, dispersas, sem equipamento moderno nem técnica responsável, vai resultar a dispensa de certa quantidade de mão-de-obra, aquela mesma que pesa actualmente na vida das empresas e no encarecimento dos produtos.

Em primeiro lugar é preciso não esquecer que, além dos limites derivados da própria natureza das indústrias, a mecanização é limitada pela circunstância de haver no País — mesmo em regime de bom salário — mão-de-obra que não é cara como noutros países; e daí o dever ser manos intenso o uso da máquina. Por outro lado, a reorganização das indústrias visa a fabricação de mais produtos para aliviar o encargo das importações, e esse acréscimo de produção permitirá, certamente, maior emprego de mão-de-obra. Finalmente, a criação de novas indústrias, que deve fazer-se simultaneamente com a reorganização das existentes, permitirá a colocação de maior número de operários, resolvendo definitivamente este aspecto do problema.

Outra preocupação do Governo é a melhoria das condições de vida do operário. Os princípios que orientam o Governo nesta matéria foram fixados na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional e não há necessidade de repeti-los ou desenvolvê-los aqui. Pretende-se apenas chamar a atenção para as consequências de ordem económica resultantes da elevação dos salários.

Se, a partir de um estado inicial de equilíbrio, por efeito da reorganização das indústrias, elas podem dar maior rendimento e se este for, no todo ou em parte, aplicado na melhor retribuição do trabalho, é evidente que o facto se há-de reflectir no movimento comercial. Aumentará o poder de compra do operariado, e com ele a capacidade de consumo, e a melhoria de salário na indústria influirá certamente na própria remuneração dos restantes trabalhadores.

Queixamo-nos às vezes da exiguidade do nosso mercado, sem reflectir que 7 ou 8 milhões de portugueses não são outros tantos compradores. Aumentando o poder de compra da generalidade ou de grande parte da população — e desde que não arraste o encarecimento da vida —, gera-se um verdadeiro alargamento de mercados, que fará subir para um nível mais alto a vida económica e social.

10. Podem servir para ilustrar as afirmações feitas acerca da reorganização industrial os elementos estatísticos constantes dos quadros I, II e III, obtidos por meio de inquérito sumário. No primeiro indicam-se as indústrias estabelecidas cuja concentração se considera satisfatória, dadas as condições gerais do meio; no segundo as que se consideram dispersas, mas que conseguem ainda satisfazer, no todo ou quase totalmente, as necessidades do País; no terceiro agrupam-se as fragmentá-

das e incapazes de impedir a importação, em quantidade apreciável, de artigos do seu fabrico.

É preciso não dar aos números outro valor que não seja o da sua ordem de grandeza, pois, tendo sido rápida e pouco uniforme a sua colheita, não são de estranhar aqui e além aproximações grosseiras; não perde no entanto com isso a justeza das conclusões.

Importa observar que o valor dos produtos fabricados inscritos nestes quadros não pode servir de base a comparações muito apertadas sobre a situação e actividade das indústrias, visto o custo das matérias-primas incidir diferentemente em cada uma delas; seria mais exacto determinar o valor criado pela indústria na transformação do produto; mas era incompatível com a urgência do trabalho, desnecessário para a formação da ideia geral que se pretende e até prejudicial para efeito de comparação com os valores importados, em que se acha integrado o preço da matéria-prima.

Ainda como observação prévia, é de notar que os valores atribuídos à importação se referem a produtos manufacturados, com a exclusão de todas as matérias-primas não trabalhadas (fibras têxteis, borracha em bruto, peles em bruto, pasta de papel, açúcar em rama, fosforite, etc.), por cuja falta a indústria respectiva não é responsável.

Conclui-se do quadro I:

a) Que o valor médio do equipamento das fábricas é de 9.900 contos e maior seria sem algumas unidades com pouca defesa ainda existentes na indústria nº 5;
b) Que o valor médio dos produtos fabricados, por ano e por fábrica, é de 19.500 contos;
c) Que é muito reduzido o número de indústrias desta natureza;
d) Que a importação de artigos é muito pequena para o volume da fabricação nacional e quase só constituída pelo tabaco (charutos e cigarros) e pelos adubos concentrados.

A primeira destas parcelas há-de sempre existir, como é óbvio; a segunda é susceptível de se reduzir com o fabrico do ácido fosfórico e do amoníaco sintético, que se pensa efectuar no País dentro de pouco tempo.

Conclui-se do quadro II:

a) Que o valor médio do equipamento das fábricas desce para 180 contos, ficando em algumas indústrias abaixo da centena;
b) Que o valor dos produtos fabricados, por ano e por fábrica, não excede 1.080 contos, número muito favorecido pelas indústrias nºs 1 a 5, em que o preço da matéria-prima pesa consideravelmente no valor daqueles produtos; feita a correcção, a média não ultrapassa 500 contos.
c) Que em onze indústrias aparecem mais de 1.500 unidades industriais, com a média de 36 operários em cada uma.

Conclui-se do quadro III:

a) Que o valor médio do equipamento das fábricas é de 390 contos, número muito influenciado pela indústria nº 1, sem a qual desceria para 230 contos;
b) Que o valor médio dos produtos fabricados, por ano e por fábrica, é de 400 contos;
c) Que em vinte e cinco indústrias há mais de 2.700 fábricas e oficinas, com a média de 35 operários;
d) Que, mesmo excluída a indústria nº 21 (ferro e metais), particularmente dispersa por abranger as pequenas oficinas que vivem de reparações, ainda o número de unidades é superior a 1.600, com a média de 19 operários;
e) Que o valor anual das importações de artigos manufacturados, sem contar o que se refere à indústria nº 21, é da ordem dos 278.000 contos.

Estas rápidas conclusões confirmam quanto ficou dito sobre o estado da nossa indústria em dispersão de unidades e insuficiência de equipamento, causas primárias dos males que se apontaram. Há seguramente unidades boas ou regulares que não merecem todo o peso da crítica; mas não pode considerar-se aqui mais do que a apreciação da média, manifestamente má.

Somados os 278.000 contos de importação registados no quadro III com os 15.700 contos dos adubos (quadro I), obtém-se o total de 294.000 contos, que se consideram susceptíveis de nacionalização parcial.

Não é possível prever quanto poderá vir a ganhar-se na reorganização de cada indústria, porque isso é precisamente objecto dos estudos a fazer com aturado e seguro pormenor; é provável que em algumas se não possa ganhar grande coisa, mas não parece optimismo supor que seja possível trazer para a fabricação portuguesa um terço daquele total — 100.000 contos em números redondos.

Das indústrias do quadro II, salvo razões especiais que venham a apresentar-se, só a chapelaria, os resinosos e a saboaria devem justificar, pela natureza do seu equipamento, simultaneamente excessivo e mau, uma intervenção imediata; fora disso, é forçoso, em primeira fase, virar as atenções para as indústrias do quadro III, para tentar aumentar neste campo a actividade nacional.

11. Quanto às novas indústrias, convém, evidentemente, começar pelas que se afiguram mais viáveis e de influência mais vincada da nossa balança comercial. São mais viáveis as mais simples, as que utilizam matéria-prima nacional, as que se baseiam em métodos tecnológicos mais conhecidos, as que podem adaptar-se às necessidades do consumo sem exigirem especial delicadeza de fabrico ou tal variedade de modelos que nos deixem hesitantes ao primeiro contacto.

Pertencem a este grupo as indústrias cujos produtos, brutos ou com reduzido preparo, constituem matérias-primas essenciais da agricultura e das outras indústrias; sobre serem as mais simples, são as mais necessárias, pelo que valem como garantia de abastecimento ou ponto de partida para realizações mais largas. O quadro IV resume essas indústrias-base, às quais poderíamos acrescentar a do álcool carburante, apesar de menos avultado o valor correspondente ao da percentagem a utilizar na gasolina.

Todas estas actividades, cuja inexistência se traduz na pesada parcela de cerca de 13 por cento da nossa importação, devem poder viver com a utilização exclusiva de matérias-primas metropolitanas; exceptua-se a metalurgia do cobre, que só poderá viver de minérios coloniais ou se estes não bastarem, de minérios estrangeiros.

É relativamente pequeno o volume de mão-de-obra a movimentar por estas indústrias; justifica-o a natureza bruta dos produtos, que não têm a exigência de acabamentos laboriosos. O seu interesse, porém, a tal respeito é incomparavelmente maior do que parece, pelo reflexo noutras actividades que lhes serão subsidiárias.

Não deseja fantasiar-se um número, que daria a noção de uma certeza que se não tem; basta notar que a metalurgia do ferro vai exigir quantidades consideráveis de calcário, de manganês e de carvão de madeira; folha de Flandres, de estanho e combustíveis; o sulfato de amónio, de pirites; a cianamida, de calcário; a celulose, de madeiras; o álcool carburante, de melaço de origem colonial e outros produtos ou de massas provenientes dos excedentes da produção vinícola; e todos simultaneamente exigirão energia eléctrica e dezenas de outros artigos acessórios. Ter-se-á, assim, uma ideia do número consideráve! de braços a movimentar, além dos que ficam directamente afectos às novas indústrias. De modo especial, as novas indústrias apresentam-se susceptíveis de transformar radicalmente as actuais condições de produção e distribuição de energia eléctrica. Os escassos 400 milhões de consumo presente parece poderem triplicar, o que elevaria o seu valor específico a um número semelhante ao da Espanha e mais conforme que o actual com a nossa capacidade de trabalho; e, embora a maior parte do aumento se destine a fins electroquímicos e electrometalúrgicos, para os quais o preço do kWh precisa cotar-se a um número digito de centavos, tem-se a convicção de que não haverá por este lado dificuldades insuperáveis. Apenas se exige que a marcha da indústria e a da electricidade sejam conexas em velocidade, posição e diagrama, como dois movimentos de mesmo mecanismo.

Não se pretende cobrir com as novas indústrias os 333.500 contos da importação registados no quadro IV; se a satisfação do mercado pode ser total ou quase total em alguns casos (folha de Flandres, tubos de ferro, sulfato de amónio, celulose, álcool carburante), não deve con-

tar-se com mais de três quartos nos lingotes e laminados de ferro ou cobre, nem com mais de um terço na obra de ferro ou cobre e nos nitratos, porque sempre haverá chapas e perfis que se não poderão fazer e nitratos naturais que será difícil bater. Feitas as correcções, chega-se a 270.000 contos.

Os restantes artigos quantiosos da estatística de importação podem dividir-se em dois grupos: ou são matérias-primas que sempre importaremos por condição natural, ou manufacturas que muito dificilmente evitaremos por condição económica.

Mas são precisamente essas manufacturas que comportam no seu valor maior soma de trabalho humano; isso nos obriga a encará-las num segundo plano, apesar de mais difíceis de manter e de só parcialmente se poderem tentar. Essa mesma razão reforça o interesse já apontado de intensificar a produção das actuais indústrias, para ocorrer às necessidades do mercado interno e melhorar a posição que hoje têm no comércio de exportação.

12. Como antecipação deste programa tem-se procurado nos últimos três anos estimular e facilitar a criação de indústrias.

Entre as que figuram no quadro das indústrias-base estão já concedidas e em fase de preparação ou montagem as seguintes:

Folha de Flandres;
Tubos de aço;
Metalurgia do cobre;
Sulfato de amónio;
Cianamida cálcica;
Celulose e pasta mecânica.

As restantes indústrias do quadro IV estão em estudo adiantado.

Além destas, outras de certo relevo foram igualmente concedidas, constituindo indústrias novas ou tal aperfeiçoamento em relação às que existiam que se podem considerar como tais.

São elas:
Mecânicas:
- Ferro-silício;
- Trefilaria;
- Refinação de metais;
- Metalurgia de tungsténio;
- Metalurgia do ouro;
- Máquinas de costura.

Eléctricas:
- Condutores eléctricos;
- Telefones.

Têxteis e semelhantes:
Fiação de linho;
Seda artificial;
Oleados e pergamóides;
Coiro artificial.
Alimentação:
Hidrogenação de óleos;
Aproveitamento de cetáceos;
Margarina.
Químicas:
Tanino;
Corantes;
Cloratos;
Ácido fosfórico;
Destilação de madeiras;
Produtos químicos diversos.

São mais uns milhares de pessoas que estas actividades podem ocupar e cerca de 100.000 contos de artigos importados.

Continua a proceder-se activamente ao inventário das nossas riquezas mineiras, para se tirar delas quanto tiverem de útil; tem-se chegado a alguns resultados favoráveis e também a algumas desilusões.

Não é possível prever desde já — e menos ainda nesta época agitada — o que poderá conseguir-se na industrialização de produtos vegetais, na construção naval, no material ferroviário, nas máquinas agrícolas e industriais, nos automóveis, no material eléctrico e radioeléctrico, na metalurgia do alumínio, no material de guerra, nos produtos químicos, em suma, nas mil modalidades de trabalho do mundo industrial. Mas há-de ter-se como preocupação constante o desbravar destes problemas.

13. Esboçado como ficou, em termos gerais, o plano de ressurgimento da indústria portuguesa, importa definir-lhe a 1ª fase, susceptível de ser apresentada com maior precisão.

A contingência dos planos industriais não permite previsões a longo prazo; é-se obrigado a rever com frequência o ponto que se atingiu e não antecipar juízos por período superior a um número dígito de anos.

A nossa 1ª fase compreenderá:

a) Aperfeiçoamento das indústrias existentes (especialmente as do quadro III);
b) Instalação das novas indústrias-base;
c) Instalação de outras novas indústrias.

Os trabalhos a que se referem as alíneas precedentes são inseparáveis e urgentes e têm de ser executados simultaneamente.

Já atrás se calculou em quanto poderá aumentar a produção industrial pela realização do programa contido em cada uma das alíneas e qual o seu rendimento para a economia nacional. Independentemente disso, a expansão da electricidade, que este programa faz pressupor, permite-nos dispensar por ano, do actual consumo, quase 30.000 contos de combustíveis (150.000 toneladas de carvão e 12.000 toneladas de óleo), sem contar com alguma electrificação ferroviária que se afigure possível. Chegaremos, assim, a substituir por valores nacionais as seguintes parcelas de importação:

	Contos
Aperfeiçoamento das indústrias existentes	100.000
Criação de novas indústrias-base	270.000
Outras novas indústrias criadas até esta data	100.000
Substituição de carvão e óleo por hidroelectricidade	30.000
Total	500.000

Esta é a redução que pode prever-se nas verbas mais salientes da importação e que se afiguram mais facilmente supríveis pela melhor ordenação e apetrechamento das indústrias.

Em período normal esta 1ª fase caberia no espaço de oito anos, que poderia mesmo ser reduzido se não fosse a necessidade imposta pela alínea b) de construir importantes obras hidroeléctricas.

Mas a actual perturbação externa, se não impede que desde já se façam estudos e projectos, pode originar legítimas dúvidas quanto à instalação, dentro de oito anos, de tudo que fica previsto.

A despesa de execução da 1ª fase, em época de preços normais, não devia importar em quantia superior a 1.300.000 contos.

O valor do equipamento das indústrias registadas no quadro III anda pouco acima do milhão de contos, cabendo metade à indústria do algodão. Esta, que é uma das nossas indústrias mais progressivas, não deve necessitar para o seu aperfeiçoamento da compra apreciável de maquinaria; quanto às restantes, prevê-se uma despesa da ordem dos 500.000 contos, aproveitando o material em boas condições e adoptando, quando possível, um regime de trabalho diário com dois turnos de pessoal, com o fim de reduzir as imobilizações de capital.

Esta verba, destinada quase exclusivamente a máquinas a importar, representa um encargo do País na execução da alínea a).

Quanto à alínea b), o capital de estabelecimento das indústrias-base pode computar-se, com preços normais, em 600.000 contos, dos quais 70 por cento destinados a produtos de importação e 30 por cento a trabalho e artigos nacionais. Esta verba não engloba o custo das centrais eléctricas necessárias à alimentação daquelas indústrias; e a sua fixação, anterior a qualquer estudo de pormenor, não permite considerá-la mais

do que uma estimativa, apesar de se conhecerem já com alguma aproximação muitas das suas parcelas.

Quanto à alínea c), as indústrias já concedidas, e que atrás se mencionam, devem exigir uma despesa de montagem da ordem dos 200.000 contos, a repartir como no caso anterior; mas dentro de alguns anos esta verba será acrescida, porque o número de novas instalações aumentará também. Pelo menos, continuaremos a trabalhar nesse sentido.

Pensa-se que os 500.000 contos referentes à alínea a) poderão ser obtidos:

1º Por capital dos industriais interessados;
2º Por participação de novos capitalistas;
3º Por crédito do Estado.

Os 600.000 contos referentes à alínea b) deverão ser obtidos:

1º Por capitais estrangeiros, que tragam consigo a técnica que ainda não temos e que representam a garantia de uma boa exploração;
2º Por capitais particulares, cuja participação se procurará fazer tão elevada quanto possível;
3º Por capital do Estado ou de organismos económicos, todas as vezes que tal se mostre indispensável ou conveniente;
4º Por crédito do Estado.

O capital relativo à alínea c) tem sido obtido exclusivamente por subscrição de particulares, com ou sem participação estrangeira, mas é-lhes aplicável o disposto na base IV.

Da 2ª fase do plano não é legítimo dizer mais do que atrás se apontou: consistirá em continuar o aperfeiçoamento das indústrias existentes e a criação de novas actividades economicamente possíveis.

Só depois de passado algum tempo sobre o início da 1ª fase será possível fixar com alguma precisão os complementos industriais que mais convenha instalar; mas o simples facto de se ter este propósito sistemático é garantia de que se não perderá uma só oportunidade.

14. Não se desejaria pôr termo a estas considerações sem referência a dois aspectos do problema através dos quais se define a posição do Estado: um respeita ao condicionamento legal das indústrias, outro ao concurso do Estado na vida e desenvolvimento das empresas:

a) Houve sempre o pensamento de conjugar condicionamento com organização. E, assim, ao fixar as indústrias que haviam de ficar sujeitas ao condicionamento (decretos nºs 19.354 e 19.909, de Janeiro e Março de 1931) se estabeleceu que a prescrição era de carácter transitório até que os resultados do inquérito decretado no primeiro daqueles diplomas permitissem orientar convenientemente a produção industrial.

Critério análogo adoptou a lei nº 1.956 com a modalidade (base IV) de exigir um decreto regulamentar para cada ramo industrial que viesse a estar condicionado; mas os decretos nºs 27.758 e 28.466, respectivamente de 15 de Junho de 1937 e de 14 de fevereiro de 1938, alteraram temporariamente — por falta de elementos de estudo — a posição do problema, isentando do condicionamento algumas indústrias e *tornando-o extensivo às restantes.*

O condicionamento é frequentemente invocado, por uns, como elemento de defesa da economia, mas no fundo para defender os seus próprios interesses e afastar a concorrência dos que pretendem instalar-se; por outros, como instrumento que tolhe a iniciativa privada, fonte de injustiças e dificuldades. Nem uns nem outros têm razão; o condicionamento é, realmente, um elemento de defesa da economia nacional e como tal tem de ser aplicado não à luz dos interesses particulares, mas dos interesses superiores da colectividade.

Por outro lado, e contrariamente ao pensamento do decreto nº 19-354 e ao princípio fixado na lei nº 1.956, tem sido aplicado sem a premissa basilar do seu êxito — a organização da indústria. E a verdade é que, em relação a indústrias desorganizadas ou desactualizadas na tecnologia, o condicionamento pode actuar como factor de rotina, senão como prémio ao que é deficiente e mau.

Finalmente, o regime de condicionamento aplicado a indústrias extremamente dispersas gera dificuldades de apreciação, que o exame das estações oficiais nem sempre consegue esclarecer, ao mesmo tempo que obriga a formalidades e incómodos que se não coadunam com a importância do acto a praticar.

Considera-se essencial rever esta situação.

b) Quanto ao segundo ponto, é doutrina assente que o Estado só excepcionalmente pode intervir em explorações de carácter industrial; mas a verdade é que uma renovação com o âmbito da que fica apontada não dispensará o favor e a arbitragem do Estado e, nalguns casos, a sua participação.

O volume dos capitais que haverá necessidade de mobilizar em curto prazo e a segurança que é preciso dar aos interesses privados levam a crer que o Estado tenha de participar no capital de algumas empresas. Mas essa participação deve ser transitória, transferindo-se para a própria empresa ou outras entidades privadas logo que as circunstâncias o tornem possível.

Além da participação a que se alude, o concurso do Estado desdobra-se na concessão de facilidades financeiras, isenção de impostos e isenção de direitos de importação de máquinas e utensílios e outros materiais necessários às novas indústrias ou à reorganização das existentes. Por outro lado, os organismos corporativos e de coordenação económica são elementos que facilitam a tarefa, e com eles se conta também para a levar a seu termo.

QUADRO I

Indústrias concentradas

Número de ordem	Indústrias	Número de fábricas	Número de operários	Valor do equipamento industrial em 1938 (excepto edifícios e terrenos) — Contos		Valor anual dos produtos fabricados (média de 1937-38-39) — Contos		Importação anual (média de 1937-38-39) — Contos
				Total	Por fábrica	Total	Por fábrica	
1	Cimento	3	1.274	75.200	25.000	60.000	20.000	510
2	Cerveja	5	707	38.500	7.000	21.000	4.200	114
3	Tabaco	3	2.098	18.300	6.150	243.000	81.000	3.080
4	Fósforos	4	796	8.600	2.150	39.700	9.950	-
5	Adubos químicos	8	1.376	85.500	10.700	85.000	10.600	(a)15.700
	Total	23	6251	226.100	—	448.700	—	19.404
	Média	—	—	—	9.900	—	19.500	—

(a)Esta importância corresponde, em grande parte, a adubos concentrados, ainda não fabricados em Portugal.

QUADRO II

Indústrias dispersas que satisfazem o mercado interno

Número de ordem	Indústrias	Número de fábricas	Número de operários	Valor do equipamento industrial em 1938 (excepto edifícios e terrenos) — Contos		Valor anual dos produtos fabricados (média de 1937-38-39) — Contos		Importação anual (média de 1937-38-39) — Contos
				Total	Por fábrica	Total	Por fábrica	
1	Conservas	164	18.518	28.000	173	223.000	1.360	442
2	Cortiça	629	20.158	24.000	38	300.000	480	62
3	Moagem	91	2.137	115.000	1.260	554.000	6.100	1.970
4	Açúcar	28	5.827	26.800	960	205.000	7.300	1.210
5	Descasque de arroz	73	290	12.000	164	109.000	1.500	—
6	Chapelaria	32	1.767	9.000	281	18.500	580	210
7	Resinosos	115	680	6.600	57	83.200	720	—
8	Saboaria	55	550	23.000	420	80.400	1.460	386
9	Cal e gesso	211	1.054	6.500	31	9.000	42	70
10	Chocolates e cacau	14	674	6.000	430	14.000	1.000	260
11	Latoaria mecânica	101	2.437	12.000	120	27.000	270	—
	Total	1.513	54.092	268.900	—	1.623.100	—	4.610
	Média	—	—	—	180	—	1.080	—

QUADRO III

Indústrias dispersas que não satisfazem o mercado interno

Número de ordem	Indústrias	Número de fábricas	Número de operários	Valor do equipamento industrial em 1938 (excepto edifícios e terrenos) — Contos		Valor anual dos produtos fabricados (média de 1937-38-39) — Contos		Importação anual (média de 1937-38-39) — Contos
				Total	Por fábrica	Total	Por fábrica	
1	Algodão	297	32.800	512.000	1.730	534.000	1.800	29.900
2	Lanifícios	316	13.726	146.000	460	170.000	530	4.490
3	Seda	13	793	6.600	510	9.200	710	23.780
4	Linho e semelhantes	17	2.389	24.000	1.400	30.000	1.760	22.000
5	Malhas	111	6.100	61.000	550	64.000	575	2.480
6	Tapetes	24	683	1.280	54	4.500	188	520
7	Cordoaria	47	707	1.550	33	7.500	160	960
8	Redes de Pesca	4	201	2.400	600	2.100	520	3.020
9	Artigos de pele	34	350	500	15	3.300	97	1.990
10	Botões e pentes	49	1.421	3.500	72	6.600	135	3.760
11	Escovas e pincéis	60	467	1.400	24	4.100	68	750
12	Colas e grudes	8	35	560	70	750	94	1.500
13	Curtumes	220	2.422	61.000	5	98.000	445	11.230
14	Papel	64	2.720	30.000	470	59.000	920	28.850
15	Tintas e vernizes	32	363	3.100	100	11.000	345	35.460
16	Explosivos	25	266	4.650	186	8.000	320	15.780
17	Produtos químicos	25	1.138	100.000	4.000	52.000	2.100	53.850
18	Borracha	6	371	1.800	300	6.750	1.120	22.180
19	Calçado de borracha e de lona	24	1.028	5.200	220	15.000	630	770
20	Vidros	27	4.735	26.700	990	33.000	1.220	4.060
21	Ferro e metais	1.091	15.865	64.000	58	121.000	108	(a)
22	Pregos e parafusos	23	1.172	21.000	920	48.000	2.080	2.640
23	Cutelaria	24	415	580	24	1.900	79	2.480
24	Cerâmica	76	7.650	45.000	590	71.000	935	4.300
25	Licores e refrigerantes	161	712	3.400	21	6.500	40	1.280
	Total	2.278	98.529	1.078.220	—	1.367.200	—	278.010
	Média	—	—	—	390	—	490	—

(a) Não se considera a importação valorosíssima correspondente a esta indústria (máquinas e acessórios) porque não é possível reduzi-la de forma apreciável com uma simples reorganização da indústria existente.

QUADRO IV

Indústrias-base a estabelecer

Número de ordem	Indústrias	Número de operários	Consumo de energia eléctrica (milhões de kWh)	Importação anual (média de 1937-38-39) — Contos
1	Metalurgia do ferro:			
	Lingotes e laminados	(a) 3.000	(b) 400	148.400
	Folha de Flandres	700	30	37.800
	Tubos	200	6	18.200
	Obras simples	(c) —	(c) —	17.200
2	Metalurgia do cobre:			
	Lingotes e laminados	150	5	21.800
	Tubos e obra simples	(c) -	(c) —	9.500
3	Sulfato de amónio	250	330	51.200
4	Nitratos de cianamida	100	25	12.100
5	Celulose	1.500	20	17.300
	Total	5.900	816	333.500

(a) Inclui os trabalhos mineiros.
(b) Presume-se a viabilidade da electrosiderurgia.
(c) Não é possível fazer estimativa, por se tratar de produtos heterogéneos.

Lei nº 2005, *Diário do Governo*, I Série,
Número 54, 14 de Março de 1945

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

PARTE I

Do estabelecimento de novas indústrias

BASE I

O Governo promoverá os estudos necessários acerca da viabilidade técnica e económica dos empreendimentos industriais de maior interesse para a economia nacional, com a cooperação dos organismos corporativos, dos de coordenação económica e das entidades privadas, sem prejuízo dos estudos que estas desejem fazer sob a orientação do Governo.

BASE II

Para efeito do disposto na base anterior, pode o Ministério da Economia:

a) Contratar técnicos nacionais e estrangeiros ou requisitá-los ao serviço do Estado;
b) Adquirir material de ensaios e promover a realização, dentro ou fora do País, de missões de estudo, análises e quaisquer outros trabalhos necessários.

As despesas serão custeadas pelo Estado, ou em regime de comparticipação deste dos respectivos organismos corporativos, de coordenação económica e entidades privadas.

BASE III

O Estado participará no capital das empresas, directamente ou por intermédio das suas instituições de crédito, quando for indispensável para assegurar o êxito do empreendimento. Esta participação não excederá normalmente a dos particulares, e, quando directa, deverá ser transferida para entidades privadas portuguesas, logo que a situação da indústria e a defesa dos interesses gerais o permitam.

BASE IV

O Governo auxiliará a instalação de novas indústrias pelas formas seguintes:

a) Concessão de créditos, incluindo a subscrição de obrigações, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, até ao valor do capital realizado;
b) Isenção de direitos de importação sobre máquinas, utensílios e outros materiais necessários à sua instalação, desde que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade ou dentro dos prazos previstos para a montagem;
c) Isenção de impostos do Estado e dos corpos administrativos, salvo o imposto de selo, pelo período de seis anos, a contar do começo da exploração;
d) Concessão de exclusivo por período não superior a dez anos, nos termos da lei nº 1 956;
e) Outras vantagens ou benefícios determinados pela natureza especial de cada empreendimento.

O disposto nas alíneas a), b) e c) é aplicável somente às indústrias-base e outras de reconhecida importância para a economia nacional que vierem a instalar-se ou se encontrem na fase de instalação, devendo a respectiva decisão ser tomada em Conselho de Ministros.

BASE V

O Governo assegurará, por meio de organização e de providências adequadas, a defesa das actividades económicas contra a concorrência ilegítima.

Os preços não deverão, porém, exceder os dos produtos similares estrangeiros, salvo o caso de *dumping* ou de irremovíveis condições de inferioridade, tais como o custo das matérias-primas e a exiguidade dos mercados.

PARTE II

Da reorganização das indústrias existentes

BASE VI

O Governo promoverá, pelo Ministério da Economia, a reorganização das indústrias de manifesto valor económico que se encontrem em alguma das condições seguintes:

a) Dispersão e reduzida capacidade dos estabelecimentos de que resultem más condições de exploração;
b) Insuficiência, decrepitude ou inadaptação de aparelhagem;
c) Incapacidade de abastecimento do mercado em quantidade ou qualidade dentro dos tipos de fabricação corrente;
d) Excesso de equipamento para as necessidades do mercado.

A reorganização visa o aperfeiçoamento das actividades industriais, com o fim de satisfazer as necessidades do mercado nacional em qualidade, quantidade e preço, as exigências dos mercados externos quanto às mercadorias de exportação e, de modo especial, a baixa de preço dos produtos para melhoria das condições de vida, designadamente do trabalhador.

BASE VII

A reorganização será feita, consoante os casos, pelas formas seguintes:

a) Concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica;
b) Substituição de material antiquado e de fraco rendimento económico por outro de tipo moderno e tecnicamente perfeito;
c) Ampliação de instalações para realizar os ciclos fabris mais vantajosos e integração de indústrias nos caos de reconhecida conveniência;
d) Expropriação de instalações sucessivas;
e) Substituição de construções impróprias por outras com as devidas condições de salubridade;
f) Subordinação a regras de normalização de produtos e de coordenação de fabrico;
g) Adopção de métodos de organização científica do trabalho.

BASE VIII

A concentração será adequada à natureza e condições das várias indústrias, tendo em atenção a experiência económica e, nos limites do

possível, as conveniências regionais, mas deverá sempre determinar-se para cada indústria o mínimo tolerável de produção por fábrica.

BASE IX

A concentração industrial pode ser realizada por acordo entre os industriais interessados, de harmonia com o plano de reorganização formulado pela respectiva comissão e aprovado pelo Governo, ou por decisão deste, tomada em Conselho de Ministros, precedendo tentativa de acordo.

Nesta hipótese, poderá o Governo adoptar as providências constantes das bases seguintes, ou autorizar, independentemente das normas de condicionamento industrial, a instalação de novos estabelecimentos de capacidade adequada e equipamento técnico perfeito, com os auxílios previstos na base XVI.

O Governo só deve impor a concentração quando reconhecer a insuficiência das restantes formas de reorganização para realizar os objectivos da lei, salvaguardando, nos limites do possível, a concorrência.

BASE X

A participação dos industriais no capital das novas empresas será proporcional ao valor dos estabelecimentos concentrados e assim preenchida:

1º Pelo valor dos terrenos, máquinas, edifícios e outras instalações que venham a ser utilizados nos novos estabelecimentos;
2º Pelo valor do rendimento dos estabelecimentos concentrados, calculado sobre a produção média dos últimos anos, tendo em consideração os períodos anormais e de modo que o total não exceda 20 por cento do valor do estabelecimento;
3º Pelo valor em dinheiro ou produtos dos industriais com estabelecimentos abrangidos na concentração.

A parte não coberta por algum ou alguns fica sujeita a rateios pelos outros.

Se o capital não for totalmente realizado pela forma indicada nos números precedentes, poderá a parte restante ser subscrita por terceiros, com preferência dos industriais de ramos afins.

BASE XI

As empresas que não quiserem entrar para as concentrações determinadas para cada ramo industrial e as expropriadas por excesso de capacidade cessam a laboração logo que as novas empresas este-

jam aptas a satisfazer as necessidades dos mercados, ou depois de notificadas.

As empresas que se recusarem a dar cumprimento ao disposto nas alíneas b), c) e f) da base VII ficam sujeitas à cominação fixada na base XII da lei nº 1 956, de 17 de maio de 1937.

BASE XII

As empresas que cessarem a laboração por efeito da concentração industrial ou de expropriação por excesso de capacidade têm direito a uma indemnização igual ao valor que resultar da avaliação dos elementos seguintes:

a) Material não utilizado de fábricas que se concentraram;
b) Material das fábricas não integradas na concentração;
c) Material e valor comercial de fábricas expropriadas por excesso de capacidade.

Na avaliação das máquinas e outros pertences que forem aproveitáveis ter-se-á em conta o custo presumível, o valor técnico e a idade.

As máquinas e pertences que não forem aproveitáveis e que não possam exportar-se avaliar-se-ão pelo material que contenham.

Os terrenos e edifícios só serão avaliados se vierem a ser utilizados para os novos estabelecimentos.

BASE XIII

As empresas resultantes da concentração ou as que subsistirem depois de efectuadas as expropriações, na parte que a cada uma competir, pagarão a referida indemnização em obrigações emitidas pelo organismo corporativo ou de coordenação económica da respectiva indústria e, na sua falta, pelo serviço de amortizações, que funcionará junto da Direcção Geral da Indústria. As obrigações serão de 1.000$00, cada uma, amortizáveis em prazo não excedente a vinte anos, com a taxa máxima de juro de 4,5 por cento.

O Governo, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito, auxiliará a colocação das obrigações.

BASE XIV

Em execução do disposto na base anterior será criado, para cada ramo industrial, um Fundo de amortização, constituído pelo produto de uma taxa, fixada pelo Ministério da Economia, sobre o valor da mercadoria fabricada, a cobrar das empresas pelos ditos organismos ou, na sua falta, pelo serviço de amortizações.

BASE XV

O pessoal das fábricas que cessarem a laboração por efeito da reorganização industrial será dividido em três grupos:

Os inválidos terão direito a pensões de reforma ou invalidez, pagas pelas respectivas caixas de previdência e, na falta ou insuficiência dessas pensões, ser-lhes-á prestada assistência adequada; os indispensáveis ao trabalho serão admitidos nas empresas reorganizadas; e os demais serão colocados nas indústrias a que se refere a primeira parte desta lei, devendo ser-lhes atribuído um subsídio temporário de desemprego, obtido por contribuição das empresas.

BASE XVI

O Governo, quando for económica e socialmente aconselhável, poderá auxiliar a instalação de empresas ou a sua reorganização pelas formas seguintes:

a) Concessão de créditos, incluindo a subscrição de obrigações, por intermédio da Caixa Nacional de Crédito e até ao valor do capital realizado;
b) Isenção dos direitos de importação sobre as máquinas, utensílios e outros materiais necessários, desde que não possam obter-se na indústria nacional em razoáveis condições de preço e qualidade ou dentro dos prazos previstos para a montagem;
c) Isenção da sisa e do selo de trespasse para as alterações derivadas da reorganização;
d) Isenção de contribuição industrial para os novos estabelecimentos, durante o período de organização e montagem;
e) Vantagens ou benefícios determinados pela natureza especial do empreendimento.

As decisões respeitantes às alíneas a) e b) serão tomadas em Conselho de Ministros.

BASE XVII

Para efeito do disposto nas bases anteriores, uma comissão nomeada em portaria pelo Ministro da Economia procederá ao estudo da reorganização de cada ramo industrial. Esta comissão será composta por: uma individualidade de reconhecida competência, que servirá de presidente; um ou dois engenheiros dos serviços do Estado ou estranhos a eles; um representante do respectivo organismo de coordenação económica; representantes dos industriais, em número igual à soma dos dois precedentemente indicados, escolhidos pela assembleia geral ou conselho

geral dos organismos corporativos, se os houver, e, na sua falta, pelo Ministro da Economia, de entre os propostos pelos industriais.

Serão agregados à comissão: um representante do Ministério das Colónias, outro do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e, quanto às indústrias consideradas de interesse para a defesa nacional pelos Ministérios da Guerra e da Marinha, um representante de cada um deles. A todos será dado conhecimento dos trabalhos da comissão, podendo tomar parte nas reuniões conjuntas, com função de consulta e informação.

A comissão pode, ainda, quando o entender necessário, utilizar o trabalho de peritos nacionais ou estrangeiros.

BASE XVIII

Os vencimentos ou gratificações dos membros das comissões, a remuneração do trabalho dos peritos, as despesas de deslocação, no País ou estrangeiro, de expediente e outras legítimas serão pagos por conta das verbas inscritas para esse fim no orçamento do Ministério da Economia ou em regime de participação do Estado com os organismos corporativos e de coordenação económica ou com os interessados quando não estejam organizados.

BASE XIX

Os estudos das comissões destinados a servir de base à reorganização de cada ramo industrial compreenderão nomeadamente o seguinte:

a) Inventário das instalações e cadastro do pessoal, cujo quadro se considera encerrado até à reorganização da indústria, para efeito da aplicação das garantias e benefícios estabelecidos nesta lei;
b) Determinação do valor dos estabelecimentos e do seu valor de rendimento, com possibilidade de recurso para a entidade e nos termos que vierem a ser estatuídos;
c) Classificação dos materiais e máquinas em aproveitáveis e inúteis, bem como sua avaliação;
d) Forma de agrupamento das empresas existentes, se for de aconselhar a concentração, e conveniência da integração industrial, em casos especiais;
e) Número, situação e apetrechamento dos novos estabelecimentos, tendo em atenção o horário de trabalho;
f) Quadro mínimo do pessoal técnico superior, quando necessário;
g) Distribuição do pessoal existente pelos três grupos a que se refere a base XV, conforme o grau de capacidade e aptidões, por forma a evitar quanto possível o prejuízo da sua deslocação, quando necessária;

h) Tabela de salários mínimos, formas de assistência, pensões de reforma e invalidez e subsídios de desemprego;
i) Plano de ensino dos aprendizes;
j) Localização e organização dos laboratórios;
k) Possibilidade de aproveitamento de matérias-primas do continente, ilhas adjacentes e colónias;
l) Bases da normalização dos produtos e dos ensaios a que devem satisfazer;
m) Tipos de fabrico de cada estabelecimento e, quando necessário, os seus contigentes de produção, em coordenação com as indústrias das colónias;
n) Custo do estabelecimento das novas fábricas e suas ampliações, capital necessário e estudo económico da exploração, tendo em conta todos os encargos;
o) Base de preços para os produtos fabricados.

BASE XX

A reorganização de cada ramo industrial será determinada por decreto baseado no relatório da respectiva comissão e dele devem constar as condições a que fica sujeita e os benefícios a conceder de entre os mencionados na base XVI.

Os trabalhos de reorganização industrial serão sempre orientados e assistidos pelos serviços competentes do Ministério da Economia.

BASE XXI

As comissões, enquanto durarem os seus trabalhos, serão ouvidas sobre os pedidos pendentes, ou que sejam apresentados, para montagem de novas instalações ou ampliação das existentes.

PARTE III

Disposições comuns

BASE XXII

É facultado às empresas exploradoras de indústrias de interesse nacional, reconhecido pelo Governo em Decreto-Lei, o direito de expropriação por utilidade pública dos imóveis indispensáveis à sua conveniente instalação e acesso, nos termos da lei.

BASE XXIII

O reconhecimento do direito de expropriação referido na base anterior e o seu efectivo exercício para construção ou alargamento de instalações de quaisquer indústrias e constituição de novas unidades fabris ficarão dependentes de prévio inquérito, com citação individual dos proprietários de imóveis directamente afectados ou vizinhos e ainda de outros interessados, nomeadamente as autarquias, grémios da lavoura e associações de proprietários.

BASE XXIV

As empresas de cada ramo industrial devem manter um ou mais laboratórios destinados ao estudo e aplicação dos métodos de adaptação do trabalho humanos às técnicas industriais, ao ensaio de matérias-primas, produtos acabados, processo de fabrico e a outras investigações de interesse para a indústria. Aos referidos laboratórios compete verificar a observância às especificações e regras de normalização que vierem a ser fixadas.

BASE XXV

Os novos estabelecimentos ficam obrigados a prever a renovação da mão-de-obra especializada, admitindo para isso periodicamente aprendizes, aos quais será ministrada educação profissional e moral, segundo os princípios consagrados na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional.

BASE XXVI

O Governo, na criação de novas indústrias ou na reorganização das existentes, terá sempre em conta as exigências da defesa nacional, adoptando para este efeito as providências necessárias.

BASE XXVII

Dos actos e decisões da Administração, em execução desta lei, haverá recurso para o contencioso administrativo, nos termos gerais de direito.

BASE XXVIII

O Governo promoverá o desenvolvimento das indústrias na metrópole e nas colónias, em obediência ao pensamento de coordenação e unidade que deve orientar as suas recíprocas relações económicas.

BASE XXIX

É autorizado o Governo a promover a revisão dos alvarás concedidos, quando forem de aplicar os preceitos das bases III e IV da presente lei.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Março de 1945. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.*

A Ideia e a Acção na Política Industrial Portuguesa[5],
Separata da *Revista da Ordem dos Engenheiros*,
Ano IV, Agosto, nº 32, 1946.[6]

Eng. José Nascimento Ferreira Dias Júnior
(I.S.T.)
Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros
Professor do Instituto Superior Técnico

Senhor presidente
Minhas senhoras
Meus senhores:

Pediu-me a União Nacional que viesse aqui ler, durante uns cinquenta minutos, algumas palavras com cabimento numa série de conferências culturais.

Deu-me que pensar o encargo por medo de me sair mal. Tem sofrido variantes de definição esta palavra cultura ligada, as mais das vezes, ao domínio das coisas abstractas; daí a minha dúvida, legítima em quem anda afeito ao convívio das coisas concretas, de que alguns pensem que venho desvirtuar o ambiente com o falar-vos de certas matérias utilitárias, tocadas sem razão da fama de menos subtis. Injustiça dos homens, que não sabem sentir a alma das coisas, que não reparam no alento do que é inanimado, que não compreendem as vozes do mar, da selva, da montanha, de que falava Antero.

Olha-se sobranceiramente para as mil facetas do mundo real; penso até que delas se desdenha por despeito, porque elas condicionam a existência da nossa vida física; e atrevo-me a julgar que o desdenhá-las não é mais do que a forma elegante de as não esquecer, verificado

[5] Conferência proferida no Teatro Nacional D. Maria II no dia 28 de Março de 1946.
[6] Referido como Anexo IV por Ferreira Dias em *Linha de Rumo I*.

que, apesar de toda a arrogância com que buscamos afastar os vínculos que nos prendem, da diligência com que ansiamos identificar-nos com o imaterial, o instinto de conservação é discreto elemento moderador. E ainda bem; se não houvesses estes aspectos materiais da vida, eu não teria profissão.

Não vos peço perdão da pobreza do tema, porque não venho aqui conquistar a vossa graça mas a vossa razão, não venho para vos repetir, com êxito seguro, as coisas do vosso agrado; eu sei quais elas são essas coisas que vos enternecem, que vos conquistam, que vos falam à fibra sensível. Venho, antes, abordar matéria que não logrou ainda a simpatia geral, venho revelar-vos uma nossa fraqueza que talvez não conheçais em toda a extensão, venho fazer-vos sentir o desgosto de alguém que se esforça, aliás com fraco resultado, por dar relevo às suas predilecções espirituais — e atrevo-me a dizer espirituais porque nestas lides rudes da indústria, onde alguns só vêem brutalidade e ódio, também pode haver beleza e ideal capazes de prender os homens.

Como já estou habituado a que muita gente me não entenda ou, se me entende, me não acredite, sou levado a tomar-vos como infiéis e a olhar-me como apóstolo que vem para vos converter. O que pode dar-se é que a pregação não convença; mas este é o resultado que já interiormente aceitei, porque são assim as agruras do apostolado.

Acontece isto, por natureza, com tudo o que é ou pretende ser construtivo; para dar realce a uma noção que se julga merecê-lo, pouco ou nada se ganha em repetir coisas que todos conhecem, com que todos concordam, ou que são, à falta de melhor, simplesmente bonitas — sem querer diminuir com isto o divino requinte das coisas bonitas.

Construir é reagir, é combater o não construir, sinónimo do deixar andar. Para julgardes com justiça o que vos vou ler, lembrai-vos da diferença que vai da mediocridade de dizer mal à suficiência de apontar o que parece bem; não tomeis por desespero aquilo que vos parecer tristeza ou enfado; e com isto tereis feito toda a preparação para me ouvirdes, porque não precisais de prestar-me grande atenção, de fazer grande esforço de raciocínio, dado que quero apenas contar-vos alguns factos e repetir-vos depois algumas banalidades. Uma doutrina que se afirma, seja grande ou modesta, é, quase sempre, uma banalidade que se tornou oportuna ou que a perda da oportunidade fez passar a urgente; deixo-vos a liberdade de escolher em qual das situações nos encontramos.

Se achardes que é monótono o que ides ouvir, considerai-vos as primeiras vítimas do nosso atraso industrial, que me inspirou esta palestra à falta de musa com mais atraentes predicados; e usai a má lembrança que vos ficar desta tarde para fazerdes todos os dias exame de consciência sobre quanto contribuístes para que os meus comentários vão deixando de ter validade.

1 — Antecedentes da política industrial

Ao fazer-vos a resenha do que tem sido a força da Ideia e a fraqueza da Acção na política industrial portuguesa, quero referir-me apenas aos últimos trinta anos — ao período que vai do fim da guerra passada ao fim da guerra que é quase presente; mas seria injustiça não reconhecer que quanto houver nessa trintena de anos de discutível ou insuficiente tem suas raízes no quadro de desinteresse com que Portugal recebeu a grande revolução industrial no século passado.

Aferrados aos trabalhos ancestrais da agricultura, alheados pela distância do movimento do centro europeu, desajudados de recursos naturais tidos na época por indispensáveis, inferiorizados pela euforia passageira da Índia e do Brasil, desabituados da actividade criadora da indústria pelo atavismo multissecular do viver na aventura ou no comércio, os portugueses não fizeram no último século, exceptuadas a tentativa de Fontes nos transportes e a de Oliveira Martins na pauta, nenhuma diligência eficaz de ressurgimento industrial.

Foi triste a vida portuguesa desse período; sem força, sem doutrina, sem dinheiro, perdidos atrás de mitos políticos bem menos consistentes do que aparentavam ser, tendo algumas aspirações mas não tendo grandes ideias, os portugueses do século XIX mostram-nos o panorama estranho de uma vida mental sem dúvida brilhante de mistura com um emaranhado de antagonismos nem sempre comedidos e de um estendal de pobreza algumas vezes a resvalar para a bancarrota.

Esta ditadura da miséria, como lhe chamou o historiador-economista do *Portugal Contemporâneo*, deixou dois símbolos: em 1888, alguns dos homens mais representativos, espiritualmente perdidos num resignado fatalismo, chamaram-se a si próprios os *Vencidos da Vida*, e quase se pode dizer que agiram como se realmente o fosse; em 1890, toda a Nação, descrente e desorientada, não teve mais alento, como reacção à crise que a abalou, do que para fazer uma revolução e comprar um pequeno navio que se chamou *Adamastor*. Nada que lembre epopeia a não ser o nome do navio; nem uma acalmia das desavenças, nem uma reforma na política, nem um impulso na economia. Lê-se às vezes que a revolução foi gloriosa; mas eu sinto pena de que se gastem estes adjectivos a qualificar lutas de partidos em que há seguramente idealistas, mas em que há também o esquecimento de concretizar o ideal, isto é, de dizer, de maneira que todos entendam, como e em quê mudará para melhor a vida da Nação.

É o hábito de tanto desânimo e de tanta fantasia, é o penoso vencer de tanta pobreza que pesam nos portugueses de hoje; tanto mais merecimento terá a reacção.

2— O período de 1918 a 1925

Não pode afirmar-se com verdade — e julgo mesmo que ninguém afirma — que os últimos trinta anos tenham dado ao País uma regra sistemática e consciente de política industrial; mas no campo da Ideia há numerosas e inegáveis manifestações de uma preocupação, quase sempre mal esboçada, mas que marca uma aspiração de melhor vida. Atrás da Ideia, já de si lenta, tem caminhado a Acção; mas esta, sempre atrasada ou dormente, não mostrou ainda uma presença decisiva e oportuna.

Quem se der ao trabalho de verificar, através dos pedidos de patente de introdução de novas indústrias, o *fervet opus* industrial que se registou no nosso País nos anos que se seguiram ao armistício de 1918 julgará que está sonhando. Tudo ou quase tudo que, com certo vulto, hoje ensaia os primeiros passos e até algumas das actividades ainda agora olhadas como duvidosas ali se apresentam em repetidas instâncias: adubos azotados, soda cáustica, sais de potássio, pasta de papel, pneumáticos, condutores eléctricos, trefilaria, metalurgia do cobre, automóveis, tractores, máquinas eléctricas, etc., etc., tudo lá figura, não, certamente, como fruto de um estudo demorado e atento de todas as pretensões, mas, ao menos, como manifestação de uma vitalidade criadora, de um entusiasmo, se não sempre justificado, talvez algumas vezes sincero.

De tudo isto não ficou mais do que a recordação e alguns papéis amarelecidos pelo tempo e talvez já roídos pela traça; mas não julgo que assim acontecesse por serem de desprezar todas as iniciativas particulares então nascentes; antes me parecendo que não houve, de fonte oficial, um sopro de dedicação que escolhesse e ajudasse.

É natural que as coisas hajam acontecido pouco mais ou menos assim desde o tempo em que o Guilherme Stephens foi fazer vidro para a Marinha Grande — ou desde pouco depois; mas, como já indiquei, não vale a pena folhear o passado, porque é mais útil limitarmo-nos ao que está próximo de nós, àquilo que é dos nossos dias e da nossa responsabilidade.

Nos primeiros anos do período a que me reporto, não conheço qualquer aspiração industrial da administração pública; o Estado limitava-se a policiar — e não interessa apreciar se bem ou mal — as actividades privadas. São dessa época, pelo que respeita à indústria, os decretos nºs 4.351, de Maio de 1918, e 8.364, de Agosto de 1922; pelo que respeita à electricidade, a lei das águas (decreto nº 5.787-IIII, de Maio de 19) e o decreto nº 6.287, de Dezembro do mesmo ano, que é o seu regulamento; mas todos estes quatro diplomas, que é forçoso considerar elementos de primeira grandeza da nossa legislação industrial, ainda hoje em grande parte em vigor, não passam de meros instrumentos regulamentares da iniciativa privada, onde se não vislumbra

uma Ideia de fomento, uma preocupação governativa de progressos industrial — salvo se quisermos ter a boa vontade de considerar como tal a platónica afirmação do artigo 75º da lei de águas, perdida entre o texto dos 145 artigos do diploma, e pela qual o Estado poderia construir ou explorar centrais hidroeléctricas ou participar nas respectivas sociedades.

Este período caracteriza-se assim pela ausência da Ideia; não podia, consequentemente, manifestar-se a Acção.

Passados estes primeiros anos de silêncio do Estado e de optimismo dos particulares — optimismo por vezes demasiado e sempre falho de frutos — o decreto nº 11.352, de Dezembro de 25, constitui, que eu saiba, a primeira tentativa oficial, pelo menos depois que eu saí da Escola, em 1924, para o estabelecimento de uma indústria reputada de interesse nacional (adubos azotados); e foi também a primeira Ideia concreta que a Acção desamparou. Depois de algumas diligências, o assunto deixou de merecer interesse; o azoto deve ter parecido elemento pouco nobre para ocupar os portugueses — talvez ainda esperançados no ouro de Sofala.

3 — O período de 1926 a 1946

Data porém de Outubro de 1926 — faz dentro de alguns meses 20 anos — o diploma legislativo que, pela sua feição renovadora, deixou vincada uma orientação nova e atraiu irresistivelmente a minha atenção de engenheiro recém-formado: a lei dos aproveitamentos hidráulicos — decreto nº 12.559. O seu relatório justificativo ainda hoje se poderia escrever na quase totalidade; na base V o Governo comprometeu-se a colaborar na construção de centrais, de linhas e de indústrias eléctricas com interesse para a economia nacional; nas bases VI e VII criou-se um fundo especial de electrificação; na base XII previu-se a tracção eléctrica em cerca de 300 quilómetros de vias férreas.

A Ideia, se não estava contida, com todo o necessário pormenor, nas 17 bases deste diploma, marcava bem a sua presença. A Acção é que falhou; este programa, então ambicioso, não tinha ambiente. O decreto nº 14.772, de Dezembro de 27, seguido de alguns outros diplomas regulamentares, estatuiu certas regras que fixaram o regime das concessões e licenças de instalações eléctricas requeridas por particulares; mas a Acção do Estado foi passiva. O próprio fundo de electrificação apenas reuniu umas dezenas de contos, que o decreto nº 23.559, de Fevereiro de 34, englobou na receita geral do Estado como única solução aceitável.

Entretanto, em Janeiro de 1931, o decreto nº 19.353 mandou fazer um inquérito industrial com o fim, dizia o relatório, de se conhecerem as necessidades da indústria e se tomarem as medidas mais convenientes à sua defesa e progresso; e embora eu tenha fortes razões para

duvidar do valor destes inquéritos de grande estilo, pela dificuldade de interpretar resultados muito complexos, aceito que ele pudesse ser defendido, no campo da doutrina, como bom princípio de trabalho. Mas os regulamentos do inquérito, prometidos no diploma que o ordenou, nunca se publicaram; o inquérito não se fez e tudo se diluiu. A Acção voltou a não cumprir; adormeceu completamente.

Pela mesma época (Janeiro a Março de 1931) os decretos nºs 19.354 e 19.409 fixaram as primeiras regras de condicionamento industrial, como fim, dizia-se, de evitar o exagero ou falta de concorrência e os insucessos por falta de bases técnicas ou garantias financeiras. Mas tais regras, apoiadas por tão justas e acertadas palavras, foram decretadas apenas com carácter transitório enquanto não fossem conhecidos os resultados do inquérito referido atrás. Como este não se fez, o transitório tornou-se definitivo; e assim se viveu seis anos até à promulgação da lei nº 1.956.

Simultaneamente, o decreto nº 20.342, de Setembro do mesmo ano de 31, depois de extenso relatório justificativo, definia a intervenção do Estado na vida económica e criava o Conselho Superior de Economia Nacional, dividido em cinco outros conselhos, cada um com numerosos membros. A complicada carpintaria deste organismo não me convenceu; só acredito nas coisas simples. E julgo que poucos terão acreditado nele, porque creio que não chegou a ser constituído ou, se o foi, não deu acordo de si.

Por outro lado e ao mesmo tempo, algumas Ideias voltavam a germinar no sector da electricidade, já perdida entre a poeira do arquivo, tão esquecida como as ordenações afonsinas, a lei dos aproveitamentos hidráulicos. Em Agosto do mesmo ano, o decreto nº 20.225 afirmava que a energia eléctrica é uma das bases essenciais do progresso, de que o Estado não pode alhear-se, pelo que estabelecia a sua intervenção financeira na produção e distribuição, e autorizava a encomenda de projectos de centrais e linhas e a abertura de concursos para a execução das obras. Repetia-se, a cinco anos de distância, o que dissera o diploma de 1926, que não fora revogado mas que se não cumpria porque não entrara no coração dos portugueses, insensíveis, como sempre estiveram e ainda o estão em grande parte, à amarga penúria da nossa vida económica.

O decreto nº 20.225, no laconismo das suas poucas palavras, estava longe de ser um programa com sólidas raízes para viver por si, mas continha uma Ideia, limitada, imprecisa, porventura discutível em alguns aspectos; porém o assunto parecia não ter ainda amadurecido no consenso geral.

Um ano e meio depois, em Janeiro de 33, o decreto nº 22.059 estabelecia que as licenças para estudos de aproveitamentos hidroeléctricos seriam dadas a título precário enquanto não fosse definida a rede eléctrica nacional, à data em estudo, conforme se dizia; e poucos dias

depois, novo decreto, o nº 22.076, mandava suspender por seis meses os processos de licença de instalações eléctricas, com o fundamento de estar próxima a obra geral de electrificação.

Em Julho do mesmo ano, o decreto nº 22.850 prorrogou por três meses o prazo anterior. Por fim fez-se silêncio; o Estado não definiu a rede e voltou a dar licenças como anteriormente. A Acção continuou desfasada.

Foi no ano seguinte (decreto nº 23.737, de Abril de 34) que se mandou aumentar para sete o número de brigadas adstritas ao estudo topográfico e hidrográfico dos principais rios; e só há poucos meses, quase doze anos depois deste diploma e dezanove anos passados sobre o decreto nº 12.559, se vem dizer que estão prontos os dois primeiros estudos hidroeléctricos, quando talvez pudessem e devessem está-lo as duas primeiras obras. Gastaram-se anos de paz, como parece voltaremos a ter tão cedo, em hesitações, em aprendizagens, em visões contemplativas, com a ideia fixa, a meu ver errada, de que só os serviços do Estado deviam fazer projectos, rejeitando-se o recurso a estranhos como a legislação anterior acertadamente previa em face da urgência de chegar ao fim. Com este critério, a Acção cumpriu mas foi lenta; se parecer que foi diligente para os meios de que dispunha, entenda-se que os meios foram escassos; à minha tese tanto importa.

Passado um ano, a lei da reconstituição económica (lei nº 1.914, de Maio de 35) referiu-se à rede eléctrica nacional mas foi omissa quanto à indústria e inoperante quanto às duas; e volvido outro ano, em Março de 36, o decreto nº 26.470 criou a Junta de Electrificação Nacional, expressamente destinada a estudar o desenvolvimento da electrificação, a unificação dos serviços do Estado e a integração das instalações existentes no plano futuro. A Junta tinha a duração máxima de dois anos, devendo desaparecer quando fosse publicados os diplomas referentes aos problemas que lhe haviam sido postos; e apesar de ter a vida prorrogada por duas vezes, acabou por ser extinta sem conseguir que do seu trabalho viesse à luz da publicidade qualquer diploma fundamental.

Na sua vida por vezes amarga, alcançou de positivo melhorias apreciáveis nos regimes tarifários, conseguiu vantagens em muitas cláusulas de concessões e contratos, contribuiu para criar a consciência de que existia um problema eléctrico português — mas não pôde chegar ao fim; a Acção falseou a Ideia — se a Ideia se pode traduzir pelo nome ambicioso que se deu ao organismo.

Voltemos à indústria. O Estatuto do Trabalho Nacional, publicado alguns anos antes do que acabo de referir (decreto nº 23.048, de Setembro de 33), ao definir posições na ordem económica, impôs ao Estado a obrigação de defender a economia nacional de explorações parasitárias e conseguir o maior salário pelo aperfeiçoamento da técnica. A síntese que estas palavras abraçam parece-me impecável; mas como, com

excepção de um ou dois casos, não vi até hoje, por imposição oficial (e são passados doze anos), suspender nenhuma exploração nem aperfeiçoar nenhuma técnica, concluo que ou não há nada de parasitário e desactualizado ou a Acção se afastou mais uma vez da Ideia. Inclino-me, com larga probabilidade de acertar, para esta última hipótese. Dizem-me a teoria e a prática que o nosso nível tecnológico está alguns furos abaixo do nível médio europeu, que o parasitismo de sistemas anacrónicos, o arcaísmo de técnicas condenadas, não formam a totalidade mas são, pelo menos, a regra; e daqui infiro que neste sector a Acção, se quiser ser fiel à Ideia, precisa de mover-se em constante fervilhar, sem uma quebra de ritmo nem um minuto de repouso.

Passados três anos sobre este Estatuto, a lei nº 1.956, de Maio de 37, veio tentar uma sistematização do condicionamento industrial, que vivia em regime de provisório desde 1931, como há pouco indiquei. Mas determinando a base IV da lei a publicação de um decreto regulamentar para cada indústria ou modalidade industrial sujeita à sua disciplina, a Acção trocou as voltas à Ideia e escapou-se pela saída mais simples de mencionar em sucessivos decretos, a título provisório, as pequenas indústrias excluídas, sem nunca ter esclarecido quais e como serão condicionadas. Voltou-se, sem diferença, ao regime anterior do transitório feito permanente.

A coisa tem maior importância do que à primeira vista pode parecer, porque o condicionamento industrial tem que entender-se como defesa de indústrias e não como defesa de industriais; o industrial só interessa à política económica pela sua obra e não pela sua pessoa, que tem apenas o peso de uma unidade na estatística demográfica. E se o condicionamento for feito na base do número e não da qualidade, do clamor e não do mérito, da misericórdia e não da economia, a lei não será factor de progresso mas de rotina, não fará melhores os bons mas tornará piores os maus. A Acção terá invertido a Ideia.

Passados quatro anos sobre a lei nº 1.956, o decreto nº 31.177, de Março de 41, resumo e antecipação da lei nº 2.005 do fomento e reorganização industrial, promulgada outros quatro anos mais tarde (Março de 45), veio dar nova feição à política industrial, repondo as coisas no primitivo pé e concretizando algumas aspirações abstractas; e desta lei, tão delicada e tão discutida, aguarda ainda o País os primeiros frutos.

Entrementes, e quase simultaneamente com a lei do condicionamento, a lei nº 1.947, de Fevereiro de 37, que regulou o tratamento e importação de petróleos e seus derivados, abriu caminho à montagem de uma refinação sob o patrocínio do Estado. E deu-se o quase milagre de uma excepção: a Acção agiu e montou a fábrica. Só registo a pequena reserva de que a sociedade constituída para o efeito parece dar mais valor a certos aspectos comerciais da vida do que à missão de completar e aperfeiçoar um programa industrial. Mas isto não é certeza; é só uma desconfiança.

Algum tempo depois, em Junho de 39, o decreto nº 29.725 veio trazer a promessa de uma nova excepção: criou-se o Fomento Mineiro, cuja Acção inicial tem sido eficaz. Mas como se está ainda em fase de pesquisa não posso prever o que acontecerá quando houver que passar a realidades mais vivas.

Se tornarmos a olhar para a electricidade, encontraremos em Dezembro de 44 a lei nº 2.002, que estabeleceu finalmente, depois de um esforço difícil de avaliar, as bases gerais da electrificação; começam a mostrar-se os primeiros resultados, mas os portugueses esperam que eles se tornem rapidamente melhores e mais numerosos.

Os homens de hoje não têm só que agir; têm que fazê-lo com tal perícia que se apague bem cedo a recordação pouco grata destes trinta anos que começaram na era esperançosa do fim da outra guerra e que enchemos de palavras, de aspirações, de boas ou más intenções, mas que deixámos quase vazios de uma Acção construtiva e diligente, orientada e forte — quase vazios daquilo que marca a fé e o valor dos homens.

4 — Falta de continuidade

A resenha de factos e de omissões de factos que acabo de vos fazer não pretende ser completa. É possível que alguns outros acontecimentos, dignos de crítica ou de louvor dentro do quadro a que me circunscrevo, merecessem figurar aqui; mas confesso-vos que me não ocupei de uma pesquisa sistemática e me limitei a reproduzia o que de mais saliente me ocorreu. Não procurei fazer história mas apenas documentar a minha opinião; qualquer falta que se note não tem outro fundamento.

Mas este breve apanhado parece-me suficiente — até mais do que suficiente porque receio ter-vos importunado com demasiadas citações — para poder conduzir-vos com segurança a algumas conclusões necessárias.

Antes de mais nada, este punhado de factos não é uma reunião de fenómenos dispersos; é antes um sistema coerente de observações que revela uma tendência sistemática, que define indiscutivelmente uma lei: o País esqueceu-se de um dos seus instrumentos de trabalho.

Ainda não é infelizmente aplicável a este sector restrito a afirmação de que temos uma doutrina e somos uma força. Sente-se, sem dúvida, desde o primeiro arranco da lei dos aproveitamentos hidráulicos, o bafo criador da Ideia; mas o seu esforço, que foi disperso e por vezes incerto, deixa-nos sentir o desarticulado deste ramo da vida pública, em contraste com outros sectores que, com legítima satisfação de portugueses, já vemos rolar suavemente porque neles existe uma regra como aspiração colectiva, se procura intransigentemente uma continuidade, se define concretamente um objectivo.

Tem continuidade, tem objectivo a política financeira; tem-no a política externa; tem-no a política social como aspecto da feição corporativa; tem-no a defesa nacional; poderá tê-lo ainda o programa de obras públicas; tê-lo-ão porventura outros sectores; parece começar a tê-lo a marinha mercante, que, ao fim de andar uns séculos sem norte, encontrou um marinheiro decidido, calmo e persistente como julgo que devem ser os marinheiros, e que em vez de fazer prosa tomou a decisão, tão simples que até parece revolucionária, de mandar fazer navios; mas o panorama económico ou, mais em particular, a política da electricidade e da indústria tem tido a fragilidade do que é feito sem convicção, revela um afrouxar de rédea que salta insensivelmente ao olhar menos arguto.

Vivi muito de perto os últimos dezasseis anos deste anseio, fui figurante neste longo drama — no drama que sempre rodeia o nascer de uma Ideia, o assentar de uma verdade; drama em que os homens desencontram os esforços porque não vêem todos ao mesmo tempo e no mesmo sítio a nova luz que se acende. Dou graças a Deus por já haver hoje muitos homens que vêem a luz e, convencidos por ela, se afirmam dispostos a não a deixar apagar. Mas é necessário que haja muitos mais.

Outra noção dolorosa se tira da resenha que ficou esboçada: o desperdiçar do tempo. Quando se medita nos períodos maciços de anos que houve de perder para conseguir um modesto avanço, quando se repara nos longos intervalos de silêncio que enchem os últimos três decénios, sente-se que os números caem como pesadas massas de chumbo; sente-se medo da vertigem do tempo que se some, que se submerge no atraso dia-a-dia acumulado; e aqueles que por formação vêem nos frutos concretos do trabalho, nestes aspectos materiais da vida, temas de encanto que nem todos sentem, aqueles que se apaixonam pelas profissões mecânicas ao ponto de se ficarem quase enternecidos a ouvir o falar das coisas mudas, esses pensam na vida que não torna a viver-se e que deixou atrás de si um vácuo sem remédio.

5 — *Importância do problema*

Ao falar-vos da questão electro-industrial, ao recordar-vos tantas passagens esquecidas do *Diário do Governo*, neste propósito de comentário que alguns puritanos julgarão que é apenas má-língua, ao fazer desse comentário, mais triste do que azedo, o assunto desta conferência, ao mostrar-vos que me não ocupo de casos dispersos mas da consequência de um sentir geral, provoco uma pergunta legítima: Que valor tem isto? É mera frioleira este repisar de leis que se não cumpriram? Terá ao menos este desagradável sumário o mérito restrito para ser palestra em ambiente profissional? Ou, pelo contrário, haverá debaixo disto, sob este monte de pequenas coisas heterogéneas que a

nossa vista alcança, um verdadeiro problema político que afecte de maneira apreciável a vida da Nação?

Julgo que a resposta afirmativa cabe a esta última pergunta. E dir-vos-ei porquê em algumas palavras.

Se compararmos a nossa actividade industrial de há meio século com aquela que se verificava no limiar da guerra que há pouco findou, o valor absoluto da melhoria é incontestável; vê-se de olhos fechados. Mas o registar de tal melhoria, que deslumbra muita gente, tem pouco valor; para saber se realmente avançámos há que averiguar se subimos ou descemos em relação à linhas ascendente que marca a evolução média dos outros povos civilizados; posta a coisa assim, tenho largas dúvidas sobre se a comparação nos será favorável.

Não é hoje legítimo a ninguém que seja responsável repetir ou acreditar fantasias que correm há longos anos sobre o nossos nível económico ou o valor do trabalho nacional, deixar-se tomar de entusiasmo por falsas aparências de prosperidade, deixar-se captar por fórmulas de cortesia que não traduzem um sentido real, deixar-se levar por certa toada de romantismo que pinta cor-de-rosa aquilo que é apenas negro ou, pelo menos, cinzento escuro. A verdade, mais nua que a do Eça ali no Alecrim, é que o fundo tem cor cinzenta ainda bastante carregada; e porque é esta a nossa posição, me parece que o abandono a uma ideia sem homogeneidade e a uma Acção com excessiva inércia a que entregámos nos últimos trinta anos — para não falar nos anteriores — os nossos problemas electro-industriais não é o corolário justo da autocrítica que deveríamos saber fazer.

Ao contrário, a nossa política deveria caracterizar-se por tentar preencher os pontos fracos da nossa vida, suprir as faltas que a evolução espontânea deixara em aberto, atender ao mais urgente com prejuízo do mais tentador. É certo que as vozes da multidão, talvez como desculpa dessas faltas, espalham aos quatro ventos que nunca poderemos agenciar a vida sem este manquejar que consideram congénito; mas o povo também diz, e talvez com razão, que nem todas as vozes chegam ao céu.

Estávamos mal nos anos anteriores à última guerra, mal no trabalho, no comércio, no salário — e não preciso de dramatizar o quadro porque os números são conhecidos; mas presumo que ficaremos pior ante o esforço de renovação no domínio da produção industrial que vai agora por todo o mundo e de que julgo não ganhámos ainda plena consciência.

Não quero, não quis nunca, sobrepor o problema económico a outros que o devem anteceder na hierarquia dos problemas humanos; quero só erguê-lo do esquecimento a que tem sido votado, e com o afirmar que é importante não me ocupo de saber se é o primeiro; julgo mesmo não valer a pena fazê-lo, porque tenho a suspeita de que este discutir de prioridade não será certamente o problema nº 1. Os homens

parecem-me até complicados de mais para se poder afirmar sem erro qual é a primeira necessidade da sua vida.

Quando afirmo que o problema económico é importante faço ainda uma segunda reserva: não quero significar exactamente que o seu progresso seja imprescindível. Os problemas nacionais, mesmo quando são graves, não têm o carácter agudo de certas doenças no homem que só toleram duas soluções: a intervenção cirúrgica imediata ou a morte. As nações têm muito mais fôlego que os indivíduos. Passai revista as mais importantes questões que conheceis na administração pública e notai que quando chegam a esclarecer-se em termos satisfatórios trazem, por esse facto, sensível melhoria à vida da colectividade; contudo, se continuam insolúveis, é certo que as dificuldades se acumulam mas as nações aguentam-se teimosamente a viver centenas de anos.

Não quero portanto que julgueis que o chamar problema nacional ao revigoramento da nossa economia industrial implica o exagero de o olhar como indispensável à vida da nacionalidade. Longe disso, sei que é possível continuarmos a viver como até hoje, nesta mediania que ainda não resolveu em definitivo se há-de ser envergonhada ou orgulhosa, neste andar pausado que tem a vantagem de não contrariar aqueles que defendem a sábia simplicidade da Natureza como o exemplo a apontar aos homens; mas o que quero dizer — e digo-o cheio de convicção — é que o assunto em causa será tão digno da nossa atenção de portugueses e de patriotas como muitos outros que a boa estrela tornou mais conhecidos — e, porventura até, mais digno do que alguns deles.

Com estas duas limitações sinto-me mais à vontade para afirmar que o desenvolvimento do nível económico é um problema nacional e importante. Como, por outro lado, as questões ligadas ao nível de vida andam frequentes vezes entre as altas preocupações da Igreja, o que lhes confere imunidades de algum valor, como a nossa situação é, sem desmentido, desfavorável, parece ser urgente ensaiar outro caminho, apagar este sonho mau de trinta anos de erro e aproveitar o fim desta guerra melhor do que aproveitámos o da outra. Falta-nos desta vez, infelizmente, uma fonte de optimismo: a confiança na paz.

Não se nega que a mudança para uma política mais contínua e mais activa tem seus riscos: risco de prestígio abalado por uma tentativa menos feliz, risco de prejuízo na pecúnia por uma insolvência que se não espera; mas nem a vaidade dos homens se pode pôr acima do interesse do povo nem a alma de Shylock tem hoje grande prestígio.

Por tudo isto me parece claro — mas aceito que o não seja — que o propósito que aqui me trouxe de vos comparar algumas afirmações do diário oficial com as negações de uma realidade sensível, de vos pôr frente a frente as poucas claridades da Ideia e as muitas obscuridades da Acção, pode, sem grande favor, ser a base de um pensamento da Política ou de uma reacção da Cultura.

6 — Algumas palavras de esperança

E vou findar. Afirmo a minha convicção de que esse pensamento se elabora, de que essa reacção surgirá. A electricidade e a indústria encontram já a rodeá-las um carinho que nunca tinham sentido; o homem da rua começa a perguntar a medo onde é a barragem do Zêzere ou onde se vai fazer sulfato de amónio. Belos e saudáveis temas de cultura popular se podem extrair destes domínios.

Eu tenho fé. Sempre tive; nem de outra forma se explica que me mantivesse dezasseis anos neste combate que está quase vencido, sem outro reconforto que o encontrar a mesma fé em alguns companheiros de luta, sem outro desabafo que uma impaciência legitimamente mal contida. Para esses companheiros vai o meu pensamento; e essa impaciência, espero que alguns a tenham agora compreendido e outros até desculpado.

Existem as bases legais para uma grande obra; confio em que se fará sem descanso, em que haverá uma Acção a que só não chamarei dinâmica porque a palavra se desacreditou. Conto ver, se a vida não for breve, uma electrificação quer nos afaste da posição presente de haver consumidores e não haver energia; uma electrificação cuidada em todos os aspectos, em que todos os elementos — a central, a subestação, a linha, o posto, a rede, a tarifa, o distribuidor — se desenvolvam num conjunto harmónico a bem da Nação.

Conto ver algumas indústrias fragmentárias e atrasadas adquirirem juventude e viço, trocarem o empirismo pela ciência, sob a vigilante orientação do Estado (sem ser pela nacionalização que está em moda) mesmo que alguns interesses molestados ou algumas incompreensões desculpáveis o acusem de violência ou de erro social; conto ver algumas indústrias novas nascer e prosperar com a participação declarada e aberta da administração pública, a constituírem valiosos elementos da riqueza nacional.

E um pouco à margem destas actividades mas em franca ligação com elas, conto ainda ver, com fundada esperança, uma marinha mercante que honre as tradições da bandeira; e gostaria de ver aperfeiçoado como precisa o sistema ferroviário. Oxalá não se esqueçam dele.

A sombra negra dos trinta anos passados apagar-se-á como traço de giz se a política industrial mudar, se as esperanças forem realidade; mas alastrará como mancha de óleo se o peso dos anos continuar a cair sobre o esquecimento da produção fabril.

Foi meu único propósito esboçar-vos essa sombra; agora, diante do esboço, estais habilitados a escolher o caminho. Que Deus vos inspire nessa escolha, para que as vossas opiniões entrem como parcela útil na formação da consciência nacional.

«Economia e Política», in *Diário de Notícias*, 11 de Fevereiro de 1949.[7]

Mão amiga remeteu-me há dias um livrinho azedo de crítica à política económica do Governo — fruto deste ditoso tempo de eleições, em que a soberania do povo toma aspectos dolorosos de indisciplina mal contida. Li-o, mais por obrigação de quem estuda do que pelo agrada de quem aprecia o que está lendo, porque o texto é tão denso de maledicência que não consegue ter o valor de um trabalho probo nem o encanto de uma crítica serena.

Topei nele, aqui e além, com algumas verdades, porque os homens que alguma vez na vida recebem o encargo de tomar decisões não têm o poder sobrenatural de dominar os acontecimentos adversos, que lhes são estranhos, nem encontram sempre o mais justo caminho da melhor solução. Esta última virtude é exclusiva dos críticos.

Mas, a par das verdades, encontrei no livrinho muitas afirmações tendenciosamente deformadas, em que a preocupação de dizer mal sobreleva em muito o propósito de explicar como seria bem.

Abstraio de tudo o que ele contém de paixão partidária, e de tudo que se refere a política de abastecimentos, porque não sinto particular prazer em discutir se o Governo fez mal em importar manteiga há dois anos e também o fez porque a não importou o ano passado. São temas demasiadamente transcendentes estes paradoxos da lógica eleitoral, para serem acessíveis a qualquer.

O que me trouxe a escrever estas linhas foi o espanto com que li alguns conceitos de política industrial que o livrinho faculta nas suas

[7] Artigo transcrito no *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, Ministério da Economia, Ano I, nº 8, de 23 de Fevereiro de 1949 com a seguinte nota introdutória: *A Direcção-Geral dos Serviços Industriais transcreve hoje nas colunas do seu Boletim, o artigo publicado no* Diário de Notícias *de 11 do corrente pelo Engenheiro Ferreira Dias, o inspirador feliz e o intransigente defensor dos princípios basilares do nosso ressurgimento industrial.*

Com esta singela homenagem ao ilustre professor e antigo Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, a Direcção-Geral dos Serviços Industriais enriquece o Boletim e oferece aos industriais portugueses uma defesa autorizada dos sãos princípios políticos e técnicos que estão nos fundamentos da Lei nº 2005, do fomento e reorganização industrial.

páginas e a discordância em que me encontro com algumas interpretações do autor sobre aquilo que se fez nos últimos anos.

Para se ver qualquer coisa com nitidez não basta ter boa vista: é preciso tomar-se posição conveniente para se não observarem sob certos ângulos pormenores que se deformam e que escondem as verdadeiras linhas do conjunto. Quando se está no fundo de um vale muito apertado, a terra parece um funil; quando se sobe à montanha, a largueza do horizonte deixa-nos perceber o regular contorno de uma esfera. No primeiro caso, o homem sente-se vencido, dominado pelas encostas que o apertam; no segundo sente-se livre e desafrontado sobre a convexidade do globo. Estas duas posições dão duas formas aparentes à terra, uma côncava e outra convexa; e dão, reflexamente, dois estados de espírito.

O livrinho foi escrito na passagem mais apertada de um desfiladeiro — no covão sem saída da negação sistemática, onde se confunde uma bola com um funil, e tudo o mais na proporção. E mostra-nos, com a justeza de observação que é de esperar, que ao definirem-se os critérios da reorganização industrial portuguesa, hoje expressos na Lei nº 2005, não se acertou num só princípio. Pouca sorte; tudo o que se fez é «erro e venalidade»!

Ataca-se a concentração industrial e a participação financeira do Estado em algumas empresas, martelando até ao cansaço a palavra «monopólio» — nota musical de grande efeito — e repisando o insulto de que este favor do Estado não é feito para ajudar a Nação — o povo trabalhador, como se diz em democracia — facilitando actividades básicas que dão trabalho e produtos essenciais, mas para favorecer indecorosamente meia dúzia de capitalistas privilegiados.

Há nisto deformação e exagero, filhos da perspectiva do tal desfiladeiro, que é a falta de civismo com que se aprecia a obra e a probidade do adversário.

Vou explicar em duas palavras, claras e serenas, o objectivo da Lei nº 2005. Não é novidade para ninguém que a produção industrial portuguesa é deficiente em qualidade, em quantidade e em preço; e toda a gente tem ouvido dizer — e é verdade — que as fábricas de outros países esmagariam as nossas se não fosse a pauta, porque são maiores, mais modernas e dispõem de técnica mais avançada.

Ora o viver por sistema à sombra da protecção pautal, com instalações desactualizadas, nem é progressivo, nem honroso, nem rendoso, porque obriga o trabalhador a manejar ferramentas decrépitas e inadequadas, enfraquecendo-lhe o rendimento e vedando-lhe a melhoria de salário. Com maus rendimentos só se podem pagar bons salários fabricando moeda falsa ... Ao preconizar a concentração e o reequipamento de certas indústrias, a Lei nº 2005 só tem vista reunir pequeninas unidades sem condições de vida independente, para criar conjuntos fabris, sem dúvida modestos, mas cujas condições de trabalho os aproximem

dos seus concorrentes estrangeiros. Onde está a ideia de monopólio, a não ser na visão deformada do crítico?

Acresce — e é particularmente importante — que esses agregados industriais, aos quais o Estado promete facilidades, não são entregues aos tais «capitalistas privilegiados»: são entregues aos humildes donos das pequenas oficinas preexistentes, para esse efeito devidamente associados. Que outra solução mais honesta, mais humana, mais democrática se poderia imaginar? Não sei como aplicar o dinheiro do Estado em mais directo benefício do «povo trabalhador»; e é difícil de perceber, em boa fé, como esta política, tão defensora do pequeno industrial, é «de protecção aos altos interesses monopolistas, francamente contrários aos interesses nacionais e ao bem-estar da grande maioria do povo português». Mistérios que o crítico não explicou no livro.

Mas o martelar da palavra «monopólio», que tem o sabor bolorento dos comícios de há meio século, leva a disparates incríveis, como o de negar que o aumento de produção de certas unidades fabris pela melhoria do seu equipamento seja, no caso português, um factor de aperfeiçoamento técnico. Em todo o Mundo, sob qualquer regime político, só as unidades industriais de certo vulto são susceptíveis de um nível técnico de fabrico e de um nível científico de investigação que conduzam a real melhoria de produção e de desenvolvimento. Mas, como no caso português, o crítico identifica «ingenuamente» concentração com monopólio, acaba por concluir que, como este encerra todos os horrores, desde a miséria à injustiça (afirmação que não interessa discutir aqui), a organização proposta para a indústria portuguesa não oferecerá vantagens técnicas porque nela «predominam unicamente os interesses privilegiados do alto capitalismo».

E chega-se a este beco sem saída, se acompanharmos o raciocínio do crítico: o aperfeiçoamento técnico é consequência do aumento de produção; este traz forçosamente o monopólio; o monopólio significa a estagnação e o retrocesso; logo o aperfeiçoamento técnico é impossível. Por outro lado, o livrinho preocupa-se extraordinariamente com o aumento da capacidade produtiva da Nação; e o leitor fica a perguntar que maquiavelismo é este que, na fúria de criticar, se contradiz a si próprio.

Outro aspecto da política industrial que enche de indignação o patriotismo do autor do livrinho é a aceitação dada a capitais estrangeiros e o número apreciável de sociedades industriais constituídas nos últimos anos com a sua comparticipação.

Se esta indignação e este patriotismo fossem sinceros, ter-se-iam limitado a lamentar a existência de algumas situações já antigas de serviços públicos concedidos a sociedades estrangeiras ou comandadas do estrangeiro, e nesse caso poderia o autor do livrinho manifestar o desejo de que a tais serviços se preparasse o destino que tiveram recentemente o porto e o caminho-de-ferro da Beira. Tal ponto de vista

poderia ser discutido mas seria aceitável. Onde não sombra de sinceridade é na crítica xenófoba à criação de sociedades privadas, não destinadas a explorar concessões de serviço público, constituídas com maioria portuguesa, dentro da lei portuguesa, com sede em Portugal, e onde a aceitação de estrangeiros não representa um favor aos «trusts» internacionais, de que o crítico tem muito medo, mas a necessidade de conseguir uma técnica que não temos e não podemos assegurar eficazmente de outra maneira.

É preciso nunca se ter feito nada na vida para se não ter a consciência da responsabilidade de orientar dentro da perfeita tecnologia uma indústria nova; na melhor das hipóteses, a buscá-la por nós próprios, teríamos de passar por todas as tentativas e por todos os insucessos que outros conheceram há dezenas de anos e que nós não temos tempo nem dinheiro para tentar. A colaboração dos que já sabem é a forma mais barata de triunfar. É por isso que entre nós se adoptou, como a têm adoptado todos os países, alguns até bem mais abertamente do que nós, quando pretendem criar dentro das suas fronteiras uma actividade que não têm e cuja técnica não dominam. Neste género de empresas a regra é que a influência estrangeira se dilua com o tempo; os técnicos nacionais vão-se assenhoreando dos fabricos, os aumentos de capital vão-se colocando dentro do País, e ao cabo de 20 ou 30 anos a presença do estrangeiro é insensível. Porquê tanto desgosto pela constituição de tais sociedades? E que outra solução se oferece?

Como remédio para a nossa economia, o livrinho propõe apenas uma solução política: as cooperativas, o domínio de certas indústrias pelo Estado, a confiscação de certos bens particulares.

Não valia a pena tão longa dialéctica em tantas páginas de crítica mal disposta, para defender a solução comunistoide das indústrias do Estado e das propriedades colectivas. A Lei nº 2005 foi redigida dentro do respeito pela propriedade privada; dentro dela se orientou a melhoria do nível industrial, o aumento da produção, a subida do salário e do bem-estar do trabalhador. No fim de contas, parece que não foi o amor da economia que motivou o ataque; foi a cobiçazinha de «colectivizar» alguns bens.

Teria sido mais expedito dizê-lo sem rodeios, para que toda a gente o entendesse e formasse o seu juízo, sem se enlear em matérias que aparentam ser doutas para encobrirem melhor a falta de verdade.

Fico-me por aqui. Julgo não valer a pena alongar o comentário, para se medir o valor da crítica dirigida à única tentativa séria feita em Portugal neste século para fomentar a actividade industrial e, consequentemente, para tornar mais independente a vida da Nação, mais sólida a riqueza média, mais alto o nível do salário — o salário do «povo trabalhador», que afinal somos todos nós, e a quem são mais úteis as obras do que as palavras.

«O fomento nacional no campo industrial e energético»,
Quatro Conferências sobre Economia Nacional,
Ciclo organizado pela Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico em Março/Abril 1952, Separata da Técnica, nº 221, Abril 1952.

Senhor Subsecretário de Estado,
Minhas Senhoras
e Meus Senhores:

O *fomento nacional no campo industrial e energético* foi o ponto que a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico me deu para a conferência desta noite.

Começo por confessar que aceitei o encargo de falar sobre ele por se tratar de uma palestra dentro da Escola; fora daqui não o teria feito, porque este assunto do fomento industrial vem dando origem, há alguns anos, a largas manifestações oratórias, e começa já a tornar-se um bocadinho monótono ouvir repetir os mesmos argumentos e as mesmas esperanças. Um professor, dentro da escola, tem por dever de ofício que se repetir, mas fora dela já não pode fazê-lo com as mesma liberdade; esta é a razão por que aceitei e aqui estou a repetir coisas que já foram ditas.

I — *Facilidades e dificuldades do problema*

O problema do fomento industrial é em si um problema simples, E quando digo simples não quero dizer que é infantil; quero dizer apenas que não é transcendente.

Na realidade, todas as pessoas que falam sobre este assunto, desde os economistas mais especulativos aos técnicos de feição mais utilitária — e procuro não ser nem duns nem doutros — acabam sempre numa conclusão unânime: é preciso aumentar a produção. Parece portanto que toda a gente sabe o que se deve fazer, sem divergências de opinião, o que pressupõe que o assunto, à força de evidente, se torna simples.

É notório que este aumento de produção não consiste em aumentar o número de conferências, por exemplo; trata-se de aumentar a produção de bens económicos, e portanto temos que nos orientar para aquelas fontes donde estes bens económicos nos podem provir: a Agricultura e a Indústria.

A Agricultura representa a nossa vida, como todos sabemos, um papel muito importante, e é de supor que venha a desempenhar papel mais importante ainda; mas, por motivos que veremos dentro de alguns minutos, ela não pode, só por si, resolver todo o nosso problema e temos, por consequência, que nos orientar para a Indústria.

Estando a coisa limitada desta maneira, ocorre então insistir: e é simples o problema? Eu julgo que é. Suponhamos, por absurdo, que me encarregavam de apresentar um projecto de aperfeiçoamento da indústria suíça. Confesso que não saberia bem por que ponta lhe havia de pegar, porque a indústria suíça tem em todo o Mundo uma larga nomeada de perfeição; a indústria suíça abrange extensíssimo domínio, desde os relógios às locomotivas; a indústria suíça paga bons salários e vive numa atmosfera de calma social; a Suíça, apesar de ter um território que não chega a metade do nosso, consome para cima de 10.000 milhões de kWh. Sinceramente, eu não saberia o que fazer neste conjunto para o melhorar.

Mas se olharmos para o nosso caso, veremos que nem a nossa indústria tem uma grande aura, nem abrange domínios extensos, nem paga bons salários; e o nosso consumo de energia eléctrica mal excede os 1.000 milhões de kWh. Perante esta situação parece que o problema é realmente simples, que não há grande dificuldade em saber onde deveremos actuar.

Dentro do campo puramente económico o caminho está então traçado sem hesitação. A discussão apenas será legítima no pormenor tecnológico, naquelas pequeninas coisas que há que fazer em cada caso concreto. Mas desses assuntos ninguém trata; todos nadam nas ideias gerais, e até eu aqui estou agora a cair nelas.

Mas eu disse que o problema é simples, uma vez que sabemos exactamente os defeitos que temos a corrigir, isso não quer dizer que não haja, na realidade, certas facetas delicadas. Há, evidentemente, algumas pequenas dificuldades; vejamos quais são.

As dificuldades do nosso problema de fomento industrial podem dividir-se em duas categorias: as dificuldades convencionais e as dificuldades reais. As dificuldades convencionais são duas: a falta de carvão e a falta de matérias-primas. As reais são três: a falta de tradição, a falta de mercado e a falta de dinheiro.

As duas primeiras, aquelas a que chamei convencionais, são, fundamentalmente, umas desculpas que se inventaram já há muitos anos para esconder um bocadinho a nossa falta de actividade no domínio industrial. Mas vão perdendo valor a pouco e pouco. Hoje, toda a

gente sabe que a hidroelectricidade e o transporte de energia eléctrica a grandes distâncias libertaram a indústria do domínio absoluto que sobre ela exercia o carvão há algumas dezenas de anos — e os exemplos são conhecidos de toda a gente. Todos conhecem países da Europa em que a produção de carvão não é muito superior à nossa e que, no entanto, mantêm um nível industrial susceptível de nos causar inveja. São, por exemplo, a Itália, a Suíça, a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia. São países em que a produção de carvão não existe ou é muito pequena e que têm, no entanto, níveis industriais de grande categoria.

Quanto ao problema das matérias-primas, a coisa apresenta-se semelhantemente. Toda a gente sabe que os grandes países industriais importam matérias-primas; o comércio das matérias-primas constitui cerca de metade do grande comércio mundial.

Um exemplo de que a falta de matérias-primas não é motivo que justifique ausência de indústria dá-o a Inglaterra, que foi o berço da revolução industrial do século passado. Se se podem apontar duas indústrias inglesas que tenham fama e expansão mundial, serão talvez as indústrias têxtil e metalomecânica. Mas, quanto à primeira, não consta que haja algodoeiros em Inglaterra, a não ser, porventura, nalguma estufa do Jardim Botânico de Kew; e a lã, é sabido que vai do Cabo ou da Austrália. No domínio da indústria metalomecânica a posição é porventura mais acentuada ainda, porque a Inglaterra trabalha o cobre da Rodésia, o minério da ferro da Espanha ou do Norte de África, o alumínio do Canadá, o volfrâmio de Portugal, o manganês da Índia, o estanho da Malásia. Se a Inglaterra vivesse hoje exclusivamente das suas matérias-primas seria um país de pastores a tocarem gaita de foles.

Por outro lado, este argumento da falta de matérias-primas poderia ter alguma autoridade na boca de pessoas que já tivessem aproveitado todas aquelas de que dispõem; mas parece que não é isso que tem acontecido em Portugal. Dou alguns exemplos correntes. Existe à nossa volta o ar atmosférico; dizem os professores de Química que tem 4/5 de azoto. O azoto é a base de uma série longa de produtos químicos, nomeadamente adubos e explosivos; no entanto, apesar de dispormos desta matéria-prima, só há uns dois meses ela é aproveitada em Portugal, e, mesmo assim, a coisa ainda tem para alguns o carácter de uma calamidade nacional, uma espécie de novo Alcácer Quibir.

Temos uma riqueza florestal grande, e toda a gente fala na área de pinhal que é da ordem do milhão de hectares. Mas só agora está em construção em fábrica que há-de aproveitar a madeira dos pinheiros para fazer papel e pasta de papel, e no entanto já o rei D. Dinis semeou pinheiros.

Temos por esse país algumas centenas de milhões de toneladas de minério de ferro; ainda não está aproveitado. Limitamo-nos, por enquanto, como de resto já fazemos há largos anos ou mesmo há deze-

nas de anos, a esgravatar o minério da terra e a vendê-lo para os estrangeiros tratarem.

Todos sabemos que se produzem em Portugal óleos de natureza animal ou vegetal e também todos sabem que desses óleos se exportava grande parte e que uma parcela deles, hidrogenados no estrangeiro, eram de novo comprados para os nossos usos. O hidrogénio, dizem também os professores de Química, existe na água, e conhecem-se várias maneiras de o extrair. No entanto, só há poucos meses começaram a fazer-se em Portugal os óleos hidrogenados. E não me alongo mais; parece claro que não existe uma autoridade muito grande nas pessoas que inventaram aquela famosa história da falta de matérias-primas.

Vamos tratar agora das dificuldades reais. Começarei pela falta de tradição.

A tradição é uma espécie de força de inércia que desempenha o papel daquela parcelazinha $m\,d^2x / d\,t^2$ que aparece nas equações de Mecânica; todos sabem que é no arranque, quando o movimento começa, que essa parcela exerce o papel mais importante, e todos sabem ainda que ela é então negativa porque impede o aumento da velocidade. Pois passa-se aqui a mesma coisa. As pessoas não acreditam na Indústria; as pessoas não estão habituadas a ouvir falar da Indústria; as pessoas têm medo da Indústria; e daqui resulta que as coisas demoram muito mais tempo do que poderiam demorar normalmente. A falta de tradição é uma séria dificuldade do nosso problema.

Falemos da falta de mercado. Ao contrário do que algumas vezes se tem dito, Portugal é um país pequeno. Somos 8 milhões, e as províncias ultramarinas contam relativamente pouco neste domínio. Não é prudente, seria mesmo extremamente imprudente, tentar montar uma indústria nova a pensar na exportação, sobretudo neste tempo em que o comércio internacional encontra limitações de toda a ordem. É, por consequência, o mercado interno que deve ser a base de todos os estudos sérios; salvam-se, evidentemente, algumas excepções com características especiais.

É esta, aliás, a posição que as grandes indústrias têm em todos os países industriais. A parcela de exportação é, normalmente, uma parcela pequena, em comparação com o total de negócios, e mal seria se fosse doutra maneira; só o mercado interno pode representar para a indústria uma estabilidade suficiente.

Como somos poucos, o problema apresenta sua delicadeza, porque as indústrias têm que ser estabelecidas, para terem rendimento aceitável, com uma capacidade mínima, e é necessário que essa capacidade possa ser coberta pelas necessidades da população.

Este aspecto é, portanto, um bocadinho sombrio, mas há nele uma frestazinha por onde entra um pouco de luz. É certo que somos poucos, mas também é verdade que consumimos pouco, porque o nível

geral da nossa gente é baixo. Temos aí, por consequência, um caminho a explorar. A melhoria do nível de vida, susceptível de grande avanço, permite compensar em parte a escassez do nosso consumo, e tudo o que se fizer no sentido de desenvolver a Indústria contribui, no fundo, para aumentar o nível dessa população e para aumentar, portanto, o número de compradores efectivos. Basta notar, por exemplo, o que se passou no nosso País, se compararmos os consumos específicos nos anos que precederam esta última guerra com os consumos que se verificam hoje, sobretudo no que diz respeito a géneros alimentícios; os aumentos são formidáveis, porque, quando há melhoria de nível de vida, as pessoas, quando o não tenham feito antes, procuram, acima de tudo, comer com suficiência. Isto verifica-se em todos os produtos, e dá-nos uma certa perspectiva de facilidade no aumento do nosso consumo pela melhoria do poder de compra.

Finalmente, aparece o problema da falta de dinheiro. O estabelecimento de uma indústria exige cada vez maior volume de produção, porque cada vez se é mais exigente na qualidade dos produtos, cada vez se exerce maior concorrência nos preços e, portanto, cada vez a mecanização tem que ser maior e cada vez as máquinas têm de ser mais complicadas; resulta daí que cada vez mais se exige para o primeiro estabelecimento de uma indústria um volume avultado de capital. A verdade é que parece que não dispomos desse capital, porque o ritmo do nosso desenvolvimento tem sido mais lento do que aquilo que deveria ser; mas neste campo, pelo menos vista a coisa em superfície, parece descobrir-se um paradoxo. Anda toda a gente preocupada porque temos na União Europeia de Pagamentos um saldo que excede os 100 milhões de dólares, qualquer coisa como 3 milhões de contos; aqui há 3 ou 4 anos andava-se igualmente preocupado com uma dívida da Inglaterra que deveria anda pelos 80 milhões de libras, qualquer coisa como 8 milhões de contos, ao câmbio daquela data. A verdade é que o dinheiro aparece em ritmo bastante mais reduzido do que aquilo que permitira a nossa capacidade de trabalho; e não desejo avançar neste domínio, porque entrando por ele sairia do nosso programa.

II — *Portugal não é essencialmente agrícola*

Vamos agora explicar que Portugal não é essencialmente agrícola e que, portanto, não podemos desinteressar-nos do desenvolvimento da Indústria. Esta ideia falsa de que Portugal é agrícola por excelência não é de hoje; é doutrina que vem de há algumas dezenas de anos. E ocorre perguntar: Que interesse haverá em continuar afirmando uma coisa que se sabe não ser verdade? O interesse é evidente: é que se conseguirmos demonstrar que Portugal é essencialmente agrícola, ficaremos dispensados de fazer qualquer coisa além daquilo que temos

feito até hoje: esperar que o calor do Sol e a humidade da Terra façam germinar as sementes. Mas o que é fácil demonstrar é precisamente o contrário; é que Portugal não é essencialmente agrícola.

É do domínio geral que temos um clima irregular e que as colheitas agrícolas não suportam climas irregulares. Já um estrangeiro comentou com argúcia que nós temos bom tempo mas mau clima. Entre os factores desse clima avulta a irregularidade das chuvas. Todos vemos o que se passa: temos nos nossos rios desproporções de caudal da ordem de 1.100 e temos por esse facto, na quase totalidade do território, um período de Verão com índice de aridez inferior a 10. Segundo um estudo que foi publicado há cerca de uns 3 anos na «Revista de Estudos Económicos», a produção média anual por hectare do nosso território era apenas de 630$00 — uma pobreza.

A nossa agricultura, apesar de termos uma população que não é muito densa — pois estamos apenas na média da Europa, e temos, portanto, uma densidade nitidamente abaixo dos países do centro — não consegue alimentar-nos a todos, pelo que se importam quantidades avultadas de géneros alimentícios. A Junta de Colonização Interna inventariou aqui há anos os baldios ao norte do Tejo — afirmava-se que o País não produzia por haver muitos baldios improdutivos — e o inventário deu 400.000 hectares, dos quais apenas se consideram com aptidão agrícola 75.000 hectares — outra pobreza.

A Junta de Hidráulica Agrícola, quando fez o seu programa de irrigação, elaborou-o para 106.000 hectares e afirmou que a máxima área regável deste País era de 400.000 hectares. Mesmo que este número esteja errado por defeito, também por aqui não vamos longe.

Tudo isso resulta de termos um solo que na generalidade é acidentado e pobre, e que tem mesmo aspectos dolorosos. É possível que já todos tenham entrado em Portugal pela fronteira de Vilar Formoso. Enquanto atravessamos as terras de Castela podemos achar que o solo é seco, que é pobre, mas é pelo menos arável; mas quando entramos a fronteira vemos acastelarem-se os granitos por todos os lados e, no meio deles, salvo em raras parcelas, apenas encontramos magras leiras de centeio. E este panorama desolador estende-se quase até Mangualde.

É também conhecido o aspecto das terras arenosas do pliocénio do sul do Tejo. Ainda há poucas semanas atravessei a lezíria de Vila Franca para ir ver a linhas de 150.000 V que está em construção para Setúbal; e quando regressei, a nota mais intensa que essa viagem me tinha deixado não era dada pela linha, mas pela observação do solo. Notei que 200 metros para lá do Sorraia o panorama muda completamente: perde-se a frescura do prado e começa a charneca seca, ingrata, com um solo de areia solta onde custa a andar como na praia. De repente, passamos da campinha humosa para o terreno pobre em que as culturas dominantes são o pinhal e o montado.

Ao olhar para aquilo, lembrei-me dos faraós do velho Egipto, lembrei-me daquela história, que nos contam no Liceu, das cheias do Nilo que fertilizavam o deserto; e vi com os meus olhos que realmente o solo só é fértil até ao ponto em que o cobrem as cheias do Tejo. E então percebi essa passagem da história do Egipto, e percebi também que a lezíria é uma dádiva do Tejo; por baixo daqueles mateiros há areia estéril.

Porque o deserto, o autêntico deserto, temo-lo nós a dois passos daqui, além no Norte de África. Apesar de estarmos na Europa, nós somos a fronteira do deserto, nós somos a transição da Europa para o deserto. Na margem do Sorraia está a guarda avançada do deserto. Nós não gostamos que seja assim; o nosso amor a Sintra e ao Buçaco, no fundo, não é mais que a nossa reacção contra o deserto.

Continuar a afirmar que Portugal é um país essencialmente agrícola é um acto de traição, porque amortece todas as actividades no sentido de melhorar a vida da nossa geração.

Mas se Portugal não é essencialmente agrícola, há que fazer justiça afirmando que é principalmente agrícola. Segundo o último censo completo da população — o de 1940, visto que do de 50 há apenas alguns resultados provisório — 40% da nossa população vive da terra e só 20% da Indústria, incluindo transportes; na nossa exportação avultam em mais de metade os produtos da terra. No estudo que há pouco citei, publicado na «Revista de Estudos Económicos», calculava-se que a produção agrícola anual aos preços da época, que são praticamente os preços de hoje, valia 4.600.000 contos; não se fez a avaliação da produção industrial mas presume-se que não excederá metade disto.

Somos, portanto, um país principalmente agrícola, mas não o somos por natureza, por essência, porque as condições mesológicas assim o aconselhem; somo-lo porque reunimos algumas condições para termos Agricultura e dedicámo-nos a aproveitá-las, esquecendo-nos de que isso não chega. Precisamos agora de compensar a insuficiência dessa Agricultura para nos alimentar e nos dar trabalho a todos, desenvolvendo a Indústria em pé de indispensável equilíbrio.

III — *As indústrias novas*

E então pergunta-se: como se pode desenvolver a Indústria? O desenvolvimento da Indústria pode fazer-se por duas vias: criando indústrias novas ou melhorando aquelas que existem.

Quanto à criação de actividades novas, publicou-se em 1944 um quadro de indústrias, chamadas indústrias-base, cujo estabelecimento no País se previa dentro do prazo de 8 anos. São precisamente passados os 8 anos, e embora alguma coisa se tenha feito, o programa não se cumpriu inteiramente. Estão em laboração, dentre as indústrias incluídas neste quadro, a metalurgia do cobre e a fabricação de sulfato de

amónio. Estão em construção as fábricas de cianamida cálcica, de celulose e de tubos de aço. Faltam os nitratos, a folha de Flandres e a siderurgia. A folha de Flandres está até numa situação indecisa: começou as suas instalações mas não se sabe ao certo se está viva ou se está morta.

A siderurgia não se instalou ainda, creio que por duas razões: a primeira, porque se levantam algumas dúvidas sobre a via tecnológica que devemos empregar; a segunda porque a verba é avultada, da ordem de várias centenas de milhares de contos, e é evidente que esta verba é de fazer hesitar qualquer pessoa. No entanto, vou citar alguns números que são capazes de fazer parar todas as hesitações. Desde o fim da última guerra até ao presente, os ferros laminados têm tido, nos países europeus produtores, um preço que convertido em moeda portuguesa é da ordem de 2$00 por quilo ou pouco mais. Nós, portugueses, temo-los comprado a esses países a preço que vem oscilando entre 3$00 e 4$00 por quilo, com ressalva de alguns meses do ano de 1950, em que, por falta de acordo dos fabricantes, se estabeleceu uma concorrência que fez descer o ferro de exportação abaixo de 2$00.

Quer dizer portanto que, como a nossa importação anual é superior às 1000.000 toneladas, nós, desde que acabou a guerra até agora (e parece que acabou ontem) já pagámos ao estrangeiro em sobre-preço — acentuo que é em *sobre-preço* — aquilo que nos daria para montar uma siderurgia completa. É claro que este dinheirão que temos gasto não nos rende nada; foi dinheiro que se perdeu ... e foi bem feito, que é para não perdermos muito tempo a fazer versos — ou prosa que às vezes é ainda pior.

Se alguém se lembrasse de ir arranjar essas centenas de milhares de contos pela aplicação de uma taxa temporária a certas mercadorias, de instalar uma siderurgia e de, quando ela começasse a funcionar, dizer que se devia dar o dinheiro como perdido ou desvalorizado em parte, porque a indústria não era capaz de o remunerar convenientemente — dir-se-ia a plenos pulmões que o acto fora erro sem perdão. No entanto, esse dinheiro teria sido mais útil, infinitamente mais útil do que aquele que temos mandado para o estrangeiro em sobre-preço das mercadorias e que continuaremos a mandar enquanto não tivermos determinado o contrário.

Fora deste quadro das indústrias-base, outras indústrias importantes se têm estabelecido nos últimos anos; cito, como exemplo, os pneumáticos, as máquinas eléctricas, as máquinas de costura, os condutores eléctricos, os equipamentos hidráulicos, a fiação de linho, a trefilaria, etc. Interessará porém analisar que outras actividades industriais se poderão sugerir para realização imediata, além das que ficaram para trás no plano das indústrias-base (folha de Flandres, nitratos e siderurgia).

Antes de mais nada ocorre falar da mina de Rio-Maior. Existe em Rio-Maior uma mina de lenhite cujas reservas, hoje conhecidas, já são

superiores a 20 milhões de toneladas. Essa lenhite é susceptível de gaseificação, quer dizer, esta mina pode ser a base de uma indústria química importante; o Sr. Prof. Herculano de Carvalho tem-se dedicado ao seu estudo. Parece, portanto, que não podemos deixar de dar todas as facilidades ao aproveitamento deste jazigo e suas instalações complementares; somos tão pobres em riquezas naturais que não podemos desperdiçar esta.

Ocorre-nos uma outra indústria: construção naval. Tem-se feito nos últimos anos um brilhantíssimo progresso na marinha mercante; o seu programa, que tem sido executado com uma rapidez fulgurante, que se deve à tenacidade do almirante Américo Tomás, tem, a meu ver, um defeito: foi rápido demais para que a indústria nacional pudesse participar de forma sensível. Os navios chegaram bruscamente da Inglaterra, da Bélgica, da Holanda, e os estaleiros nacionais pouco intervieram nesta obra de impressionante relevo. Parece, portanto, aconselhável a elaboração de um novo programa de execução lenta, de maneira que as oficinas portuguesas possam colaborar nele mais profundamente do que fizeram nesta primeira arremetida.

Há um domínio em que pouco temos feito e em que o consumo talvez permitisse fazer mais: o das ferramentas e das máquinas-ferramentas. Exceptuando as limas da grande fábrica de Vieira de Leiria, que têm reputação internacional, de resto pouco se faz, e do que se faz a maior parte é mau. Parece que uma sugestão útil seria a de procurarmos criar uma ou duas marcas nacionais de reputação e fazermos acabar toda essa quinquilharia que por aí se fabrica, e que é bastante má na generalidade.

Estão a espalhar-se pelo País as tarifas degressivas da electricidade, umas melhores que outras, mas, enfim, tarifas que permitem aumentar o consumo doméstico. Quer dizer que aquele exemplo que houve no Porto e nalgumas terras do País, exemplo de aplicação de material electrodoméstico em larga escala, começou por se estender a todo o País incluindo Lisboa. Parece portanto que seria oportuno começar a pensar numa indústria a sério de material electrodoméstico. Igualmente se poderia pensar no material circulante de caminhos-de-ferro e no de manutenção industrial.

Importa, por outro lado, activar o plano de pesquisas mineiras. Temos tão poucos recursos que vale a pena explorar o nosso subsolo para conseguirmos aproveitar tudo que nele haja de útil. Torna-se portanto necessário intensificar o trabalho do Fomento Mineiro.

A este propósito, não posso calar que, quando leio em alguns tratados de comércio, como sucedeu recentemente, que nos comprometemos a exportar por ano meio milhão de toneladas de pirite, fico seriamente apreensivo sobre se, dentro de alguns anos, não virá a pôr-se o problema de não termos sequer pirite para o nosso próprio consumo. As reservas das minas não são grandemente conhecidas, as

pesquisas que vêm sendo feitas na faixa devónica do Alentejo não têm dado grandes resultados; não tenho a certeza de que esta preocupação seja fundamentada, mas acho que é legítimo pôr a dúvida sobre se não devemos parar com esse esgotamento de produtos naturais cuja falta pode vir a afectar grandemente a nossa vida industrial e agrícola.

Para não alongar este assunto das indústrias novas, quero referir-me apenas a mais um caso que certamente acorre ao espírito de toda a gente, por se tratar de uma máquina de expansão universal: fabricação de automóveis e tractores. Infelizmente, neste domínio, a situação não está famosa. Houve já poucos anos um pedido interessante e bem documentado de montagem desta indústria, pedido que não reclamava a ajuda financeira do Estado. Mas levou-se tanto tempo a pensar que, entretanto, o interessado morreu: julgo que é uma oportunidade perdida.

IV — *A reorganização das indústrias*

Ao falar da reorganização das indústrias existentes, que é um dos pontos da nossa palestra, quero começar por me referir a um assunto muito discutido, que interessa os alunos das Escolas de Engenharia e que, sobretudo na Ordem dos Engenheiros, vem sendo ventilado de longa data: a colocação dos novos engenheiros. Tem sido defendido por alguns que a maneira de arranjar colocações abundantes para os novos diplomados está em determinar que nas indústrias acima de certa dimensão haja sempre um engenheiro. Não estou convencido de que esta seja a solução. Primeiro, porque não sei se alguém assinará um decreto a dizer isto; segundo, porque mesmo que assinasse, o pobre do engenheiro ver-se-ia negro com o patrão que o tinha lá forçadamente sem perceber para quê; terceiro, porque o engenheiro, entrando para grande número das indústrias actuais, não encontraria lá equipamento de que pudesse servir-se e com que pudesse bem desempenhar a sua missão.

Já uma vez, a propósito do trabalho de uma comissão nomeada para estudar a reorganização de certa indústria, foi-me feito o seguinte comentário pelos respectivos industrias, que pretendiam dar uma ideia bem nítida do *erro* que essa comissão estava praticando: — Imagine V. Exª que a Comissão até quer fazer um laboratório!

Com industriais desta categoria o pobre do engenheiro não poderia fazer grandes coisas.

Parece-me claro que antes de se forçar a admissão dos engenheiros é necessário dar às indústrias um nível técnico mínimo; essa admissão será então uma necessidade e não um favor da lei. A nossa indústria sofre de uma dispersão extraordinária; sofre de um grande arcaísmo das suas instalações; sofre de ter uma base muito empírica na sua tecnologia. Precisamos, portanto, de dar à indústria portuguesa a concen-

tração, a modernização e a base científica que lhe faltam, e precisamos, portanto, por sistema, de fazer uma reorganização industrial. Evidentemente que há casos de excepção; mas, na linha geral, temos que olhar como uma necessidade deste País a reforma da indústria.

Indústria não é a fabricação de curiosidades nascidas da habilidade expontânea do povo. Indústria é Ciência Aplicada. Precisamos de integrar a nossa Indústria nas bases científicas que não tem. E essa é uma missão espinhosa; o problema tem certo melindre — é mesmo mais melindroso que o da criação de indústrias novas, porque briga com situaçõe já criadas.

Eu já disse há bocadinho que era preciso concentrar a indústria, mas disse-o um pouco a medo, porque esta palavra concentração é uma espécie de cabeça de Medusa que apareceu neste País; toda a gente supõe, ou finge supor, que o falar em concentração implica fazer coisas gigantescas. A ideia de concentração significa apenas concentrar as instalações até ao limite mínimo onde se possa produzir em condições aceitáveis de qualidade e de preço. Por muito que seja difícil enveredar por este caminho é forçoso tomá-lo, porque por todo o Mundo as exigências da técnica aumentam, as condições de produtividade melhoram, e nós, que temos que viver na concorrência com os outros povos, temos que nos equipar como eles, porque se o não fizermos não conseguiremos nunca melhorar o nosso nível.

Seria longo analisar com pormenor o que se passa no nosso País a respeito da indústria a precisar reorganização. Cito um exemplo: Se formos aos arquivos do Estado (há alguns que não são secretos, de forma que podemos legitimamente consultá-los) verificamos que há determinadas instalações que figuram nos documentos oficiais como «fábricas de terras corantes». Uma «fábrica de terras corantes» é simplesmente um sistema constituído por um homem, um burro e um moinho de galgas; o homem vigia o burro, e o burro anda à volta a fazer girar o moinho dentro do qual se trituram umas pedras de óxido de ferro. Se forem perguntar a este pobre homem qual é a composição do produto que vende, qual é o seu grau de pureza, ele não fará a menor ideia do que estas coisas são.

Mas há muitas instalações deste género. Para dar só mais um exemplo, há, ou pelo menos havia, certas «fábricas de tintas» que eram constituídas por um homem com uma pipa e um pau. Dentro da pipa havia uma droga que só Deus sabia o que era, porque o homem não chegava a tanto. O homem, com o pau, mexia a droga e vendia-a como tinta. Se alguém perguntasse que características tinha aquele artigo, a pergunta ficaria sem resposta. Não é com indústrias destas que podemos continuar na Europa.

Não quero citar mais exemplos porque, segundo parece, estas organizações são constitucionalmente muito respeitáveis, e eu não quer de forma nenhuma faltar-lhes ao respeito.

V — *O condicionamento industrial*

Duas palavrinhas sobre o condicionamento industrial. Foi um sistema que entre nós se estabeleceu em 1931, a pedido de alguns industriais, quando começou a revelar-se a crise económica que se declarou por 1929 e só veio a acabar por 1934 ou 35, quando se começou a fazer a preparação da última guerra. Esse condicionamento consistia em procurar melhorar a utilização das instalações existentes, sujeitando a licenciamento todas as novas instalações ou ampliação de instalações já montadas.

Este princípio do condicionamento tem defensores calorosos, que são os industriais estabelecidos, e tem detractores impiedosos que são aqueles que querem estabelecer-se. Além disso são contra o condicionamento industrial certos espíritos de feição um pouco liberal, que acham violência esta limitação à iniciativa privada.

No fundo, não se percebe bem porque se há-de achar esta limitação muito pior que outras limitações que já existem. Quando começou, no meado do século passado, a grande luta para o desenvolvimento da indústria, imediatamente se reconheceu a necessidade de limitações que foram feitas pelos Estados ou pelas próprias organizações industriais, limitações que diziam respeito a contingentes de produção, a preços, a horários de trabalho, a condições de salubridade, a segurança do pessoal, a problemas de comércio externo — tudo isto restrições que a pouco e pouco se têm imposto às actividades industriais, que nasceram um pouco desordenadamente e, porventura, com ambições desmedidas. O condicionamento industrial é apenas mais um elo desta cadeia de limitações.

Sou defensor entusiástico do condicionamento industrial mas sou-o, não tanto pelo que ele significa como elemento de protecção aos industriais estabelecidos, que nem sempre o merecem, mas pelo que ele vale como factor importantíssimo de fomento industrial. Através dele se pode fazer, se a coisa for bem conduzida, uma revelação apreciável no nosso equipamento industrial.

Queixa-se muita gente que o condicionamento impede novos valores de aparecer na produção nacional. O argumento é puramente romântico. As pessoas que falam disto dão a entender que apareceu entre nós o Krupp que vinha aí montar uma grande indústria, e que a pessoa que tem na mão o poder de regular o condicionamento industrial impediu o Krupp de se estabelecer em Portugal. É claro que não é o Krupp que aparece. Quem aparece é o tal homem das terras corantes ou o homem da barrica de fazer tintas; e é perfeitamente legítimo que estes pedidos sejam indeferidos através do condicionamento visto que para os bons, para aqueles que são capazes de representar elementos de valor na actividade industrial, não deve haver, e em geral não há, dificuldades.

A protecção aos que estão instalados não deve ir tão longe que se impeça, a todos aqueles que detêm garantias de bem cumprir, o acesso a novos estabelecimentos. Muitas vezes sucede até que o condicionamento industrial conduz precisamente a situação contrária à que a crítica anterior ataca; a tendência geral é para facilitar o ingresso de toda a gente.

De facto, se em determinada modalidade industrial se apresenta um novo pretendente, as autoridades folheiam a Estatística do Comércio Externo e verificam quase sempre que há uma importação ainda apreciável do artigo em causa. E então conclui-se, ingenuamente, que, se há importação apreciável, o novo senhor que se pretende instalar é o homem oportuno que vai tapar esta entrada. E digo ingenuamente, porque o que acontece na quase totalidade dos casos é que as indústrias estabelecidas se dedicam a fazer o artigo baixo, aquele artigo que é pouco exigente de técnica, o artigo que toda a gente faz, ao passo que o importado é o artigo de qualidade superior, aquele artigo que só alguns sabem fazer, que só alguns têm equipamento para fazer; e quando se autoriza um requerente qualquer, que não dá garantias de idoneidade, a ingressar no número dos industriais, apenas se consegue que ele venha fazer concorrência aos que estão instalados e não concorrência aos fabricantes estrangeiros, que nos mandam os artigos que a estatística regista.

Tem-se feito, sobretudo nos últimos meses, uma larga discussão sobre textos legais de condicionamento industrial. Salvo o devido respeito, penso que não tem grande interesse discutir as palavras desse texto, porque é pura ilusão pensar que ele vai orientar alguém na resolução dos casos particulares que se apresentam. Estes são de tal maneira variados que é completamente impossível pensar que uma lei ou o seu regulamento possam trazer ideias úteis para a resolução dos assuntos pendentes.

A única coisa fundamental para que o condicionamento exerça a sua função mais útil, que não é a função de defender industriais mas a de promover o desenvolvimento económico do País, é aquilo que existir dentro da cabeça de quem tem que resolver. Se essa pessoa está à espera de ir encontrar no texto legal a inspiração do que há-de fazer, não resolverá grande coisa, porque os processos do condicionamento industrial andavam há anos, se bem me lembro, à roda de 2.500 por ano, e são de tal maneira variados que não há lei capaz de os catalogar. Por isso penso que só a cabeça de quem resolve, ou melhor, o que houver lá dentro, é susceptível de ser elemento útil na aplicação do condicionamento industrial.

Para concretizar este ponto de vista, se me permitem, vou contar uma pequenina história: Diz-se que em Espanha, um rapaz com a aspiração de ser toureiro, tinha resolvido estudar por um livro a arte de tourear. Parece que a certa altura do livro se dava este esclarecimento

ao estudante: Quando o boi sai do curro costuma estacar, e nessa altura o toureiro observa: se ele mexe a orelha esquerda o toureiro deve fugir para a direita, se ele mexe a orelha direita o toureiro deve fugir para a esquerda.

O nosso homem estudou e sabia o livro de cor; resolveu então estrear-se na lide. Sucedeu, porém, que o boi, ao sair do curro, mexeu as duas orelhas ... e sucedeu também que ao fim de alguns segundos o nosso herói estava na enfermaria.

Um amigo foi visitá-lo e perguntou-lhe:

- Pepe, que te pasa?

- Hombre, no estava previsto ...

No condicionamento industrial, se alguém se dispõe a exercê-lo apenas confiado nas sugestões da lei ... é homem na enfermaria.

VI — *A electrificação*

A hora vai adiantada e quero só dizer duas palavrinhas sobre o último capítulo da palestra, que se refere à electrificação.

Não vale a pena falar muito sobre ela, porque toda a gente sabe quanto se tem feito nestes últimos anos. É indiscutível que houve um progresso considerável, que houve um programa intenso de realizações, mas também é verdade que não atingimos ainda o nível de que precisamos. Sobretudo, nota-se, naquilo que se tem feito, que nos temos orientado principalmente no sentido da construção das grandes centrais, das grandes linhas e das grandes subestações — mas não é só com isto que se faz electrificação; é necessário haver ainda redes de alta e de baixa tensão.

Dá-se por outro lado a circunstância de que só aquelas primeiras instalações são vistosas; as outras, as redes de alta e baixa tensão, são uma coisa em que ninguém repara, mas são elementos absolutamente imprescindíveis no programa de electrificação; e por isso, rendendo as minhas homenagens àquilo que se tem feito no domínio da electricidade, exprimo o voto de que essas redes não continuem esquecidas, visto que elas são um elemento importante na difusão da electricidade. Lembremo-nos de que, se chamarmos população servida à população das freguesias em que existe uma rede pública, só 60% da população portuguesa é hoje servida; e penso que nas outras, nas freguesias que não estão electrificadas, caberia, com todo o direito, uma tabuleta a dizer — Aqui também é Portugal.

Este é, portanto, o reparo que pode merecer a observação atenta e honesta do que se tem feito neste domínio.

Precisamos, evidentemente, de continuar a desenvolver as grandes instalações hidroeléctricas, porque a situação natural dum país não é a de que estejam os consumidores à espera de que se montem centrais; a situação natural é a de que haja centrais com folga para servir os con-

sumidores que se apresentem — e nós não chegámos ainda a essa fase.

Precisamos, portanto, de continuar no mesmo caminho de construir muitas centrais, muitas linhas, muitas subestações, mas não devemos esquecer que há 40% de portugueses, vivendo na metrópole, que ainda não têm uma rede de distribuição na sua terra.

Muita gente, quando fala do programa de electrificação que tem sido cumprido, deixa a impressão de supor que é chegada a oportunidade de limpar o suor da testa e descansar por 20 anos. Não é verdade; aquilo que se tem feito é pouco e a velocidade com que tem sido feito também não é inteiramente satisfatória.

Há-se haver uns 15 anos, a nossa produção específica por habitante andava na casa dos 60 kWh por ano; nessa época a Espanha tinha 120 e os países do centro da Europa andavam pelos 400, com excepção da Suíça que atingia quase os 1.000. Nessa altura, a nossa aspiração era chegar aos 120 — a paridade com a Espanha!

Passaram-se 15 anos ... No ano que findou, em 1951, atingimos finalmente os invejados 120 kWh por habitante. Mas, pobres de nós! Presentemente a Espanha já fugiu para cima dos 200, os do centro da Europa estão quase todos a atingir os 1.000, a Suíça já vai pelos 2.000!

Isto dá ideia de que não temos andado com aquela velocidade vertiginosa que alguns pensam que levamos; estes números mostram que, afinal, continuamos a andar muito por baixo, sem termos melhorado a nossa posição relativa.

Tenho dito.

«Reorganização industrial e condicionamento»,
IV Congresso da União Nacional. Resumos das Comunicações apresentadas à 2ª Secção — Vida Económica, União Nacional, Lisboa, Maio-Junho 1956, pp. 277-278.

É afirmação de todos os dias e verificação de todas as horas que o nível médio da indústria portuguesa não é satisfatório.

O problema não reside só na quantidade; não é, portanto, resolúvel pela única via de criar novas unidades fabris, destinadas a dar-nos alguns dos produtos que importamos ou consumimos escassamente. Há que rever, em paralelo, o que já se produz; nesse sentido, aquelas novas unidades, pela sua importância e nível técnico, podem contribuir, e estão contribuindo de facto, como exemplo salutar, mas não intervêm directamente no fundo da questão. Constituem uma melhora industrial mas não uma renovação industrial.

Sem esquecer o muito que se tem avançado — com a lentidão dos fenómenos naturais não estimulados -, o quadro industrial português apresenta-se atrasado, deslocado no tempo, com meios de concorrência sensivelmente enfraquecidos. A pesquisa científica ainda não substituiu certo empirismo de processos; a direcção técnica nem sempre é compreendida e nem sempre tem peso para vencer hábitos de rotina; os casos de planificação de trabalho com vista a melhor produtividade são excepções ainda raras; a renovação do equipamento é necessidade desconhecida ou aspiração que nem sempre se pode realizar: o crédito industrial é limitado em valor e em prazo; a dispersão e pequenez das unidades industriais, causa frequente de incapacidade insanável, repetição fiel do exagerado parcelamento da propriedade rural na metade norte do País, continua acarinhada por certa tendência espiritual, que haveria interesse em moderar, pondo-a mais de acordo com as exigências da realidade; as qualidades e os preços dos artigos (sem falar no nível dos salários) são, em consequência, motivo de preocupação e até de descrença.

Entende-se por reorganização industrial a tentativa lenta mas persistente dos poderes públicos para ajudar a iniciativa privada a vencer este ponto morto, donde, como certas máquinas, não pode sair sozi-

nha. Será mais um caminho para conseguir o aumento de produção, que a Economia aponta como essencial ao desafogo de vida, ao combate do desemprego e à paz social. E é ainda um acto meritório de solidariedade humana.

O condicionamento industrial, habilmente usado, mostra-se factor valioso de equilíbrio económico, embora doutrinariamente discutível, como restrição que é; e pode ser, em alguns casos, auxiliar muito útil numa política de reorganização, ajudando a orientar a evolução de certas indústrias em caminho que previamente tenha sido traçado. Mas não é, por si, suficiente para se fazer o necessário.

Discurso no acto de tomada de posse como Ministro da Economia, em 14 de Agosto de 1958.

Impõe a deferência para com os membros do Governo cessante que nos dão a honra da sua presença e para com os amigos que quiseram incomodar-se a vir aqui, que não se passe em inteiro silêncio esta cerimónia. Por isso se dirão algumas curtas frases de cumprimento, porque parece ainda cedo para pronunciar palavras com algum conteúdo.

Aqui, neste departamento do Estado, põe algumas das suas esperanças uma Nação que quer trabalhar; aqui se cansam as pessoas a quem cabe guarnecer estas salas; mas também aqui, não raro, caem algumas pedras mal apontadas e se faz o auto de fé de alguns prestantes servidores da coisa pública. Curvemo-nos à realidade e aceitemo-la com uma ponta de estoicismo; às vezes acontece que a fortuna ajuda os audazes.

A reforma desta secretaria de Estado, que acaba de ser decretada, facilita consideravelmente a missão dos seus dirigentes. Não somos melhores que os nossos antecessores mas somos mais e temos mais independência funcional; isso nos leva a pensar que se a tarefa que nos foi distribuída nos parece pesada, bem mais peso teria até agora.

Com o reconhecê-lo queremos prestar homenagem ao sacrifício daqueles que viemos render: o Dr. Ulisses Cortês e os engenheiros Victória Pires e Magalhães Ramalho; e queremos ainda agradecer ao primeiro a gentileza das palavras que nos dirigiu e afirmar-lhe que a sua acção de ministro, que soube vencer com elegância muitas dificuldades sérias, não foi apenas submetida ao julgamento da crítica objectiva, que seria e continuará a ser instrumento indispensável no equilíbrio das ideias, mas foi alvo de alguma injustiça que bem poderia ter sido mondada como erva ruim. Aceite V. Exa. estas palavras como expressão de uma verdade que me é grato dizer em voz alta.

Da tarefa que está à nossa frente, nem eu sei fazer o resumo, de tão extensa que se oferece. Temos como última missão a melhoria do nível económico do País — subida áspera e difícil como uma escalada que se faz a pulso.

Partimos, para isso, de algumas posições favoráveis. Temos estabilidade política e finanças sólidas, temos connosco o sentimento nacional, temos um pensamento director, que não é nosso mas de todo o Governo, temos os atritos de arranque já vencidos pela obra pioneira dos anos precedentes, temos um instrumento precioso que é o segundo Plano de Fomento. E temos fé.

Este instrumento, prasa a Deus que tenhamos destreza para o manejar; ele é, só por si, pelo princípios que defendo, uma grande contribuição para a obra pela qual se espera.

A par destas condições favoráveis outras há que o são menos; suprir o desfavor é a grande barreira.

Para alcançarmos o fim temos, fundamentalmente, que rever três estruturas económicas: a indústria, a agricultura e o comércio externo. Nessa revisão nem sempre ouviremos louvores, porque nem sempre estaremos certos de ter evitado o erro; e nos casos em que o conseguirmos, bem poderá suceder que as soluções possíveis não sejam sempre agradáveis ou se trate mesmo de sistema sem solução exacta. São estas limitações que o País não deve esquecer; seria injusto o professor de geometria que reprovasse um aluno por não saber fazer a quadratura do círculo.

Desejaríamos que as soluções menos perfeitas não fossem comentadas com acrimónia em ambiente de família mas tratadas serenamente onde os responsáveis pudessem ouvir as queixas, de forma que à Nação fosse dados os esclarecimentos a que tem direito e que o caminho justo fosse mais facilmente encontrado.

Declaramo-nos abertos a todas as sugestões; temos opiniões mas não preconceitos. A obra tem que ser colectiva e não pode estruturar-se apenas sobre crítica e desinteresse; espera-se também a colaboração construtiva.

Supomos não pedir demais.

Conferência de Imprensa no SNI, em 15 de Janeiro de 1959.

1 — No despacho que os jornais de 4 de Outubro publicaram, o Sr. Secretário de Estado do Comércio referiu alguns aspectos salientes da estrutura e necessidades do comércio português. Não é dourado o horizonte nem livre de obstáculos o caminho; os que leram com alguma atenção devem ter entendido que não chegou a hora de descansar mas a de empreender novo trabalho com aumentada canseira.

Ressalta do quadro, como nota dominante, que se oferecem ao nosso cuidado dois fenómenos em conjunção, a qual não sei se nos é propícia ou adversa, tão complexa se afigura: à obra, já vasta mas ainda frágil, da nossa melhoria económica vem sobrepor-se a ideia aliciante, mas ainda não isenta de obscuridades e neste momento caída em ponto morto, da unificação económica da Europa Ocidental. Os astrónomos dominam bem melhor as leis da conjunção dos astros do que os economistas hão-de dominar a trajectória desta dobrada incidência; não porque sejam uns mais hábeis do que os outros, mas porque operam os primeiros sobre a rigidez do mundo físico e os segundos sobre a fluidez do mundo social.

No fundo, o que deve guiar o nosso esforço não é o desvendar se esta conjunção é boa ou má, porque não está em nossas mãos desfazer a coincidência; o importante, se queremos passá-la com o mínimo abalo, é que preparemos o espírito para aceitar alguma contrariedade em nossos hábitos e preferências — ou até algumas limitações no desembaraço, um pouco descomandado, com que alguns se dedicam a comprar e a vender quanto se lhes depara, sem o apoio de uma organização forte, na suposição de que a isso se limita a função do comércio e com isso se contenta o interesse nacional.

Pode ter-se como certo que nos próximos anos algumas peias ao movimento comercial interno — licenças, guias, rateios — nascidas em períodos de dificuldade, e mantidas porque o hábito se fez lei, venham a desaparecer ou atenuar-se; pelo contrário, pensa-se que a grande batalha do comércio externo, em que não somos positivamente triunfadores, mas que será a base da nossa sobrevivência num eventual regime de livre câmbio, imporá uma disciplina a que nem todos estarão

habituados. Para confirmar que deve ser assim, basta que cada um olhe à sua volta e observe a categoria das entidades estrangeiras que colocam com regularidade os seus produtos no mercado português: quase nunca um débil desconhecido, mas quase sempre uma organização cujo nome e robustez pouco baloiçam com os azares do vento.

A esta modificação dos graus de liberdade — mais dum lado e menos do outro — há que juntar a previsão de alguma normalização de preços — porque muitos são hoje anormais.

Estas são, por agora, as conclusões possíveis em matéria de comércio.

2 — No acto de posse do Conselho Superior de Agricultura, em 30 de Outubro, o Sr. Secretário de Estado da Agricultura fez a resenha dos progressos e das necessidades do agro português juntamente com o resumo da acção a empreender em seu benefício à sombra do II Plano de Fomento.

Os estudos que precederam este II Plano lançam intensa luz sobre o sector primário da nossa economia; como súmula se regista que ele desceu da posição de comando, que já teve, para a de 26% na distribuição presente do produto nacional, em face dos 41% para onde subiu o sector secundário, não porque aquele tenha descido em absoluto, mas porque este se avantajou na subida. Nada que signifique menos mérito ou excepção à regra geral; o ponto delicado reside apenas em que a população activa adstrita a ocupações primárias atinge a elevada cota de 49%, com toda a sequência de fraquezas que está implícita neste número: deficiência de estrutura, baixo salário, má qualidade da mão-de-obra, insuficiência da produção.

Matéria particularmente complexa pela diversidade dos assuntos, pelo volume dos interesses, pelo peso das tradições, pela inconstância das características mesológicas, a propósito dela se chocam as opiniões mais divergentes — a um tempo numerosas e decididas. Na impossibilidade de geral acordo, alguns interlocutores haverá que contrariar, ainda que se leve ao extremo o espírito de conciliação; o que não pode é renunciar-se à obra, que é de primeira grandeza no quadro da nossa produção.

De concreto só se afirma a desconfiança com que se ouvem as opiniões de não fazer.

3 — Depois de vindas a público algumas regras de conduta em matérias de comércio e de agricultura, parece ser oportuno falar da indústria. Supõe-se até que a Nação o espera.

Diz-se que Frei Luís de Léon, afastado durante alguns anos da cátedra de Salamanca por certa rebeldia de ideias, recomeçou as lições por estas palavras de bom humor: «Como ibamos diciendo ...»

Não sei se o arisco do frade leccionava em espanhol ou em latim, porque em ambas as línguas se costumam repetir estas palavras de

abertura; na dúvida, prefiro o espanhol, que é menos erudito mas é mais saboroso.

Ocorrem-me as palavras do mestre salamanquino ao retomar contacto com os industriais portugueses, começado no tempo em que fui Subsecretário de Estado; em rigor, não sei mesmo se posso dizer que tal contacto é retomado, porque ele não chegou a ser verdadeiramente interrompido, pois alguns tiveram a gentileza de me manter no conhecimento dos seus progressos e programas neste intervalo de catorze anos.

4 — «Com ibamos diciendo», a indústria portuguesa necessita de larga revisão, a exercer simultaneamente nos dois domínios clássicos; a criação de indústrias novas e a reorganização das indústrias existentes. O primeiro nunca foi completamente abandonado desde a publicação da lei nº 2005, porque embora não se tenham criado novas indústrias sob a égide oficial, além das que se mencionaram na proposta de lei da reorganização industrial, pôs-se em marcha a Siderurgia e algumas facilidades se concederam às novas empresas. O segundo, porém, não teve até hoje qualquer efectivação; os poucos estudos que chegaram a fazer-se não se traduziram em realizações, porque o ambiente nunca pareceu propício a esta política, tida por alguns, sem razão, como excessivamente intervencionista; e digo sem razão, porque em certas circunstâncias são de agradecer as terapêuticas dolorosas.

Muda-se agora de orientação; vai dar-se vida à lei nº 2005 bem como a outras possíveis formas de reorganização, através do condicionamento industrial, para fortalecer a estrutura das empresas, e vai iniciar-se, através do Laboratório Nacional de Investigação Industrial, uma tentativa de aproximar a nossa indústria da base científica e da organização racional de que anda geralmente afastada.

5 — De indústrias novas não há muito que dizer, porque é matéria sem história e sem programa. Sem história, porque o que é realmente novo não tem passado; sem programa, porque não se pode programar o aleatório, excepto na base de uma probabilidade estatística.

Repare-se em que o Estatuto do Trabalho Nacional tem como princípio que o Estado reconhece na iniciativa privada o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da Nação; e se a própria Constituição Política não exclui a iniciativa do Estado na ordem económica, apenas a aceita como caso de excepção. Este quadro político limita a liberdade de programação, porque a iniciativa privada não se traduz em realização acorrentadas a uma lei sabiamente estabelecida, mas antes em ideias dispersas, sem ligação real ou aparente, por vezes contraditórias, como fenómeno errático em relação a todas as possíveis variáveis.

Não quer isto dizer que se desista de procurar alguma cadência no que é descompassado ou alguma animação no que está amortecido; o

Estado tem filtros de alguma magia, que o peito acendem e a cor ao gesto mudam, tal como a tuba canora de que falava o épico. Praza a Deus que possam ser usados na medida e com a rapidez que as circunstâncias impõem; a água morna cura poucas doenças.

6 — Não haver programa de indústrias novas não significa ausência de directrizes; algumas se podem apontar:

1º. — O requerente duma indústria de verdadeiro interesse e o representante do Estado não serão duas partes contrárias e desconhecidas, mas duas pessoas a conjugar esforços para o mesmo fim; há apenas que interpretar as palavras «verdadeiro interesse» com algum realismo.

2º. — As facilidade previstas na lei não servirão apenas para mostrar que somos um País que fala em progredir, mas também, e principalmente, para aplicar em todos os casos que o justifiquem, a fim de que se progrida de facto.

3º. — Aproveitaremos todas as oportunidades que se ofereçam em qualquer modalidade industrial, sem nos preocuparmos com preferências baseadas na proporção entre investimento e mão-de-obra; não estamos em posição de abandonar solução úteis e possíveis, mesmo que saibamos não serem teoricamente as mais desejáveis.

4º. — Se alguma prioridade se pode enunciar, ela será em favor de novas modalidades da indústria metalo-mecânica, que a merece por três motivos:

a) É indústria pouco desenvolvida para o nível das nossas necessidades;
b) É indústria que incorpora no produto grande volume de mão-de-obra qualificada;
c) Com a política de industrialização dos países subdesenvolvidos que todos buscam e que a corrida de influências da Rússia e dos Estados Unidos acelera, a exportação de bens de equipamento parece vir a oferecer particular interesse.

5º. — Como súmula qualitativa do programa, se procurará, por todas as formas, estimular investimentos rentáveis, porque só investindo muito e investindo bem se aumenta o produto nacional, que é hoje o índice mais afamado da prosperidade dum país.

6º. — Como medida quantitativa do mesmo programa, todo o esforço nos parecerá pequeno; só o receio de atingir a fronteira de um processo inflacionista (que nos parece bem afas-

tada) moderará as nossas pretensões que, aparte isso os condicionalismo naturais, não conhecem limite. Outras restrições poderão parecer medo ou escassez de princípios.

Ter-se falado de indústria metalomecânica obriga a dizer que ela é das mais exigentes nos rigores da técnica; tirando alguns casos, que não são muito numerosos, as máquinas que se constróem em Portugal ou são copiadas ou feitas a olho; umas e outras valem muito pouco. Suponho haver entre nós vastas ilusões a este respeito.

7 — A reorganização das indústrias que já existem no País, se tem, como último objectivo, aquilo mesmo que se acaba de apontar para a montagem das indústrias novas, resolve, acessoriamente, outros aspectos pouco satisfatórios da nossa actividade fabril. A desconfiança do comprador português perante o artigo nacional é impressionante pela extensão e pelo que representa de injustiça em grande número de casos; mas seria bem inglório pretender mostrar que não tem fundamento. Não é preciso, para o confirmar, sondar a opinião da grande massa dos consumidores; é mais oportuno invocar o testemunho de alguns industrias que utilizam matérias-primas, ferramentas ou produtos semi-acabados portugueses, que outros industriais lhes fornecem.

Não se pode modificar esta pendente apenas com palavras que incitem o comprador, por patriotismo, a preferir o produto nacional, porque tais palavras, para serem de propaganda precisam de ser boas, mas se forem boas não serão sempre verdadeiras; e se não forem verdadeiras não conduzem longe. A acção tem que ser mais directa, porque a dúvida sobre a qualidade não a podemos consentir; há que pôr isso a limpo, porque tem mais desculpa que os artigos portugueses não sejam baratos do que não sejam bons.

Em matéria de preços, e com ressalva dos casos em que tem reais motivos de queixa — e alguns há — a economia industrial portuguesa vive num aparente paradoxo: tem mão-de-obra barata e produz caro. A barateza dessa mão-de-obra, no que representa de insuficiência de remuneração, tem que ser combatida, na procura da melhor e mais humana distribuição do rendimento; mas é preciso combater também a doutrina, que alguns tomam como axioma, tão evidente lhes parece, de que o aumento do salário arrasta compensação equivalente no preço de venda dos artigos. É preciso começar a espalhar que é na melhora dos processos técnicos e no estudo da organização científica do trabalho — coisas entre nós pouco comuns — que temos de ir buscar folga, em grande número de casos, para o aumento das remunerações. O industrial que o não compreender, bem fará em reconhecer que não tem vocação — e trespassar a fábrica; e todos os que acharem que a reorganização é impolítica por impopular, dirão de que maneira desapertam este nó.

Mas o trabalhador não tem menos que meditar. Não se pode pagar trabalho que não se faz; ao falar dos salários americanos — e citam-se estes por serem os mais altos — é necessário que cada um pense se produz tanto como um americano e, sobretudo, se produz com a mesma convicção, plena de civismo, de trabalhar para a colectividade e não para um patrão tido como inimigo.

Pretender o industrial transferir o encargo do aumento de salários para o preço dos artigos ou pretender o trabalhador aquele aumento sem melhorar a produtividade pela diligência ou pela preparação, são dois becos igualmente sem saída na conjuntura actual. É inteiramente inútil insistir nessa direcção; acabamos por manter tudo no mesmo valor relativo interno e pioramos a posição em face dos mercados externos. Não me respondam que o outro caminho é difícil. Bem o sei; mas ai de nós se não o seguimos.

Esta conclusão parece clara; só queremos acrescentar que isto não foi escrito para os outros, mas escrito para quem lê.

8 — A ideia da reorganização industrial nasceu da necessidade de forçar este círculo infernal do aumento simultâneo de todos os preços, influenciando-se reciprocamente. Mas a reorganização, se é uma diligência de interesse nacional de que não se vê alternativa, não implica, obrigatoriamente, contra o que às vezes se diz; o prejuízo do interesse individual; seria mesmo incompreensível, posto que o primeiro é o somatório dos segundos.

Não se descobre, em nenhum domínio, sistema de acção que só tenha virtudes; e abertamente se confessa que este não é isento de inconvenientes naquilo em que pode ferir interesses ou sentimentos — origem de natural reacção, de que se conhecem alguns tipos. Há a reacção doutrinária de exagerar defeitos sem reconhecer vantagens e, principalmente, sem apresentar fórmula concreta para sair da escassa mediania em que esbracejamos; há a reacção dos que se supõem atingidos e buscam variantes em que supõem não o ser; há a reacção dos que se encontram em posição confortável e que, pelo seguro, achariam bem que melhorasse a economia geral com a condição de não se tocar na estrutura existente; e há, por último, os que são efectivamente afectados e que constituem a classe dos legitimamente queixosos, em benefício da qual se fará quanto se puder. Conta-se que a opinião pública, consciente de que se procura sanear uma organização viciosa, com o objectivo de aproximar Portugal do centro da Europa, não se faça eco de críticas mal fundadas. Quanto às outras, agradece-se a sua divulgação, para que se estudem mais cuidadosamente.

Não se espera obter maravilhas, que só são prometidas pelos que não tencionam prestar contas das suas palavras; contentamo-nos com os benefícios possíveis, sem nunca esquecer o aspecto humano, que é, embora nem sempre seja recordada, o motor de toda esta política. Não

há, no que se pretende fazer, nem a idolatria da mecânica nem a admiração do colossal; pensa-se colocar o homem e a máquina nas suas posições naturais, porque nem a máquina é um deus nem o homem um animal de carga.

Evidentemente, o fundo desta questão é complexo; o problema da máquina preocupa os espíritos ansiosos de perscrutar se ela virá a ser escrava ou senhora do homem que a concebeu; e se este, ao pô-la em marcha, se espiritualizou, transferindo para a matéria, mercê do seu engenho, as tarefas rudes precisas para ganhar o pão ou se, ao contrário, qual aprendiz de feiticeiro, desencadeou um feitiço que não saberá dominar e que acabará por subvertê-lo nos domínios económico ou espiritual.

Penso disto que o tema é transcendente de mais para interessar a uma reforma industrial, à qual compete averiguar como se produz barato, porque é seu objecto o criar-nos meios para que vivamos bem, nas condições reais do tempo presente, e não cuidar dos anseios metafísicos da humanidade. Infelizmente, alguns deslocam a discussão do campo rasteiro da tecnologia para o das subtilezas filosóficas, pensando que deste modo dominam o tema de mais alto; é possível que com isso se alarguem os horizontes do espírito, aliás respeitáveis quando vistos no lugar próprio, mas não se modifica em nada o alto preço a que se pagam muitos produtos.

9 — Anda no ar há muitos anos a atoarda de que a lei nº 2005 se destina a promover horrorosas concentrações industriais; e o tema é apontado como grande argumento sentimental, quando não como desvio da ortodoxia política. Há nisto largo exagero; a lei prevê a concentração no caso, aliás frequente, de indústrias extremamente dispersas, com unidades abaixo de toda a dimensão mínima aceitável, mas aponta esse caminho entre vários outros a escolher consoante os casos: substituição de material antiquado, ampliação de instalações para realizar ciclos fabris mais vantajosos, substituição de instalações insalubres, subordinação a regras de normalização ou especialização, Tc...

É intuitivo para quem tenha acompanhado quanto se escreveu, de fonte oficial, sobre os intuitos da lei, que a hipótese da concentração não é de aplicar às mil pequenas oficinas que são universalmente dispersas; se há que concentrar alguma coisa é aquilo que os países mais progressivos já concentraram e nós mantemos, romanticamente, em formas que foram actuais há dois ou três séculos. Podem dormir tranquilos os que recearam, com ironia, ao discutir-se a lei, que à sombra dela pudessem vir a concentrar-se as cozinhas, as máquinas de costura e as barrelas.

Quando se lê que 85% das fábricas dos Estados Unidos ocupam menos de 50 trabalhadores ou que 90% das explorações industriais da Alemanha são consideradas pequenas, não deve concluir-se — como,

parece, às vezes se conclui — que nesses países se fazem tintas ou papel ou curtumes em instalações como muitas das nossas; deve antes pensar-se que estas estatísticas não têm valor como argumento contra a remodelação da indústria, porque em toda a parte o número das pequenas actividades é esmagador em frente do das fábricas de média ou grande importância.

Só nos interessa aperfeiçoar as fabricações de artigos que entram na concorrência do comércio internacional, para defesa da nossa existência e do nosso nome de povo evoluído, porque o resto pode continuar a ser bom ou mau, fabril ou caseiro, como cada um gostar mais; e dentro dessa regra, por profunda que seja a nossa remodelação industrial, nunca a estatística deixará de dizer que há em Portugal 90% ou mais de pequenas actividades. O que não quer deixar de dizer-se é que nos sectores em que esse aperfeiçoamento haja de fazer-se, seguiremos intransigentemente o caminho de não consentir distorções de doutrina que levem a confundir política económica com simples actos de beneficência; e queremos ainda acrescentar, embora saibamos estar muito espalhada a opinião contrária, que só as unidades industriais solidamente estruturadas podem ser a base de uma produção satisfatória. O empirismo está desacreditado.

10 — O tratado firmado em Roma no ano passado, que instituiu a Europa dos seis (Comunidade Económica Europeia), levou à natural consequência de aproximar os restantes 11 países da O.E.C.E. na tentativa de formarem uma zona de comércio livre, com o propósito de evitar os inconvenientes que se apresentariam a cada um se tivesse que defrontar isoladamente aquela poderosas união económica.

Entrou Portugal nesta aproximação — porque seria erro não entrar — e há longo tempo vem discutindo as condições da sua adesão à Zona livre; na sequência de anteriores negociações, esteve em Portugal, em Outubro findo, um grupo de quatro peritos económicos da O.E.C.E., em missão de estudo e consulta.

Não nos foi desfavorável — pelo contrário — a opinião que exprimiram do que viram e conheceram nos dias que durou a visita; mas não esconderam a dúvida de que estejamos a proteger excessivamente as nossas actividades industriais, e aconselharam, aliás em estilo pitoresco, que bem caracteriza a cordialidade das conversas, que se atirassem os industriais ao mar para que se salvassem os que soubessem nadar. Queriam dizer com isto que é na luta áspera da concorrência internacional que se seleccionam e distinguem os verdadeiros valores.

Foi-lhes respondido que o Governo não teria dúvida em seguir o conselho se tivesse a certeza de que muitos se salvariam; mas como está convencido do contrário, pretende ter o tempo bastante para que a maior parte aprenda a nadar. Ao fim da conversa, parecia não restarem dúvidas de que esta será a atitude prudente.

As negociações de acordo entre a Zona livre e o mercados dos seus foram interrompidas há pouco em Paris sem resultado positivo. Não sabemos em que arranjo final se ficará, mas parece claro que a velha política de circundar cada país de elevadas muralhas aduaneiras não tem grande probabilidade de sobreviver. A reorganização industrial, que teve o objectivo de melhorar a vida económica dentro do condicionalismo reinante há 15 anos, tornou-se com a nova doutrina livre-cambista, uma trincheira onde se luta pela vida.

O elevado número de opiniões que se levantaram no II Congresso da Indústria em favor da reorganização tem-se como afirmação de concordância do sector industrial com os pontos de vista que ficam expostos. Conta-se, principalmente, com a colaboração activa dos bons e verdadeiros industriais, porque os há; e olha-se como bom sinal o movimento de aspirações que hoje se revela no sector industrial, bem superior ao que se observava no limiar da última guerra.

11 — Não é possível a um Governo, por simples disposições legislativas, alterar a fisionomia económica dum País, se a massa da Nação não vibrar sincronamente; podem criar-se as condições favoráveis mas não se expande o processo de evolução.

Nós, Portugueses, ainda não temos das nossas próprias qualidades de trabalho opinião suficientemente favorável para que nos orgulhemos delas e vibremos espontaneamente para lhes prestar homenagem; desconfiamos permanentemente do mérito uns dos outros.

É inegável que temos laços estreitos de unidade. Une-nos a evocação da epopeia dos descobrimentos ou das guerras da independência; une-nos o entusiasmo ou a tristeza num campeonato de hóquei, consoante se ganha ou se perde, quer os jogadores sejam de Lisboa ou de Lourenço Marques; une-nos o sentimento de ira contra o natural de outro país que se permita criticar-nos com azedume. Mas não entrou ainda no nosso sentido rácico o orgulho de preferir o fruto do trabalho português, como única via de nos elevarmos mutuamente; praticamos com total indiferença os maiores desacatos à nossa economia colectiva. O arquitecto ou o engenheiro civil que projectam o isolamento do seu edifício com uma fibra exótica, desinteressando-se da porteguesíssima cortiça; o importador que transporta a sua mercadoria indiferente à bandeira do barco ao qual a entrega; a senhora que prefere sabonetes ou chocolates estrangeiros (às vezes só no nome) como nota da sua distinção — todos estes exemplos entre mil reflectem a falta de coesão do conjunto económico português.

Aumentar esta coesão, isto é, trazer a Nação a colaborar, faz-se pela atenuação das forças repulsivas, quando as há, e que se chamam pioria ou carestia; melhorar a qualidade e o preço dos produtos portugueses, com persistência e humana compreensão, torna-se, assim, um alvo que não se pode falhar. Mas a vida penosa que este programa implica, só

vale a pena ser vivida se tiver intensidade para enraizar e continuidade para dar fruto. A hesitação será o princípio do fim; seguem-se-lhe a dúvida, a descrença e o descrédito.

A reforma industrial não é, pois, como parece suporem alguns críticos de olho suspicaz, uma verruma da técnica a furar o edifício da política; é, ao contrário, uma nova faceta dessa mesma política unitária e realista que seguimos há 30 anos — faceta que tem agora a oportunidade de se mostrar; a doutrina política, como toda a doutrina, tem que adaptar ao tempo o arsenal da sua ferramenta. Só lhe case não esquecer que toda a ferramenta de corte — como esta é — precisa de ser bem afiada.

12 — A obra de electrificação tem seguido, depois da publicação da Lei nº 2002, em ritmo satisfatório no que se refere à produção e ao transporte, porque tem sido possível satisfazer sem restrição as solicitações do consumo. E desde a data do arranque, em 1946, o consumo multiplicou-se por quatro; fez-se uma obra meritória.

Nada há que alterar no que se refere àqueles dois sectores senão continuar com o mesmo entusiasmo a execução do que for previsto no II Plano de Fomento. Mas em outros aspectos há que tentar algo de novo; a distribuição nas zonas rurais está muito atrasada em frente das outras parcelas deste conjunto e o capítulo da organização desta indústria não tem acompanhado a cadência das obras.

A Lei nº 2002 nunca foi regulamentada e daí o nunca se ter dado execução a muito do que nela se determina, principalmente quanto a matéria de concessões, cadernos de encargos e política tarifária. Esta falta tem dado lugar a grande dispersão de soluções e a não pouco atritos e demoras, numa matéria que deve correr — e corre em muito países — sem dificuldades nem discussões. Tudo está em a regulamentar convenientemente — o que se procurará fazer.

Não se suponha que o falar de política tarifária significa necessariamente alteração geral de preços. Nada se promete para menos, porque, em política de verdade, não se promete o que não se tem a certeza de poder dar, pois a energia custará aquilo que deve custar; o que simultaneamente se afirma é que se fará o possível para que não custe mais, salvo nos casos em que se imponha actualizar o que é anacrónico ou haja que rever situações criadas pela dispersão que atrás se refere. Se há algum sector do consumo que mereça contemplação é o da força motriz em alta tensão, até hoje pouco beneficiado nas últimas revisões, e que interessa em certa medida à produção industrial e agrícola.

Depois que se publicou a lei da electrificação, repetiu-se sem continência o alvoraçado estribilho da electricidade barata, sem que se definisse exactamente o alcance da frase; com isso se geraram alguns descontentamentos, porque o público não viu, nem podia ver, o embaratecimento que as promessas o autorizavam a sonhar. Péssimo serviço se fez.

A mudança de produção térmica para hidráulica, em que nos empenhámos a partir de 1946, não traz obrigatoriamente redução nos custos de produção, ao contrário do que disseram os que falaram de cor; na Inglaterra, em que quase tudo é térmico, a produção não é mais cara do que na Suíça, onde tudo é hidráulico. Vários factores contribuem para isso.

Entre nós, onde o carvão é caro, houve efectivamente uma diferença para menos; mas parece ter-se esquecido que a energia eléctrica custa menos a produzir do que a transportar e distribuir, donde resulta que as variações no custo de produção pesam geralmente pouco no custo total. Passa-se com a energia um pouco do que se passa com a água que se distribui numa cidade; a matéria é gratuita na origem e o seu preço de venda resulta apenas do encargo de a transportar e distribuir.

Mas a mudança nas condições de produção, que se verificou entre nós, além do seu importante reflexo na economia geral, que não pode desenvolver-se aqui, permitiu algumas reduções tarifárias, necessariamente pequenas, e contribuiu para que as subidas, quando as houve, fosse moderadas, apesar da grande quebra do valor da moeda; e permitiu ainda, com altíssimas vantagens, que em Portugal se estabelecessem a grande indústria electroquímica e a tracção eléctrica não urbana.

A obra de electrificação, para se impor ao respeito dos portugueses, não precisa que se deforme a verdade apontando-lhe virtudes que não tem, nem aceita o favor de zeladores que se empenham em entortar o que é recto para a engalanarem com postiços que lhe não assentam bem. Ter-se-á uma ideia do mérito da obra se pensarmos em como nos pareceria impossível a vida normal do País, se as disponibilidades de energia caíssem para um quarto do valor actual. E, no entanto, era nesse ponto que estávamos há 12 anos.

13 — Fica esboçado um programa com o pormenor que cabe na dimensão desta nota; resta que haja poder de iniciativa para o cumprir.

Sem iniciativa não há história. Portugal não chegaria talvez a existir se o primeiro rei não tivesse a ideia de o formar; saiu-se bem, mas podia ter-lhe custado cara a aventura. Sempre foi assim o preço da iniciativa: é a ausência de conformismo e de comodidade é também a busca do trabalho e do risco.

Como condição de algum êxito é preciso que a população colabore com a sua preferência e seu apoio moral e mostre mais afoiteza na mobilização de capitais improdutivos; é também essencial que a juventude se incline mais fortemente do que o tem feito para os estudos técnicos de todos os graus, porque a falta de engenheiros e de bons artífices é uma das fraquezas dos países em evolução.

Ajudam-nos alguns factores com que outros, maiores que nós, nem sempre contam: moeda sã, crédito sólido, começo de gosto pela indús-

tria e uma ponta de bazófia na nossa capacidade. Quatro coisas boas, que não ficam mal a ninguém.

Temos contra nós a pequenez do mercado, a falta de tradição e o fraco nível de instrução. Mas dentro de uma geração bem poderemos, com o impulso que levamos, ter vencido a reacção do meio no caminho de dominar os dois últimos desfavores; o primeiro desaparecerá na medida em que progridam as ideias do espaço económico europeu. E este ser-nos-á tanto mais favorável quanto mais tomarmos a sério a nossa preparação para o enfrentar — quanto mais empenho pusermos em aprender a nadar, na imagem colorida dos economistas que nos visitaram.

Foi nos preliminares desta longa caminhada e a ouvir já o clamor dos primeiros entusiasmos e das primeiras desconcertantes oposições que passámos os últimos três meses — com muito silêncio e com alguma fé.

Esse preliminares não comportam textos legislativos de efeito teatral; o que tem faltado à economia portuguesa não é legislação mas vontade de trabalhar. Cada minuto de crítica ligeira ou de descuidado conformismo que cada um de nós substitua por um minuto de estudo sério ou de trabalho fecundo será um quarto de hora que Portugal avança para o ideal que nos é comum.

«Discurso de Sua Excelência o Ministro da Economia, Eng. Ferreira Dias, proferido no final da sessão de encerramento da exposição «Ao Serviço da Exportação» e do ciclo de palestras integrado naquela manifestação, no dia 21 de Fevereiro de 1959, *Ao Serviço da Exportação*, Fundo de Fomento de Exportação, 1959, pp. 13-21.

Srs. Secretários e Subsecretário de Estado
Sr. Embaixador da Bélgica
Minhas Senhoras
Meus Senhores:

1 — Realizam-se hoje, simultaneamente, os actos finais de dois acontecimentos afins: o encerramento da semana «Ao Serviço da Exportação» e a distribuição dos prémios atribuídos a Portugal na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.

A afinidade que justifica esta sessão conjunta explica-se por si; trata-se de duas manifestações, a primeira mais virada às pelejas da Economia e a segunda mais enquadrada nas calmarias da Cultura em geral, mas ambas destinadas a mostrar o nosso País a um mundo que o conhece pouco. Penso que não é oportuno discutir agora se esse conhecimento minguado, quando não deturpado, é culpa do mundo ou dos Portugueses, mas parecer-me-ia bom, sem querer tomar posição no dilema, que cada um de nós aproveitasse uma hora de meditação para fazer exame de consciência, prometendo a revisão do passado se acaso encontrar nele algum ponto mais fraco ou até — o que é bem menos pecado — se encontrar opiniões antigas que não se ajustem às realidades presentes.

2 — Começarei por dar o exemplo nas palavras que vou dirigir à feliz iniciativa do Fundo de Fomento de Exportação. Irei desenterrar palavras que escrevi há muito tempo, palavras de crítica, nem sempre brandas, de que não tenho que me penitenciar, porque foram uma verdade gritante, mas de que reconheço, cheio de satisfação, a total disse-

melhança com a verdade de hoje. Na alegria de ver melhorar se distingue a crítica da insídia.

Em 1945, desgostado com a feição pouco realista da nossa política económica escrevi algumas páginas amargas, talvez até azedas, de comentário; pelo licença para ler dessas páginas — parte do que subordinei ao título «As Exposições»:

«... As feiras de amostras nunca interessaram ao nosso País; e daí é forçoso concluir que ele não tem nada que mostrar ou não tem necessidade de vender.

Todos os anos, quase todos os meses, chegam às repartições públicas portuguesas as notícias oficiais das feiras que se fazem pelo mundo; põe-se um aviso no *Diário do Governo*, oficia-se às associações económicas a dar notícia do acontecimento, lavra-se um despacho a dizer que Portugal não concorre oficialmente, e arquiva-se o processo. Vive-se neste regime, cumpre-se este rito, desde que se instituíram as feiras de amostras; e a nossa ausência só não será completa quando apareça, a título particular, o mostruário de algum exportador.

É necessário acabar com esta inércia; é necessário que nas feiras periódicas de certo renome (por exemplo, Leipzig, Milão, Basiléia, Lião, Barcelona) Portugal apareça por sistema, com caracter oficial, e sem se confinar na velha tríade do vinho, da cortiça e das conservas.

A despesa não é grande; pretende-se expor alguns artigos como na montra de uma loja, com aspecto que seja e pareça comercial, com bom gosto mas sem preocupações de arte ou mundanismo, que são aqui descabidas e custam, pelo barato, alguns milhares de contos. Alugam-se uns metros quadrados de terreno, fazem-se umas estantes, despacham-se pelo comboio ou pelo vapor uns mostruários e dois ou três funcionários, imprime-se em duas ou três línguas um catálogo sério — e é tudo.

O Estado, os organismos corporativos e os expositores podem bem com os encargos desta representação, repartindo-os entre si — e não devem furtar-se a eles.

E que vamos expor? A coisa tem que ir por partes e que evolucionar lentamente. Em primeira fase e durante alguns anos não poderemos sair dos produtos clássicos da nossa exportação, sem esquecer os artigos coloniais, porque nada mais teremos digno de ser mostrado; e o ser digno significa não só ser bom (se possível, original) mas ter preço que interesse o provável comprador.

Depois, com o tempo, se alargará a lista. É necessário, como condição fundamental de vida, vendermos mais para comprarmos mais; no aumentar da produção nacional, como já se disse e agora se acentua, não basta ter em mira o mercado interno mas é imperioso incluir alguma parcela que possa ser exportada, porque ao fatal aumento das importações há-de corresponder o aumento dos meios de pagamento.

A tornar mais viva esta necessidade está a conhecida descompensação do nosso comércio externo: um *déficit* crónico da ordem do milhão

de contos (ressalvado o triénio 41-43 com o volfrâmio e o estanho a preço de guerra) embora atenuado por certo hábito tradicional de declarar os preços de exportação inferiores aos verdadeiros. Se não devemos perder nenhuma ocasião de intensificar a venda dos produtos tradicionais, devemos ganhar o hábito de procurar comprador para novas mercadorias. É mais uma condição de segurança; é mais uma liberdade com que nos apresentaremos a negociar convénios sobre o comércio externo que hoje são bem poucas, porque é restrito o número dos nossos produtos capazes de exportação quantiosa.

Em todas as novas indústrias, em todas as que venham a ser aperfeiçoadas, a preocupação de obter produtos dignos de uma feira de amostras, capazes de merecer algum apreço além-fronteiras, não pode esquecer um momento; e nem só como defesa económica mas até como defesa moral, porque o não aparecer nestas competições em pé de igualdade com os restantes povos, não deve ser olhado como menos desagradável do que o mostrar inferioridade em competições desportivas. Em muitos casos não vai conseguir-se resultado positivo, mas atrevo-me a tomar por excessivo pessimismo o supor que será em todos.

Só se encontra quando se procura; e nós, salvo excepções de grande raridade, não temos procurado nunca, atidos a esta confortável tradição de que fazer um produto pelo dobro das cotações mundiais já merece uma comenda de mérito industrial.

Arredado este conformismo, criada uma nova aspiração, tornados intransigentemente insatisfeitos — havemos de conseguir algum resultado ao fim de umas dezenas de anos, havemos de descobrir alguma habilidade ainda não revelada para fabricarmos qualquer coisa que possa interessar os mercados externos, qualquer artigo que possamos ir acrescentando aos nossos mostruários. Enquanto não fizermos a experiência dispostos a não recuar ante a ofensiva de pequenos interesses, enquanto andarmos presos à ficção de uns temas oratórias muito batidos, enquanto as autoridades mantiverem a tradição de ficarem *muito bem impressionadas* com todas as visitas que fazem à indústria, não temos o direito de nos considerar, no campo industrial, mais do que flácidos batráquios a coaxar ao sol.

O arranque desta obra, se cabe aos industriais não cabe menos ao Estado. Não se cria uma aspiração, não se lhe dá realidade, não se organizam mostruários nem se fazem seguir pelo mundo, sem uma autoridade suficientemente forte para que não lhe neguem colaboração, não lhe regateiem o dinheiro, nem se atrevam a misturar-lhe indústria com curiosidades de passatempo.»

3 — Quem escreveu há 14 anos, com indizível amargura, as palavras que acabo de ler, com seu exagero de caricatura mas sem sombra de falsidade, e nota quanto já de comum entre o que então se disse e hoje se faz, não pode deixar de ver com emoção o que neste edifício

se nos mostrou na última semana. O encanto da exposição e o relevo das palestras contrastam singularmente com o desinteresse com que sempre foram olhados os problemas da exportação portuguesa.

Vim visitar a exposição numa das últimas noites e percorri, lenta e silenciosamente, tudo o que se oferecia aos olhos e ao coração de quem passava. À saída pediram-me duas palavras no livro dos visitantes. Escrevi sem hipérbole: «sai-se cheio de optimismo desta magnífica demonstração de mocidade».

De facto, tudo se passa como se uma vida nova viesse dar alento a esta economia cansada de se lastimar; como se um sopro de juventude enchesse de energia e fé uma velhice parada e descrente.

Grande serviço se fez; grande prova de compreensão deram os exportadores, associando-se à iniciativa e acarinhado-a com a sua presença e com o seu estímulo; grande tarefa se impõe para tirar desta obra o largo benefício que ela é capaz de produzir.

Quando acabar de ler este papel darei um abraço ao Dr. Correia de Oliveira, mesmo que não seja protocolar; com ele substituirei vantajosamente um ror de adjectivos, puídos pelo uso, com que desejaria classificar a sua colaboração, o seu entusiasmo e a sua inteligência, e significarei o apreço em que tenho a acção diligente do Fundo de Fomento de Exportação tão renovadora que não sei se todos a terão entendido como merece.

4 — A exposição de Bruxelas foi a grande atracção mundial no Verão do ano findo; bem merece a Bélgica que lhe rendamos homenagem pela vastidão da obra e pela perfeição da sua orgânica.

Naquele imenso e buliçoso recinto, o pavilhão português não sobressaía nem pela grandeza das dimensões nem pela extravagância das linhas; digno e sóbrio, pareceria banal, quase apagado, ao primeiro relance.

Mas o balanço mais esmiuçado dos seus méritos fala-nos diferentemente. O português que o visitasse bons motivos encontrava para sair satisfeito; o elevado número de 123 prémios, atribuídos à matéria exposta, deu-nos o 7º lugar, apesar das pequenas dimensões do edifício, no volume de recompensas — volume só excedido pela França, Bélgica, Rússia, Itália, Checoslováquia e Inglaterra; e o conjunto do pavilhão mereceu a distinção de receber uma das estrelas de ouro, a maior recompensa atribuída às representações nacionais.

Se o número elevado de prémios distribuídos em toda a exposição pode afectar o valor absoluto de cada um, a alta posição relativa que nos coube não sofre contestação.

Por mais uma vez, o Sr. Presidente do Conselho me tem falado da sua confiança na capacidade dos portugueses para tomarem no mundo uma posição honrosa. Quando, dentro de alguns dias, lhe entregar, como me cumpre, a estrela de ouro conferida ao pavilhão de Portugal,

dir-lhe-ei estas palavras: Aceite, Sr. Presidente do Conselho, a prova de que é merecida a confiança que tem nos portugueses; os que se encarregaram de nos representar em Bruxelas cumpriram bem.

Ao Sr. Conde de Penha Garcia, que foi comissário-geral do nosso pavilhão, bem como aos seus colaboradores, os comissários-adjuntos, Dr. Mário Neves e arquitecto Jorge Segurado, dirijo, por sobre o louvor que já lhes foi publicamente testemunhado, as mais calorosas felicitações pelo êxito do seu delicado trabalho, que a todos nós enche de alegria e de orgulho.

5 — Para findar, parece oportuno reflectir sobre o uso que vamos fazer das duas belas realizações portugueses que acabo de mencionar.

Alguns entenderão que nada de útil se pode seguir; os que assim pensam dividem-se em duas categorias. À primeira pertencem certos espíritos demolidores por elegância, para quem tudo é mau ou está mal feito, para quem o caminho do bom e do belo só pode nascer de uma ciência infusa, que eles conhecem mas que não revelam, e da qual se pode dizer como na conhecida quadra:

É como o oxigénio
Que existe mas não se vê.

Na opinião destes, só pode haver de bom o dilúvio, com eles na arca de Noé.

À segunda categoria pertencem os contemplativos, as almas simples para quem o mundo é estático, depositários da ideia fisiocrática de que o que existe é o melhor que se pode arranjar, idealistas desregulados para quem um vento leve de feição torna o mundo cor-de-rosa. Na opinião destes, a mais fecunda noção do mundo físico é a noção de inércia. Que bom é descansar!

Felizmente estas duas seitas, que chegam ao mesmo resultado por caminhos diferentes, não constituem maioria; a verdade opinião dos portugueses é diferente desta: o êxito não é o fim de uma canseira mas o princípio de uma canseira nova.

A sobrevivência de um povo não é automática; tem que ser conquistada pelo prestígio da cultura e pela força da economia, uma e outra frutos do trabalho — um trabalho penoso, por vezes ingrato, como o é quase sempre a luta pela vida. Não desconhecemos o ponto em que nos encontramos, não temos a ilusão de uma vitória fácil, mas nem por isso aceitamos o suicídio.

Consolidar a economia exige saldar positivamente a balança de pagamentos em nível elevado; como desta é parcela importante a balança comercial, interessa cuidar dela.

Não é meritório nem talvez possível tentar equilibrá-la apenas à custa de reduzir importações, pela satisfação autárquica do maior

número possível de necessidades nacionais; seria, na melhor hipótese, um equilíbrio obtido em baixo nível e, portanto, pouco valioso.

A subida desse nível, que encanta toda a gente — e em especial os demolidores, de que falei atrás, que dele fazem tema para luarentas serenatas — a subida desse nível, repito, exige que se importe mais; o equilíbrio indispensável impõe, sem alternativa, que a exportação se alargue, porque temos que pagar o que compramos. Os factos que hoje comemoramos, se os tomarmos como ensaios da nossa aptidão, só nos incitam a continuar; esse é o único uso legítimo que deles podemos fazer. Se porfiarmos na melhoria da produção agrícola, na criação e aperfeiçoamento de indústrias, na disciplina do comércio, na ordenação tributária, atingiremos o alvo, ainda que esteja longe — e sabemos que está. Mas é o único caminho para lá chegar.

E concluo. O Sr. Ministro da Presidência, inspirado no evangelho de S. João, disse aqui há uma semana: «ao princípio era a exportação». Eu rematо sem sair da mesma linha de pensamento: no fim é a exportação.

Nota sobre a evolução da economia nacional, Conferência de imprensa no SNI em 10 e 11 de Fevereiro de 1960.

1 — PROBLEMAS DE COMÉRCIO

O facto dominante na economia portuguesa no ano que findou foi a assinatura do acordo de Estocolmo.

É à volta desta realidade que a nossa política se deve estruturar; ela afecta simultaneamente os sectores da produção, obrigando-os a organizarem-se para produzir bem, e o sector do comércio, forçando-o a tomar uma posição de ofensiva na penetração de mercados externos.

O sistema de economia protegida permite que um país pouco activo consiga equilibrar a sua balança de pagamentos com a simples exportação daquilo que é procurado pela necessidade dos outros; em mercado aberto, tal sistema conduz a invencível desequilíbrio, que só será dominado pela acção dinâmica de uma comércio organizado e aguerrido. Esta é, além da solução dos mil casos de cada dia, a missão em que se empenha a Secretaria de Estado do Comércio.

É sabido que se procura há muito o entendimento entre os «Seis» e os «Sete», ainda antes de estes últimos se unirem, e pode mesmo afirmar-se que o facilitar esse entendimento foi um dos motivos que levaram os «Sete» a constituírem em grupo; é sabido também que está em perspectiva um arranjo da estrutura da O.E.C.E., com a entrada dos Estados Unidos e do Canadá; mas quaisquer que sejam as conclusões a que se chegue nestas duas negociações, em pouco ou nada se alterará a necessidade da nova estrutura comercial que acima apontei.

Este é o primeiro invariante da nossa política económica.

Tenho lido comentários, que reconheço justos, sobre as dificuldades que nos vai trazer a entrada na zona de comércio livre; mas ainda não li a defesa fundamentada de outro caminho que devêssemos ter seguido. Que a consciência daquelas dificuldades a tiveram as estações oficiais, revela-se na defesa que se fez — aliás vitoriosa — da posição de vantagem que nos foi concedida.

Nas longas e difíceis negociações em que há alguns anos participamos, na procura de uma fórmula de unidade para a economia europeia, o

Governo tem lutado por harmonizar dois princípios quase antagónicos: o prestígio nacional, que impõe o nosso alinhamento com os países desenvolvidos, e a defesa de uma economia atrasada, que obriga a situações discriminatórias. A Nação já deve ter entendido a delicadeza desta situação.

O que se conseguiu — e o País conhece — honra os negociadores. Mas não basta que o Governo tenha conseguido condições de excepção; é necessário que produtores e comerciantes se disponham a aproveitá-las. De outra maneira, tudo terá sido inútil.

Ligada ao acordo de Estocolmo está a última revisão da pauta de importação. O texto publicado em Novembro, em parte elaborado há muito tempo, levantou dúvidas quanto à sua conformidade com os compromissos externos que havíamos assumido; mas esclarecida internacionalmente a nossa posição, a revisão feita em Dezembro deu oportunidade a que se desfizessem aquelas dúvidas, o que não impede que continuemos dispostos a analisar os casos que nos sejam presentes.

2 — PROBLEMAS DE AGRICULTURA

A agricultura, que constituiu, para além da expulsão dos mouros, a grande preocupação da nossa primeira dinastia — a que Lúcio de Azevedo chamou a «monarquia agrária» — foi, até à jornada de África, a única actividade económica do País.

Ameaçada pelo comércio e navegação a partir do século XV, fustigada pela indústria no século XX, a agricultura, no nobre papel de indústria dos alimentos, tem perdido posição relativa como factor de produção, embora se eleve em valor absoluto.

Mas a vida está longe de lhe correr fagueira. Aquele crescimento absoluto, depois de amanhado, como já está, todo o terreno apto — e até o que não é — só se torna possível à custa de uma cultura intensiva, que impõe em larga escala a rega, a pecuária e a adopção de novos processos.

Por outro lado, sujeita à agressão de um mercado aberto, em posição paralela com a indústria, mas ameaçada por esta na procura de mão-de-obra, com a consequente subida do salário rural, a agricultura vê-se forçada à mecanização como fatalidade do destino e a arranjos de estrutura como imposição social da época.

A adaptação inexorável da agricultura a novas condições de trabalho e novas concepções de vida é o segundo invariante da economia portuguesa. Para encarreirar essa adaptação, tem a Secretaria de Estado da Agricultura procurado erguer em novas bases legais uma estrutura agrária mais adaptada às condições de hoje — mesmo com o risco de parecer aos espíritos mais conservadores demasiadamente ousada.

É nesta disposição que no ano findo se prepararam os diplomas relativos ao regime das obras de hidráulica agrícola, ao parcelamento e emparcelamento, à colonização e ao arrendamento, que se encontram pendentes de apreciação da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional.

3 — PROBLEMAS DA INDÚSTRIA

Se há que pôr em prática ideias novas no Comércio e na Agricultura, não sei o que deverá dizer-se da Indústria; mas se aceitamos que os três sectores precisam de renovação, bem poderemos dizer que a economia portuguesa tem que mudar de vida, mesmo que tenha de sentir o travo de alguma saudade.

O nosso encontro de hoje — seguimento do que se realizou há um ano — destina-se a dar conta à Imprensa, com algum pormenor — e através dela ao País — do que se está fazendo neste último sector; mas desde já vos aviso de que os resultados vos parecerão modestos, porque um ano é muito pouco tempo na escala do crescimento económico. Se se trata de obras já em curso, há que contar com o seu desenvolvimento natural, pouco susceptível de abreviamentos úteis; se se trata de iniciativas nascentes, mais lenta é ainda marcha, por muita que seja a ansiedade com que desejemos chegar ao fim.

Conceber uma ideia no campo industrial, interessar nela um grupo de pessoas, estudá-la, amadurecê-la, concretizá-la num plano de realizações, reunir capitais, assegurar a técnica, animar os hesitantes, rebater os opositores e desprezar os cépticos — e tudo isto sem perder a fé — é uma caminhada, sempre longa e às vezes heróica, em que há muito de idealismo, a que poucos fazem justiça, porque o crítico, de olho solerte, não perdoa o fundo utilitário do empreendimento.

Certas pessoas, ensopadas de bucolismo, acham bem, em seus conceitos económicos, que a iniciativa privada seja o principal instrumento de progresso nacional na ordem económica; mas não acham bonito, em seus requintes morais, que essa iniciativa opere em proveito próprio. Há aqui um paradoxo que conviria fazer desaparecer, ou aceitando o lucro normal ou renegando a iniciativa privada.

É certo que há em todos os países legislação destinada a combater os abusos do poder económico; mas também é certo que o haver polícias na rua não autoriza a admitir que todo o transeunte é um malfeitor. O normal é admitir o contrário; a cortesia para com os desconhecidos é tida como índice de educação superior.

Ao começar esta conversa, não quero deixar sem uma palavra de reconhecimento todos aqueles que, no ano que findou, apreciaram comigo, em sincronismo de ideal, as suas ou minhas aspirações de progresso industrial.

4 — QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Não vou fazer estatística; os índices que definem a nossa posição económica foram largamente analisados pelo Sr. Ministro das Finanças nos relatórios da Lei de Meios e do Orçamento para o ano corrente.

Ambos tiveram a devida divulgação; julgo não valer a pena repetir o que está dito.

Por outro lado, a Imprensa tem mostrado crescente interesse pelos temas económicos, sendo frequentes os artigos que divulgam e apreciam os nossos números estatísticos, cuja publicação pelas estações oficiais continua a fazer-se regularmente. Não faltam fontes de informação a quem queira informar-se, não se justificando carregar esta conversa com tais elementos — geralmente pesados.

Só me parece conveniente, em matéria estatística, chamar a atenção para um pormenor. O relatório da Lei de Meios referiu a variação do produto nacional durante o ano de 1958, e registou o acréscimo de 1,5% em relação ao ano transacto, como resultado, nas parcelas de maior relevo, de +4,5% na indústria transformadora, +4,8% na energia eléctrica e serviços e -6,7% na agricultura.

O acréscimo total de 1,5% é sem dúvida insuficiente, e o facto foi glosado algumas vezes; mas nem sempre se vincou devidamente que o Governo e as actividades industriais ou comerciais talvez pudessem ser solidariamente acusados de incúria se os dois primeiros índices não tivessem, como efectivamente tiveram, uma expressão favorável, mas que esse mesmo Governo e os agricultores não podem ser responsabilizados pelo decréscimo verificado na agricultura, porque não dominam as inclemências do tempo, que tornam os anos agrícolas bons ou maus.

Se eu pudesse corrigir o tempo, mandaria que no Verão houvesse sol na eira e chuva no nabal, e que no Inverno chovesse nas albufeiras e fizesse frio nos trigais.

A repercussão de um mau ano agrícola no acréscimo final do produto é mais acentuada nos países em que, como o nosso, o sector agrícola tem posição relativa elevada (no nosso caso 27%), o que explica o nosso mau resultado em 1958. Nos países mais industrializados, essa posição relativa está, em regra, compreendida entre 5 e 15%.

Se quisermos elucidar-nos sobre as causas concretas que levaram àquele resultado, a consulta da Estatística Agrícola mostrar-nos-á claramente que a quebra do produto agrícola em 1958 se deveu principalmente, por ordem decrescente, às menores produções de azeite (o ano foi de contra-safra), vinho, e legumes e tubérculos.

Prestado este pequeno esclarecimento, entremos propriamente na nossa matéria.

5 — PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE

Espero que me perdoem começar pela electricidade, já que sou electricista confesso, e espero ainda que me desculpem de citar, logo de entrada, um número estatístico, depois da promessa que fiz de os pôr de fora; mas trata-se de um número em primeira mão e assaz

bonito: o consumo de energia eléctrica na rede interligada em 1959 teve o aumento notável de 13,1% que se decompõe em 10,6% nos consumos permanentes e 21,4% nos temporários. Quero porém acrescentar, para dizer toda a verdade, que este último valor não resultou só da evolução industrial do país, mas influiu nele o elevado índice de hidraulicidade, resultante da forte queda de chuvas.

No sector da produção de energia continua o «fervet opus» que começou há 14 anos; encontram-se presentemente em curso as obras da central de Miranda (para entrar em serviço em 1961), da albufeira e central do Távora (para 1963), da albufeira e central do Alto Rabagão (para 1964) e da central da Bemposta (para 1965); foram também já iniciados os estudos para a ampliação da central térmica da Tapada do Outeiro, a concluir em 1963.

No total, as obras em curso neste momento representam uma potência instalada de 620 MVA; para comparação se refere que a potência total de serviço público existente ao findar a última guerra era apenas de 290 MVA e deverá ser de 1.700 MVA em 1964.

Dentro do actual Plano de Fomento (a partir de 1961-62) deverá iniciar-se a construção de um ou dois novos aproveitamentos hidroeléctricos, ainda não especificados, destinados a fazer a transição para o III Plano, com o fim de manter o sistema produtor em termos de satisfazer sempre, sem restrições, as solicitações do consumo permanente. Os estudos para definir qual o novo aproveitamento que reúne as melhores condições como parcela adicional do conjunto existente devem realizar-se durante o ano em curso. Para bom aproveitamento dos recursos energéticos, a nova central não deve ser qualquer; em matéria de exploração e de previsão das necessidades futuras, dispomos hoje de uma base técnica de primeira ordem, que importa aproveitar na procura das melhores soluções.

Em relação ao programa previsto, vai-se com algum atraso nas obras do Távora e do Alto Rabagão: na primeira, pela necessidade de alterar o projecto (feito há alguns anos), para o adaptar às exigências actuais da rede; na segunda, pela complexidade da obra, que tem exigido estudos complementares mais demorados. Mas estes atrasos não põem em risco a garantia do abastecimento nacional.

Quero porém referir, para evitar interpretações precipitadas, que quando falo nestes pequenos atrasos, que são acidentes menores em todas os obras, sem expressão no programa geral, o faço pela preocupação de ser exacto e para evitar que alguém, comparando as datas que acabo de citar com as que constam do programa da Câmara Corporativa (que foi o adoptado neste sector), conclua, demolidoramente, que todo o Plano de Fomento já se atrasou um ano.

Com o programa de centrais em curso, estão-se a despender em média anual 500.000 contos.

6 — TRANSPORTE DE ELECTRICIDADE

O transporte de energia eléctrica está acompanhando, como sempre tem acontecido, o desenvolvimento da produção.

Para só falar das obras grandes, direi que acabou de se construir em 1959 a linha dupla de 150 kV Zêzere-Porto Alto (90 km); está presentemente em construção a linha de 220 kV Miranda — Picote — Valeira — Porto (215 km — metade simples e metade dupla), seguindo-se-lhe imediatamente a linha, também a 22 kV, Coimbra-Lisboa (175 km), neste momento em estudo; antes desta se concluir (1962-63), deverão ter-se construído as duas linhas, de menor comprimento, Porto Alto — Setúbal (duplicação) e Porto Alto — Siderurgia, ambas a 150 kV. Ainda não completamente definidas, estão em estudo para execução nos próximos anos algumas linhas a 60 kV destinadas à alimentação dos caminhos-de-ferro (electrificação da linha férrea Entroncamento — Ermesinde).

A subestação de Vermoin (arredores do Porto) está apta desde já a entrar em serviço, ultimando-se os acabamentos até Março próximo; as subestações de Seia e Porto Alto estão em construção, para entrarem em serviço no princípio de 1961; estão em estudo, para abrirem à exploração por 1962, as subestações de Ferreira do Alentejo e Benfica (nova subestação de Lisboa). Tudo está correndo dentro das datas previstas.

O custo anual do programa de transporte é de 100.000 contos.

A linha de interligação com a Espanha, que vai da nossa futura subestação do Pocinho à central espanhola de Saucelle, acabou de se construir em Dezembro do ano findo; apenas se aguarda a montagem do equipamento do lado espanhol, para que possa entrar em serviço, assegurando, com grande capacidade, as trocas de energia entre os dois países em caso de necessidade de qualquer deles. Feita essa ligação e sempre que a Espanha esteja interligada com a França, o que já sucede com frequência, passaremos nós a fazer parte da rede interligada europeia.

Este facto importante permite-nos encarar a hipótese da adesão de Portugal à U.C.P.T.E. (União para a Coordenação da Produção e do Transporte de Electricidade), emanação da O.E.C.E., criada em 1951, que tem reunido até hoje 8 países (os 6 do Mercado Comum mais a Suíça e a Áustria), aos quais a Espanha acaba de se juntar, ao que se lê na imprensa técnica; esta União tem por objecto facilitar as trocas de energia entre países, sempre que há excedentes num e carência noutro.

Suponho que terá interesse para nós, que dispomos geralmente de excedentes no Inverno e Primavera, pertencer a este conjunto, a que às vezes de chama a *Europa Eléctrica* e que chega a reunir em paralelo potências de 30 milhões de quilowatts; é assunto de que iremos ocupar-nos.

7 — DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

Em matéria de distribuição eléctrica não podem especificar-se obras, porque são muito numerosas embora geralmente pequenas; são executadas pelos concessionários da grande ou da pequena distribuição ou pelas autarquias locais — entidades cujo número total é de algumas centenas, mas que bem precisa oportunamente de ser reduzido.

Há porém um aspecto geral da distribuição que merece que se lhe dediquem duas palavras: o regime das comparticipações do Estado.

É sabido que o Estado comparticipa nas obras de distribuição executadas pelos municípios ou seus concessionários, tendo inscrito para tal no Plano de Fomento a verba global de 300.000 contos, a que corresponde a média de 50.000 contos anuais. Pela forma como são hoje reguladas, estas comparticipações oscilam entre 20% e 75% do valor das obras, consoante o seu tipo e a classe do município ou freguesias interessados, mas não podem exceder a média global de 50%.

Se analisarmos os últimos 5 anos (1955 a 1959), notaremos que as comparticipações concedidas variaram, em ritmo crescente, de 13.200 contos no primeiro ano para 39.200 contos no último, devido ao aumento simultâneo das dotações e da capacidade dos serviços para estudarem os processos.

Sucede porém que o interesse das populações por este melhoramento é tal que o valor das comparticipações pedidas se mostra muito superior às possibilidades, pois que os pedidos pendentes somam neste momento 136.000 contos.

Por outro lado, comparando o que, desde 1946, se vem fazendo nos vários sectores da electricidade, reconhece-se que na produção e no transporte se gastaram — aliás bem — cerca de 4 milhões de contos, enquanto em matéria de distribuição se electrificaram apenas 750 freguesias rurais.

Mesmo descontando a diferença entre os dois casos — a produção e o transporte são obras de finalidade predominantemente económica, enquanto a distribuição rural é, acima de tudo, social e política — não há dúvida de que a diferença de tratamento é grande, no que nos estamos afastando do que tem sido regra pela Europa.

Como falta ainda servir cerca de 1.700 sedes de freguesias (sem falar nas outras localidades), o ritmo actual exigiria 12 ou 13 anos para que todas essas sedes dispusessem de energia, pelo que se considera oportuno intensificar esta ajuda.

Para isso, posso desde já anunciar que dentro de pouco tempo se eliminará a restrição legal de limitar a 50% a comparticipação média, o que virá permitir satisfazer maior número de pedidos nas regiões mais pobres, onde a percentagem de comparticipação é maior; espero ainda que, a partir de 1961, se possa reforçar a dotação para este fim e se

possa também conseguir pessoal técnico nos quadros do Estado para estudar os processos — o que não é hoje empresa fácil, em vista da absorção que a indústria, felizmente começa a fazer.

Tendo em conta as comparticipações do Estado e o investimento de particulares, calcula-se, com a possível aproximação, que o dispêndio médio anual na distribuição seja da ordem de 300.000 contos.

8 — LEGISLAÇÃO SOBRE ELECTRICIDADE

Para que o fornecimento de energia eléctrica a um País seja perfeito, não basta que haja máquinas e linhas; é necessário que haja organização.

Em vista da dispersão e desactualização dos nossos textos legais, a lei nº 2002, conhecida pelo nome de «lei da electrificação», publicada em 1944, teve por fim codificar o que havia de bom e criar alguns princípios novos; entre estes citarei, como mais relevantes, a criação do Repartidor Nacional de Cargas, o estabelecimento de um regime especial para os grandes fornecimento à electroquímica, tracção e rega, a revisão da área das concessões de grande distribuição, a obrigatoriedade de um programa de linhas dentro de cada concessão, o regime de unidade tarifária e a exploração das redes de baixa tensão por federações municipais. A iniciativa e participação do Estado nas empresas eléctricas, que esta lei reforçou e pôs em marcha, não pode considerar-se, em rigor, como doutrina inteiramente nova, pois que já legislação anterior lhe fazia referência; mas, ou porque essa referência era sumária ou porque não havia convicção no resultado, o certo é que nunca tinha tido aplicação.

Durante o ano de 1959 deu-se um grande passo no sentido de generalizar a aplicação da lei: redigiu-se o seu regulamento e uma série de documentos anexos referentes à alta tensão, como cadernos de encargos-tipo, condições de venda e apólice-tipo. Espera-se poder publicar o regulamento e estes anexos dentro de pouco tempo; os anexos relativos à baixa tensão encontram-se neste momento em estudo.

Após esta publicação, há que empreender três tarefas urgentes; adaptar os cadernos de encargos, fixar as novas áreas de concessão e estabelecer um regime coerente de tarifas em alta tensão. Com um pouco de exagero, pode-se dizer que há hoje uma tarifa para cada consumidor, tarifa laboriosamente negociada — o que não parece regime aceitável para um serviço público, tanto mais que o distribuidor está apetrechado para discutir e o consumidor geralmente não.

9 — INDÚSTRIA MINEIRA

Antes de tratar da indústria transformadora é oportuno começar com uma referência à contribuição que tem dado o Serviço do Fomento Mineiro ao desenvolvimento industrial português.

Embora o nosso subsolo não se tenha mostrado generoso (há muitas minas mas poucas de real valor), algumas contribuições de bom conteúdo económico se têm verificado pela acção conjugada daquele serviço do Estado com os concessionários mineiros.

Começo por me referir ao caso das pirites, cujas escassas reservas causaram apreensões há alguns anos. Hoje em Aljustrel, a situação é de perfeita tranquilidade, graças às novas massas descobertas; e se a posição do enxofre no Mundo deixou de ser difícil pelo aparecimento de novas fontes, não se diminuiu com isso o mérito das nossas pesquisas, que vão permitir-nos manter a actividade mineira, alimentar as indústrias do enxofre, do ácido sulfúrico e seus derivados e fornecer à siderurgia, sob a forma de pirites queimadas, uma excelente matéria-prima.

Infelizmente, não foi ainda possível obter resultados favoráveis na mina de S. Domingos, em relação à qual se procura estudar uma reconversão económica que assegure a actividade ao milhar de homens que ali trabalha, em região falha de outros recursos, se a mina vier a esgotar-se.

Em matéria de carvões também se localizaram novas reservas no Pejão, as quais permitiram a montagem de nova sede de extracção e de uma lavaria; abram-se maiores perspectivas à utilização industrial destes carvões. Em S. Pedro da Cova vai agora iniciar-se nova campanha de sondagens.

Quanto a minérios de ferro, temos hoje bases seguras para estudos industriais: Moncorvo, Guadramil, Orada e Marão deixaram de ser incógnitas para serem recursos abertos ao nosso conhecimento; nesta última concessão trabalha-se presentemente na pesquisa de novos filões.

Ainda em ligação com a siderurgia, estudaram-se numerosas regiões calcárias, onde se encontraram boas castinas; as pesquisas realizadas na Anadia mostraram grandes existências de manganês; os estudos feitos em Cercal do Alentejo (minas de ferro e manganês) revelaram existências que permitem que neste momento, sob o património deste Ministério, estejam em cursos negociações entre o concessionário daquele jazigo e a Siderurgia Nacional para um contrato de fornecimento regular. Compreende-se o interesse oficial: criar no Alentejo uma exploração mineira com carácter de permanência, permitindo a fixação de muitas centenas de pessoas, não é bagatela que se despreze.

Dentro ainda de bons frutos para a actividade económica, refiro as sondagens na pesquisa de sal gema (infelizmente não apareceu potássio), que vieram permitir alimentar de matéria-prima em boas condições (com dissolução prévia) a fábrica da Soda Póvoa, através de um *pipe-line* Rio Maior — Póvoa.

Refiro, por último, que da colaboração do Fomento Mineiro com os Serviços Geológicos tem resultado notável contribuição para o aperfeiçoamento da carta geológica de Portugal.

10 — INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS NO PLANO DE FOMENTO

Está prosseguindo com normalidade a instalação das indústrias transformadoras expressamente incluídas no Plano de Fomento. É diferente o grau de avanço em que se encontram, porque umas transitaram do I Plano e outras começaram agora; as primeiras estão já em construção e as segundas apenas em estudo ou projecto.

Vou fazer ligeira referência a cada uma, para não ser muito longo. Vou também excluir a citação de números; mas como parece indispensável dar ideia da ordem de grandeza de cada empreendimento, para criar a noção de relevo, sem a qual se cairia numa monótona citação de firmas ou fábricas, hesitei sobre qual ou quais os índices de que deveria servir-me.

Não é fácil, com alguns visos de exactidão, indicar para todos o que cada novo empreendimento vai aumentar ao produto nacional. É muito mais acessível indicar o número de pessoas a que dará trabalho ou o capital que vai investir; e como, com ressalva de algumas zonas durante períodos curtos, a população portuguesa, na classe do trabalhador rural ou não especializado, como também na do pequeno empregado de escritório ou de balcão, ainda vive em regime de subemprego, pareceu-me que o primeiro destes índices terá certo interesse; o valor das imobilizações é também uma valiosa referência.

Por isso os adoptei. Para mais, dar ocupação bem remunerada àqueles que a não têm é o principal motor do meu trabalho.

Deve registar-se que o pessoal indicado (que deixa a sensação de ser pouco) se refere, em ordem de grandeza, ao que se ocupará directamente em cada empreendimento na fase inicial; na realidade, a influência das novas unidades industriais no nível de emprego será maior por dois motivos: pelo que naturalmente crescerá com o tempo dentro de cada indústria e pela incidência que uma nova actividade tem naquelas que vai estimular ou naquelas de que será cliente. O mesmo se diz quanto ao investimento; uma unidade nova, feita com bom espírito industrial, é um importante veículo de investimentos futuros.

Enuncio seguidamente as indústrias com menção expressa no Plano de Fomento:

Siderurgia Nacional. É a maior das obras em curso, destinada à produção de gusa e ferros perfilados, com a capacidade inicial de 200.000 toneladas anuais, que se espera elevar rapidamente a 300.000. Entrará em serviço em 1961 no concelho do Seixal; deverá ocupar 2.000 pessoas e imobilizar perto de 3 milhões de contos.

Instalação Krupp-Renn. É uma instalação siderúrgica destinada a aproveitar os minérios pobres de Trás-os-Montes, onde se espera venha a ser localizada; liga-se a este facto a maior importância. Está ainda em estudo, mas conta-se que ocupará 300 pessoas e imobilizará 300.000

contos — sem contar com o acréscimo de actividade que dará às minas de Moncorvo.

Indústria dos petróleos. Está em desenvolvimento o programa de expansão das redes de distribuição e armazenamento de todas as empresas petroleiras, que poderá ocupar 200 pessoas e para o qual o Plano prevê 224.000 contos. A ampliação imediata da refinaria da SACOR vai consumir 90.000 contos, mas está em estudo um novo programa de refinação de petróleos que envolverá quantia muito superior.

Sociedade Portuguesa de Petroquímica. Destina-se à produção de amoníaco e de gás para a distribuição de Lisboa a partir de derivados de petróleo. Está em começo de construção nos Olivais, devendo concluir-se em 1961. Ocupará 300 pessoas e imobilizará 380.000 contos.

Nitratos de Portugal. Destina-se à produção de ácido nítrico e nitratos; está já em período avançado de construção em Alverca, devendo arrancar por todo o ano corrente. Ocupará 400 pessoas e imobilizará 200.000 contos.

Amoníaco Português. Está em estudo o programa de novos fabricos desta empresa.

União Fabril do Azoto. Nova unidade destinada ao fabrico de ácido nítrico, nitratos e ureia; está ainda em estudo, mas conta-se que ocupe 300 pessoas e imobilize 400.000 contos. Deverá concluir-se em 1961.

Sociedade Industrial de Celulose. Destina-se à produção de pasta de papel, principalmente de eucalipto. Está em começo de construção em Setúbal, contando-se que se conclua em 1962. Ocupará 600 pessoas e imobilizará 350.000 contos.

Caima Pulp. Nova fábrica desta empresa, também destinada a pasta de eucalipto. Está em começo de construção em Constância, esperando-se que se conclua em 1961. Ocupará 200 pessoas e imobilizará 100.000 contos.

Grão abrasivo. Está em estudo uma fábrica de carburundo destinado ao fabrico de mós e outros artigos abrasivos. Conta-se que entre em exploração em 1961, ocupe 200 pessoas e imobilize 30.000 contos.

Estaleiro Naval de Lisboa. É matéria ainda em estudo com o Ministério das Comunicações. Instalar-se-á na margem sul do estuário, englobará, além de carreiras de construção, uma grande doca seca de 250 metros, e custará uma importância ainda não concretizada mas superior a 500.000 contos.

Automóveis. Tenho que fazer aos automóveis referência mais longa do que a que fiz às restantes indústrias. Estão autorizadas 3 fábricas para produção de automóveis: uma para ligeiros e pesados (Fábrica de Automóveis Portugueses) e duas só para pesados (Eduardo Ferreirinha e Companhia Portuguesa de Motores e Camions). Estão todas três na fase dos estudos, podendo apontar-se para o conjunto das duas últimas o arranque em 1961-62, a ocupação de 800 pessoas e a imobilização de 130.000 contos; quanto à primeira, é cedo para dar números.

Além disso, libertou-se do condicionamento industrial a montagem de carros.

Sucede porém que, à volta da primeira destas iniciativas, se têm levantado os maiores embaraços, com o fundamento altruísta de evitar que os novos industriais se metam em maus negócios.

No meu longo contacto com a indústria, não constitui novidade este tipo de reacção dos interesses pré-existentes, que se consideram ameaçados por novos empreendimentos. Sem querer afirmar que tais interesses não sejam legítimos, lembro que a sua reacção se traduz muitas vezes em movimentos anti-nacionais, porque se opõem a outros interesses de ordem superior, com influência mais marcada na expansão da economia. Vou dar alguns exemplos.

A partir de 1930 e durante 16 anos lutei pela electrificação nacional. Neste longo período todas as armas serviram à resistência: as centrais e linhas existentes eram bastantes, o consumo não crescia, o novo programa hidroeléctrico era uma aventura. Desacompanhado, olhado em muitos sectores com certo ar de compaixão que notei com amargor, em alguns períodos de desalento me senti Amadis de Gaula em apuros de D. Quichote.

Esperei resignadamente; a electrificação fez-se — e não precisa do meu elogio.

Quando, há dúzia e meia de anos, pretendi conjugar iniciativas dispersas para criar a Companhia Portuguesa de Celulose, impus a condição de se fazer papel de jornal — uma verba volumosa da nossa importação.

Nova reacção nasceu, apregoando que estudos e ensaios anteriores haviam demonstrado definitivamente que era inviável fazer no nosso País papel de jornal, por falta de matéria-prima e por incapacidade de resistir à concorrência da grande produção dos países nórdicos.

Não acreditei no mérito dos tais estudos, desinteressei-me dos ensaios e esperei resignadamente; a Celulose de Cacia é hoje uma grande e próspera empresa, que não só fabrica aquele tipo de papel — como até o exporta em volume anual de alguns milhares de contos.

Pouco depois, o tráfego de Lisboa obrigou a pensar o Metropolitano. Por incumbência do tenente-coronel Salvação Barreto, fui organizador e primeiro presidente desta companhia; mas a reacção, de parceria com a descrença, foram tão violentas que era quase vergonha confessar que se tinha fé no empreendimento.

No primeiro relatório do conselho de administração, publicado há 12 anos, escrevi estas palavras que o Engº Melo e Castro teve a bondade de recordar na recente inauguração, palavras que são toda uma confissão de quem busca um apoio moral que muito poucos lhe concedem:

> «Há problemas que nascem infelizes, sobre os quais se acumulam dúvidas que se exageram e acusações que se não pro-

vam, problemas que um fado mau acompanha e a tradição desacredita ao ponto de ser acto não isento de coragem a singela curiosidade de os olhar a sério.

O aproveitamento do subsolo de Lisboa para o estabelecimento de um sistema rápido de transportes colectivos tem sentido este peso de uma desconfiança imerecida. Argumentos geológicos, topográficos e demográficos têm-nos esmagado, colocando-o sem remissão, na categoria das coisas de que se não ocupam as pessoas sensatas».

Depois de escrever isto, esperei resignadamente; o metropolitano tem em serviço há um mês o seu primeiro escalão e vai começar a construir o segundo.

Não darei mais exemplos. Só acrescento que as palavras que escrevi e acabo de transcrever definem também com perfeita justeza a posição actual do fabrico de automóveis: há reacção, há descrença, e há também problemas muito sérios a resolver, sobretudo nos carros ligeiros. Não estou ainda seguro de que se encontrará uma solução admissível; mas, por doutrina, recuso-me a aceitar aprioristicamente fórmulas negativas; como se fez no metropolitano, há que olhar a sério as dificuldades antes de as considerar intransponíveis. Como nos outros casos, esperarei resignadamente.

11 — NOVAS INDÚSTRIAS FORA DO PLANO DE FOMENTO

Não é só com as iniciativas industriais expressas no Plano que o País pode contar; muitas outras unidades, sugeridas pelo Ministério da Economia ou nascidas da iniciativa particular, mas acarinhadas e ajudadas pelo Ministério como se suas fossem, se encontram em estudo ou execução.

Far-lhes-ei também rápida referência; mas quero que se registe que além dos casos que o Ministério tratou de perto, muitas iniciativas haverá, certamente valiosas, levadas a cabo com menos contacto oficial e que não tenho possibilidade de inscrever nesta resenha.

Burmeister & Wain de Portugal. Com a colaboração da conhecida casa dinamarquesa, deverá começar brevemente em Setúbal a construção de uma fábrica para a produção de motores Diesel, de média e grande potência, terrestres, marítimos e de tracção. Quando esta unidade estiver em plano produção, a construção naval portuguesa passará a ser uma indústria bem mais completa do que hoje.

Máquinas para moagem. Está projectada para se construir em Santarém uma fábrica de máquinas para moagem e outras indústrias da alimentação.

Messa — Máquinas de Escrever. Está em começo de laboração experimental esta unidade industrial, instalada em Mem-Martins.

Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes. Esta empresa tem-se ocupado da formação do pessoal, que é assunto particularmente delicado. Está em estudo a oficina de lapidação, a montar em Lisboa.

Estaleiro de Desmantelamento de Navios. Espera-se que se inicie brevemente em Setúbal a construção deste estaleiro, destinado a desmontar navios velhos para recuperação da sucata.

General Electric Portuguesa. Está em estudo a montagem de uma unidade industrial para a fabricação de material electrodoméstico.

Moagens Associadas. Está em conclusão em Alhandra a grande unidade de milho desgerminado.

Cloreto de Polivinilo. Prevê-se para breve, no norte do País, a montagem de uma unidade para a produção desta matéria plástica, muito empregada em isolamentos eléctricos.

Manuel Mendes Godinho. Deve começar brevemente a construção, perto de Tomar, de uma unidade para a produção de aglomerados de madeira.

Empresa Nacional de Aparelhagem Eléctrica. Deve começar a construir-se brevemente no Sabugo nova fábrica de motores eléctricos e transformadores até 60 kV, para substituir a actual.

Companhia Industrial Produtora de Antibióticos. Está projectada esta unidade na região de Alenquer, para o fabrico dos principais antibióticos.

Firestone. Está presentemente em início de laboração a fábrica de pneus em Alcochete.

Babcock & Wilcox. Está em início de construção nos arredores do Porto esta unidade de fabricação de caldeiras e seus acessórios.

Boeticher & Navarro Portuguesa. Está em estudo uma unidade para o fabrico de ascensores em grande escala, segundo licença Westinghouse.

Montagem de Automóveis. Aguarda-se a instalação de unidades para montagem de automóveis, ainda não definidas.

Industrialização de produtos agrícolas. Está em estudo um programa coordenado Agricultura — Indústria — Comércio destinado a valorizar as largas possibilidades económicas neste campo. A indústria do concentrado de tomate está já tomando um apreciável relevo, que se espera intensificar.

12 — AMPLIAÇÕES DE INDÚSTRIAS

Além das indústrias citadas, que constituem unidades novas, há numerosas fábricas que têm em curso de projecto ou execução importantes ampliações ou renovações, de considerável peso na produção industrial. Ocorrem-me as seguintes:

Standard Eléctrica — para o fabrico de aparelhos de televisão.

Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas — para o fabrico de transformadores até 220 kV e transformadores de medida.

Fundição de Oeiras — para fundição, esmaltagem e outras actividades metalo-mecânicas.

Companhia Portuguesa do Cobre — para nova instalação de laminagem.

Oliveira & Ferreirinhas — para ampliar a produção de ferro maleável.

A. J. Oliveira & Filhos — para ampliar a fabricação das máquinas de costura.

Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos — para ampliar a fabricação de ferro-ligas.

Sociedade Nacional de Sabões — para a fabricação de resinas sintéticas.

Companhia Industrial de Fibras Artificiais — para produzir fio de nylon e fibras artificiais descontínuas.

SAPEC — para a produção de sulfato de amónio.

Fábrica de Produtos da Abrigada — para ampliar a fabricação de produtos refractários.

Fábrica Cerâmica de Valadares — para ampliar a fabricação de produtos cerâmicos.

Fábrica Pachancho — para ampliar a fabricação de motocicletas.

Cimentos — acabam de se ampliar as fábricas Tejo e CECIL, estando em ampliação a CIBRA.

13 — APRECIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A súmula que fica feita diz-nos o que razoavelmente se pode esperar que seja uma realidade dentro de dois ou três anos; trata-se (sem contar com a electricidade) de um conjunto de instalações industriais de valor superior a 6 milhões de contos e com um quadro de pessoal superior a 10.000 pessoas. Não se trata de um plano de investimentos coordenados tendo em conta as respectivas incidências sectoriais, porque não se está em posição de o fazer, mas de um conjunto de iniciativas que, embora aparentemente dispersas, passaram na fieira comum do que pareceu viável e necessário.

O ritmo de crescimento que daqui se deduz reputa-se satisfatório; tem-se mesmo a certeza de que é único na história da indústria portuguesa; mas não pode esperar-se que dele resulte uma variação sensível na nossa estrutura económica antes de uma dezena de anos. E para chegar a este resultado positivo será necessário que durante esse período se verifiquem cumulativamente as condições seguintes:

1ª. — Que o Estado continue a colaborar sem preconceitos com os industriais idóneos, submetendo-lhes sugestões suas ou

acarinhando ou estimulando as sugestões deles com palavras de incitamento e generosas facilidades nos primeiros anos;

2ª. — Que os industriais se compenetrem do seu alto papel na vida nacional e se devotem, sempre insatisfeitos no progresso, a estudar as suas condições de triunfo na Europa futura;

3ª. — Que o Banco de Fomento se disponha a reunir capitais e a não regatear a sua aplicação no complemento de investimentos volumosos que tragam mocidade e novidade ao parque industrial português, ainda (e sobretudo) quando haja de correr razoável margem de risco.

Estas condições são o preço mínimo de uma industrialização capaz de animar o comércio externo e de tornar menos dolorosa a chaga, que parece incurável, do seu desequilíbrio.

O profundo sentido nacional desta evolução, único caminho para sairmos da dúvida de sermos ou não um país desenvolvido, não comporta hesitações nem fraquezas de ânimo, não tolera cepticismos nem ideias feitas, não aceita teorias de negação nem falas de velho do Restelo. Nesta frente de batalha tudo isso é traição; e dos traidores, rezam os códigos militares o tratamento que merecem.

14 — REORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

A reorganização industrial, que no programa que apresentei há um ano figurava como a primeira das minhas preocupações, tem-no sido de facto.

Estão presentemente em funcionamento algumas comissões destinadas, cada uma delas, ao estudo da reorganização de uma modalidade industrial: algodões, amido, papel, vidros, produtos farmacêuticos, cutelaria e loiça de alumínio; estão em preparação elementos de estudo para as indústrias de refinação de açúcar, álcool, resinosos, lacticínios, curtumes, tintas, gesso, moagem e massas. Em perspectiva, muitas outras.

Tenho porém que confessar que as minhas preocupações neste sector são mais graves do que as imaginei há um ano. Querendo fugir à intervenção excessiva do Estado na reorganização industrial, a Lei nº 2005 tentou aquilo que a Câmara Corporativa já classificou de reforma feita pelos industriais com a catálise do Estado. Este seria o método mais perfeito.

Infelizmente, ou o catalisador não é bom ou os reagentes estão adulterados, porque a reacção não se dá como fora prevista; a experiência está mostrando que os industriais, que aceitam sem contestação a necessidade de uma reforma da sua indústria, quando o problema é posto em teses, não abdicam, quando se chega ao pormenor, das suas posições pessoais; cada um faz quanto pode para manter a independên-

cia da sua fábrica sem discutir se ela a merece, ou para manter o equipamento sem discutir se é perfeito, ou para continuar uma louca diversidade de tipos de artigo sem conceder que é disparate. Com frequência se ouvem propostas que pretendem suprir com um simples arranjo comercial as deficiências de equipamento, de dimensão ou de técnica. De qualquer modo, sente-se que muitos industriais não compreenderam ainda a gravidade da situação; a luz que me anima é a certeza de que não são todos.

Se a falência de um industrial em consequência da invasão do seu mercado por artigos estrangeiros melhores e mais baratos (o que é inevitável com a redução dos direitos) o afectasse apenas a ele, não haveria lugar para apoquentações. Sua alma, sua palma, diz o ditado. Mas, infelizmente, à sorte do empresário ligam-se a do pessoal que o serve e a solidez da economia nacional de que cada industrial é o responsável por uma parcela; e não pode esquecer-se que esse responsável não é inteiramente livre de dispor daquilo que vai além da sua própria pessoa. O liberalismo económico, ultimamente tão apregoado, tem que considerar-se em eclipse enquanto não fixarmos posição de segurança na estrutura da nova Europa.

Espero que todos os interessados reflictam em que há que buscar soluções e não fingimentos; nada ganhamos em nos iludir a nós próprios, perdendo tempo quando ainda estamos em altura de o aproveitar; no próximo mês de Julho dá-se a primeira baixa de direitos alfandegários de 20% para as mercadorias provenientes do grupo dos «Sete»; a seguir a isso virá o inevitável.

O País espera uma reforma séria da indústria; eu não me disponho a colaborar em simulacros dessa reforma. O Governo pede a colaboração dos industriais; se estes a recusarem, haverá que prescindir dela, embora se reconheça que faz falta; mas se for esse o caminho que entenderem dever seguir, não lhes ficará autoridade para classificarem a atitude que o Estado vier a tomar como socialista ou totalitária.

A indústria tem que se adaptar a vida nova; se o não quiser fazer, nem por isso deverá desistir de estruturar em moldes adequados as nossas fontes de produção.

A lei dá ao Governo o direito de cancelar as licenças de estabelecimentos industriais no caso de comprovada ineficiência técnica — e a comprovação não é difícil em muitos casos; a população não deve estar indefinidamente a pagar caro certos artigos, só porque algumas indústrias se mantêm mal equipadas; e não pode razoavelmente desenvolver-se o espírito de que os Portugueses devem preferir produtos nacionais, enquanto essa preferência não se apoiar em condições de sã concorrência.

No fundo da consciência, os industriais sabem que as suas unidades não têm a dimensão, nem o equipamento, nem a organização das concorrentes estrangeiras, porque quando pedem protecção ou benefícios

não se esquecem de o lembrar; mas parecem esquecidos de que o Governo vai perder com o tempo a possibilidade de lhes aplicar a protecção habitual.

Não quer isto dizer, que o Estado se desinteresse da vida da indústria; significa apenas que a alteração de estrutura da Europa obriga o Governo a mudar os instrumentos do seu auxílio. Em vez de usar a pauta ou o contigente, que são ferramentas eficientes mas cegas, passará a dar, a cada unidade que se organize devidamente, ajuda financeira para que se modernize, através do Banco de Fomento, e colaboração técnica para que tenha nível, através do Instituto de Investigação Industrial. Figuradamente, substitui-se um vasto alpendre, onde a multidão indiscriminada se protege da chuva mas deixa de trabalhar, por um impermeável, dado a cada um que mostre ser capaz de se servir dele, para labutar com todo o tempo. Áspero é o caminho para merecer o impermeável; sombrio é o futuro dos que o não tiverem ou o não souberem vestir.

15 — CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

O movimento de concentração industrial tem sido a evolução normal em todo o Mundo desde que há indústria, em resultado das crescentes exigências de investimento e de organização nos campos científicos, técnicos e comercial. Muitas das grandes unidades actuais, que dão nome e relevo aos seus países, resultaram da fusão de unidades anteriores, que se reconheciam pequenas de mais para triunfarem como ambicionavam. São casos conhecidos o da *General Electric* americana, o da *English Electric*, o da *Compagnie des Compteurs*, o da *I.G. Farben* (que os aliados obrigaram a dissolver após a guerra) e o próprio caso da nossa União Fabril.

Com o florescer das ideias de integração económica mais se desenvolveu na Europa este movimento, por iniciativa própria ou pressão governamental.

Ainda não há um ano (em Março de 1959), o Governo belga, em projecto de lei dirigido ao Parlamento sobre matéria de fomento industrial, considerava como índice de *envelhecimento estrutural* da indústria belga em comparação com a dos países concorrentes (Inglaterra, Alemanha, Itália e Estados Unidos), o facto de na Bélgica o número de pessoas empregadas em estabelecimentos com mais de 1.000 operários ser apenas de 21%, quando nos outros países citados anda à volta de 30%.

Envelhecimento estrutural é uma expressão que recomendo à reflexão dos Portugueses.

A França é talvez o país em que mais se intensifica hoje a política de concentração industrial, como defesa contra os possíveis reflexos do Mercado Comum.

As revistas francesas que se ocupam de assuntos económicos debatem intensamente o problema das condições de concorrência da indústria do seu país no grupo dos «Seis»; e entre as muitas causas de vantagem ou desvantagem que enumeram (custo das matérias-primas, custo da mão-de-obra, encargos de transporte, organização de vendas, etc.), a dimensão das empresas e a qualidade do seu equipamento aparecem quase sempre como elementos de 1ª linha.

Sob três formas se manifesta o movimento francês de concentração, no propósito de produzir melhor e mais barato: a concentração total, que consiste na absorção ou fusão de empresas, quase sempre com o desaparecimento destas; a concentração parcial, que consiste na criação de novas sociedades onde se reúnem secções comuns destacadas das empresas preexistentes; finalmente, o acordo de empresas para o exercício em comum de certas actividades, como as compras, as vendas, a pesquisa, a especialização de fabricos, etc..

Limitando-me às concentrações dos dois primeiros tipos, direi que elas se realizaram ou estão em curso, entre outras, nas indústrias da siderurgia, dos tubos de aço, das limas, dos camions, das lâmpadas eléctricas, do papel, dos plásticos, da alimentação; e a literatura especializada refere-se a possíveis reformas, no mesmo sentido, nas indústrias do material eléctrico, das máquinas-ferramentas, dos parafusos, dos superfosfatos, da seda, dos têxteis artificiais, etc..

Notemos, para bem localizarmos o que se passa, que a grande massa das empresas ou secções de empresas que em França se concentram por se entender que são pequenas, são bastante maiores que a generalidade das portuguesas, que, ao que parece, se consideram aptas a enfrentar um mercado aberto; e registamos ainda que a revista inglesa *The Economist*, apreciando a indústria francesa, observou que a fraqueza desta resulta do grande número de empresas artesanais ou familiares que, em grande maioria, serão forçadas a desaparecer.

Cito em particular os dois casos mais impressionantes deste movimento: dois «grandes» da indústria química (*Saint-Gobain e Pechiney* — cada um deles com um volume de negócios de alguns milhões de contos) acabam de constituir uma nova sociedade para explorar em conjunto algumas das suas acções e para unificar os serviços comerciais e de pesquisa; doze siderurgias da Lorena criaram, em comum, uma central de oxigénio, que as alimenta através de canalizações ou, em casos especiais, por meio de vagões-tanques com oxigénio líquido.

No artigo de um jornal francês em que se comentava o primeiro destes dois acontecimentos, encontra-se este período que merece ser transcrito:

«O facto de que duas grandes sociedades, que passavam por ser particularmente tradicionalistas, tenham conseguido ultrapassar o seu individualismo e as suas preocupações de amor próprio constitui um choque psicológico para o conjunto da indústria química francesa».

Ultrapassar o seu individualismo e as suas preocupações de amor próprio, deverão fazê-lo todos os industriais portugueses que tenham menos direito a exibir esses sentimentos do que *Saint Gobain* ou *Pechiney*.

O interesse comum dos Portugueses está em que os industriais se compenetrem destas realidades, que não lhes são apregoadas para os atacar mas para os defender; na medida em que estes consigam libertar-se da óptica deformante do pequeno mundo em que se habituaram a viver, para se convencerem de que a indústria é qualquer coisa de mais alto e mais complexo do que a oficina a que se afeiçoaram, e de que o momento actual é, porventura, o mais decisivo de toda a nossa história económica — na medida em que disso se compenetrarem, terão os industriais simplificado a sua vida e a de todos nós.

Não quero deixar de repetir aqui, o que já tem sido dito muitas vezes: embora a concentração industrial seja, em muitos casos, o caminho da produtividade e do êxito, não o é em todos; e mesmo naqueles em que convenha aplicar-se, não o será sempre no mesmo grau.

A lei nº 2005 menciona 7 vias de reorganização industrial; a concentração é apenas uma delas. Não há sobre esta matéria ideias feitas, e é para definir o bom caminho que se tem buscado a colaboração dos industriais; tanto quanto estes consigam demonstrar que as unidades actuais estão aptas a bater-se com êxito em campo aberto, outro tanto se terá afastado a ideia de lhes impor qualquer mudança de rota.

O essencial é sobreviver; com desafogo se possível.

Política Industrial, Conferência proferida
pelo Ministro da Economia Engº José Nascimento Ferreira Dias Jr.
na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto,
em 26 de Maio de 1960, Tip. da E.N.P., 1960.

1 — No dia em que tomou posse, há cerca de 6 meses, o actual Subsecretário de Estado da Indústria, tive ocasião de dizer algumas palavras sobre a posição do Estado em face das quatro categorias de empresários que a vida da indústria nos oferece, duas a duas opostas: os bons e os maus, os grandes e os pequenos. À volta desta tetralogia ainda toda a ansiedade de uma Nação que busca confusamente um rumo industrial, de cuja falta começa a ter consciência nítida. Este despertar é o raio de luz que me dá ânimo.

Prometi voltar ao assunto com mais vagar, porque me parece essencial que nos entendamos nessa matéria; ou fixamos uma doutrina e será possível que todos marchemos a compasso, ou não somos capazes de a definir e tudo que se fizer será oco, mesmo que seja vistoso. A matéria é agreste, mas não vai o tempo para falas cor-de-rosa; desde já peço desculpa de não poder ser amável.

O tema ganhou entretanto particular interesse porque, no que respeita ao ambiente externo, andam todos preocupados com o bem estar dos outros; pelo que respeita ao que se passa em nossa casa, nota-se que a liberdade — aquela liberdade a que se referiu Madame Roland quando, em nome dela, lhe cortaram democraticamente o pescoço — essa liberdade dizia eu, entrou a invadir a economia como o caruncho invade as tábuas de um armário.

Já sou bastante velho para ter assistido a três fases de erupção libertária no nosso País. À roda de 1910, era eu estudante da instrução primária e começava a ter vaga consciência do que se passava à minha volta, entrevi que liberdade era a faculdade de matar padres e insultar freiras — o que a minha meninice não entendeu bem; passados muitos anos, descobri que a mesma liberdade tinha mudado de matéria e consistia apenas em haver eleições, o que me pareceu seria mais ameno — sobretudo para as possíveis vítimas da antiga prática; mas, recentemente, a poliédrica liberdade apresenta uma nova face, que se afigura

ainda mais amena que a anterior: não deve haver condicionamento industrial, isto é, deve reconhecer-se a cada um o direito de fazer indústria onde, quando e como quiser.

O observador, mesmo desatento, notará sem esforço que a liberdade se vai espiritualizando nestas sucessivas mutações; só é motivo de regozijo verificar tal ascensão. Mas no fundo claro que esta observação revela, não podem esconder-se algumas notas escuras; e a propósito me ocorre que um sujeito, certamente de feitio azedo, ao ver pela primeira vez a figura de pedra, que simboliza a liberdade à entrada do porto de Nova Iorque, lhe atirou esta frase cínica: Afinal, os americanos, tais como os europeus, têm o hábito de levantar estátuas aos seus mortos.

O gracejo é pesado e só pode ser de algum modo desmancha-prazeres, que o diabo confunda. Mas em consciência confesso que eu, que me sinto um homem livre, e sou amante da paz, como agora se diz, se tivesse que escolher o alvo da minha simpatia, em concurso de ornamentos portuários, entre a matrona de Nova Iorque (aliás, de sangue francês), que saúda os passantes de braço erguido e gesto de arreganho, e a pequena sereia de bronze, que memora a humilde e desditosa heroína do conto de Andersen, posta sobre um rochedo no porto de Copenhague, optaria por esta. Nada de política; puro romantismo.

Fechemos o parêntesis da estatuária e falemos da aspiração do momento: a liberdade industrial.

2 — O condicionamento da indústria nasceu no princípio de 1931 — vai fazer 30 anos — era Ministro do Comércio o Dr. Antunes Guimarães; criou o Decreto nº 19 354 sob a pressão da crise económica que alastro o Mundo a partir de 1929.

O reconhecimento, que começava a manifestar-se nessa época, de que era muito débil a nossa economia industrial, levou a estabelecer o condicionamento, que consistiu na restrição, por via de um licenciamento, da montagem de novas fábricas e de novas máquinas, quando reputada em excesso a capacidade das instaladas.

Pretendeu criar-se assim uma protecção e um estímulo às unidades existentes, com o objectivo louvável de as fortalecer; no relatório que antecedeu aquele diploma justifica-se a sua publicação com o exagero da concorrência, a má distribuição geográfica das indústrias, os insucessos por falta de bases técnicas ou garantias financeiras, as contingências a que se expõe a classe obreira quando liga a sua existência à vida precária de oficinas levianamente instaladas — todo o longo sudário de fraquezas que continua a ser actual. Só acrescento que nessa data não havia ainda a Europa dos seis nem dos sete, nem a dos dezoito; existia abreviadamente a Europa como acidente da geografia física — o que simplificava razoavelmente o problema.

Passando em claro os eventos menores da vida do condicionamento, para não tirar às palavras que estou proferindo a leveza que

gostaria que tivessem, direi que ao fim de 6 anos — em Maio de 1937 — a Lei nº 1956 veio tornar definitivo o anterior regime, tido até aí como provisório, e manteve-o independentemente da crise, já então totalmente ultrapassada.

Mas esta lei oferecia na sua Base IV em escolho difícil e não isento de certo mistério: a obrigação de publicar um decreto regulamentar para cada ramo industrial que viesse a ser condicionado — suponho que na aspiração, ainda mal definida, de subordinar a protecção dada pelo condicionamento à condição prévia de fixar, tão exactamente quanto possível, o alvo a atingir em cada caso.

Mas essa Base IV, no laconismo das suas linhas e na imprecisão do seu objectivo, não marcou imperativamente um caminho nem as formas de o atingir; e como a lei o não fez e ninguém supriu a falta, a doutrina não se cumpriu, nem chegou, sequer, a ser meditada nos pormenores. Vieram a publicar-se no prazo de pouco mais de um ano três regulamentos (lanifícios, vidraça e resinosos), os quais marcaram um passo na marcha das ideias, mas que hoje, esfumados pelo tempo, se mostram insuficientes na sua acção reformadora da técnica industrial, antes apagando essa faceta com as numerosas prescrições de índole comercial de que se ocuparam.

A verdade é que as curtas palavras dessa Base IV, cheias de boa e séria intenção, ofereciam consideráveis dificuldades quando vistas de perto. Reconhece-se que não é simples escrever em letra de forma umas dezenas de regulamentos referentes a outras tantas modalidades condicionadas, principalmente se se pretender — e parece que chegou a pretender-se — que cada regulamento fosse uma espécie de formulário que contivesse a solução de todos os casos prováveis que se apresentassem a despacho — espécie de cábula *ad usum Delphini*. Vista a questão por outro lado, não era menos inquietante o receio de que tal regulamentação, fixada por decreto, viesse a fazer cristalizar, em formas rígidas e quase impermeáveis, critérios que a rápida mutação da conjuntura exige se adaptem sem demora às condições de cada momento.

De tudo isto resultou a necessidade de dispensar por via legal o cumprimento da famosa Base IV, o que se fez em sucessivos decretos entre os anos de 1937 e 1945.

Entretanto, de 1940 a 1945 uma outra doutrina tomou corpo: a que veio a dar origem à Lei nº 2005. Reconhecendo-se a difícil postura daquela Base IV e a inoperância do condicionamento para, só por si, promover o indispensável desenvolvimento industrial, a nova lei estabeleceu o princípio da reorganização, com o objectivo de levar coercivamente, embora com a colaboração dos industriais, a uma nova estruturação dos estabelecimentos de cada ramo, de forma a substituir todas as unidades defeituosas em equipamento, em dimensão ou em organização, por novas unidades convenientemente projectadas de acordo com a técnica de bem produzir.

Mas a Lei nº 2005 pareceu pouco popular por incluir expressamente nos seus propósitos modernizações e concentrações industriais, coisas que alguns supõem contrárias à tradição — talvez por confudirem tradição com maus costumes, embora não sejam exactamente a mesma coisa. A verdade, porém, é que esta lei teve ao menos o mérito de deixar a germinar na alma das gentes a ideia de que há na base do nosso atraso industrial um insuficiência de técnica e de dimensão fabril, afirmações que o sentimento nacional até então olhara como heréticas e cuja realidade disfarçava como podia com a inefável mentira de que vivíamos em país essencialmente agrícola, onde não medraria, por lei divina, a mais inocente das indústrias. E na paz dos bem-aventurados nos deixámos ficar.

Passaram alguns anos. Em 1952 publicou-se a Lei nº 2052, a que se chamou a nova lei do condicionamento, mas que é irmã gémea da antiga (nº 1952), porque a reproduz em todos os conceitos essenciais: nela se voltou a repetir, quase pelas mesmas palavras, a obrigatoriedade de regulamentar por decreto o condicionamento de cada modalidade industrial e se voltou também a dispensar essa obrigatoriedade em decreto posterior.

Mas como começava a tornar-se imperativo de consciência a noção, a que atrás aludi, de que há essencialmente uma falha de técnica na nossa estrutura industrial, a nova lei recebeu dessa verdade um pequeno reflexo, ao estatuir, no fecho da Base V, que entre as matérias a fixar naqueles decretos regulamentares figurem *as condições mínimas* para a montagem de novos estabelecimentos; e o Decreto-Lei nº 39 634, que regulamentou aquela lei, sentiu o mesmo influxo traduzido em algumas disposições severas contra as fábricas tecnicamente ineficientes.

A pouco e pouco, uma nova noção de condicionamento foi tomando forma; ao lado do primitivo tipo do condicionamento limitador de novas montagens, que é um *condicionamento da produção*, firmou-se o conceito de *condicionamento técnico*, consistindo na fixação de características mínimas a exigir nas instalações novas. Este é o avanço que, embora em termos apagados, a Lei nº 2052 nos trouxe.

Com as Leis nºs 2005 e 2052 e o Decreto nº 39 634 vários caminhos se oferecem para, consoante os casos, fazer política industrial. São estes os caminhos:

a) o condicionamento de produção;
b) o condicionamento técnico;
c) a reorganização com a colaboração dos industriais;
d) a reorganização sem a colaboração dos industriais.

Daqui se tira uma conclusão importante, que não se deve esconder: a de que ninguém se pode desculpar de que não reforma a indústria

por falta de lei; o que é preciso é decisão para o fazer e alguma resignação para ouvir os protestos dos que se encontram em posição que lhes agrada — e que desejariam fosse duradoura.

Mas a força viva do pensamento — tão inevitável como a da matéria —, de parceria com a intenção amável de não desagradar a ninguém, deu à nascente ideia do condicionamento técnico uma generalização indevida — nada menos do que substituir o princípio de reorganização estatuído na Lei nº 2005. A suavidade da nova doutrina é evidente: nada impõe às unidades industriais existentes e liberta as futuras de qualquer peia, desde que respeitem um mínimo técnico préfixado; nisto consiste a aspiração da liberdade industrial, que acima referi, a qual ainda não teve, e não concordo que tenha, sanção legal generalizada.

A solução é, sem dúvida, aliciante, porque parece resolver as dificuldades sem molestar o existente, e só legisla, aliás em jeito muito liberal, para o que aparecer de novo. A mim faz lembrar esta doutrina uma almofada muito macia posta sobre uma superfície rugosa; só resta saber se o interesse nacional exige que se elimine a rugosidade ou se contenta com o seu disfarce.

3 — Feita esta resenha histórica, passemos a apreciar a acção do condicionamento através de alguns números estatísticos, tão curiosos como desconhecidos, referentes aos primeiros 5 anos de vigência da legislação actual, isto é, de Maio de 1954 a Abril de 1959. Os números não têm expressão literária agradável mas são valiosos como documentos:

a) Número de modalidades industriais inscritas no Cadastro Industrial	820
— Condicionadas	255 — 31,1%
— Livres	565 — 68,9%
b) Número de estabelecimentos industriais existentes	135 000 aprox.
— Correspondentes a modalidades condicionadas	5 000 — 3,7%
— Correspondentes a modalidades livres	130 000 — 96,3%
c) Número de pedidos para novos estabelecimentos	14 165
— Sujeitos a condicionamento	1 465 — 10,4%
— Livres	12 700 — 89,6%
d) Pedidos para novos estabelecimentos	1 465
— Indeferidos	923 — 63%
— Deferidos	542 — 37%
e) Pedidos indeferidos	923
— Por deficiente instrução do processo	365 — 39,5%

— Por carência de matéria-prima ..... 169 — 18,3%
— Por impossibilidade legal ..... 54 — 5,9%
— Por afectarem o equilíbrio económico ..... 292 — 31,6%
— Por deficiente dimensão económica ..... 43 — 4,7%

f) Distribuição dos indeferimentos segundo a importância dos estabelecimentos:
— Estabelecimentos de valor inferior a 1.000 contos ..... 655 — 71%
— Estabelecimentos computados entre 1 000 e 3 000 contos ..... 194 — 21%
— Estabelecimentos computados entre 3 000 e 10 000 contos ..... 51 — 5,5%
— Estabelecimentos computados acima de 10 000 contos ..... 23 — 2,5%

Estes números, bastantes significativos, porque se referem ao já longo período de 5 anos, conduzem a algumas conclusões prévias, que permitem localizar quantitativamente o fenómeno:

a) Existem muito mais modalidades industriais livres do que condicionadas;
b) É muito reduzido, em valor relativo, o número de estabelecimentos existentes ou de pedidos apresentados sujeitos a condicionamento;
c) 63,7% dos casos de indeferimento não dependem da vontade ou critério da entidade que decide, porque são da responsabilidade do requerente ou resultam de situações irremovíveis; só 36,3% dos indeferimentos resultam da acção discricionária de quem indeferiu, como resultado da apreciação subjectiva daquilo que pode afectar o equilíbrio económico ou está abaixo da dimensão conveniente;
d) A quase totalidade dos casos de indeferimento refere-se a minúsculos estabelecimentos de mais que duvidoso interesse económico.

De tudo isto se conclui com alguma evidência que quando se diz — e diz-se muitas vezes — que o condicionamento restringe a iniciativa dos industriais e atrasa a expansão económica do País, porque impede os cidadãos de desenvolverem livremente os seus projectos, com os quais criariam novas fontes de riqueza, desta forma discricionariamente abafadas — se está imensamente longe da verdade, porque é limitado o número de actividade a que tal condicionamento se aplica, é pequeno o número de indeferimentos como efeito do poder discricionário de quem decide e é muito modesto o valor dos estabelecimentos negados.

O efeito de travão da riqueza nacional, que alguns vêem no condicionamento, é uma fraca desculpa que não passa de mais uma mentira convencional da nossa civilização, que bem poderia juntar-se àquelas que se catalogam na conhecida obra de Max Nordau.

O que importa ainda deixar registado é que até no estrangeiro se levantam vozes, tão pouco sinceras como as nacionais, de que o condicionamento tem impedido que os naturais desses países venham contribuir com fábricas suas para a expansão da economia portuguesa. O que às vezes se passa é que fábricas estrangeiras vendem a unidades nacionais sem grande valor desenhos ou licenças; se o condicionamento indefere o pedido, fura-se-lhes o negócio. E também já tem acontecido negar-se a empresas estrangeiras a permissão de montarem fábricas em Portugal com máquinas que nos seus países foram abandonadas; enquanto me competir a decisão, continuarei a não consentir tão estranhas formas de cooperação internacional.

Se é esta espécie de transacção que alguns estrangeiros chamam industrializar Portugal, desde já os dispenso do sacrifício; mas simultaneamente afirmo que aqueles que quiserem vir, seriamente, ocupar o seu capital ou a sua técnica em terras portuguesas, montando empreendimentos que tenham o nível de uma verdadeira indústria — a esse acolherei com todas as facilidades que a lei consentir e com toda a simpatia.

Que o condicionamento limita algumas vezes a vontade do cidadão é inegável, mas não vejo nisso nada de estranho; é mais uma das muitas sujeições que o bem comum impõe ao homem civilizado, faltando apenas verificar se tem contrapartida que a torne legítima.

É o que analisaremos a seguir, não sem primeiro afirmar que os números que se acabam de expor, longe de mostrarem a existência de uma legislação agressiva, que ofenda uma liberdade legítima, só provam a transigência com que ela tem operado, consentindo, pelos excessivos deferimentos, no alastramento de uma situação que não é brilhante.

4 — É compreensível que pessoas pouco ao corrente destas matérias se sintam chocadas ao saber que se negou a alguém o direito de montar uma indústria; a essas dedico a seguir algumas explicações complementares, que ajudarão a compreender a lógica desta atitude.

Como vimos, muitos dos indeferimentos resultam de factos irremovíveis (falta de matéria-prima ou impossibilidade legal) ou ainda da deficiente instrução do processo, facto imputável ao requerente. Sucede muitas vezes que tal facto resulta de incapacidade do interessado — o que é fundamento bastante da negativa; outras vezes é fruto de habilidade da sua parte, que o leva a não esclarecer exactamente o que quer, para mais tarde poder alegar ou negociar direitos que não tem.

O caso, infelizmente, regista-se com alguma frequência e liga-se com outro ponto, igualmente melindroso, mas que não quero passar em silêncio: a queixa de venalidade dos funcionários por cujas mãos correm estes processos. Tenho ouvido acusações vagas; tenho procurado que se concretizem, disposto a aplicar as mais severas penalidades; até hoje não recebi uma indicação positiva. Esta atitude dos acusadores, que malsinam a reputação do funcionalismo mas não concretizam as acusações quando chamados a contas, faz-me lembrar a conhecida burla das cautelas com o número viciado, em que ambas as partes são, com pequena diferença, quase igualmente desonestas.

Mas prossigamos com as explicações.

Em 1926 (ainda não havia condicionamento), o Decreto nº 12 051 proibiu a instalação de novas moagens de farinhas espoadas de trigo, como primeiro acto de uma política de saneamento que se desenvolveu até 1934 e terminou na expropriação de 30% da capacidade das moagens existentes, que era então cerca de 4 vezes a correspondente às necessidades do consumo nacional.

Perante esta corajosa decisão e os sacrifícios que ela exigiu, suponho que a ninguém pareceu despropositada a proibição de novas montagens por força de diploma legal. Estranho pareceria o contrário: deixar montar a bem da liberdade, para depois expropriar a bem da Nação.

Por essa mesma altura, em 1931, ante uma crise da indústria de conservas de peixe, o então Ministro das Finanças, Dr. Oliveira Salazar, fez pessoalmente um inquérito às unidades fabris deste ramos, de cujo relatório se conclui, entre outros aspectos que nos não interessam aqui, que as fábricas se multiplicaram em desordem, criando-se numerosos organismos fracos técnica e financeiramente, e perdendo-se muitos capitais com os frequentes encerramentos.

Alguns meses depois, o Decreto nº 21 623, que regulamentou aquela indústria, confirmou a proibição de montagem de novas fábricas de conservas, que já vinha do Decreto nº 15 581, de Junho de 1928; continuo a supor que a lógica da conclusão não oferece dúvidas a ninguém de boa fé, ainda que possa descontentar algum sonhador que imaginasse poder salvar-se a si e à Pátria instalando nova unidade para conservar peixe que não existe — ou só existirá na medida em que faltar a outros.

Alarguemos agora as nossas vistas para novos sectores, além da moagem e das conservas. Um trabalho do Engº Rego Lima apresentado ao II Congresso da Indústria Portuguesa, reunido em Lisboa em 1957, permite-nos tirar algumas conclusões relativas ao sobreequipamento de muitas indústrias portuguesas.

Escolhendo apenas as mais significativas de entre as modalidades que se dedicam exclusivamente à alimentação do mercado interno — com ressalva de alguma exportação ocasional — e chamada a atenção

para a falta de rigor dos números que é possível oferecer nesta matéria, chega-se ao quadro seguinte, em que se designa por sobreequipamento a relação entre a capacidade de produção e o consumo:

Ramo industrial	Sobreequipamento
Pregos	13,5
Parafusos	11,8
Fundição de ferro	10,4
Tintas e vernizes	10
Garrafas	8,2
Tubos plásticos isolantes	7,3
Baterias de acumuladores	7,3
Malhas	7
Chocolates	5,5
Material eléctrico de matéria plástica	5,3
Trefilaria de metais não ferrosos	4,5
Contadores de água	4,4
Borracha	4,3
Trefilaria de ferro e aço	3,9
Tubos de aço	3,6
Condutores eléctricos	3,2
Massas alimentícias	2,6
Sabões	2,4
Lacticínios	2
Refinação de açúcar	2

Excluíram-se as indústrias que praticam a exportação, grande ou pequena, com carácter regular, porque para essas nem sempre é legítimo definir um grau de sobreequipamento; mas os números que ficam apontados — que não passam de exemplos — dão bem a medida do desnorteamento com que muitas unidades industriais foram instaladas e conduzem a algumas reflexões úteis.

No nosso parque industrial é impressionante o número de casos em que a desproporção entre a capacidade de produção e o consumo atinge cifras que custam a acreditar; ainda que cada caso não tenha relevo, a sobreposição dos seus efeitos leva-nos a pensar na incidência que tem sobre a contabilidade nacional o volume de capitais assim gastos sem necessidade, numa época em que a orientação dos investimentos se tornou regra de toda a política económica e num país em que a escassez de capital dificulta algumas iniciativas merecedoras de estímulo.

Por outro lado, se nos pusermos a meditar na baixa utilização de tão excessivos equipamentos e na influência perniciosa que ela tem no custo dos artigos fabricados, encontraremos uma primeira razão da incapacidade de concorrência internacional de muitas das nossas indústrias.

Nasce assim naturalmente, a dúvida de saber o que será mais razoável: se o condicionamento ou o liberalismo. Na primeira hipótese contraria-se a tendência viciosa, dificultando a montagem de novas unidades nos ramos em que já são excessivas, semelhantemente ao que se fez por decreto, com tanta lógica, nos casos atrás citados da moagem e das conservas; na outra, pelo contrário, deixam-se desenvolver todas as pretensões, para mais tarde, na altura do exame de consciência, se reconhecer o erro, como agora estamos a reconhecer e como o relatório de 1931 revelou no ramo das conservas.

Não parece oferecer dúvida que está última solução é mais cara e menos fácil.

5 — A posição do problema do excesso de equipamento não é tão elementar como poderá concluir-se do que acabo de dizer; não pode fixar-se o equipamento óptimo de uma indústria (expresso em número de fábricas) dividindo singelamente o consumo do respectivo artigo pela capacidade, doutamente definida, de cada unidade industrial.

Dois fenómenos perturbam esta simples aritmética: o primeiro reside no diferente mérito (industrial ou comercial) que oferecem as diversas empresas e os respectivos empresários; o segundo, corolário deste, está na vantagem de certa concorrência entre os produtores.

A diferença de mérito leva a distinguir os aptos dos que o não são, os capazes de produzir artigos de qualidade, dos que não vão além de uma produção ordinária, que não sustenta as exigências de uma norma, mesmo benévola; leva ainda a distinguir os que produzem a baixo preço dos que precisam de larga margem de protecção; os que conhecem com rigor o seu preço de custo, dos que só o apuram muito grosseiramente; os que têm capacidade para vencer fleumaticamente um período de crise, daqueles que alarmam o País com os seus queixumes à mais pequena flutuação da conjuntura.

Os números que medem produções destes diversos cambiantes, medem, essencialmente, grandezas de espécies diferentes, donde resulta que não são somáveis, o que traz algum embaraço às contas; por outro lado, o estímulo de certa concorrência, sempre útil, não pode deixar de implicar algum sobreequipamento, isto é, algum investimento a mais. A dificuldade de uma solução rígida é evidente; mas o exagero de meios de produção é claramente inaceitável.

Poderá pensar-se que a simples verificação de haver sobreequipamento em dado sector provocaria uma reacção contrária, como reflexo da lei da oferta e da procura; mas, paradoxalmente, não é assim, pois todo o novo pretendente a industrial tem a miragem de que fabricará melhor e mais barato do que os antecessores e os levará de vencida. O facto tem sua explicação, pois é nas indústrias de tecnologia mais simples, mais acessíveis com menos saber e menos dinheiro, onde o sobreequipamento se apresenta maior e onde o aparecimento de novos

aspirantes a industriais é mais frequente; e nesses sectores é também onde mais amiúde se ouve a queixa de que a política do Governo prejudica o desenvolvimento industrial, porque impede rasgadas iniciativas, que abririam, quando livres, horizontes dourados.

Compreendo sem esforço que qualquer pessoa olhe como rasgada e merecedora de deferimento uma iniciativa do seu compadre ou do seu amigo; mas importa não misturar o modesto problema particular do cidadão com os superiores interesses nacionais, nem invocar a dignidade da economia para tentar fazer assistência a um indivíduo necessitado. Sobretudo impõe-se não converter estas questões sentimentais em temas de debate político.

Por mim, sinto que posso bem com a responsabilidade de privar a Nação do benefício dessas vocações perdidas; entendo mesmo que seria boa altura de mudarmos de atitude, de abandonarmos o hábito de fazer, à boca pequena, a defesa do que é medíocre e a condenação do que tem mérito, — atitude que, entre nós, é tida por muito digna. O futuro apresenta-se sombrio para as nações que não acreditam no primado da escola e da inteligência.

A tranquilidade de consciência a que acabo de fazer menção é reforçada pela observação que vou referir e que salta à vista do circunstante menos atento. A iniciativa privada portuguesa mostra-se com pouca originalidade: apesar de termos um desequilíbrio do comércio externo da ordem de 6 milhões de contos, dentro do qual se encontrariam certamente, se fossem pesquisadas, sugestões para novas indústrias, a quase totalidade dos pedidos é a pura repetição do que já se faz em regime de sobreequipamento; e as novas pretendidas instalações não são, também na quase totalidade, melhores que as existentes.

É desolador o panorama que oferece o grande volume de pedidos do condicionamento que acorrem à repartição respectiva: a maior parte deles é duma pobreza que desanima; é a cópia servil e muitas vezes desajeitada daquilo que toda a gente já faz. Regista-se como característico o sistema de rajada em que as pretensões aparecem; se há uma iniciativa, seja ou não original, que revela ou prenuncia certo êxito, é segura uma girândola, como nos foguetes das romarias. Vive-se de andar à babugem; e esta verdade permite-me afirmar que não há nenhuma ligação entre o indeferimento destes pedidos e a marcha da economia nacional. Esta, apesar de ser ainda débil, já não é com este painço que se alimenta.

Repito, não vá esquecer-se o que já disse, que deste raciocínio se excluem as indústrias de exportação até ao limite da matéria-prima disponível; para essas é intuitivo o interesse da repetição.

Já tem sucedido que as sugestões às vezes feitas pelo Ministério para montagem de novas indústrias são recebidas pelas pessoas que as ouvem com manifesta frieza e não conduzem a qualquer realização; são sugestões que, embora modestas, se afastam algum tanto do cor-

rentio, pelo que exigem de estudo e comportam risco — coisas a que poucos se dispõem. Tem-se a impressão de que os interessados gostariam que lhes fosse sugerida uma fabricação de tijolo, de pregos, de tintas, ou uma fundição de ferro — coisas sem nenhum interesse, porque existem de sobra, mas que qualquer pessoas faz, melhor ou pior, sem estudo e sem preocupações.

Há em tudo isto uma confusão enorme: não é este conjunto de actividades fáceis, mas em geral inúteis quando não indesejáveis, que se chama indústria nas línguas dos países desenvolvidos.

6 — O sobreequipamento, de que acabo de falar, não é o único defeito que existe e se acentua na indústria portuguesa, porque, se esse excesso de capacidade residisse em unidades de primeiro plano, é quase certo que o mal se converteria em bem. A necessidade, segundo a fábula de Fedro, desperta o engenho até nos irracionais; ela levaria essas unidades a olhar para além da fronteira, a aparecer pelo vasto Mundo como fazem os indústrias de outros países. Os índices económicos de Portugal conheceriam então outros valores e a palavra sobreequipamento deixaria de ter sentido.

A observação dos tempos mais recentes revela uma tendência, ainda leve, neste bom sentido; dir-se-ia que a exportação de produtos industriais (além dos artigos clássicos) começa a desabrochar.

São ainda poucos os pioneiros, mas faço o possível para que sejam mais; para aqueles que neste caminho difícil obtiveram já algum êxito, vai neste momento o meu pensamento agradecido. É a estes que a ajuda do Estado deve distinguir; tudo o que lhes faça nunca será favor.

Mas as unidades de primeiro plano, a que me estou a referir, podem também, em escalão menos nobre, mas ainda digno, prestar à economia nacional um bom serviço: substituir a importação sem precisar da muleta aduaneira. Também nesse campo se fazem alguns progressos e também a esses presto a homenagem de um pensamento.

Depois desta curta referência ao que chamei indústrias de primeiro plano — espécie de viagem num pequenino país de maravilha — eis-me caído no limbo do trivial: a pulverização de indústrias de reduzida ou nenhuma categoria.

Nestas, o sobreequipamento é uma chaga sem cura — salvo se se lhe aplicar o remédio do ferrador de Chão de Maçãs: o ferro em brasa. Com estas, não há exportação possível nem combate eficaz à importação; revela-se nelas o sobreequipamento de baixa classe e baixa utilização em toda a sua impotência.

A falta de um bom nível de cultura, o excessivo individualismo e, talvez, o baixo nível de emprego, que leva muita gente a lançar-se na aventura de montar uma péssima indústria, porque não há bastantes boas indústrias, que ofereçam lugares de regular remuneração — todas estas razões levam a nossa gente a fugir de colaborar numa

obra sólida para se lançar num tipo de manufacturas que a civilização europeia baniu há dois séculos, que a pauta, umbrosa como a nossa, tem mantido em conserva, e que a futura Europa vai cilindrar sem remissão.

Desta dispersão de pequenas unidades sem capital, sem técnica, sem equipamento, sem assistência científica, dá alguns exemplos o seguinte quadro:

Indústrias	Número de unidades
Algodões	512
Lanifícios	492
Curtumes	400
Fabrico de máquinas	237
Fundição de ferro ou aço	194
Plásticos	181
Fabrico de material eléctrico	145
Papel	126
Tintas e vernizes	63
Sabão	61

Para quem conheça o volume da produção portuguesa, alguns destes números quase nos cobrem de ridículo, pelo que revelam de pequenez da dimensão média e pelo que deixam perceber de incapacidade para atingir níveis satisfatórios de qualidade e preço. Verifica-se mesmo que alguns ramos industriais temos sobre-equipamento e nem assim abastecemos suficientemente o mercado, antes damos ao estrangeiro larga possibilidade de venda de produtos, para satisfazer sobretudo o consumo de qualidade, apesar das protecções pautais; isto mostra a insuficiência das nossas unidades e justifica sobejamente o indeferimento de novas pretensões da mesma categoria.

Nem sequer é válido o argumento, tantas vezes invocado, de se criar, com novas unidades, salutar concorrência; primeiro, porque a competição entre muitas unidades pequenas, facilmente degenera de concorrência em confusão; segundo, porque a concorrência feita com artigos baixos não é concorrência mas demolição. Só conduz ao retrocesso.

Acresce que a competição a que tal excesso de unidades dá lugar no mercado interno, só é possível à custa do aviltamento dos salários e da fuga às obrigações do imposto e da previdência, de que muitas indústrias caseiras ou artesanais dão triste e doloroso exemplo. O fenómeno não é apenas português, mas base aos Portugueses a triste glória de o romancearem, vendo em certas formas primárias de trabalho, que

não passam de quadros de miséria, o ar risonho e primaveril da Margarida que vai à fonte.

Não vá inferir-se daqui que não há lugar para os pequenos; ouvi uma vez dizer, acertadamente, que, num baralho, os duques também são precisos. O que quero afirmar é que há indústrias portuguesas como se fossem baralhos formados apenas por duques; e como esta composição não sei que jogo se possa jogar. E eles também não sabem.

Os industriais que trabalham neste nível, habituados ao anacronismo da suave calmaria que caracterizou a vida de uma época, nem vislumbram que a verdadeira indústria é cada vez mais ciência aplicada e cada vez menos empirismo de artífice; e que a pesquisa dos padrões de qualidade e produtividade, que a concorrência moderna exige, ultrapassa de muito o quadro da intuição ou até do estudo corrente de um ou de poucos homens, para exigir um instrumento industrial e comercial complexo, que multiplica em larga proporção a capacidade de cada ser humano que dele faz parte.

É certo que um estabelecimento de começo humilde pode ser a origem de uma boa unidade futura como alguns exemplos testemunham; mas a probabilidade é tão pequena que não podemos aceitar como normal tão longo e difícil caminho.

As pessoas versadas em fenómenos económicos cometem às vezes o erro de supor que é desnecessário impedir a montagem de unidades defeituosas, porque, se o são de verdade, devem morrer a breve trecho na luta da concorrência. Não se nega que algumas vezes assim sucede, mas a verdade é que nem sempre a regra se aplica. Para que a aplicação se dê é preciso que a qualidade do artigo seja fácil de identificar e que o comprador seja exigente; mas em mercado pouco esclarecido, como o nosso, em que as marcas de qualidade são quase desconhecidas e o mais baixo preço domina exclusivamente a procura, o industrial pouco apto consegue muitas vezes manter-se, refugiando-se no artigo baixo, que permite um preço igualmente baixo — o bastante, se não para triunfar, ao menos para não morrer. Os exemplos vêem-se de olhos fechados.

Observo ainda que as indústrias a que os Portugueses chamam grandes — às vezes com uma ponta de azedume — não o são tanto como eles supõem; muitas delas são licenciadas ou assistidas por empresas estrangeiras, de categoria superior, que dispõem de maior organização de estudos, maiores laboratórios, mais numeroso e qualificado estado-maior. Os Portugueses têm muitas ilusões sobre as coisas grandes da sua terra; esta é uma delas.

Conviria que reflectissem sobre os seus conceitos de grandeza e que em vez de albergarem no coração a inferioridade de desejar o enfraquecimento das boas empresas, tivessem antes o orgulho de pensar que elas serão capazes de crescer e de dispensar um dia a assistência técnica que recebem ou de a retribuírem em perfeita

reciprocidade. Isto seria patriotismo do bom; o resto parece mais despeito do que doutrina.

Para dar ideia de como nascem sem horizonte e vivem sem grandeza muitas pequenas unidades industriais, vou contar dois casos com certo pitoresco.

Há poucas semanas, estando aqui no Porto, fui a um café tomar o pequeno almoço. Na mesa ao meu lado sentaram-se dois senhores. Um teria cerca de 30 anos e pareceu-me, pela conversa, que seria caixeiro viajante — aliás de boa presença; o outro, mais idoso, falou pouco e nada conclui a seu respeito. O primeiro começou, em certa altura, a expor um programa de vida que estava a esboçar: associar-se com dois amigos, um desenhador e outro operário em empresas metalomecânicas do Norte, para montarem uma oficina de construção de máquinas, entrando cada um com 15 contos. O interlocutor, talvez irónico, perguntou-lhe se ele tinha inventado alguma máquina que quisesse construir; ao que o interrogado respondeu que não, mas que havia muitas máquinas que se podiam copiar ou adaptar e vender-se a preço mais barato que as originais.

Estive tentado a entrar na conversa, mas não o fiz; fiquei-me a pensar se um Governo consciente não tem obrigação de impedir que se façam estas pequenas tolices, que só perturbam o equilíbrio económico, emboras nascidas na imaginação de uma pessoa que me pareceu bem intencionada, mas que não tem educação económica, não faz ideia das exigências de precisão de uma boa máquina, e se deixa arrastar pelo exemplo quotidiano do meio em que vive.

O outro caso, que vai bater ao mesmo ponto, passou-se há algum tempo na Direcção-Geral dos Serviços Industriais. Um industrial de cortiça, dispondo de uma pequena unidade de preparação, de que há centenas por este País, foi perguntar se lhe davam licença para montar nova fábrica do mesmo ramo.

— Mas se o senhor já tem uma fábrica, para que quer outra? — perguntou-lhe o funcionário.

— Porque o meu filho, que trabalha comigo, vai-se casar — respondeu o homem.

Esta ideia de que o casamento do filho não consentia que ele continuasse a trabalhar associado ao pai e de que seria mais razoável montar uma fábrica nova do que empregar o dinheiro em melhorar e alargar a fábrica existente, é um dos aspectos mais tristes do panorama industrial português.

Quando Pierre Daninos escreveu nos «Cadernos do Major Thompson», que a França se divide em 40 milhões de Franceses, bem poderia ter pensado em Portugal, onde 9 milhões de Portugueses só viveriam a seu gosto quando houvesse uma fábrica para cada um, uma escola para cada um, um hospital para cada um.

Nada de colectivismos!

7 — Ficou apresentada em linhas gerais a defeituosa estrutura da indústria portuguesa; vejamos os possíveis caminhos da nossa política industrial.

O mais simples consistiria em abolir qualquer espécie de condicionamento e tomar a posição passiva de «laissez faire»; penso que seria o suicídio.

Se nos viramos para o condicionamento industrial de produção, como vem sendo aplicado — ou até com maior severidade — reconhece-se que ele tem justificação nas indústrias sobreequipadas, porque evita a montagem de pequenas unidades que não tenham — e quase nunca têm — progresso técnico sensível sobre a generalidade das existentes. Mas este caminho, só por si, pode actuar sobre os casos futuros mas nada altera do que existe; não se chaga a solução satisfatória quanto à correcção dos defeitos. É a vida que temos vivido e que já deu as suas provas.

Aplicar o condicionamento técnico também não conduz a resultado aceitável; ele difere apenas do anterior em fixar condições mínimas para as unidades futuras e em tornar o despacho automático: pedidos deferidos ou indeferidos consoante se situam acima ou abaixo desse mínimo.

É fácil de mostrar que esta é a solução que mais protege os industriais instalados, o que faz perder valor à sua defesa quando feita por estes. De facto, o condicionamento técnico puro, como já vimos atrás, não altera a situação presente, isto é, não cria às unidades existentes qualquer obrigação; e como o mercado é fácil de contentar, a pauta ainda tem longa vida e a mão-de-obra é barata, a situação presente pode manter-se com alguma aparência de estabilidade. Por outro lado, esse condicionamento, sobretudo se fixar em elevado nível os mínimos de equipamento exigidos, elimina todas as futuras unidades pequenas (boas ou más) só deixando medrar algum raro projecto de melhor categoria; donde se conclui que tal sistema conserva as posições presentes e ainda elimina, garantidamente, muitos concorrentes futuros.

Com isto arranja-se uma espécie de exclusivo, sem parecer que o é; mas o sistema tem, sem dúvida, certo ar liberal, porque cada um fica como está e os que vierem no futuro, uma vez que excedam o padrão mínimo, têm assegurado o deferimento. Não se nega que fica havendo em tudo isto muita liberdade — embora amaneirada; mas este conceito de indústria livre tem um preço muito alto: a quase ausência de acção. Mantêm-se o bom e o mau, tal como existem, o que mostra não ser este caminho sensivelmente diferente dos anteriores. A evolução natural conseguida por este modo talvez em 30 anos venha a ser sensível; mas tal sistema de transformação é muito lento para as nossas prementes necessidades, o que dá ao método a característica de ser mais uma aparência do que uma realidade.

O meio realmente eficaz de reforma da produção tem de ser mais doloroso, como medicação heróica; é necessário refundir a estrutura actual da indústria, de acordo com a Lei nº 2005, e aplicar em seguida o condicionamento técnico, como forma de impedir a regressão ao regime presente. O princípio da modernização e concentração industrial, que é lei no nosso País há 16 anos, está a ser posto activamente em prática nos países do centro da Europa como elemento de defesa contra a unificação económica; alguns exemplos desse movimento dei-os na conferência de imprensa realizada em Lisboa em Fevereiro passado.

Não se escondem as dificuldade dos métodos; as menores serão as de reunir capitais para remodelar fábricas que se mantenham, ou construir as que concentrem e substituam as unidades a desaparecer, pois o Estado, por si ou pelos seus órgãos, facilitará de acordo com a lei a obtenção desses fundos; as mais graves serão as posições pessoais do patrão que não quer passar a empregado, do homem isolado que não quer ter sócios, do sócio que é gerente e não quer entrar numa sociedade maior em posição de minoria, do proprietário a quem vão valorizar como sucata as máquinas que realmente o são em face dos novos equipamentos a montar, mas que ele está convencido de que valem duas ou três vezes o que custaram há 30 anos, tida em conta a desvalorização da moeda, esquecendo-se de que as máquinas envelhecem mais depressa do que as pessoas.

É toda esta longa fila de casos dolorosos, sentimentalmente respeitáveis mas egoisticamente exagerados, que é preciso estudar e acalmar, medir e resolver. O que não podemos é desistir; mesmo em algumas fábricas que o vulgo considera boas e os proprietários consideram óptimas, quando se faz a análise a fundo dos seus equipamentos e processos, conclui-se que alguma coisa falta para acompanhar a última palavra da produção.

8 — Reorganização e condicionamento são, como acabamos de ver, os dois meios legais de que o Governo dispõe, para melhorar o nível da produção industrial; ambos são porém objecto dos comentários que vamos passar em revista.

A reorganização levantou há 18 anos torrentes de imprecações; pareceu chocante pela novidade pois, tirando o caso da vidraça que originou a COVINA, não sei de qualquer exemplo anterior que oferecesse semelhança. Para mais, a maioria dos reclamantes pareceu não entender nessa época os fundamentos de uma política tão repulsiva, que alguns atribuíam apenas à idolatria da técnica, com ofensa dos valores morais e humanos. Mas as ideias são hoje sensivelmente diferentes. A criação na Europa de mercados mais ou menos comuns fez acordar os dormentes e assustar os acomodados. As conclusões do II Congresso da Indústria Portuguesa falam bem claro sobre as preocupações presentes dos industriais; já ninguém contesta a necessidade de

reforma e apenas nos pormenores de execução a maioria procura maneira de ser atingida o menos possível. E poucos — mas ainda alguns — se atrevem hoje a dizer em público que a sua indústria é impecável de perfeição; o exemplo de reequipamento, de concentração ou de coordenação de fabricos que nos vem do centro do continente europeu tem tido na formação deste espírito parcela importante.

O condicionamento de produção dividiu, e continua a dividir, os Portugueses em duas facções, que o vêem sob ângulos diferentes: de um lado, os que estão instalados, que o consideram elemento essencial de estabilidade, porque ele modera (embora fracamente, como vimos) a concorrência um pouco aventureira de muitas pequenas unidades, sempre em germinação, mas quase sempre pouco valiosas na qualidade de instrumentos de produção, pela falta de originalidade e de nível técnico, como ficou referido; do outro lado, os que pretendem instalar-se, que vêem no condicionamento uma negra muralha onde ressumam a injustiça e a rotina, que eles, os pretendentes — pobres deles e de nós — se propõem geralmente transpor com armas de bem fraco valor.

Se depois de tantos anos em que o assunto se debate, ainda não se estripou a rotina, não é porque a muralha o impeça, mas porque os assaltantes, pregoeiros do progresso, não são de melhor quilate do que os que se defendem do assédio. Raras vezes se terá fechado a porta ao que se apresenta com armas de fina têmpera; mas parece que os bons alfagemes começam a rarear.

Diz-se que não há noutros países muralha semelhante a esta, mas a afirmação só é parcialmente verdadeira. Por um lado, a pulverização que se nota em quase todos os ramos da nossa indústria não se verifica, com a mesma generalidade, em todos os países, por temperamento dos habitantes, pela existência de maiores facilidades de trabalho por conta de outrem, ou pelo próprio respeito que merece a indústria num país bem industrializado; mas, independentemente desse facto, há em muitos países limitações mais ou menos indirectas, através da fiscalização dos créditos bancários, de imposições de localização, da exigência de níveis de qualidade, e, porventura, outras mais.

O que se nota nos comentários ao condicionamento é a insistência com que o paradoxo os acompanha — um paradoxo a que podemos chamar triangular. Tenho ouvido pessoas que acham mau o condicionamento e que algum tempo depois mudam de ideias só porque passaram a ter ligação com uma unidade industrial; tenho ouvido outros que também o acham mau mas que resvalam a propor que se aplique para negar uma iniciativa com que não simpatizam; e conheço finalmente os que acham bem que ele exista, mas aparecem a defender o despacho favorável das pretensões mais indefensáveis. Cada um recolha deste leque as ilações que entender; a mim parece excessivo o eclectismo das posições.

9 — Peço agora licença para fazer, numa espécie de síntese a minha defesa. O pensamento que comanda as reflexões feitas atrás resume-se, singelamente, em algumas verdades; e uma vez assente que são verdades, é perder tempo voltar atrás para as discutir. As verdades são estas:

— o poder de concorrência internacional da indústria portuguesa é baixo (em muitos ramos nulo) mas temos que o aumentar, como forma, talvez única, de sobrevivência;

— para isso, é necessário reequipar e modernizar essa indústria, e substituir nela todo o empirismo e toda a intuição (verdadeira ou falsa) por processos objectivamente científicos;

— tal caminho é incompatível em muitos casos (note-se bem que não digo em todos) com a existência de unidades industriais muito pequenas, vista a grande produção e o grande custo das máquinas modernas e o estado-maior de técnicos de várias classes, que o seu funcionamento exige;

— a política geral de concentração que daqui resulta — e de que todo o Mundo nos dá exemplo — levanta problemas materiais e sentimentais, que é preciso resolver com alguma humanidade;

— mas resolver com humanidade é diferente de não resolver ou de resolver defeituosamente, com transigências que comprometem os resultados.

Desta dedução, de que não vejo alternativa, têm alguns concluído, erradamente e com certa aridez, que é minha intenção demolir os pequenos e favorecer os grandes. Mas não é assim. Posso dar, se for precisa, uma fiança: sou um cidadão de modesta vida, afastado de todas as ligações e interesses. O que sou é levado pela lógica do raciocínio, num caminho que não admite contestação séria, a reduzir o número de estabelecimentos industriais em alguns ramos, aumentando o seu tamanho médio.

A lei não encara como geral a hipótese pura e simples de fechar a porta a fábricas reconhecidas como inconvenientes, para dar desafogo a uma fábrica maior — o que poderia prestar-se a comentários; procura antes levar os industriais naquelas condições a associar-se para criarem em conjunto unidades novas; se o não quiserem fazer, condenam-se por suas próprias mãos. As intenções, de claras, não autorizam desvios de interpretação; não se busca monopólio ou gigantismo, mas comunidade de interesses numa mediania capaz de sobreviver.

Mesmo desta maneira suave, que é uma das formas de humanidade de que falei há pouco, não consegue eliminar-se um inconveniente apreciável: o de reduzir o número de patrões, pois que estes, mesmo associados, não podem ficar todos gerentes; atrevo-me a pedir que se admita a dúvida sobre se teriam muitos deles capacidade para o ser.

Este inconveniente tem seu peso, ainda que se abstrai do abalo que pode trazer à vida de cada um; o pequeno empresário, diligente, embora nem sempre culto, é um elemento de estabilidade na vida social, que é injusto e insensato hostilizar; mas na medida em que a reforma industrial é inevitável, haverá que aceitar algum sacrifício.

Essa reforma, porém, oferece no campo social uma compensação equivalente ou superior; a substituição de algumas das actuais oficinas por unidades de organização mais perfeita e de mais alto nível faz aparecer uma classe média que naquelas quase não existe, porque nelas pouco mais há que o patrão absoluto e o pessoal braçal. Engenheiros, agentes técnicos, analistas, biologistas, juristas, contabilistas, técnicos de economia, chefes administrativos, consultores diversos — todos estes elementos, que formam os quadros superiores e médios dos órgãos de produção e que hoje são quase desconhecidos nas pequenas explorações, passarão a florescer, quando a empresa tiver altura e volume para os compreender e lhes dar enquadramento. Assim as escolas os formem em número suficiente.

Observo ainda que a reforma da produção reduz o número de industriais mas não reduz obrigatoriamente o número de capitalistas. Pelo contrário, toda a política de formação das novas empresas deverá ser orientada — e a lei assim o prescreve — no sentido de dar ampla participação no capital a todos os que já trabalhavam nesse ramo de actividade.

Mais do que isso, penso que toda a política nacional de investimentos deverá ser orientada no sentido de atrair as pequenas economias, incutindo nos portugueses médios o espírito de se orgulharem de ser accionistas de uma grande empresa, em vez de serem proprietários de qualquer coisa triste, como uma oficina decadente ou uma dessas miseráveis «ilhas» que começam, felizmente, a desaparecer nesta cidade.

No congresso da Conferência Mundial da Energia, realizado em Belgrado em 1957, o presidente da Detroit Edison Company, Walker Cisler, fez uma conferência com o título «O efeito das questões social, económica e política sobre o investimento nas empresas eléctricas»; como era de esperar, foi ouvida por alguns dos elementos locais com visível desagrado. Nela afirmou que a sua Companhia possui mais de 80 000 accionistas, em muito grande maioria pequenos accionistas, que têm confiança na Companhia e na sua administração; que este modelo se repete em muitas companhias americanas de todos os ramos industriais; e que a economia dos Estados Unidos prospera porque o capital é assim posto em movimento dando aos seus possuidores razoável retribuição.

Bom seria que os Portugueses imitassem este exemplo e tivessem do direto de propriedade uma noção menos acanhada do que têm hoje.

Duas coisas me parece se poderão vir a fazer, de fonte oficial, para o estimular; a primeira seria a de olhar a sério a tão falada fiscalização

das sociedades anónimas, para que o público, com ou sem razão desconfiado, aplicasse com mais decisão o seu pé de meia na subscrição de títulos — tão pouco afeito está a fazê-lo e tão pouco afoito se mostra na tomada de papel industrial.

A segunda providência salutar seria a de abrir mais ao grande público as subscrições que as empresas prósperas reservam aos antigos accionistas, com um exclusivismo que parece excessivo. Já tenho ouvido, por mais de uma vez, os argumentos, sem dúvida relevantes, em que se apoia esse costume; mas aqui confesso que estou longe de convencido de que os argumentos opostos não sejam tanto ou mais valiosos. Essa reserva sistemática dos direitos de subscrição é que tem algumas vezes o aspecto de protecção aos grandes, que justificaria, talvez, uma regra de limitação.

Estas duas disposições, destinadas a democratizar o capital e a inspirar mais confiança aos seus tomadores, parecem-me bem mais construtivas do que todas as preocupações — e afigura-se que são muitas e grandes — sobre o nível de vencimentos dos dirigentes da indústria.

A reorganização com as inerentes facilidades, o condicionamento técnico, o estímulo de novas indústrias, mais firme nas de maior perspectiva mas sempre solicito em todas elas, o prosseguimento da electrificação, a fiscalização das sociedades, a facilidade de créditos, de que o Banco de Fomento é a maior alavanca, a assistência técnica, que o Instituto de Investigação Industrial se prepara para desenvolver, um programa de planificação económica regional, para o qual estou dando agora os primeiros passos — eis a espinha dorsal de uma política de fomento da indústria, tornada possível pela solidez financeira a que o Mundo presta justiça e acelerada por um programa, que se espera generoso, de alargamento do ensino — política de coerência e não de pedaços descosidos, que fará subir marcadamente, dentro de poucos anos, o nosso índice de produção industrial; política sóbria mas séria, que merece ser continuada para que frutifique, e pela qual vale a pena sofrer críticas injustas e azedas.

10 — Reconheço que me saiu longa esta parlenga; mas teve que ficar assim pelo motivo de que já Vieira se queixou.

Procurei, com alguns números e a possível clareza, explicar e justificar a actual política industrial, embora saiba que há duas ciências — a Aritmética e a Lógica — que dão à melhor doutrina um tintura de tecnocracia que estraga tudo.

Não desconheço que sou pouco qualificado para esta empresa, porque fiz dois cursos de engenharia com prémio, o que é uma inferioridade que se há-de arrastar comigo até à morte, mas de que peço humildemente desculpa. Ser técnico de ideias gerais — o que se tornou desculpa para saber pouco — está muito mais em moda.

E acabo com um rogo aos meus compatriotas: o de que pensem no conteúdo desta palestra e o discutam probamente, sem desviarem o assunto do campo da Economia, sem obscurecerem a doutrina com palavras difusas e sem forçarem soluções rosadas como a aurora — para usar a imagem que já vem da Odisseia.

A nossa posição na Europa é particularmente delicada; nenhuma saída é possível sem sacrifício de algumas posições. Afirmemo-lo com sinceridade; é bem melhor fazer voluntariamente sacrifícios na preparação serena da luta do que sofrê-los violentamente no descalabro da derrota.

Conta-se que no século XV, com a cidade cercada pelos Turcos, os dirigentes de Bizâncio discutiam calmamente metafísica; o resultado vem nos compêndios de História Universal.

Espero que não queiramos repetir o acontecimento.

26-05-1960.

Nota do Ministro da Economia sobre Reorganização Industrial, publicada nos jornais de 31 de Dezembro de 1960

1 — Silenciosamente — o silêncio é o nível acústico mais propício ao trabalho — a Secretaria de Estado da Indústria tem-se devotado a promover a reorganização industrial, que considera um dos mais úteis instrumentos de consolidação da economia portuguesa. Porquê, compreendem-no alguns; outros o compreenderão dentro de poucos anos.

O *Diário do Governo* de 21 do corrente publicou o decreto nº 43 418, que reorganiza a indústria dos lacticínios da Ilha da Madeira; tirando os decretos nº 26 900, referente à indústria da chapa de vidro, e nº 33 049, referente à cortadoria de pelo, ambos anteriores à publicação da Lei nº 2005, é o diploma agora vindo a lume a primeira tentativa de reforma de um ramo industrial que exemplifica a aplicação desta lei.

Outras tentativas análogas se lhe deverão seguir a curto intervalo; passados os últimos dois anos em labores de preparação, os quinze projectos de reforma presentemente em estudo irão sucessivamente chegando ao fim.

Não se estranhe que seja demorado este trabalho; estranho seria que não estivesse a fazer-se. Poderia abreviar-se tão longo processo, se nos dispuséssemos a aceitar um fingimento de reforma, limitado a arranjos comerciais em que por vezes parece crer cair-se, mas que não conduzem a nada, porque ladeiam, sem lhe tocar, o ponto defeituoso.

Este pode diagnosticar-se no presente com elevado grau de segurança, tantos são já aqueles que o pesquisam e o apontam; e pode o pesquisador enunciá-lo afoitamente, sem o receio, legítimo há duas décadas, de se ver acusado de herético, como devoto da Tecnocracia.

Hoje é doutrina pacífica que a maioria das unidades industriais tem dimensão insuficiente, equipamento anacrónico, processos fora de moda, base científica quase nula, organização comercial defeituosa, resistência financeira mais leve que uma pena; é igualmente pacífica a conclusão frequente de que a qualidade dos produtos não satisfaz, o seu preço é alto, os salários baixos, a exportação fraca, a importação quase afrontosa.

Estas verdades são o motor da reorganização; e se num caso ou outro alguém registar que está em presença de uma falsa verdade, não conclua que tudo é mentira mas antes que topou com uma feliz excepção.

2 — O que acaba de se escrever carece de duas curtas explicações.

A primeira destina-se a justificar a designação de «tentativa» que atrás se deu aos planos de reorganização e que pode deixar alguma dúvida sobre a confiança que se tem no resultado.

Repare-se em que o decreto nº 43 418 se limita a promover a concentração das actuais 30 fábricas de manteiga da Ilha da Madeira numa só unidade moderna, na qual se fará, simultaneamente, a higienização do leite para consumo directo, principalmente na cidade do Funchal; desde já se confessa que não há em tal decisão originalidade muito marcada, porque a Europa fornece exemplos numerosos do que é uma organização eficiente neste sector.

Concluída esta conversão de uma indústria velha numa indústria nova, impossível sem a arbitragem e o favor do Estado, este desliga-se do empreendimento, porque à iniciativa dos empresários compete gerir aquilo que foi e continua a ser seu. Da diligência e aptidão destes dependerá em grande parte o futuro da nova unidade; a intervenção do Estado não vai nem pode ir além de um impulso orientador, numa tentativa de quebrar a tendência de dispersão viciosa em que a indústria se tem desenvolvido.

A segunda explicação diz respeito ao tempo, que alguns consideram longo, necessário à definição dos termos em que cada reorganização deverá processar-se.

É impossível criar um figurino que sirva a todos os casos; cada ramo industrial tem os seus problemas e as suas dificuldades, imensamente variáveis dentro da generalidade que acima se apontou; cada um tem as suas exigências estatísticas, as suas soluções tecnológicas e humanas, os seus objectivos imediatos de expansão, os seus arranjos possíveis na ordem comercial.

Cada ramo industrial constitui, assim, um caso de espécie, em que pouco se aproveita do caso anterior, e onde se chocam numerosos interesses que é necessário harmonizar dentro da lei, da moral e até da caridade. O caminho é longo; demorar muito tempo não significará sempre que se vai devagar.

3 — A reorganização dos lacticínios da Madeira trouxe à superfície um problema particular.

Esta indústria tem sido exercida por empresários de dois tipos: cooperativas agrícolas e sociedade industriais independentes da lavoura; a proporção de leite laborado em 1959 pelos dois tipos de empresas foi, respectivamente, de 42 e 58%.

Para ser justo, deveria ter-se fixado nesta proporção a quota de cada um dos grupos na nova empresa; mas porque se quis ser magnânimo com uma das partes, deu-se a ambas posição de paridade. É-me grato registar que a parte prejudicada compreendeu a intenção. Acresce que a solução de construir uma só fábrica foi aceite como a melhor por todos os votos emitidos — que foram a quase totalidade dos votos possíveis.

Apesar disto, as cooperativas agrícolas sobrepuseram à vantagem confessada da melhor solução técnica o princípio da sua independência em relação aos industriais — e nesse sentido se pronunciaram; teve o Conselho de Ministros que decidir contra esse espírito de desagregação, que não pode deixar-se progredir.

A Constituição Política não reconhece privilégios na condição social; os abrangidos por esta reforma, sejam lavradores ou industriais, são apenas Portugueses, em plena igualdade de direitos e deveres nesta campanha que é bem de salvação nacional.

Sendo de natureza essencialmente técnica a nossa insuficiência industrial, nenhum critério particularista se deverá sobrepor às soluções que essa técnica aconselhar; e não se vê que a diferente natureza dos empresários possa afectar a natureza das soluções convenientes.

O que há diante de nós como realidade económica que pretendemos valorizar é a indústria nacional e não a actividade parcelar de um grupo; só nesse conceito unitário se poderá mover a Secretaria de Estado da Indústria. Nada impede, aliás, que onde as condições o permitam, se agrupem livremente os empresários de acordo com as suas tendências ou afinidades; assim se tem procedido, porque seria insensato fazer o contrário. Mas onde a limitação de ingresso em dado grupo se filia em diferenças de classe e prejudica objectivos fundamentais, haverá que contrariar o que parecer menos necessário ou menos conveniente; no caso em análise, os escassos 728 quilómetros quadrados da Ilha não toleram a fantasia de multiplicar as unidades. Para mais, a fábrica única não é aqui um monopólio no sentido que, com algum azedume, se costuma atribuir à palavra; é antes uma união para fazer a força, uma comunidade de interesses da qual não se excluiu ninguém que tenha direitos a invocar.

O que há de particular neste voto discordante é que as cooperativas agrícolas da Madeira se confessam sujeitas à opinião do órgão oficial que as orienta; e parece descobrir-se assim uma diferença de interpretação dos princípios sobre a qual convém meditar.

4 — Inaugurou-se no passado dia 17, em S. João da Madeira, a nova fábrica da Cortadoria Nacional de Pelo. Resultou esta empresa da concentração de 24 unidades muito pequenas, insalubres, em parte manuais, laborando quantidades insignificantes de pelo de coelho e não podendo, portanto, garantir a qualidade ou homogeneidade do artigo fabricado. O paralelo com os lacticínios da Madeira é completo.

A instalação agora inaugurada pareceu-me responder aos requisitos técnicos e humanos de uma fábrica moderna. Ficaram-me apenas duas dúvidas: a primeira, sobre se algum equipamento instalado responde às exigências actuais, tido em conta o condicionalismo local da mão-de-obra; a segunda, sobre se os salários pagos representam o limite do que se pode pagar. Mas isso é outra conversa.

A referência a esta inauguração destina-se a referir um facto que tem sua oportunidade. Durante a cerimónia, duas pessoas, para mim desconhecidas, vieram declarar-me serem dois industriais de cortadoria que tinham feito a máxima oposição à ideia de eliminar por concentração as unidades de que eram donos; mas que vinham confessar o seu erro, porque estão agora convencidos de que o caminho que lhes foi imposto é o único caminho possível.

Esta confissão pode ser conforto para alguns debates de consciência e talvez ajude a esclarecer as dúvidas de muitos que venham a ser abrangidos numa reorganização que imponha concentrações. Agradou-me, porque me pareceu sincera, a confidência: os dois homens não me pediram nada e nem sequer me disseram os seus nomes; misturaram-se na multidão.

29/12/1960.

«Industrialização dos Produtos Agrícolas»,
conferência do Ministro da Economia Prof. Engº José Nascimento Ferreira Dias Jr., in *Jornada das Indústrias Agrícolas,* realizada no Instituto Superior Técnico, SNI, Lisboa, 1962, pp. 95-119.

1. Em 31 de Maio do ano findo, em conferência que realizei neste mesmo Instituto, referi-me, uma vez mais sobre tantas outras, à necessidade da industrialização de Portugal.

Quando, a partir de 1940, comecei a defender esta directriz, contra a reacção de muitos e a indiferença de quase todos, sentia em mim o conforto de quem prega uma doutrina desconhecida, desatendida, quase troçada, mas portadora da verdade. Com o andar do tempo tenho-me repetido tanta vez que começo a sentir acanhamento em afirmar como importante o que já me parece banalidade — ou, pior ainda, lugar-comum. Mas, pensando melhor, acabo por reconhecer que há, de facto, banalidades importantes e que esta é uma delas; e assim vou prosseguindo, pelo de convicção, porque reconheço que a marcha da vida económica cada vez torna mais actual esta pregação.

A massa da nossa gente parece não ter ainda percebido o perigo que corre se persiste agarrada a condições de trabalho que as actuais exigências de produtividade tornaram impossíveis; a reorganização industrial, que se propõe corrigir esse defeito, está deparando com reacções em que alinham a falta de tino com a falta de preparação, a agitação desorientada com a insinuação maledicente. Mais uma vez abro o pensamento oficial aos que o quiserem conhecer: é inútil continuar as arremetidas, faladas ou escritas, contra a campanha de reforma das fontes de produção, que é forçoso prosseguir — arremetidas que ressoam sobre a nossa terra como triste nota de uma campanha sem nível.

Quando se acompanham os esforços, para se unirem e aperfeiçoarem, que fazem as grandes indústrias europeias, tem-se um sentimento de tristeza ao ouvir a filáucia com que alguns portugueses, anémicos de bolsa e de cabeça, se propõem resistir sozinhos, com palamente quase artesanal, à ofensiva de toda a Europa; e mais entristece saber que acaudilham uns pseudopensadores que têm como elegante demolir,

porque lhes não cabe a responsabilidade de dizer como se constrói. E só por isso não o dizem, certo que o sabem de cor.

Neste estado de espírito, que tinha então e que mantenho hoje, fiz a conferência de Maio no ano passado; nela apontei que, entre todos os tipos de indústria reputados possíveis, todos merecedores da nossa atenção, dois deveriam ter, por motivos especiais, a nossa simpatia: a indústria metalomecânica e a dos produtos agrícolas.

Falei então da primeira e prometi voltar à segunda; aqui estou a cumprir.

Mas desta vez não vim sozinho; quatro engenheiros agrónomos, que falaram esta tarde, quiseram acompanhar-me para materializarem com quatro exemplos aquilo que em tese me proponho dizer. São eles:

Engº Agrº José Navarro, que falou sobre «Cevada dística e produção de malte»;

Engº Adrº Aniceto dos Santos Duarte, que falou sobre «Posição da indústria de preparação de azeitonas de conserva»;

Engº Agrº João da Mota Furado, que falou sobre «Indústria de óleos essenciais»;

Engº Agrº João Le Cocq Abecassis, que falou sobre «Novas técnicas de desidratação de frutos e produtos hortícolas».

Quero acrescentar que com estes quatro não esgotei o número dos técnicos conhecedores dos problemas da terra e das inerentes indústrias que quisessem vir, com saber e entusiasmo, dar brilho e interesse ao tema em análise; mas nem era possível ir mais longe no tempo, nem era minha intenção ir além de juntar alguns exemplos a esta palestra. Está fora de causa fazer um curso.

2. É sabido como até há poucas dezenas de anos a divisão dos países em agrícolas e industriais se considerava a ordem normal das coisas. A doutrina convinha aos segundos, que, tendo alcançado posição de desafogo e, com ela, o comando da economia mundial, não sentiam vontade de experimentar novos arranjos; acrescia que os primeiros, importando dos segundos, entre quinquilharia de toda a espécie, os livros de Economia, não se atreviam a liberdades de pensamento que contrariassem a palavra de tais livros, tidos por mais sagrados que o Alcorão em Meca.

Sem dúvida, as actividades do sector primário — indústria agrícola e pesca — bem como a indústria extractiva, dependem totalmente ou em grande escala das condições naturais, e não pode o homem transferi-las para lugar que repute mais cómodo, salvo em casos restritos e sempre com limitações.

Tem a indústria transformadora outra liberdade de movimentos; mas a aceitação de ideias feitas, o medo de quebrar respeitáveis tradições, o fatalismo tornado lei, a reacção discreta ou insolente dos países privilegiados, só muito lentamente têm permitido a criação de novas áreas

industriais. Chegou-se porém a um ponto em que as novas ideias fizeram explosão, e o programa de criar indústrias em todos os países tornou-se um dos movimentos de opinião mais poderosos do nosso tempo.

Mas precisamos de nos manter em guarda. Os organismos que, desde a última guerra, brotam pelo Mundo com o fim de dar ajuda aos países menos desenvolvidos são já numerosos — talvez excessivamente numerosos — porque não custa e é bonito mostrar boa vontade. Não se nega que alguma ajuda tenha sido concedida, embora às vezes não se percebam as demoras e reservas de que ela se rodeia, mesmo quando há garantias idóneas; mas também não pode negar-se que o idealismo dos tratados e das conferências internacionais se mostra vazio de sentido e de sinceridade, quando se observam as políticas comerciais dos países dirigentes (ou das suas principais indústrias) que, em práticas encapotadas de agressão económica, procuram esmagar no estrangeiro todas as iniciativas nascentes que não ajudam os seus interesses, dado ao Mundo um lamentável exemplo de egoísmo.

Note-se o que se acaba de passar, nos últimos dias de Novembro do ano findo, na Conferência ministerial do G.A.T.T. (General Agreement on Tariffs and Trade) reunida em Genebra; fazia parte da ordem do dia a diminuição das restrições impostas ao comércio dos países subdesenvolvidos — tema de espantar, que ninguém suporia que pudesse honestamente existir depois de tantas promessas de auxílio, que parecem pouco compatíveis com as confessadas restrições. Numerosos discursos, alguns, porventura, como rebate de consciência, apoiaram calorosamente a abertura dos mercados às nações menos favorecidas; aguardemos em benévola expectativa.

O que acabo de dizer mostra-nos quanto precisamos de contar com nós próprios; sem deixarmos de colaborar nas manifestações de altruísmo internacional, sem recusarmos aceitar a ajuda de técnicas e capitais estrangeiros que, dentro dos princípios mais canónicos da economia não podemos dispensar, temos, acima de tudo, de recorrer à nossa iniciativa, de movimentar os nossos recursos, de fortalecer a nossa unidade, sem preconceitos de classe ou retaliações dissolventes.

É este apelo que faço mais uma vez aos Portugueses; se naquilo que vou dizer — e, como é meu costume e meu dever, direi verdades e não adulações -, se, nessas palavras, alguém encontrar matéria que pareça contrária aos seus interesses e opiniões, peço-lhe que meta a mão na consciência antes de a meter no saco das pedras que se disponha a atirar-me. Tenho o sentimento da unidade nacional; dói-me reconhecer que na minha terra alguma coisa não funciona bem; doer-me-ia mais colaborar no crime do silêncio.

3. Todos os países começaram por ser agrícolas e foram-no até ao meado do século XVIII. Por essa época, como é sabido, começou na Inglaterra a revolução industrial; e um sintoma claro de que algo de

novo se passava na economia desse país está no facto de que, até 1765 exportara trigo e, daí em diante, passou a importá-lo em ritmo crescente. O trabalho fabril estendeu-se a pouco e pouco ao centro da Europa, criando aquilo a que Delaisi chamou a Europa A.

É hábito atribuir a formação de duas Europas, economicamente distintas, à existência do carvão a norte da grande prega hercínica, que atravessa o nosso continente de leste a oeste, da Irlanda ao Maciço Central da França e daqui à Floresta Negra e Harz; e é certo estar aí uma verdade, tanto a vida das primeiras indústrias dependia deste combustível como fonte de calor e de força motriz.

Mas é também de aceitar como certo que não será esta a única verdade, e que os factores históricos ou culturais, a que o inglês Ricardo se referiu pela primeira vez no princípio do século XIX, constituem uma segunda verdade, a pensar na qual, nós, Portugueses, contemplativos e pouco estudiosos, temos que confessar o *mea culpa*.

Mas a máquina de vapor não veio apenas, como elemento motriz, fomentar a indústria nos países carvoeiros; veio ainda, numa acção secundária, reforçar nesses países o poder industrial com o simultâneo enfraquecer da agricultura.

De facto, a partir do meado do século XIX, o surto da navegação a vapor e o aparecimento dos primeiros caminhos de ferro nos países do ultramar fizeram avolumar e embaratecer os transportes marítimos entre esses países e a Europa; resultou daí que a indústria europeia ganhou novos mercados e, como contracorrente, os produtos agrícolas desses países longínquos invadiram o Velho Mundo, criando à agricultura do centro europeu, mercê da baixa de preços, uma pesada depressão, que se reflectiu na diminuição das áreas cultivadas. O desequilíbrio agricultura-indústria acentuou-se.

Mas o exclusivo industrial do centro europeu não pode manter-se. Por um lado, a fabricação de artigos de técnica pouco exigente começou a difundir-se em outros países; os conhecimentos científicos, que são a base da indústria no seu mais alto significado, infiltraram-se através das fronteiras; os transportes aperfeiçoaram-se; a existência local de matérias-primas tornou-se um estímulo; o aproveitamento das quedas de água veio gerar energia nos locais onde não há carvão; e a transmissão da electricidade em alta tensão veio ainda divulgar em maior escala e tornar acessível a motores de todos os tamanhos a força motriz que os movimenta; o proteccionismo completou o quadro. A indústria foi-se libertando da sujeição aos locais e dependendo cada vez em maior grau da diligência dos habitantes; estes é que não gostam de ouvir, quando as coisas não correm bem, verdade tão comprometedora, e insistem, até ao exagero, nos efeitos maléficos do meio.

É intuitivo que a evolução apontada não chegará nunca ao equilíbrio, não são industrializáveis em larga escala todas as regiões agrícolas, quando lhes falta um mínimo de condições e de gente qualificada;

também não enfraquecerá a vida fabril dos actuais países industriais por muito que escasseiem as matérias-primas, porque nem esta dificuldade poderá ser total nem o progresso da química interromperá o seu labor de substituir por materiais de síntese muitos produtos da natureza.

4. O desejo humano, e por isso universal, de melhorar pela indústria o nível de vida dos povos tem conduzido a uma regra, relativamente uniforme, de evolução; os passos são quase sempre os mesmos. A industrialização dos produtos agrícolas é a primeira fase dessa evolução; vinho, azeite, açúcar, carne, lacticínios, peles, conservas, são, conforme os climas, exemplos típicos de artigos industriais criados nessa primeira fase; permitem valorizar os produtos da terra, de que derivam, e intensificar a sua exportação pelo mais fácil transporte.

Seguidamente, desenvolve-se a indústria de artigos de consumo pessoal, de que os têxteis e o calçado são os mais característicos. São indústrias ainda ligadas às produções da terra, embora menos directamente; a sua técnica é mais complexa, mas a colocação dos produtos é facilitada pelo próprio consumo local.

Como última fase, desenvolvem-se as indústrias de bens de equipamento, mecânicas ou químicas, mais exigentes de técnica, de mão-de-obra qualificada e de mercado suficientemente vasto. Só quando esta fase toma volume e qualidade se pode falar com justeza de país industrial, porque é nestes sectores que o progresso tecnológico tem maior projecção; é neles que o crescimento dos índices de produção atinge valores mais expressivos; são eles que comandam o programa das outras indústrias, sem que tenha o mesmo peso a influência inversa. Dominar em alto nível a tecnologia mecânica é, para um país, ter um título de nobreza a cuja obediência os outros não podem furtar-se.

5. A industrialização dos produtos agrícolas é, como acabamos de ver, o primeiro nível do processo de expansão industrial na generalidade dos casos. Não deve concluir-se daqui que o considerarmos esse tipo de indústria como um dos objectivos a atingir entre nós significa que a nossa economia deva considerar-se colocada no primeiro degrau da ascensão: o segundo e terceiro estádios deste processo já têm entre nós suficiente desenvolvimento para nos ser permitido que façamos de nós próprios melhor conceito, embora devamos considerar-nos longe do primeiro plano a que aspiramos.

O que se passa, de facto, é que não estamos, como certos países novos, no começo de uma subida; somos país de velha formação, onde a maturidade económica já teve tempo de chegar a todos os escalões, mas não chegou ainda plenamente; o crescimento fez-se mal em todos eles, porque nos deixámos seduzir por doutrinas erradas sobre possibilidades agrícolas que não temos, sobre frutos mágicos de uma indústria

caseira que os não dá, sobre virtuosidades de intuição que continuamos erradamente a supor capaz de suprir, como regra, cultura e técnica.

Com a agulha desregulada desta maneira, andamos há dois séculos à procura do Norte sem o encontrarmos; e nesta incerteza, tem-nos caracterizado a falta de constância, de convicção e de entusiasmo para chegarmos a um nível industrial conveniente. Andamos com o passo incerto de quem claudica; temos, em suma, topado a tudo, sem atacarmos a sério nenhum dos sectores.

Ao interessarmo-nos agora pelo desenvolvimento da indústria dos produtos agrícolas não estamos, portanto, a instalar-nos no primeiro degrau da vida industrial; estamos antes a rever uma posição que já ultrapassámos mas que não deixámos suficientemente guarnecida. Estamos a recapitular.

Suponho que estou a focar as coordenadas do problema com suficiente precisão, e penso que não necessito de explicar os motivos por que me debruço sobre esta matéria; é intuitivo o interesse de fazer a revisão deste primeiro degrau, para lhe dar a solidez de fundamentos que nunca teve e a valia que ainda não atingiu na produção da metrópole portuguesa; mas o incremento possível desta valia é para mim uma verdade transparente, que me leva a incluir esta matéria na lista das preocupações presentes -preocupações que visam o aumento da produção portuguesa, tão necessária e tão urgente.

Além da actividade fabril que directamente faculta, o fortalecimento da indústria dos produtos agrícolas estimula o trabalho da terra, cujas produções ajuda a colocar no País e no estrangeiro com mais segurança e maior valor; a localização das unidades, frequentemente obrigatória na região produtora da matéria-prima, é um factor de progresso e de fixação de gente nas zonas rurais. E a agricultura, se não é, se não pode ser, a fonte imanente e dominante da riqueza nacional, é uma possibilidade magnífica de que não desvendámos ainda todas as aptidões, embora se oiçam por vezes opiniões em contrário. Não é atitude doutrinária que se tome, em nenhum sector do conhecimento, o dogmatismo de que se esgotou toda a possibilidade de progresso; para além de qualquer limite sensível existe sempre o infinito, cuja existência não se pode negar só porque não se vê.

Mas não é só às indústrias elementares do vinho, do azeite, do descasque de arroz, da carne, das conservas, do açúcar ou das rações que quero referir-me. Quando falo de industrializar produtos agrícolas, quero abranger simultaneamente com essas vias clássicas outras actividades possíveis. Passando-as a todas em revista no que respeita ao contributo que podem dar ao nosso progresso, registo que entre as citadas como elementares, o vinho, o azeite e o descasque podem melhorar o equipamento e a organização mas não crescer notavelmente sobre os números presentes; o açúcar abrirá entre nós o caminho à cultura da

beterraba sacarina, embora na proporção modesta que resulta do compromisso entre a vantagem de a incluir na rotação dos regadios e a limitação que nos impõe a unidade económica com as províncias ultramarinas; as restantes são susceptíveis de um crescimento até aqui insuspeitado. As conservas de tomate e de azeitona estão no princípio de uma ascensão que presumo rápida e brilhante, embora a primeira, por dizer respeito a uma cultura anual, tenha maior elasticidade de resposta; a conserva, os sumos ou os concentrados de outros frutos, bem como a produção de carne, de salsicharia, de peles, de lacticínios e de rações serão o resultado final das campanhas de fomento frutícola e fomento pecuário que a Secretaria de Estado da Agricultura está lançando com uma dedicação ao bem comum a que quero prestar justiça.

Mas para além destas actividades, a que chamei elementares e clássicas, por serem quase sempre as que aparecem primeiro, quando as actividades secundárias despontam num país, há uma gama extensa de outros produtos do mesmo sector, cuja exploração nos está aberta; assim nós a queiramos trabalhar.

A desidratação de frutos e legumes, ainda incipiente, tem largas perspectivas: assim haja frutos e legumes com qualidade e preço. Das flores silvestres ou cultivadas, bem como das plantas aromáticas, quase nada fazemos; talvez não seja difícil imitar outros países que sob a forma de flores frescas ou de essências, transformam em dinheiro a energia do Sol.

Aumentar a produção de amidos ou féculas e seus derivados, assim como de malte e cerveja, são outras possibilidades que estão em curso e de que se espera resultado útil. O mesmo se pode dizer da produção e selecção de sementes de forragens ou outras plantas, para a qual se afirma a excelência do nosso clima.

Com base florestal, numerosas indústrias são susceptíveis de considerável incremento: as madeiras comprimidas, as estruturas de madeira, a celulose, o papel, o tanino, a resina e o tratamento dos seus derivados são mais alguns exemplos dos muitos recursos que ainda não explorámos em toda a extensão. Para que tudo isto seja possível é essencial que haja floresta; mas, neste campo, também os Serviços do Estado, com a colaboração dos particulares, estão a trabalhar intensamente.

6. Na resenha que fica feita se oferecem à agricultura novas possibilidades de colocar os seus produtos, de ocupar os novos regadios e, simultaneamente, de resolver o problema angustioso de ir substituindo certas culturas de grande volume, mas sem grande futuro em algumas regiões. Cito o milho, cujo alto preço lhe tem permitido acentuada constância de produção, mesmo fora de solos apropriados, mas desse preço se queixa a indústria e se queixará amanhã a própria lavoura, quando o mercado comum português facilitar a concorrência do milho

ultramarino, cerca de 30% mais barato posto em Lisboa. Cito o arroz, que tem nos campos do Vouga, do Mondego e do Lis produções médias por hectare que andam à roda de 2/3 das produções obtidas no Tejo, no Sado ou no Algarve, e que talvez contribuam para manter o preço em nível mais alto do que o que seria possível se aquelas produções baixas não existissem. Cito ainda o trigo, cujo preço, também elevado em relação às cotações externas, andará próximo dos custos marginais em muitas áreas onde indevidamente se cultiva. Nos dois primeiros casos, há que substituir o milho ou o arroz pela pastagem, pelo pomar, pelo tomate, pelos produtos hortícolas, pela cevada dística ou vulgar, pela beterraba, pelo lúpulo, pelas flores, pela batata para amido — e só não falo no tabaco, que substitua o que vem do estrangeiro, porque não sei se o produziremos de qualidade que convença os fumadores; no caso do trigo, talvez só a floresta seja capaz de o substituir com vantagem nas terras mais pobres e áridas ao sul do Tejo.

Também as áreas ocupadas pelas salinas nos salgados de Aveiro e da Figueira da Foz, cujos trabalhos têm certa afinidade agrícola, bem merecem que se lhes dê utilização mais de acordo com o interesse nacional; as zonas salineiras do Tejo, do Sado e do Algarve têm condições naturais superiores àquelas, donde resulta que os custos de produção por tonelada de sal podem ser expressos aproximadamente, segundo um estudo recente, pelos seguintes números-índices:

Sado e Algarve	100
Tejo	150
Aveiro e Figueira	210

Além das condições naturais, intervêm nestes números os métodos de exploração, cuja análise não interessa ao assunto desta palestra; basta dizer que são maus em todas as áreas.

7. Queixa-se com frequência a lavoura do escasso rendimento do seu trabalho e não se nega que o faça muitas vezes com fundamento, porque nem sempre o clima é propício a colheitas compensadoras; por isso, o desenvolvimento de certas indústrias é matéria que particularmente lhe interessa porque, como acabamos de ver, virá trazer-lhe maior diversidade de produções, assim como novas perspectivas de colocação de produtos, facilitando-lhe, ao mesmo tempo, certos ajustamentos culturais a que não poderá furtar-se se quiser progredir e evitar ao País dias difíceis de crise e de sobressalto. E suponho poder dizer - porque é princípio aceite em todos os sectores de actividade — que a evolução da técnica, o aumento da produtividade, o aperfeiçoamento da gestão, também estarão presentes e se hão-de traduzir em melhores salários e mais compensadores resultados. O produto nacional agrícola, de tão lenta evolução e, por nosso mal, tão rudemente afectado nos

últimos anos pelas condições desfavoráveis do tempo, poderá então expandir-se como convém e como o exigem o bom nome e a prosperidade da Nação.

Não pode prometer-se — nem ninguém o espera — que a agricultura retome posição de primazia em face dos sectores secundário e terciário; o enfraquecimento da sua posição relativa — embora com subida absoluta — é uma lei fatal e irreversível do crescimento económico, que nada depõe em desabono do sector primário, quando este cumpra, como vai certamente cumprir, o seu dever de produzir mais e de adequar as suas produções, em qualidade, tipo e preço, às possibilidades de venda no País e no estrangeiro.

As percentagens do produto nacional de 26-36-38, respectivamente nos três sectores primário, secundário e terciário, verificados hoje em Portugal, terão tendência a aproximar-se de 12-46-42, que traduzem a posição média dos países do Centro e Norte da Europa, será para todos nós motivo de satisfação verificar este deslocamento, isto é, a queda da posição relativa da agricultura, em benefício dos serviços e, principalmente, da indústria. E esta queda deverá verificar-se ainda que o produto nacional agrícola a preços correntes suba, como se espera, muito acima dos 15 milhões de contos em que se situa presentemente.

8. A ideia do proteger e estimular as indústrias de transformação de produtos agrícolas exercidas pelo próprio agricultor — indústrias complementares da exploração agrícola, na designação oficial — tem estado há muito presente na legislação portuguesa. Pode até dizer-se, com verdade, que o tem estado com algum exagero; mas os resultados não têm correspondido às intenções.

Já a Base II da Lei nº 1956, de 17 de Maio de 1937, isentou do condicionamento industrial «as indústrias complementares da exploração agrícola que se destinem à preparação e transformação dos produtos do próprio lavrador»; a Base VI da Lei nº 2052, de 11 de Março de 1952, manteve a mesma doutrina, quase pelas mesmas palavras, mas à expressão «produtos do próprio lavrador» acrescentou «ou de cooperativas agrícolas». Além disso, esta base remete para o regulamento a definição daqueles estabelecimentos complementares; isto nos leva a concluir que a lei não considera incluídos nesta categoria *todos* os estabelecimentos que transformem produtos do próprio lavrador ou de cooperativas agrícolas, pois reconhece, para além desta característica, a necessidade de uma definição.

Foi esta lei regulamentada pelo Decreto-Lei nº 39634, de 5 de Maio de 1954, que no artigo 22º repete a doutrina daquela base; mas o artigo 23º e seus parágrafos acrescentam-lhe algumas limitações, como a de possuir cada estabelecimento uma capacidade economicamente útil e dispor de matéria-prima em quantidade correspondente; e estatui ainda a obrigação de que tais estabelecimentos ficarão sujeitos às mesmas

imposições fiscais ou sociais que os restantes estabelecimentos da mesma modalidade. Quer isto dizer que este diploma não põe quaisquer limitações quanto à natureza da indústria, para que ela se possa considerar complementar da exploração agrícola; o facto de laborar matérias-primas agrícolas que sejam produção do próprio lavrador ou de cooperativas é condição suficiente para a classificação, o que dá a esta uma largueza quase sem limites, a que nos referiremos mais adiante (nº 10). Seja como for, o certo é que as indústrias consideradas complementares da exploração agrícola gozam de isenção de condicionamento industrial. Confesso que não sei apreciar se tal regime traduz uma vantagem, e suponho que a opinião dos interessados não será mais sólida que a minha. Abono-me com um exemplo. Até ao fim de 1950, o condicionamento era apertado em relação a este género de actividades, contra o que se faziam sentir muitas reacções da opinião pública; mas quando, nessa data, foi promulgado o Decreto-Lei nº 38 143, que libertou algumas modalidades simples deste ramo (lagares, moagens de ramas e indústrias de aguardente, vinagre, vinhos espumantes e pastas alimentares para gado), em vez do regozijo que seria de esperar, deu-se uma das mais violentas agitações que tenho conhecido neste sector. O que vale é que passou depressa; mas o facto deve registar-se como sintoma de que a vantagem da isenção não reúne a unanimidade das opiniões.

Se passarmos a analisar o artigo 23º no que respeita à obrigação de as actividades complementares ficarem sujeitas a imposições fiscais, daremos fé de que ela é ditada pelo artigo 5º da Constituição Política, que assegura a igualdade dos cidadãos perante a lei; mas, apesar disso, não tem sido sempre respeitada — com protesto dos que se sentem menos favorecidos. A alguns ocorrerá perguntar onde está a origem desse desrespeito; vou explicá-lo em poucas linhas.

Muitas das actividades consideradas complementares são exercidas por cooperativas, como a Lei nº 2052 previu. Ora o artigo 29º do Decreto nº 16 731, de 13 de Abril de 1929, com a alteração que lhe introduziu o artigo 1º, do Decreto-Lei nº 22 513, de 12 de Maio de 1933, isenta de contribuição industrial as cooperativas que negoceiem exclusivamente com os seus associados — o que não levanta qualquer reparo e suscita mesmo geral simpatia, pelo que respeita às cooperativas em geral e às agrícolas em particular, pois que a actividade económica do pequeno lavrador não pode exercer-se com segurança se uma organização desta índole o não apoiar e não desempenhar por ele certas funções que ele, sozinho, não pode ou não sabe exercer. E não alongo mais o elogio da organização cooperativa, da qual já se tem feito, entre nós como no estrangeiro, todo o encómio que merece.

Se a cooperativa agrícola circunscreve a sua acção ao campo da produção agrícola (obras de interesse comum, aluguer de máquinas, assistência técnica, seguros, etc.) ou à simples comercialização dos

produtos (armazenagem, embalagem, transporte ou venda por grosso), o favor do Estado é geralmente legítimo, porque, quase sempre, o beneficiário é humilde e a actividade da cooperativa não concorrente de outras actividades. Mesmo assim, não se esqueça que já o relatório do Decreto-Lei nº 22 513 admite que a isenção tributária concedida às cooperativas venha a ser abolida, se, no campo comercial, vier a mostrar-se que elas exercem concorrência excessiva ao comércio regular.

Mas o que tem principalmente provocado reacção é o facto de algumas cooperativas agrícolas enveredarem por actividades industriais, em perfeita concorrência com estabelecimentos do mesmo ramo não-cooperativos, continuando, apesar disso, a usufruir da isenção, com infracção ao princípio da igualdade.

Acresce que as cooperativas agrícolas beneficiam do crédito concedido pela Lei dos Melhoramentos Agrícolas, que lhes faculta empréstimos ao juro de 2% — o que continua a ter defesa quando estes se destinam a actividades essencialmente agrícolas, mas agrava a desigualdade se o crédito se destina a órgãos industriais concorrentes da indústria regular.

É certo que a isenção tributária das cooperativas tem tradições, porque já vem da Lei de 2 de Julho de 1867 e foi consignada no Código Comercial em 1888; talvez por isso, a interpretação do antagonismo entre o princípio da isenção e a doutrina da sujeição ao imposto estatuída no Decreto-Lei nº 39 634 não tem sido pacífica, como o não tem sido também o entendimento do que significa a condição, imposta no Decreto-Lei nº 22 513, de que a isenção só aproveita às cooperativas «quando negoceiem exclusivamente com os seus associados». Da controvérsia de princípios tem resultado, porém, que as cooperativas não pagam.

Não quero nem me cabe entrar neste torneio jurídico; apenas afirmo que a equidade exige que os textos se aclarem e que os que trabalham em concorrência tenham o mesmo tratamento. A Constituição não reconhece privilégios que não resultem da capacidade ou serviços prestados, da diversidade das circunstâncias ou da natureza das coisas.

Desde já quero esclarecer que, entre as actividades fabris das cooperativas, não são de considerar como órgãos concorrentes da indústria não-cooperativa as adegas, e que só o são em pequeno grau os lagares de azeite, pois que ambas vivem tão tradicionalmente ligadas à vida agrícola que verdadeiramente lhes cabe a designação de «indústrias complementares»; mas não sei se a lista de unidades merecendo tal nome pode ser aumentada, visto que o próprio descasque de arroz, cuja complementaridade é intuitiva, tomou uma feição industrial nitidamente independente da lavoura, facto cuja lógica não discuto mas cuja existência me limito a registar. Quem tiver a culpa que faça exame de consciência.

9. O cooperativismo agrícola, apesar das raízes velhas que tem entre nós e da desigualdade em seu benefício, que acaba de se referir, não tem alcançado a expansão que seria de desejar; e o seu alargamento ao domínio industrial não tem contribuído, como regra, para melhorar o nível deste sector da produção.

De facto, em vez de unidades robustas, tecnicamente evoluídas, como tantas sociedades congéneres existentes noutros países da Europa, as nossas cooperativas agrícolas sofrem do mal da dispersão, que as torna débeis em todas as direcções — resultado de um individualismo e de uma falta de doutrina, que os órgãos oficiais não têm combatido suficientemente. Muitas vezes limitadas à área de uma freguesia ou de um concelho, com um sabor rural que a indústria quase nunca tolera, as cooperativas agrícolas têm de mudar de processos e de optar por um de dois caminhos: ou se limitam a ser pequenos clubes de aldeia, sem projecção e sem mérito para que Lisboa pense nelas ou são elementos activos da vida económica, com a correspondente organização. Suponho que já serão poucos os que hesitam na escolha; mas continua a haver defensores do vão de escada, onde o chefe medíocre se sente mais à vontade.

Assente que é no sentido das organizações fortes, únicas capazes de colher o proveito da sua dimensão e capazes de subsistir na Europa de amanhã, que devemos orientar a formação de cooperativas agrícolas e de reformar a estrutura das existentes, analisemos a posição que lhes deve caber perante a exploração das indústrias de produtos agrícolas, atrás referidas no nº 5, e, simultaneamente, vejamos onde conduz a liberalidade do Decreto-Lei nº 39 634, acima referida, no respeitante à natureza das indústrias que podem ser tratadas como complementares da exploração agrícola.

Pelo que respeita às adegas e, parcialmente, aos lagares, penso que a cooperativa agrícola é a fórmula mais conveniente de organização, dada a estreita relação entre o produto industrial e a sua matéria-prima; e a natureza de não-concorrentes com a indústria regular apontada no nº 8 dá a estas actividades o direito de se considerarem complementares, com as inerentes vantagens fiscais. Direi o mesmo do trabalho de armazenagem (frigorífica ou não), selecção e venda por grosso de frutas ou outros produtos, embora esta função seja mais comercial do que industrial e esteja, portanto, um pouco fora do tema em apreciação; mas não me dispenso de acrescentar que certas lamentações dos produtores contra organizações comerciais, que levam no negócio a parte de leão, são temas menos adequados para protesto do que para meditação dos próprios; porque os circuitos comerciais que se criaram nasceram de uma necessidade que o pouco dinamismo dos lavradores não foi capaz de satisfazer a tempo. As pêras, as ervilhas ou as couves não interessam ao consumidor no pomar ou na horta; interessam na venda a retalho, devidamente seleccionadas e embaladas, e disponíveis em

boas condições de conservação durante um período de tempo tão longo quanto possível para cada espécie. A mecânica presente desta faina comercial merece revisão, e a organização cooperativa dos lavradores encontraria aqui matéria e proveito.

Se nos debruçarmos sobre as outras actividades a que acima chamei elementares (descasque de arroz, conservas de produtos vegetais ou animais, açúcar, álcool, lacticínios, rações, etc.), concluiremos que nada impede que elas sejam exercidas por cooperativas agrícolas, desde que o façam em pé de igualdade com outras empresas, e pode mesmo avançar-se que a cooperativa deverá ter preferência, se houver que escolher entre dois ou mais pretendentes. Anoto apenas que, no caso das conservas, o facto de se tratar de artigo principalmente destinado à exportação exige cuidados comerciais que não devem ser subestimados.

Passemos a observar a posição das cooperativas em face de outras indústrias de produtos agrícolas, também referidas no nº 5, mas mais complexas ou com menos tradições na agricultura do que as anteriores: refiro-me à resina, à pasta de papel, à madeira comprimida, ao tanino, aos óleos essenciais, ao malte, ao amido, etc. Nada impede, como no caso anterior, que uma cooperativa explore uma destas indústrias, nas precisas condições em que o faria qualquer outra entidade. Duvido, porém, de que seja de manter o princípio da prioridade, que apontei no caso anterior, porque nem a tradição nem as exigências de comercialização, por vezes difíceis, recomendam a cooperativa, visto tratar-se de produtos que ultrapassam geralmente as fronteiras de um mercado local.

Além das indústrias mencionadas atrás, que são aquelas que se espera possam dar nova ou renovada actividade à agricultura, existem muitas outras cuja acção nesse sentido se pode considerar estabilizada; aponto como exemplo a moagem com peneiração, a cortiça, a serração, os curtumes, a preparação e fiação de lã ou de linho — para não referir as fibras ultramarinas.

Desta enumeração de indústrias de produtos agrícolas deduz-se um escalonamento em que a ligação entre agricultura e indústria se vai tornando mais frouxa e menos nítida; recapitulando o que precede, poderemos agrupar como se indica a seguir, a título exemplificativo, as indústrias que laboram produtos agrícolas ou pecuários, por ordem decrescente da sua afinidade com a agricultura:

a) Vinho, azeite;
b) Descasque de arroz, preparação de rações, conservas, açúcar, álcool, lacticínios;
c) Resina, óleos essenciais, tanino, amido, malte, pasta de papel, madeira comprimida;
d) Moagem com peneiração, cortiça, serração, curtumes, preparação e fiação de lã ou de linho.

Não há nada de rígido nesta arrumação que cada um tem a liberdade de refazer como parecer melhor ao seu sentimento — salvo no que se refere à primeira alínea; faço notar que a diferença entre as indústrias das alíneas c) *e* d) resulta apenas de as segundas se considerarem estabilizadas em relação às suas compras de matéria-prima e as primeiras susceptíveis de aumento apreciável.

Uma última nota sobre esta enumeração. Poderá estranhar-se que não mencione em qualquer destas alíneas uma indústria de carácter rural muito divulgado entre nós: a moagem de ramas.

Fi-lo propositadamente. Vejo em muitos milhares de instalações desta indústria um primitivismo tão rude que bem me agradaria vê-las desaparecer, pelo que isso significaria de elevação da vida portuguesa; mas há tanta gente encantada com o romantismo das azenhas e com o sabor artesanal do ofício de moleiro, que não quero entrar em apreciações que só me trariam mais opositores: esqueço-me de que a maior parte daquela actividade é miséria, quando não é fraude, e passo-a em silêncio, catalogando-a no meu sentimento como uma indústria tolerada. Não estou a condenar a existência de farinha de ramas; só não quero qualquer solidariedade com a forma como é produzida.

10. O artigo 23º, do Decreto-Lei nº 39 634, atrás referido, define os estabelecimentos complementares da exploração agrícola com uma amplitude extraordinária, que acabámos de analisar no número anterior. Essa amplitude vai, certamente, muito para além do pensamento que a ditou e que foi a de dar facilidades ao que fosse, logicamente, complemento do trabalho agrícola. Mas ao fazer a análise do texto e ao desfibrar o seu conteúdo, reconhece-se que se excedeu a justa medida, pois nesse texto cabem todas as indústrias que laborem produtos agrícolas e que são uma larga parte de todas as indústrias possíveis: em tais condições, as facilidades concedidas aos estabelecimentos complementares transformam-se numa discriminação injusta e irregular, que tem dado lugar aos protestos que já mencionei. A lista das indústrias que a lei permite considerar como complementares da exploração agrícola é chocante pela vastidão: e seria quase infinita se quiséssemos forçar um pouco a definição legal e incluir nela as sucessivas transformações dos mesmos produtos.

Mostra-se evidente, através da resenha feita no número anterior, a irreflectida liberalidade em que se caiu e a necessidade das limitações feitas acima, para que a acção industrial do lavrador ou suas cooperativas tenha alguma coerência e as facilidades correspondentes alguma justiça. Chamar complementares da exploração agrícola a muitas das indústrias que foram citadas é um evidente exagero de linguagem, porque as ligações entre indústria e agricultura começam a tornar-se bem longínquas e a sua complementaridade a não ser admitida pacificamente; libertá-las do pagamento de contribuição industrial sem fazer o

mesmo a todas as unidades similares, independentemente de saber se os proprietários também são ou não lavradores, é uma discriminação que não parece curial; e isentar do condicionamento industrial tão dilatado grupo de indústrias se forem propriedade de agricultores, só não tem dado lugar a séria agitação porque as condições de dimensão, que o mesmo artigo 23º consigna, exigem frequentemente tal volume de capital que poucos ou nenhuns se arriscam a tentar a sorte.

Esta forma de ajudar a agricultura, que foi a intenção dos textos em análise, não parece conveniente; exagera e deforma o conceito de indústria complementar, cria desigualdades injustificadas e é, acima de tudo, mais aparatosa do que eficaz, porque tem sido muito pequeno o número de casos de aplicação, quase todos sem reflexo de valor. E as leis que se publicam pelo sector da economia devem ter por objectivo o estímulo real dessa mesma economia e não a pintura de uma frontaria agradável.

11. A actividade industrial das cooperativas, tal como foi desenhada, precisa, pois, de obedecer a algumas regras que se enunciaram e agora procurarei codificar.

Antes de mais nada, é essencial que as cooperativas, sem excepção, tenham dimensão, técnica e organização de verdadeiras indústrias modernas; o artesanato e o amadorismo não têm aqui lugar, embora o tenham em outros domínios. Em seguida — e feita excepção aos casos da alínea a) do nº 9, onde a concorrência raras vezes se dará — é necessário estabelecer um regime de perfeita igualdade entre todas as unidades do mesmo ramo, cooperativas ou não, de proprietários que sejam ou não simultaneamente agricultores; assim, todas deverão obedecer ao mesmo regime de licenciamento e à mesma lei fiscal, conforme reza o artigo 23º, pois que ao Governo compete impedir, nos termos dos artigos 5º e 31º da Constituição, que se criem situações de diferenciação.

Ainda o princípio da igualdade leva a concluir (também com ressalva da alínea a) que a actividade industrial das cooperativas ou de lavradores independentes não deve beneficiar dos empréstimos à sombra da Lei dos Melhoramentos Agrícolas, pelo menos enquanto esta não previr a cobrança de juros superiores a 2% para aplicações não directamente agrícolas, não só, como já se apontou, pela nova desigualdade que se criaria, mas ainda porque, tratando-se de unidades cujo custo atinge facilmente os milhares ou dezenas de milhares de contos, entrar por este caminho levaria o Fundo à glória a muito curto prazo, com prejuízo das pequenas ou médias obras agrícolas que ele, em boa doutrina, se destina a facilitar. Mas pode aceitar-se, se houver disponibilidades, que tais empréstimos se façam, quando haja dificuldades de crédito industrial, desde que o sejam nas condições em que qualquer empresário os obteria na banca.

Aquilo que fica dito sobre o acesso das cooperativas ou lavradores independentes à função industrial entende-se para as novas unidades que haja a construir, quando apareça uma actividade ainda não existente ou quando, em caso contrário, as unidades já montadas não tenham condições para absorver, pela capacidade ou localização, um aumento de produção de matéria-prima que procure colocar-se.

Faço este comentário, porque algumas opiniões sobre a matéria me não parecem ortodoxas. Vou exemplificar. É sabido quanto a iniciativa de alguns industriais, ao criarem em Portugal, com os investimentos e riscos inerentes, as indústrias da resina ou da pasta de papel, veio valorizar as matas de pinheiros e eucaliptos. Não vou ao ponto de dizer que os proprietários das matas devessem, por isso erigir um monumento de gratidão aos pioneiros, porque, em economia, deve cumprir-se o que se contrata e não agradecer o que se ganha; mas a heterodoxia a que me quero referir reside nas opiniões, que às vezes correm, de que os lavradores deveriam equipar-se para tratar individualmente ou em cooperativa, a sua matéria-prima, recusando-se a vendê-la aos que lhes abriram o caminho.

Não alinho neste pensamento; nem a doutrina me parece aprumada, nem à economia nacional interessa arruinar uns e conduzir outros a fazer investimentos tão elevados como desnecessários. E muito menos com dinheiro do Estado. O Mundo é grande: não é preciso nem vale a pena empurrarmo-nos.

Não ignoro a queixa de que muitos industriais, que laboram produtos agrícolas, não pagam em tempo oportuno a matéria que recebem nem sequer praticam uma política de preços impecável de equidade; mas o abuso resulta apenas de deficiente estrutura industrial que uma reorganização é capaz de melhorar, sem ser preciso subverter todo o património de uma indústria, numa luta de classes que está fora da nossa doutrina política; e lembro que essa doutrina da solução pacífica dos conflitos entre grupos sociais ou económicos pela via dos órgãos corporativos e não pela violência, é para aplicar com generalidade, quaisquer que sejam as classes em litígio, e não apenas para acalmar patrões e operários quando transformam em peleja a defesa dos seus interesses legítimos.

12. O estabelecimento das indústrias transformadoras de produtos agrícolas tem-se feito pelo livre jogo da iniciativa privada, sem qualquer sincronização programada entre o aparecimento da indústria e o do produto a industrializar.

Mas a conveniência deste sincronismo no tempo e de certo enquadramento no espaço é tão clara que a ninguém causa admiração que este seja o sector mais típico nas aplicações do planeamento económico regional. Programar as culturas de acordo com as condições reinantes, a um tempo ecológicas e económicas, e projectar as indústrias para absorver e valorizar os produtos obtidos é o abc do planeamento regional — que, espero, possamos ter em breve.

Dois aspectos me parecem essenciais no nosso planeamento, ambos orientados no sentido de estimular as zonas menos desenvolvidas ou, por outras palavras, de melhorar o nível económico das áreas de feição rural. O primeiro é, precisamente, o que ficou apontado: em zonas de novos regadios — ou até fora delas — planificar as culturas, a sua industrialização e as condições do seu comércio; o segundo é o estabelecimento de pólos de atracção industrial junto de vilas ou cidades do interior, em zonas onde se ofereçam aos empresários facilidades de vária ordem: de impostos, de mão-de-obra, de terrenos, de transportes, de energia, de água, de esgotos — formando um conjunto harmónico, em que a povoação existente e as indústrias a criar (agrícolas ou não agrícolas) se ajudem mutuamente com interesse para ambas as partes e vantagem para a Nação.

Não tiremos destas palavras conclusões excessivas. Nem os resultados de qualquer planeamento podem ser imediatos nem é viável criar a curto prazo zonas industriais em todas as vilas e cidades; em qualquer dos países que conheço — e andam por uma dúzia — há regiões rurais onde a agricultura é a actividade quase exclusiva. O que se impõe fazer aí é adaptar o número de habitantes às exigências do trabalho, para evitar o subemprego, e mecanizar a agricultura, para atenuar as diferenças sazonais na procura de mão-de-obra e a inerente oscilação salarial, que toca hoje dois extremos — um alto e outro baixo — ambos desmedidos.

Mas toda a obra de planeamento — estímulo de novas actividades e garantia do seu êxito — é inseparável de uma estrutura da unidade industrial obedecendo a conceitos modernos de dimensão, de técnica, de equipamento, de produtividade; não admite o capricho de posições anteriores, nem o apego a fórmulas ou meios desactualizados.

Desejar o planeamento é aceitar antecipadamente a rigidez das soluções técnicas e a linha inflexível das imposições económicas: porque é preciso, para segurança dos resultados, apurar até ao último limite as economias de escala, de processo ou de organização, porque a luta comercial será dura e nós, Portugueses, temos que fazer face a algumas situações de desfavor. Não podemos desperdiçar margens de segurança; é indispensável não o esquecer, se não queremos contar como fracassos todas as tentativas de modernização. É pura leviandade jogar na vitória fácil, contando apenas com o feitiço das palavras; não se conseguirá mais que desilusão e ruína. Estou tentando focar a verdade, como é minha obrigação; com isso esclareço os que queiram ser esclarecidos, submeto à crítica, presente e futura, a justeza dos meus pontos de vista e deixo público testemunho de que cumpri o meu dever pondo o dedo nos pontos fracos da nossa produção.

Repito o que já uma vez disse: não é possível remir os pecados próprios com a penitência dos outros. Quer isto dizer que não se reforma a nossa débil economia mantendo tudo e todos na mesma

posição — frequentemente defeituosa; o tema é sério de mais para que sobre ele nos permitamos cultivar o paradoxo.

A indústria, sobretudo a indústria pequena, menos ao corrente dos rumos mercantis do pensamento contemporâneo, ainda não deu, conta do perigo que se avizinha; mas a lavoura não dá mostras de melhor entendimento.

Cito como exemplo a reforma em curso da indústria de lacticínios da ilha da Madeira, em que a lavoura local, convidada a participar na industrialização do leite, na única base séria em que um Governo consciente a pode recomendar ao País, se recusa a colaborar, encaminhando-se talvez para o suicídio, embalada com certa música que lhe é soprada do continente.

Entendo mal que, a lavoura pretenda se faça planeamento e lhe seja facultada a tomada de um lugar na industrialização dos produtos agrícolas, se ao mesmo tempo, neste primeiro pequeno ensaio, recusa o que se lhe oferece em posição de perfeita equidade, na estrutura de maior solidez que a economia leiteira da ilha comporta. A lavoura madeirense — ou quem fala por ela — quer seguir um caminho que se afasta da solução de melhor rendimento e que, se isso não bastasse para a condenar, conduziria, a curto termo, a certa posição de privilégio. Trata-se de um caso característico de capricho de posições, apoiado na esperança de que o ministro mude e se consiga do seu sucessor uma decisão mais amaneirada.

Tudo isto é perfeitamente possível; impossível é que a economia europeia volte a permitir que viva uma estrutura com fundações precárias, minadas por sentimentos, humanos mas sem nobreza. Quando essa estrutura ameaçar ruína, deixando à volta uma nódoa de miséria, não sei se os responsáveis se mostrarão à luz do dia. Oxalá não venham a aparecer arrependimentos tardios; o exemplo de Judas parece não ter dado aos homens lição suficiente.

Está a começar mal a industrialização portuguesa dos produtos agrícolas. Foge-se a discutir as bases da economia; invoca-se o preconceito. Não me consta que este tenha lugar entre as cláusulas dos acordos económicos nem possa servir-nos amanhã de argumento de defesa. Suponho mais uma vez que estou a falar claro.

13. Para concluir, resumo como segue o que pretendi dizer-vos:

a) Estamos no início de renovada actividade no estabelecimento de indústrias que utilizem como matéria-prima produtos agrícolas, florestais ou pecuários; um dos factores dessa actividade será o planeamento regional;
b) Estamos, assim, criando à agricultura o caminho lógico do seu desenvolvimento, pela diversificação de culturas de colocação assegurada e pela possibilidade de substituição de culturas tradicionais não convenientes;

c) A indústria dos produtos agrícolas só em casos muito restritos (vinho e azeite) pode considerar-se «completar da exploração agrícola» com direito a beneficiar das facilidade que a lei concede às actividades agrícolas (empréstimos a baixo juro) e às cooperativas (isenção de contribuição industrial);
d) Fora desses casos, a indústria dos produtos agrícolas é uma verdadeira indústria, explorada por empresários de todos os tipos, e, como tal, deve ser tratada sem discriminações quanto à Identidade destes, no referente a licenciamento, imposições tecnológicas ou facilidades financeiras;
e) Com respeito da alínea anterior, nada impede que qualquer destas indústrias seja exercida por cooperativas agrícolas ou outras, admitindo-se até em alguns casos prioridade para as cooperativas;
f) Nas actividades especificamente agrícolas é desejável todo o apoio oficial sob a forma de facilidades de crédito ou tributação bem como, quando oportuno, de ajustamento de preços;
g) Na planificação de indústrias de produtos agrícolas ou na reorganização das que já existem, as exigências de índole técnica ou económica que conduzam à máxima produtividade, não podem respeitar os arranjos que busquem manter ou criar privilégios ou discriminações.

A política de industrialização de que acabo de vos falar, junta com as providências já anunciadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, mostram a real preocupação de fomentar a produção da terra que anima o Ministério da Economia. Se acrescentarmos a criação de um serviço de planeamento regional que já referi, se prosseguirmos e intensificarmos a electrificação, o abastecimento de água e o plano de estradas, termos completado o quadro de valorização da vida rural que há muito se impõe. Precisamos de realizá-lo e não apenas prometê-lo; sabem todos como está desvalorizada esta via política.

Tenho insistido — e continuarei insistindo — por que se aumentem as possibilidades de financiamentos baratos à lavoura, para fazer lavoura: para melhoramentos agrícolas, para créditos de culturas, para florestação, para fruticultura, para fomento pecuário; tenho como ponto de doutrina que as relações entre as indústrias e os seus fornecedores de matérias-primas (isolados ou agrupados em cooperativas) sejam reguladas por via corporativa, com apoio oficial, para que preços e outras condições sejam justos e que a essa justiça se sobreponha à pontualidade dos compromissos. Mas é também meu propósito, dentro da mesma justiça, cega e serena, clarificar o ambiente confuso para onde a legislação levou, sem glória nem proveito, esta matéria do exercício das indústrias de produtos agrícolas.

A melhoria da produção agrícola não opera apenas pela acção directa que tem no produto nacional e na parcela desse produto por trabalhador agrícola; opera pelo que activa no comércio e pelo que a maior riqueza destes dois sectores trará de mercado novo à produção industrial. Os 44% de população activa na agricultura (número com tendência para descer) quando aumentarem o seu poder de compra ao nível a que se aspira — igualdade com os trabalhadores industriais — abrirão perspectivas novas à indústria portuguesa.

Não quero deixar a ilusão de que o faremos depressa; quando penso, porém, na rapidez da vida e na lentidão com que às vezes caminhamos, chego a ter medo de me afazer, sem brilho, à marcha da caravana. Mas pior que a falta de velocidade será o choque das forças produtivas, numa errada preocupação de prioridade ou ciúme; o que devemos é criar a emulação sadia de subir, estimular a corrida entre as forças económicas na busca da flâmula azul da maior utilidade nacional.

Logo na entrada desta palestra dirigi palavras duras aos industriais, e só não me alarguei porque a matéria lhes não respeita muito directamente; a fechar, fiz afirmações que talvez desgostem alguns lavradores. Tenho a consciência nítida de que o texto que acabo de ler não é encomiástico, nem é talvez amável; mas não poderia ser nem uma coisa nem outra. Se fosse de louvor, não seria verdadeiro, porque a nossa economia é fraca; se fosse amável, amorteceria as reacções que se pretendem, porque só vale a pena trazer a público estes comentários na medida em que a Nação, vendo radiografadas as suas mazelas, reaja e tome consciência da sua posição.

Sei que provocar tais reacções é ofício penoso, porque a incompreensão, que não será caso raro, arrastará ao comentário azedo e injusto; só é confortável a palavra que reparte louvores.

Mas as fases de profunda remodelação da economia da Europa precipitam-se. Nós estamos na Europa e não temos maneira de fugir dela; temos o único caminho de nos adaptarmos.

Se digo palavras em público, não o faço pelo gosto da oratória; faço-o para convencer os Portugueses do que lhes cumpre; porque o papel do Estado nesta viragem, é menos o de fazer que o de convencer e orientar as forças económicas a desprenderem-se de interesses e preconceitos, que se tornaram habituais mas que foram criados dentro de uma óptica que deixará de ser válida num futuro próximo.

Mas quando se atacam hábitos, tudo se passa como se se atacasse o próprio homem; este defender-se-á como se tivesse a vida em risco, mesmo quando seja a defesa dessa vida o móbil da ofensiva.

É ingrato trabalhar para o futuro; a curto prazo o provável é que o que vem por bem seja maltratado. Já é assim desde o tempo dos Apóstolos; são os ossos do ofício, que o não há sem eles.

Lisboa, 14 de Junho de 1962.

Discurso proferido no acto de transmissão de poderes de Ministro da Economia, em 4 de Dezembro de 1962

Senhor Ministro
Senhores. Secretários e Subsecretário de Estado

Apresento a V. Exas. em meu nome e no dos Secretários de Estado cessantes os mais cordiais cumprimentos e o desejo de que a vossa entrada nesta casa se faça em boa hora; com novo vigor e novas ideias, é seguro que essa entrada dará à economia nacional o progresso que todos desejamos — como desejamos também que traga a V. Exas. aquele mínimo de satisfação que é legítimo que tenha quem exerce tão honrosa como espinhosa missão.

Este Ministério tem de complexo que é muito maior visto por dentro do que por fora; porque além dos assuntos correntes, que por fora se adivinham, há nele, neste momento, todo o trabalho de adaptação das estruturas da agricultura, do comércio e da indústria, que só por dentro se avalia. E é fundamental este trabalho. Seria um suicídio da Nação não o levar a cabo, tão grandes se apresentam as necessidades de adaptação às novas correntes da economia mundial e tão lenta é a transformação que tais estruturas consentem. Transigir com certos interesses, aos quais só convém o imobilismo, seria traição.

Esse trabalho de conversão impõe a quem tenha a tarefa de o executar uma labuta sem descanso. E se ela traz algumas alegrias quando se alcança um resultado positivo, traz bem maior número de dissabores, pelo que se busca e não se consegue, pelo que se quer que ande e fica parado no caminho, sem se descobrir, muitas vezes, porquê.

Nem poderá esperar-se que seja de outra maneira. O que importa fazer choca muitos conceitos e alguns preconceitos, que reagem por todas as vias ao seu alcance — e são muitas, algumas sinuosas; e a contrapartida de apoio daqueles que reconhecem como inevitável algum ajustamento de posição ou seguem confiadamente uma nossa palavra de estímulo não chegar para colmatar as brechas que a reacção abre no nosso entusiasmo ou na reputação dos nossos propósitos.

Não ficaria satisfeito se não dissesse nesta ocasião uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que pela sua acção nos vários sectores da actividade privada contribuíram nestes últimos anos para que subissem os índices económicos — isto é, a todos aqueles que tiveram saber, ousadia ou idealismo para merecerem as posições que ocupam no manejo da riqueza nacional.

Quero também dirigir-me aos muitos funcionários, que se me mostraram plenos de interesse e dedicação, e que só esperam oportunidade de colaborar no progresso nacional. Sei que essa oportunidade lhes será dada, e lhes não faltará ocasião de porem à prova o seu entusiasmo; por aquele que me dedicaram lhes confesso sincero agradecimento.

Quanto a mim, só a recordação de um passado longínquo me ensombra o futuro. Quando, há 18 anos, deixei o cargo de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, assisti, ao longo de alguns meses ou anos, à demolição sistemática de tudo que deixei em fase de arranque e não tinha ainda consistência para resistir por si. Das coisas nascentes, apontadas à melhoria da produção, salvaram-se duas: uma, grande, a electrificação; outra, pequena, a Cortadoria Nacional do Pêlo, em S. João da Madeira. O resto, terra queimada.

Não seria próprio que levasse mais longe o meu raciocínio, tirando daquele passado ilações, aliás muito precárias, a que poderia conduzir-me o cálculo das probabilidades, quanto à repetição sistemática de um fenómeno. Limitei-me a referir um facto, que muitas pessoas conhecem — e os factos, como é sabido, nem Deus os revoga.

Mas se alguns erros tiverem que ser corrigidos nos próximos tempos, espero, desta vez, receber a graça de compreender que errei para, através dela, não perder completamente a fé nos homens e na continuidade dos princípios.

Senhor Ministro e Snrs. Secretários e Subsecretário de Estado: Fica em boas mãos a direcção da luta pela expansão da economia portuguesa — porque não vai sem luta. Que a Providência os ajude.

4/12/62

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abecassis, João Le Cocq, III, 231.
Abreu, Augusto Cancela de, III, 99, 129.
Adamastor, I, 26.
Afonso Henriques, D., I, 70.
Albuquerque, II, 8; IIII, 64.
Albuquerque, Mouzinho de, I, 43.
Alegrete, Marquês do, I, 99.
Alexandre VI, Papa, II, 63.
Almeida, António Mendes de, I, 200.
Álvares, Nuno, II, 8.
Amaral, João Maria Barreto Ferreira do, I, 32; II, 69.
Ampère, I, 16; III, 10.
Andersen, III, 205.
Anderson, J., II, 33, 34.
Andrade, Anselmo de, I, 90, 101, 102, 106, 108, 210, 213; II, 7, 171; III, 64.
Ângelo, Miguel, II, 96.
Antero, III, 130.
Apolinário, I, 201.
Aristóteles, I, 15; III, 67.
Arnauld, Antoine, I, 20, 21.
Ashton, T. S., II, 85, 113.
Azevedo, João Lúcio, I, 99; III, 185.

Balzola, M., II, 104.
Barbosa, Daniel Maria Vieira, I, 75, 76.
Barreto, Salvação, III, 195.
Barros, Henrique de, II, 171.
Barros, Manuel Gaspar de, II, 258.
Basto, E. A. Lima, I, 90; II, 126, 171.
Beethoven, III, 9.
Bell, Audrey F., I, 20.
Belo, Manuel, II, 80, 91.
Bensaude. Alfredo, II, 73.
Bento, S., II, 153, 158, 178.
Bergson, II, 60.
Berthelot, I, 206.
Bevin, I, 115.
Bismarck, I, 30.
Black, II, 86.
Böddrich, E., II, 104.
Bonasse, H., I, 20, 21.
Bouasse, I, 31.
Brou, Pedro, II, 87.
Burdils, Vidal, I, 103.
Byé, Maurice, II, 45.
Byron, II, 10.

Caetano, Marcelo José das Neves Alves, III, 99, 129.
Caldas, Eugénio de Castro, II, 69, 171.
Camacho, Brito, II, 41.
Cambon, Victor, I, 7, 109.
Camões, I, 34.
Campos, Agostinho de, I, 144.
Campos, Ezequiel de, I, 92, 106, 130, 194.
Carlos V, II, 103.
Carmona, António Óscar de Fragoso, III, 99, 129.
Carvalho, Herculano de, II, 108; III, 155.
Carvalho, Mariano de, I, 134.
Castro, D. João de, I, 8.
Castro, Francisco de Melo e, III, 195.
Cerejeira, Cardeal Manuel Gonçalves, II, 60, 97.
Chang-Kai-Chek, II, 49.
Cisler, Walker, III, 223.
Citrine, Sir Walter, II, 83.
Claude, George, I, 104.
Clemenceau, III, 42.
Clenardo, II, 97.
Clerk, I, 102.
Coolidge, William D., II, 88, 89.
Correia, António Augusto Mendes, II, 284.
Correia, Francisco António, I, 99.
Correia, J. D. de Araújo, I, 142.
Cortês, Ulisses, III, 164.
Costa, Fernando dos Santos, III, 99, 129.
Costa, Ramos da, I, 180.
Costa, Rodrigo Simões, I, 174.

Cotter, Nuno F., II, 43.
Cruz, Fernando, II, 146.

Dalton, II, 83, 86.
Daninos, Pierre, III, 218.
Dante, I, 108.
Davy, II, 86.
Delaisi, Francis, I, 94; II, 61; III, 233.
Descamps, Paul, II, 120.
Descartes, I, 82; III, 70.
Deus, João de, I, 21.
Dias, Bartolomeu, I, 43.
Diesel, I, 102.
Dinis, D., III, 149.
Dinis, Júlio, I, 21; II, 175.
Dinis, Pedro Joice, I, 173.
Diógenes, II, 46.
Domingues, Afonso, II, 123.
Doufour, I, 173.
Duarte, Aniceto dos Santos, III, 231.
Duarte, D., I, 30.
Dumuis, Marcel, I, 177.

Einstein, I, 14.
Emiliani, Ezio, I, 210.
Eschwege, Barão d', I, 173, 174.
Esopo, III, 10.
Euclides, I, 18; II, 242.
Eva, I, 27.

Faraday, I, 16; III, 10, 47.
Fausto, II, 7.
Fedro, II, 21, 87; III, 215.
Fernandes, António de Castro, I, 159; II, 109.
Fernandes, Augusto, II, 116.
Fernandes, Mira, II, 6.
Fernando, D., I, 22, 174.
Ferreira, António Bernardo, II, 116.
Ferreira, Manuel Gonçalves Cavaleiro de, III, 99, 129.
Ferreira, Narciso, I, 116.
Ferreira, Vicente, III, 34.
Fialho, I, 23.
Figueiredo, Cândido de, II, 178.
Figueiredo, Tomás de, I, 72.
Forjas, Pereira, II, 108.
Francisco de Assis, S., II, 139.
Franklin, II, 86.
Fraser, Foster, I, 7.
Furado, João da Mota, III, 231.

Gama, I, 8.
Garcia, Conde de Penha, III, 182.
Garrett, II, 173, 174.
Gaula, Amadis de, III, 195.
Gioconda, I, 14.
Girão, Amorim, II, 39, 172.
Goethe, I, 161.
Gomes, Jacinto Pedro, I, 178.
Gomes, João Carlos Alberto da Costa, I, 42.
Gomes, Mário de Azevedo, II, 171.
Gontard, Jean, I, 7.
Gramme, III, 48.
Greenwich, I, 38.
Guimarães, Antunes, III, 205.

Hammond, John Winthrop, II, 40.
Hege, G. W. F., II, 167.
Hegel, II, 167, 168.
Henrique, Cardeal D., II, 7.
Henrique, Infante D., II, 123.
Herculano, Alexandre, I, 5, 30, 80, 81.
Homero, I, 17.

Inglês, Aboim, I, 173.

João III, D., I, 22, 43; II, 6.
João IV, D., I, 173.
João, S., II, 38, 180; III, 183.
Jones, A. Probart, II, 81.
Jorge VI, II, 83.
José, D., II, 24.
Julieta, II, 10.
Júpiter, II, 23.
Justiniano, I, 14.

Keir, James, II, 86.
Kelvin, Lord, I, 104.
Keyserling, Hermann, I, 32.
Kingdom, K. H., I, 104.
Knowlton, A. E., II, 224, 225.
Krupp, II, 52; III, 158.

Laplace, III, 60.
Leite, João Pinto da Costa, III, 99, 129.
Léon, Frei Luís de, III, 167.
Leonor, D., II, 41.
Lepierre, Charles, I, 190.
Levainville, J., I, 174.
Lima, Evélio Soares, II, 117.
Lima, Rego, III, 211.
Lourenço de Médicis, III, 39.
Lúcio, João, II, 174.
Lyantey, I, 27.

MacAndrew, Colonel Sir Charles, II, 34.
Macedo, Duarte Ribeiro de, II, 103.
Maistre, José de, I, 31.
Maquiavel, II, 63; III, 39.

Marden, Swett, I, 87; III, 27.
Maria I, D., I, 149.
Martins, C. M. Alves, II, 81.
Martins, Oliveira, I, 8, 22, 23, 92, 101, 106, 134, 166, 197, 198; II, 150, 151; III, 64, 132.
Martins, Rocha, I, 197.
Marx, Karl, II, 69.
Mata, José Caeiro da, III, 99, 129.
Mathieu, Émile, III, 48.
Mefistófeles, II, 7.
Melo, Fontes Pereira de, III, 132.
Minerva, II, 23.
Moniz, Egas, II, 108.
Moniz, Júlio Carlos Alves Dias Botelho, III, 129.
Monteiro, Adriano Augusto da Silva, I, 148, 151.
Moura, D. Francisco Rolim de, I, 27.
Mussolini, I, 85.

Napoleão, I, 140.
Navarro, José, III, 231.
Neves, Mário, III, 182.
Newcomen, I, 102.
Newton, II, 86.
Nordaux, Max, III, 210.
Nordmann, Charles, I, 14.
Nunes, Pedro, II, 6.

Oliveira, José Gonçalo Correia de, III, 181.
Oliveira, M. C. da Costa, I, 89.
Oliven, III, 49.

Pain, III, 11.
Pais, Silva, II, 95.
Papin, I, 102.
Paris, Gustavo de Aula, II, 207.
Pereira, Pedro Teotónio, II, 44.
Picasso, I, 20.
Pico de Mirandola, I, 27.
Pimenta, Alfredo, II, 9, 254.
Pinto, Clotário Luís Supico Ribeiro, III, 99, 129.
Pio XII, II, 177.
Pires, Vitória, III, 164.
Pirou, Gaetan, II, 45, 63.
Pitágoras, I, 92.
Platão, I, 15.
Pombal, Marquês de, I, 22, 99, 173; II, 123.
Priestley, II, 86.

Queirós, José Maria Eça de, I, 21, 23, 197.
Quesnay, II, 38.
Quixote, D., II, 17; III, 195.

Ramalho, I, 23.
Ramalho, António Magalhães, I, 146; III, 164.
Reis, António Augusto da Costa, II, 131.
Reis, Soares dos, I, 14.
Reynolds, William, II, 86.
Ribeiro, Bernardim, II, 28.
Ricardo, III, 233.
Robert, Antonio, I, 24, 139.
Rochas-Otto, Beau de, I, 102.
Rodrigues, Adriano, I, 174.
Rodrigues, S., II, 71.
Roosevelt, II, 49.

Salazar, António de Oliveira, I, 12, 14, 23, 88, 160; II, 177, 302; III, 64, 99, 129, 181, 182, 211.
Sanches Cuervo, III, 53.
Santos, J. J., II, 104.
Santos, Reinaldo dos, I, 20.
Schiller, III, 9.
Schopenhauer, I, 18.
Sebastião, II, 10.
Secretário Nacional da Informação, II, 7.
Segurado, Jorge, III, 182.
Sequeira, João Carlos Adrião de, II, 131.
Sérgio, António, II, 103.
Serras e Silva, II, 120.
Silva, Alfredo da, I, 116; II, 260.
Silva, José Bonifácio de Andrada e, I, 174.
Silveira, Fradesso da, I, 149.
Sintes, Olives, I, 103.
Smith, Adam, I, 90; II, 139.
Sócrates, I, 113; II, 46.
Sola, Luís de Castro e, I, 186.
Sommer, Henrique, I, 116.
Sousa, Vergílio, I, 192.
Stahlwerke, Vereinigte, I, 178.
Steinmentz, I, 16.
Stephens, Guilherme, III, 133.
Stephenson, George, III, 11.

Tanhauser, II, 263.
Teles, Silva, I, 42.
Terenas, João da Costa, I, 148.
Thyssen, I, 108.
Tiago, S., I, 17.
Tomás, Américo Deus Rodrigues, III, 99, 129, 155.
Tomé, S., I, 35.
Torquemada, I, 121.
Toscano, Duarte de Almeida, I, 212.
Truphène, Louis, I, 91.

Vauvenargues, II, 77.

Veloso, Queirós, I, 39.
Venizelos, II, 8.
Verde, Cesário, II, 11, 12.
Vieira, Padre António, I, 99; II, 154; III, 224.
Viriato, I, 43.
Volta, I, 16.

Wallace, Henry, I, 112.
Watt, I, 102; II, 86; III, 11.
Watteau, I, 20.
Wedgwood, Josiah, II, 86.
Willkie, Wendell, II, 49.

Xavier, Lívio, II, 167.

Yu-pin, II, 60.

Zaratustra, II, 12.
Zimmermann, W., II, 104.

ÍNDICE GEOGRÁFICO

Abrantes, III, 51.
Açores, I, 40, 210.
África, I, 36, 65, 106, 189; II, 79, 187; III, 4,47, 66, 185; III, 4, 47, 66, 149, 153, 185.
Albânia, I, 41, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69; II, 216.
Albufeira, I, 38.
Alcácer Quibir, III, 149.
Alcobaça, I, 177, 214.
Alcochete, I, 209, 210; III, 197.
Alemanha, I, 7, 9, 36, 37, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 106, 124, 125, 171, 189, 205, 206; II, 51, 79, 82, 105, 107, 265; III, 9, 12, 52, 59, 80, 172, 201.
Alenquer, III, 197.
Alentejo, I, 42, 173, 179, 186, 189, 197; II, 23, 24, 245, 259, 260, 262, 268, 271, 275; III, 51, 156, 192.
Algarve, II, 23, 24, 39, 174, 275; III, 13, 237.
Alge, I, 173.
Alhandra, I, 179; III, 197.
Aljustrel, I, 141, 186; II, 72; III, 192.
Alpes, II, 9.
Alverca, III, 194.
América do Norte, I, 7, 103, 106, 189, 199; II, 80, 107, 165, 228; III, 12, 48.
América, I, 112, 188; II, 21, 42, 71, 79, 80, 85, 91, 102, 104, 107, 165, 200, 225, 228, 239, 269; III, 48, 81.
Andorra, I, 36.
Angola, I, 145, 188, 206, 210, 212; II, 42.
Argélia, I, 179, 189; II, 18.
Argentina, I, 111; II, 84, 93, 107.
Ásia, I, 36, 65, 84; II, 79; III, 47.
Atlântico, II, 21; III, 64.
Austrália, III, 149.
Áustria, I, 37, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 206; II, 213; III, 189.
Ave, III, 51.
Aveiro, I, 40, 46, 177; II, 69, 161, 275; III, 13, 14, 51, 237.

Badajoz, I, 39.
Balcãs, I, 121; III, 49.
Báltico, I, 60.
Barcelona, I, 128; III, 179.
Barreiro, I, 116, 117, 179.
Basileia, I, 128; III, 179.
Batalha, I, 195; II, 257.
Beira, I, 16, 189.
Beja, I, 40, 46, 47, 197; II, 23, 24; III, 14.
Bélgica, I, 9, 36, 71, 77, 106, 139, 195; II, 79, 91, 102, 263; III, 12, 48, 52, 64, 155, 181, 201.
Bélgica-Luxemburgo, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69.
Belgrado, III, 223.
Benavente, I, 210.
Benfica, III, 189.
Berlim, I, 11, 125; II, 32; III, 48, 49.
Berna, I, 11.
Bilbau, I, 179.
Biscaia, I, 60.
Bizâncio, III, 225.
Braga, I, 40, 46, 47; II, 97, 117, 275; III, 4, 13, 14, 51, 52, 53.
Bragança, I, 40, 46, 47, 85, 94; III, 14, 53.
Brasil, I, 108, 115; II, 84, 93, 107, 176; III, 69, 132.
Brommant, I, 11.
Bruxelas, II, 10, 236; III, 181, 182.
Buçaco, I, 203; III, 153.
Bulgária, I, 36, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 76, 77, 78, 206; II, 216.

Cabeço da Mua, I, 179.
Cabo Norte, II, 10.
Cabo, II, 10; III, 149.

Cachofarra, I, 147; II, 23, 214, 215.
Caia, I, 41.
Caldas da Rainha, I, 165, 189.
Caldeirão, II, 24.
Califórnia, I, 189; II, 8.
Canadá, I, 72, 77, 124; II, 229, 281; III, 149, 184.
Canas de Senhorim, II, 258, 261; III, 51.
Caniços, III, 51, 76.
Caribdes, I, 35.
Cartago, III, 47.
Cascais, III, 51.
Castela, III, 152.
Castelo Branco, I, 38, 40, 46; III, 14, 52, 77.
Castelo de Vide, III, 51.
Castelo do Bode, II, 14, 22, 23, 200, 201, 205, 212, 214, 230, 233, 277
Catalunha, I, 94.
Cávado, II, 18, 192, 193, 202, 203, 212, 215, 219, 261, 262, 267, 268, 277, 300; III, 5.
Caveira, I, 186.
Ceia, III, 51.
Cercal do Alentejo, III, 192.
Champanha, I, 11.
Chamusca, III, 51.
Checoslováquia, I, 37, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 171; III, 81, 181.
Chester, II, 8.
Chile, I, 185, 189; II, 93.
China, I, 112; II, 49, 60, 84.
Cila, I, 35.
Coimbra, I, 40, 46, 177; II, 9, 69, 97, 120, 123, 275; III, 13, 14, 51, 52, 53, 189.
Constância, III, 194.
Covilhã, III, 51.
Crato, III, 51.
Creusot, II, 8, 32.
Croácia, I, 94.
Cuncos, I, 41.

Dardanelos, I, 205.
Darlington, III, 11.
Dinamarca, I, 31, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 86, 206; III, 64, 149.
Diu, I, 12.
Dobrudja, I, 37.
Douro, I, 38; II, 192, 193, 194, 195, 202, 215, 265; III, 4, 50.
Duisburgo, I, 109; II, 8.

Egipto, I, 189; II, 84; III, 153.
Elvas, I, 41; II, 94, 209.
Entroncamento, III, 51, 189.
Ermal, III, 75.
Ermesinde, II, 215; III, 189.
Escandinávia, II, 20; III, 29, 49.
Eslováquia, I, 37.
Espanha, I, 12, 22, 37, 41, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 94, 106, 115, 121, 127, 131, 139, 171, 188, 189, 193, 195, 199, 210; II, 84, 100, 107; III, 43, 52, 53, 64, 74, 80, 82, 149, 159, 189.
Espinho, III, 51.
Essen, I, 181; II, 52.
Estados Unidos, I, 67, 77, 108, 112, 205; II, 33, 44, 49, 51, 71, 81, 82, 91, 106, 224, 282; III, 12, 52, 169, 172, 184, 201, 223.
Estocolmo, III, 184.
Estónia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69.
Estremadura espanhola, I, 42.
Estremoz, I, 126; II, 209.
Europa Central, III, 49, 82.
Europa, I, 29, 36, 39, 48, 59, 60, 65, 67, 68, 70, 74, 75, 77, 124, 135, 146, 163, 174, 177, 181, 184, 185, 193, 206, 210; II, 9, 31, 44, 61, 62, 71, 72, 74, 77, 79, 81, 85, 92, 106, 108, 121, 153, 160, 165, 176, 200, 205, 207, 213, 216, 227, 235, 238, 239, 244, 265, 266, 270, 271, 282, 292, 293, 294; III, 1, 6, 7, 12, 24, 34, 47, 48, 152, 153, 157, 171, 190, 199, 200, 201, 205, 216, 220, 225, 227, 230, 233, 238, 241, 249.
Évora, I, 40, 46, 47; II, 23, 97; III, 14.
Extremo Oriente, I, 106.

Famalicão, I, 95; III, 51.
Faro, I, 40, 46, 47; II, 215; III, 14.
Ferreira do Alentejo, II, 24, 275; III, 189.
Figueira da Foz, II, 258; III, 237.
Figueiró dos Vinhos, I, 173.
Finlândia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 94; III, 149.
Florença, I, 27.
Floresta Negra, III, 233.
Flórida, I, 189.
França, I, 7, 9, 11, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 106, 121, 139, 150, 171, 177, 181, 189, 194, 195, 199, 206, 210; II, 80, 105, 206, 223, 256, 265, 271, 273, 293, 296; III, 12, 13, 43, 52, 57, 80, 81, 181, 189, 202, 218, 233.
Francfor, I, 102.
Freixo, II, 258; III, 76.

Fuentes, I, 12.
Funchal, III, 227.

Galiza, I, 42.
Genebra, I, 52; III, 232.
Gibraltar, I, 205.
Glasgow, I, 181; II, 8.
Goa, I, 8.
Gondomar, I, 166.
Gouveia, III, 51.
Grécia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69; II, 172, 216; III, 64.
Guadiana, I, 39, 41, 42.
Guadramil, I, 179; III, 192.
Guarda, I, 40, 46, 85; III, 14.
Guimarães, I, 109; II, 7, 8, 110; III, 51.

Hamborn, I, 109.
Harz, III, 233.
Hawai, I, 205.
Heidelberg, II, 8.
Holanda, I, 22, 31, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 86, 106, 179, 194; II, 102; III, 64, 155.
Hungria, I, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 106.

Ibéria, II, 21.
Idaho, I, 189.
Índia, II, 73, 176; III, 132, 149.
Índico, III, 64.
Inglaterra, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 80, 86, 90106, 112, 121, 171, 179, 194, 199, 205, 206; II, 20, 33, 35, 42, 55, 62, 82, 84, 102, 113, 206, 213, 223, 224, 225, 228, 237, 256, 263, 281, 282, 292, 293; III, 12, 29, 52, 59, 80, 149, 151, 155, 176, 181, 201, 232.
Irlanda, I, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 80, 94; III, 80, 233.
Irun, I, 12.
Islândia, I, 36.
Itália, I, 12, 36, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 85, 94, 106, 121, 195, 201, 206, 210; II, 265, 271; III, 12, 13, 52, 74, 80, 81, 149, 181, 201.

Japão, I, 67; II, 106.
Jugoslávia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 94, 195; II, 216.

Lago dos Quatro Cantões, II, 10.
Lamego, I, 95; III, 51.
Laufen, I, 102.
Leipzig, I, 128; III, 179.
Leiria, I, 40, 46, 189; III, 14, 53, 77.
Letónia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69.
Lezíria, I, 209; III, 152.
Líbano, III, 47.
Lichterfeld, III, 48.
Liechtenstein, I, 36.
Liège, I, 11.
Lindoso, III, 5, 51, 75.
Lion, I, 42, 128; III, 179.
Lis, I, 200; III, 237.
Lisboa, I, 38, 40, 46, 47, 93, 125, 127, 130, 147, 177, 183, 185, 208, 209, 214, Lituânia, I, 36, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69; II, 9, 10, 14, 20, 23, 24, 39, 41, 44, 49, 60, 69, 71, 73, 79, 85, 88, 100, 103, 123, 128, 131, 132, 135, 136, 171, 174, 175, 187, 208, 211, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 227, 233, 243, 276, 294, 296, 297, 299, 300; III, 5, 6, 13, 14, 17, 23, 24, 34, 43, 49, 51, 52, 53, 56, 83, 85, 155, 174, 189, 195, 220, 237.
Lituânia, II, 216.
Londres, I, 43; II, 133; III, 47.
Lourenço Marques, III, 174.
Loures, III, 51.
Lousal, I, 141, 186.
Luxemburgo, I, 36, 51, 71

Maceira, I, 116, 118.
Machuca, I, 173.
Madeira, I, 40; II, 38, 180, 193; III, 226, 227, 228, 247.
Malásia, III, 149.
Malta, I, 36.
Mangualde, III, 152.
Mar da China, I, 84.
Marão, I, 180; III, 192.
Marinha Grande, II, 38, 154; III, 133.
Marrocos, I, 108, 179, 189; II, 55, 187.
Massarelos, III, 50, 87.
Mediterrâneo, I, 35, 84; II, 21; III, 47.
Melgaço, I, 38.
Melriça, I, 38.
Mem-Martins, III, 196.
Milão, I, 128; III, 179.
Minho, I, 41, 42; II, 215, III, 5.
Miranda, II, 209; III, 188, 189.
Moçambique, I, 206, 212.
Mónaco, I, 36.

Monchique, II, 24.
Moncorvo, I, 173, 179, 189; III, 192.
Mondego, I, 200; III, 237.
Mondim de Basto, I, 180.
Monsanto, I, 16.
Monsaraz, I, 41.
Montana, I, 189.
Montes Claros, II, 9.

Neiva, I, 38.
Nelas, III, 4.
Nilo, III, 153.
Niza, III, 51.
Noruega, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 139, 193; II, 213, 229, 265; III, 64, 82.
Nova Iorque, I, 126; II, 40; III, 205.
Novo México, I, 189.

Óbidos, I, 206.
Oceânia, I, 189; II, 79.
Oeiras, III, 51, 198.
Oliveira de Azemeis, I, 95.
Olivença, I, 39, 41, 42.
Orada, III, 192.

Pacífico, I, 146; II, 9.
Palheiros de Mira, I, 200.
Pancas, I, 209.
Paradela, I, 38; II, 192, 193.
Paris, I, 11, 12, 126, 146; II, 9, 30, 45, 60, 111, 120, 133, 207, 223; III, 43, 174.
Penha, II, 9, 110.
Península Ibérica, I, 38.
Picote, II, 195; III, 189.
Pinhel, I, 95.
Pocinho, III, 189.
Polinésia, II, 10.
Polónia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 76, 77, 94, 189.
Ponte da Esperança, III, 75.
Portalegre, I, 40, 46; III, 14, 51.
Porto Alto, III, 189.
Porto, I, 40, 46, 47, 93, 125, 130, 177, 180, 185; II, 22, 39, 60, 100, 117, 123, 135, 136, 139, 140, 160, 164, 209, 214, 218, 220, 221, 222, 238, 259, 275, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300; III, 4, 5, 13, 14, 17, 24, 41, 51, 52, 53, 62, 83, 85, 155, 189, 197, 218.
Portugal, I, 106; II, 4, 8, 9, 10, 19, 30, 36, 38, 39, 46, 47, 52, 53, 56, 61, 71, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 120, 121, 124, 125, 127, 129, 133, 147, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 174, 181, 183, 207, 216, 217, 222, 223, 224, 227, 228, 242, 250, 251, 254, 258, 269, 274, 282, 286; III, 12, 41, 49, 52, 149, 152, 173, 179.
Póvoa, III, 192.
Póvoa de Santa Iria, I, 179.
Prado, I, 173.

Quiaios, I, 200.

Régua, III, 4, 51.
Reno, I, 108.
Ria de Aveiro, I, 200.
Riba d'Ave, I, 116.
Ribatejo, III, 13.
Rio Maior, I, 146, 147, 148, 206; II, 46, 253, 272, 273; III, 154, 192.
Rodésia, I, 108; III, 149.
Roma, I, 18, 120; II, 302.
Roménia, I, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69.
Rueyres, I, 11.
Ruhr, I, 109.
Rússia, I, 36, 36, 189, 205; II, 152; III, 80, 169, 181.

S. Gregório, I, 38.
S. Jerónimo, I, 11.
S. João da Madeira, I, 95, 184; II, 38, 180; III, 228.
S. Pedro da Cova, III, 49, 87, 192.
S. Tirso, I, 95.
Sabugueiro, III, 75, 78.
Sado, I, 39, 40; II, 21; III, 237.
Sagres, I, 38, 130.
Salamanca, III, 167.
Santa Luzia, III, 76, 78.
Santa Susana, I, 180.
Santarém, I, 40, 46; III, 14, 51, 52, 196.
Santo Tirso, III, 51.
São Domingos, I, 186; III, 192.
São Francisco, II, 7, 8.
Saucelle, III, 189.
Seia, III, 189.
Seixal, II, 209; III, 193.
Sena, II, 10.
Senhora do Desterro, III, 75.
Senhora do Porto, III, 75, 78.
Serra da Estrela, I, 99; II, 38; III, 4, 7, 13.
Serra do Reboredo, I, 179.
Setiais, II, 10.
Setúbal, I, 40, 46, 47, 147, 179, 214; II, 20, 23, 24, 39, 214, 215, 275; III, 13, 14, 23, 34, 53, 152, 189, 194, 196, 197.

Sevilha, I, 11, 12, 126; II, 10, 17.
Silésia de Teschen, I, 37.
Silésia, I, 94.
Silves, I, 109.
Sintra, I, 174; II, 10; III, 51, 153.
Síria, III, 47.
Sofala, II, 73; III, 134.
Sorraia, I, 209; III, 152.
Stockton, III, 11.
Suécia, I, 11, 41, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 77, 111, 206; II, 213, 265; III, 80, 149.
Suíça, I, 9, 12, 31, 41, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 59, 71, 77, 97106, 171, 185, 195, 199; II, 52, 54, 99, 213, 223, 265, 271, 293; III, 12, 52, 64, 69, 80, 82, 86, 88, 149, 176, 189.

Tâmega, I, 180.
Tavira, I, 95.
Távora, II, 193, 194; III, 188.
Tejo, I, 39, 40, 73, 209, 209, 214; II, 10, 21, 23, 202, 214, 245, 259, 262; III, 152, 153, 237.
Tennessee, I, 189.
Tiro, III, 47.
Tomar, I, 173; III, 197.
Toulouse, I, 20.
Transilvânia, I, 37.
Trás-os-Montes, I, 42, 173; III, 193.
Troia, I, 17.
Tunísia, I, 108, 189.
Turquia, I, 36, 115; II, 84.

Urgeiriça, III, 4.

Valeira, III, 189.
Valença, I, 38.
Valongo, I, 141; II, 79, 116.
Varosa, III, 4, 51, 75.
Vermoim, III, 189.
Verona, II, 10.
Viana do Castelo, I, 40, 46; III, 14.
Vieira de Leiria, III, 155.
Viena, I, 51, 102.
Vila Cova, III, 75.
Vila de Rei, I, 38.
Vila do Conde, III, 51.
Vila Franca, I, 209; III, 152.
Vila Nova, II, 14, 201, 205, 212, 214, 230, 277.
Vila Real de Santo António, I, 214.
Vila Real, I, 40, 46, 47; III, 14.
Vilar Formoso, III, 152.
Vilna, I, 37.
Viseu, I, 40, 46; III, 14, 52, 53.
Volfrâmio, I, 128.
Vouga, I, 200; III, 237.

Washington, I, 112; II, 88.

Xong-King, I, 112.

Zêzere, I, 173; II, 18, 23, 192, 201, 202, 203, 209, 212, 215, 219, 221, 261, 262, 26"7, 268, 275, 276, 277, 300; III, 189.
Zurique, I, 11.

ÍNDICE TEMÁTICO

A. J. Oliveira & Filhos, I, 184; III, 198
Abastecimentos, I, 31; II, 101, 176; III, 143
Adubos, v. Indústrias: adubos azotados
África - partilha de, III, 4, 66
Agitação académica, I, 8
Agricultura, I, 26, 91, 143, 165; II, 160, 161, 163, 176, 256, 253; III, 67, 100, 132, 148, 152, 165, 167, 185, 187, 230--249
/ Indústria, I, 26, 89-95, 101-102, 143, 208, 210, 212; III, 242
campanha de fomento agrícola, III, 236
condições climáticas, III, 152
cooperativas agrícolas, III, 227, 228, 238-243
cultura intensiva, III, 185
desafios à lavoura, III, 247
divisão da propriedade, I, 91
exclusivismo agrícola / agrário, I, 91, 101
financiamentos à lavoura, III, 248
fomentar a produção da terra, III, 248
hidráulica agrícola, I, 26, 92, 209, 210, 214; III, 185
irrigação, III, 6, 67, 152
mecanização da lavoura, I, 93; III, 185
mercado para a indústria, III, 249
nível de vida da população agrícola, I, 93
parcelamento e emparcelamento, III, 185
pecuária, I, 210; III, 185
plano de fomento agrário, I, 93
população activa, III, 167, 249
preços agrícolas, I, 91
primeira de todas as indústrias, I, 90
produção agrícola, I, 90; II, 170, 171; III, 153
produtividade da população agrícola, I, 93
propriedade agrícola / rural, I, 91, 92
quebra do produto agrícola, III, 187, 237, 238
rega, II, 18, 25, 246, 250, 261; III, 185
regadio, I, 92; II, 72
retorno à terra, I, 92
ruralizar a gente, I, 93
salário rural, III, 185
solos, III, 152, 153
trabalhador rural, I, 91, 93
vida rural, III, 248
Amoníaco Português, II, 15, 16, 25, 46, 259, 264, 270, 273; III, 194
Anglo-Portuguese Oil Company, I, 206
Anuários Estatísticos da Sociedade das Nações, I, 36, 47-50, 52-56, 102, 106
Assembleia Nacional, I, 68 135; II, 29, 37, 54, 65, 68, 151, 158, 159, 184, 190, 214; III, 185
Assistência financeira às empresas, I, 141
Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, III, 8
Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) / EFTA, III, 173, 184, 185, 200, 202, 205
Associação Industrial Portuense, I, 28, 174
Associação Industrial Portuguesa, I, 114, 129, 185; II, 126, 128, 131, 134, 214, 219
Autarcia económica, I, 97, 171, 180, 182, 185; III, 182

Babcock & Wilcox, III, 197
Banco de Angola, I, 54
Banco de Fomento, III, 199, 201, 224
Banco de Portugal, I, 11; II, 164, 170, 274; III, 81, 92
Banco Nacional Ultramarino, I, 54
Boeticher & Navarro Portuguesa, III, 197
Boletim da Direcção Geral da Indústria, I, 202; II, 117; III, 62

Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais, III, 143
Boletim de Minas, I, 155
Boletim do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, I, 76
Boletim do Trabalho Industrial, I, 148, 152
Burmeister & Wain de Portugal, III, 196

Cabo Mondego, I, 142, 145
Caima Pulp, III, 194
Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, I, 141, 142; III, 97
Caixa Nacional de Crédito, I, 140, 142; II, 274; III, 91, 121, 124, 125
Câmara Corporativa, I, 105, 166, 172, 212; II, 114, 121, 144, 177, 178, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 219; III, 185, 188
Capital estrangeiro, III, 115
Capitalistas, I, 115
Carboneto de cálcio, I, 135, 138, 139
Carvão, I, 70, 101-105, 135, 147, 174, 180-182, 195, 196, 206; III, 4, 17, 31, 44, 46, 49, 64, 66, 73, 75, 87, 102, 111, 148, 149, 176, 192
Cecil, III, 198
Celulose de Cacia, III, 195
Chumbo, I, 139; III, 64
Cibra, III, 198
Cobre, I, 33, 133, 136, 165, 186-189; III, 64, 70, 112
Colónias, I, 108, 212; III, 64, 68, 102, 111, 128, 179
Colonização:
  agrícola, I, 47; III, 185
  industrial, I, 47
  interna, II, 275; III, 72, 185
  ultramarina, III, 72
Combustíveis, I, 96, 105, 147; II, 19, 20, 25, 87, 168, 191, 196, 213, 224, 237, 242, 245, 257; III, 3, 16, 22-24, 26, 49, 111
Comércio do Porto, I, 28
Comércio, I, 94, 143; II, 71, 93, 108, 164, 176, 179; III, 67, 166, 184-185
Comércio externo:
  I, 31, 37, 55-57, 128, 137; III, 101, 165, 166, 179, 180, 182, 214,
  balança comercial, I, 194; II, 163, 164, 169; III, 68, 101
  colónias, I, 201
  exportações, I, 186, 193-195; II, 163, 169, 296; III, 178, 180-183, 215
  importações, I, 118, 177; II, 81, 156, 160, 161, 163, 165, 169, 170; III, 112, 114, 117-119, 154, 185
  de automóveis, I, 130-133; II, 165
  de combustíveis, I, 147; III, 4, 5, 16, 24, 29, 49, 50, 66, 74, 91, 94
  de matérias-primas, I, 106; III, 111
  de papel e pasta de papel, I, 198, 199, 200
Comissão de Interligação das Centrais do Norte, I, 28
Comissão Reguladora do Comércio de Carvões, I, 146
Compagnie des Compteurs, III, 201
Compagnie Royale Austurienne des Mines, I, 139
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, III, 75, 76
Companhia Carris de Ferro do Porto, III, 49, 50, 75, 76
Companhia do Oeste de Espanha, I, 63
Companhia Industrial de Fibras Artificais, III, 198
Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, III, 197
Companhia Nacional de Electricidade (CNE), II, 23, 24, 274, 275, 276, 277, 287
Companhia Portuguesa de Celulose, II, 15, 16, 54; III, 195
Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, III, 198
Companhia Portuguesa de Motores e Camions, III, 194
Companhia Portuguesa de Siderurgia, I, 184; II, 15, 16, 17
Companhia Portuguesa do Cobre, III, 198
Companhia União Fabril (CUF), I, 8, 11; II, 15, 43, 99, 260; III, 201
Comunidade Económica Europeia (CEE), II, 75, III, 173, 184, 189, 201, 205
Conferências Mundiais da Energia, III, 49, 223
Congresso da Indústria Portuguesa, II, 146; III, 174, 211, 220
Congresso Nacional de Engenharia, 1º, I, 148; II, 220; III, 8-9, 10
Congressos da União Nacional, II, 69; III, 162
Conselho de Ministros, I, 140; II, 180; III, 93, 94, 95, 121, 123, 125, 228
Conselho Superior da Indústria, I, 72, 198; III, 167
Conselho Superior de Economia Nacional, I, 87; III, 135
Conselho Superior de Electricidade, I, 28
Constituição da República Portuguesa, III, 108, 128, 168, 228, 240

Corporativismo, I, 73, 157-161; III, 40, 139
corporativistas, I, 160
Cortadoria Nacional de Pêlo, I, 28; II, 181; III, 62-65, 228, 251
Covina, III, 220
Crédito externo, I, 96, 98
Crise de 1929, I, 56-57; III, 158, 205, 206
Crises de sobreprodução, I, 112; II, 157; III, 104

Desemprego, I, 115, II, 297; III, 4
Diário de Notícias, I, 112; II, 7, 108, 132; III, 143
Direcção dos Serviços Eléctricos, I, 28, 133; II, 207; III, 21, 25, 28, 31, 37
Direcção Geral da Indústria, I, 155, 156; II, 108, 117, 141; III, 42, 124
Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, I, 154, 155; II, 193; III, 92, 93, 95, 96, 218
«Dumping», I, 137; III, 103, 121

«Economia de vão de escada», III, 42, 241
Economia nacional:
a hierarquia do problema económico, III, 140, 141
atraso português, I, 67-71
comparação com outros países, I, 35-88
desenvolvimento económico e educação, I, 85
desenvolvimento / fomento económico, I, 81-88, 217, II, 176-187, 296; III, 6, 41, 43, 67, 140, 141, 142, 164
planos de fomento, I, 185
I Plano de Fomento, II, 188-197; III, 193
II Plano de Fomento, III, 165, 167, 175, 188, 190, 193-196
III Plano de Fomento, III, 188
intervenção do Estado, III, 135
política económica, II, 76, 100, 127, 143, 164-176, 192, 213, 257, 281, 300; III, 43, 143, 179, 184
produção nacional, I, 128
relação com as colónias, I, 210; III, 102, 128
Economia política, I, 131
Economia rural, III, 102
Economias de escala, I, 122; III, 111, 246
Economistas, II, 103; III, 166
Eduardo Ferreirinha, III, 194
Electra del Lima, III, 51
Electricidade:
I, 25, 27, 31, 33, 96, 148; II, 3, 23, 24, 47, 136, 139, 191, 196, 208, 214, 234, 274-277, 287; III, 2, 43, 70
e Agricultura, III, 91
e Indústria, III, 66-71, 72-99
aproveitamento dos recursos em água, III, 79, 80
aproveitamentos hidroeléctricos, II, 201, 211, 233; III, 3-5, 7, 135, 136, 188
base essencial de progresso, III, 135
Centrais
I, 10, 11, 192, 193; II, 5, 18, 22, 23, 25, 26, 165, 168, 185, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 212, 213, 214, 216, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 252, 264, 267, 272, 274, 275, 277, 280, 282, 283; III, 18, 19, 23, 74-80
Centrais de
Alto Rabagão, III, 188
Baixo Zêzere, II, 23
Bemposta, III, 188
Bruceira, III, 51
Cachofarra, II, 215
Caniços, III, 51 76
Castelo do Bode, II, 14, 22, 23, 200, 205, 212, 214, 230, 233, 277; III, 16
Companhia Carris de Ferro do Porto, III, 23
Companhias Reunidas de Gás e Electricidade – CRGE, II, 222, III, 5, 23, 51, 75, 76
Ermal, III, 75
Freixo, III, 23, 51, 76
Lindoso, III, 5, 51, 75
Massarelos, III, 23, 87
Miranda, III, 188
Ponte da Esperança, III, 75
Ponte de Jugais, III, 51
Póvoa, III, 51
Sabugueiro, III, 75 78
Santa Luzia, III, 76 78
Senhora do Desterro, III, 51 75
Senhora do Porto, III, 75 78
Tapada do Outeiro, III, 188
Távora, III, 188
Tejo, III, 16 23 51
UEP, III, 23
Varosa, III, 5 51 75
Vila Cova, III, 75
de serviço privado, III, 74 98
de serviço público, II, 200, 231, 247; III, 74
hidroeléctricas, II, 18, 22, 185, 195, 201, 202, 206, 212, 231; III, 4, 5, 10, 26, 73-81, 86

térmicas, II, 25, 200, 225, 227, 228, 231, 241, 252, 280, 282; III, 10, 26, 67, 74, 90, 91
comparações internacionais, III, 27, 30, 31, 52
concessionários, II, 18, 26, 214, 253; III, 19, 30, 44, 55, 56, 88
concessões, II, 25, 203, 208, 217, 251, 252, 253, 261; III, 15, 16, 92, 93-95
municipais, III, 39, 44, 55, 56
congressos, I, 10
consumo, I, 37, 56-59; II, 21, 201, 214; III, 12-16, 22-24, 32, 44, 49, 51-54, 76, 82, 101, 175, 188
acção promotora do Estado, III, 19, 25, 59
iluminação, II, 88, 204, 222, 223, 234-243, 263, 282, 286, 289, 290, 291, 293, 295, 299, 300; III, 23, 55
agrícola, III, 53, 54, 82
doméstico, II, 298, 300, III, 155
industrial, III, 3, 5, 23, 24, 53, 54, 77, 78, 79, 82, 111, 117, 118, 119 148
crise de, III, 17, 52, 53, 54, 66
estatísticas de, III, 12, 13
debilidade do mercado português de, III, 15, 16, 17
distribuição, I, 133; III, 10-13, 15, 19, 22, 32, 35, 37, 39, 49-54, 81-84, 92-93, 95-97, 175, 190-191
exploração, III, 18 19, 29, 35, 44, 45
potência instalada, II, 25, 115, 202, 206, 214, 215, 226, 228, 231, 259, 263, 264, 267, III, 31, 39, 42, 50, 74-76, 74, 75, 188
preço da, I, 194-196; II, 56, 195, 201, 212, 221, 222, 228, 235, 237, 241, 243, 244, 255, 256, 263, 268, 269, 270, 273, 279-284, 293, 295, 296; III, 15, 176
produção, I, 193, II, 219-233; III, 22, 5, 23, 27, 29, 34, 37, 39, 40, 44, 49, 50, 52, 73, 74, 78, 90, 187-188
concentração da produção, III, 88 95
tarifas, I, 195, 196; II, 5, 25, 26, 135, 139, 199, 203, 207, 208, 209, 210, 212, 216, 219, 220-224, 229, 230, 233-243, 243-254, 256, 261, 271, 272, 276, 277, 281, 282-294, 294-300, 301, 302, 303; III, 11, 15, 17, 19, 24, 30, 39, 51, 54-56, 72, 82, 83, 89, 97-98, 155, 175, 176, 190
transporte, II, 274-279; III, 10, 53, 81-84, 92-93, 189
Electrificação do País:
I, 8, 11, 12, 33, 71, 86-87, 165; II, 199-303; III, 14, 15, 46-60, 136, 160-161, 175, 176, 251
apóstolo da electrificação, III, 46, 142, 195
apoio ao desenvolvimento industrial, III, 6, 44, 74, 76-78, 86, 91
crítica à ausência / deficiente política de electrificação, II, 27, 261; III, 24, 32, 33, 34, 135, 136, 139
custo, II, 219-233; III, 59, 60
elemento de valorização económica e social, III, 25, 28, 44, 46, 49, 53, 58
invabilidade, III, 15
dos caminhos-de-ferro, III, 6 40 44 67 78 91 189
emprego, III, 44
facilidades de crédito, III, 19
hidroelectricidade, I, 8 101-106; II, 281, 288; III, 1-7, 23, 29, 31, 34, 46, 66, 67, 68, 73, 90, 91, 149
substituição de energia térmica por energia hidráulica, III, 73, 77, 78, 79, 86, 91, 98, 176
história da electrificação do País, II, 207-210; III, 133-138
independência em relação ao exterior / nacionalização da energia, III, 16, 18, 24, 34, 35, 40, 44, 49, 50, 87, 88, 95
interligação, II, 14, 21, 185, 214, 215, 216, 222, 246, 247, 248, 250; III, 17, 18, 40, 92
intervenção do Estado, III, 15, 20, 30, 32, 33, 34, 35, 44, 59, 80, 81, 90, 91,
isenções fiscais, III, 94 95
Lei nº 2002
proposta de lei, I, 105, III, 68, 69, 72-89
Lei nº 2002, I, 12, 28, 31, 35, 96, 140, 187; III, 72-99, 138, 160--161, 168, 175, 176, 190
regulamentação da, III, 190
monopólio, III, 44, 88, 89
municípios, III, 83, 84, 89, 95, 96, 97, 190
resistências à, III, 195
rural, II, 24; III, 46, 55
novas fontes de riqueza, III, 72
obra de fomento da Nação, III, 15, 18, 19, 20, 72
para a indústria, I, 200; III, 10, 11, 40, 55
problema nacional, III, 46-49

rede eléctrica nacional, I, 130; II, 219, 221; III, 10-20, 35, 74, 90-93, 135, 136
reforma da electricidade portuguesa, III, 24, 32, 33, 36-40, 44, 60
repartidor nacional de cargas, II, 118, 215, 216; III, 92, 190
utilidade pública, III, 95
Electrotecnia, I, 16; III, 10
Emigração, I, 45; III, 100
Emprego, III, 68
Empresa de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego, I, 142
Empresa do Cobre de Angola, I, 145
Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, III, 198
Empresa Mineira do Lena, I, 143
Empresa Nacional de Aparelhagem Eléctrica, III, 197
«Empresas de vão de escada», I, 124
Engenheiros: missão dos engenheiros em Portugal, III, 2, 3, 8, 9, 68-71, 107, 156
English Electric, III, 201
Ensino:
da Engenharia, I, 6, 9, 10; III, 68, 69, 70
da História em Portugal, I, 21, 22
técnico, I, 26
Enxofre, I, 11, 106, 118, 119, 179, 193; III, 192
Escudo, I, 11, 12, 112
Estado, I, 91, 129 ; II, 4, 14, 15, 16, 17, 22, 25, 26, 27, 44, 46, 49, 57, 63, 64, 66, 70, 77, 87, 92, 94, 97, 98, 100, 102, 103, 105, 115, 128, 129, 132, 135, 137, 138, 140, 145, 147, 149, 157, 159, 182, 185, 186, 188, 199, 203, 204, 205, 207, 229, 246, 253, 254, 260, 270, 274, 275, 276, 277, 284, 290, 295, 296, 297, 300, 301, 302; III, 11, 101
Estado Novo, II, 22; III, 40
Estaleiro Naval de Lisboa, III, 194
Estanho, I, 128, 172; III, 111, 180
Estatística Comercial, I, 134
Estatística do Comércio Externo, I, 134; II, 164; III, 159
Estatística Especial do Comércio e Navegação, I, 134
Estatística Industrial, I, 152, 154; II, 69
Estatísticas das Instalações Eléctricas, I, 13, 21, 23, 25, 28, 58, 88, 154, 155; II, 94; III, 14, 17, 21-45, 69
Estatísticas nacionais; III, 41, 42, 186-187
Estatuto do Trabalho Nacional, I, 160 ; II, 68; III, 81, 101, 108, 128, 136, 168
Eucalipto, I, 198, 200
Excedente demográfico, I, 92
Exposições internacionais, I, 126-130; III, 178-183
Exposição Colonial de Paris, I, 126
Exposição das Artes e Técnicas da Vida Moderna de Paris, I, 126, 127
Exposição de Nova Iorque, I, 126
Exposição de Viena, I, 102
Exposição Internacional de Sevilha, I, 26
Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, III, 178-183
Exposições nacionais, I, 129
Exposição Colonial do Porto, I, 23, III, 41
Exposição do Mundo Português, I, 129
exposições industriais, I, 126-130

Fábrica Cerâmica de Valadares, III, 198
Fábrica da Soda Póvoa, III, 192
Fábrica de Automóveis Portugueses, III, 194
Fábrica de carbureto de Nelas, III, 4
Fábrica de Cimentos Tejo, III, 198
Fábrica de Produtos da Abrigada, III, 198
Fábrica Nova de Artilharia de Foz d'Alge, I, 173
Fábrica Pachancho, III, 198
Federação dos Produtores de Trigo, II, 15
Ferrarias da Foz do Alge, I, 174
Ferro, I, 70, 96, 119, 125, 164, 173-186, 194; II, 17, 30, 32, 50, 53, 84, 90, 101, 103, 104, 113, 116, 117, 134, 141, 169, 218, 235, 237, 259, 265, 271, 301; III, 64, 70, 149, 150, 192
Finanças / política financeira, I, 12, 14, 26, 37, 49, 52-55; III, 139
Firestone, III, 197
Fisiocráticos, III, 182
Floresta / povoamento florestal, I, 47, 196, 200; III, 149
Ford Lusitana, I, 132
Fundição de Oeiras, III, 198
Fundo de Desemprego, III, 83
Fundo de Fomento de Exportação, III, 178, 181

Gasolina, I, 203-213
Genebra (Conferência de), III, 1
General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), III, 232
General Electric Portuguesa, III, 197
General Electric; II, 40, 41, 86, 88; III, 201
Grémio da Imprensa Diária, I, 199

Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela, III, 51, 75, 76
Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, III, 51, 75, 76
Hidro-Eléctrica do Varosa, III, 51

I. G. Farben, II, 32, 42, III, 69, 201
Indústria:
I, 8, 25, 26, 27, 31, 33, II, 54, 85, 108, 117, 131, 141, 146, 158, 176, 180; III, 2, 4, 66, 165, 186
a «pequenez» industrial, II, 33, 65, 76, 91, 99, 103, 128, 138, 205, 235, 257, 298; III, 102, 157, 216, 217, 218, 243
actividades subsidiárias, I, 166, 167, 168
ampliação de indústrias, III, 197-198
atraso industrial / críticas à indústria existente, I, 72-73, 81, 159; III, 63, 64 101, 131, 132, 157, 162, 207
ausência de tradição, III, 148, 150
base científica, II, 47, 97; II, 85-97; III, 156, 157, 168, 222, 226
capitalização, I, 167, 168; II, 297
caseira, II, 112-119, 132, 173, 282; III, 173, 216, 217
concentração industrial, I, 73, 124, 138; II, 36-75, 76, 112, 124, 150-160; III, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 117, 122, 123, 124, 157, 172, 201-203, 220, 222
concorrência, II, 50, 51, 56, 76, 87, 100, 131, 134, 141, 146-149, 161, 237, 256, 263; III, 43, 102, 104, 112, 121, 159, 173, 212, 213, 216, 221, 222
condicionamento industrial, I, 113, 136, 191, 192, 195, 196, 198, 201, 202, 203; II, 17, 54, 66, 114, 140-150; III, 101, 115-116, 123, 135, 137, 158-160, 163, 168, 195, 205-216, 219-222, 238, 239, 244
de exportação, II, 91, 145; III, 212, 214
Relatório da proposta de Lei da, I, 154, 156
condições de trabalho, III, 105
contribuição industrial, I, 149, 208
crédito à, I, 140
debilidade do tecido industrial, III, 200, 201
desamor à, I, 145, 146; III, 150
dimensão industrial, I, 121, 124; III, 42, 43, 117, 118, 119, 122, 216, 217, 218, 222, 226
dispersão industrial, III, 117, 118, 122, 172, 216
emprego, III, 193-196
empresários, III, 223
envelhecimento estrutural, III, 201
escolas industriais, II, 122, 123; III, 106
estrutura industrial, III, 211-219
expropriação por utilidade pública, III, 122, 123, 124, 127, 128
fornecimento de força motriz, III, 105
geografia industrial, III, 77
habitat da, I, 102
importações, III, 117, 118, 119
independência em relação ao exterior, I, 105; III, 64
industriais, I, 99, 137, 154, 155, 202; III, 65, 123, 158, 168, 174, 180, 195, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 217, 218, 221, 222, 223, 249
iniciativa de estudos por parte do Estado, I, 163
inquéritos industriais, I, 148-157; II, 37; III, 107, 134, 135
instalações e equipamento, I, 203; II, 75-85, 109-112; III, 104, 105, 110, 114, 117, 118, 119, 122, 158, 172, 213, 226
integradas no II Plano de Fomento, III, 193-196
intervencionismo estatal, I, 119
investimento industrial, I, 172; III, 193--196
laboratórios, III, 128
liberdade industrial, III, 204, 205, 208, 219
localização industrial, I, 93
novas, II, 14, 31, 72; III, 153-156
mão-de-obra, I, 166, 168,,170; II, 119--125; III, 106, 107, 128, 170
matérias-primas, I, 97, 100, 106, 167, 168, 172; III, 111, 148, 149
mercados, I, 121-125; III, 148, 150, 216
monopólio, III, 43
normalização da produção, II, 104-109; III, 106, 122, 128, 172
número de fábricas, II, 43, 54, 58, 160, 161, 162, III, 117, 118, 119
número de operários, II, 31, 68, 113, III, 117, 118, 119
organização do trabalho, II, 112; III, 102, 170, 122, 226
organização industrial, I, 143; II, 43, 51, 66, 71, 104, 109, 142; III, 67
papel do Estado - política de incitamento, I, 143, 144, 145, 148, 163 167, 170, 171

participação de capital de particulares / accionistas, III, 223, 224
participação de capital estrangeiro, I, 167
produção industrial portuguesa, I, 7-13, 33, 67-71, 127; III, 43, 64, 68, 148, 220
preços, II, 134-140
protecção à indústria nacional, II, 126--134
proteccionismo pautal, I, 202; III, 43, 102, 216
reflexos no comércio externo, I, 170, 171
satisfação dos mercados, III, 117, 118, 122
sobreequipamento, III, 211-216, 219
tecido industrial, III, 70
técnica, III, 106, 156, 228
valor da produção, III, 117, 118, 119
Indústria / industrialização:
apóstolo da industrialização, II; 176-187; III, 131, 142, 199, 230
crédito industrial, I, 140, 142; II, 270, 271
criação de novas indústrias:
Lei nº 2005, III, 111, 112, 113, 116, 120-121
programa de indústrias-base da Lei nº 2005, I, 163-216, III, 70, 111-114, 119-121, 153, 154
criação de novas indústrias, I, 116, 125, 136, 138; II, 15, 25, 30, 72, 75; 188; III, 6, 62, 67, 74, 77, 101, 168, 169, 196-197
facilidades às indústrias nascentes, I, 163, 201
crítica à ausência / deficiente política industrial, I, 70, 86-87, 143, 217; II, 164-176, 176-187; III, 132, 133, 134, 139
desenvolvimento industrial, II, 96, 124; III, 100-119, 153, 198-199
fomento industrial, I, 94; II, 6, 8, 55, 82, 84, 144, 156, 176, 178, 179, 188, 256, 277; III, 45, 63, 64, 104, 147-148, 151, 158, 224
história do desenvolvimento industrial em Portugal, III, 132-138, 140
Lei nº 2005, do fomento e reorganização industrial:
proposta de lei, I, 72, 153, 154, 163, 164, 172, 164, 188; II, 30; III, 68 69, 70, 87, 100-119
Lei nº 2005, do fomento e reorganização industrial, II, 184; III, 120 120-129, 137, 143, 144, 168, 172, 203, 206, 207, 220, 226
aplicação e resultados, I, 47, 68, 96, 140, 156, 161, 163, 164; III, 153 154, 168
críticas à, I, 72-74, 166; III, 144-146
industrialização do País, I, 71, 86-87, 110, 111, 143, 164, II, 30
intervenção do Estado, I, 143, 144, III, 198, 199
medo da, I, 114-120; III, 43, 65, 150
papel dos organismos corportativos, I, 142
perigo social, I, 115, 120, 121
política industrial, I, 148; II, 176-187; III, 62, 68, 108, 130-144, 204-225
programa industrial, I, 33, 136; II, 73, 75; III, 69, 70, 100-119, 206
reforma industrial, I, 12, 13, 129, 130, 134, 140; II, 38, 52, 60, 67, 72, 74, 187; III, 174, 175, 200, 223
reorganização das indústrias:
I, 125, 137, 138, 159, 161; II, 29-198; III, 70, 101, 103, 156-157, 162-163, 168, 170-172, 199-201, 220, 226-229
comissões de reorganização, III, 199, 227
Lei nº 2005, I, 12, 13, 28, 31, 35, 163, III, 115, 122-127, 199, 200, 206, 207, 220, 221, 228
reorganização industrial e doutrina corporativa, I, 160
resistência à, II, 164-176; III, 131, 195, 230
revolução industrial, II, 62, 86, 176; III, 132, 232
substituição de importações, III, 149, 150, 154, 159, 215
Industrialização dos produtos agrícolas: I, 213-216; III, 197, 230-249, 231
concorrência e equidade facilidades cooperativas agrícolas / indústrias, III, 227, 228, 238-245, 248
condicionamento industrial, III, 238, 239, 244
Indústrias:
ácido fosfórico, III, 113
ácido nítrico, III, 194
ácido sulfúrico, I, 106 179; III, 192
adubos azotados, I, 106, 107, 110, 112, 119, 125, 135-139, 165, 179, 189-196; II, 53, 168, 254, 256, 258, 269; III, 64, 70, 77, 111, 112, 119, 134, 154, 194

adubos químicos, II, 31; III, 117
aglomerados de madeira, III, 197
álcool carburante, I, 164, 165, 203-213; III, 111
álcool, I, 214; III, 199, 242
algodão, I, 108 125; II, 54, 77, 78, 121; III, 118, 199, 216
alimentares, I, 90, 125, 212, 214; III, 234
açúcar, II, 13, 53, 109, 110, 172; III, 117, 242
azeite, II, 26, 99, 145, 170; III, 187, 234, 242
carne, III, 236
cerveja, II, 31, 110, 115, 116; III, 117, 236
chocolates e cacau, III, 117, 212
concentrado de tomate, III, 197
concentrados, II, 163; III, 236
conservas de peixe, I, 214, 215; II, 16, 80, 187; III, 211
conservas, I, 128 213 213-216; II, 16, 80, 107, 116, 187 III, 117, 179 197, 234, 236
de produtos vegetais, I, 213-216; III, 113
descasque de arroz, I, 161; III, 117, 242
desidratação de frutos e legumes, III, 236
lacticínios, II, 56, 160-163; III, 199, 212, 226-228, 234, 236, 242, 247
licores e refrigerantes, III, 118
malte, III, 242
margarina, III, 113
massas, II, 50, 61, 116, 125, 135, 137, 146, 167, 281; III, 199, 212
moagem, II, 57, 115, 255; III, 117, 197, 199
moagem com peneiração, III, 236
moagem de farinhas espoadas de trigo, III, 211
rações, III, 236, 242
salsicharia, III, 236
sumos, III, 236
vinho, III, 242
alumínio, I, 106; II, 133, 237, 281
amido, III, 199, 242
amoníaco, II, 46, 200, 255, 259, 260, 262, 269, 271, 272, 273; III, 194
antibióticos, III, 197
aparelhos de televisão, III, 197
aproveitamento de cetáceos, III, 113
artigos de pele, III, 118
ascensores, III, 197
automóvel, I, 130-133; III, 113, 156, 194-197
azoto, II, 257, 261, 265; III, 44
baterias de acumuladores, III, 212
borracha, II, 76, 91, 116; III, 118, 212
botões e pentes, III, 118
cal e gesso, III, 117
calçado de borracha e de lona, III, 118
caldeiras, II, 58, 81, 95, 96, 99, 265, 271; III, 197
cânhamo, I, 214
celulose, I, 119, 136, 165, 196-206; II, 15, 16, 32, 53, 54, 168, 187, 189, 254; III, 64, 70, 111, 112, 119, 154, 194
cerâmica, II, 91, 113; III, 118
chapelaria, II, 15, 44; III, 117
cimento, I, 6, 118, 142 II, 31, 50, 99; III, 77, 117, 198
cloratos, III, 77, 113
cloretos de polivinilo, III, 197
coiro artificial, III, 113
colas e grudes, III, 118
condutores eléctricos, II, 77, 115, 116; III, 112, 154, 212
construção mecânica / metalomecânica, I, 164
construção naval, II, 104; III, 64, 113, 155, 196
contadores de água, III, 212
corantes; II, 97 ; III, 113
cordoaria, III, 118
cortadoria de pêlo, III, 226 V. Cortadoria Nacional de Pêlo
cortiça, I, 128; II, 80, 81, 91, 92, 103, 141; III, 117, 179, 242
curtumes, II, 51, 91, 116, 141; III, 118, 199, 216
cutelaria, II, 76, 110; III, 118, 199
destilação de madeiras, III, 113
electroquímica, II, 18, 25, 215, 229, 237, 240, 246, 250, 254-274, 276-279, 281; III, 23, 44
equipamentos hidráulicos, III, 154
escovas e pincéis, III, 118
explosivos, III, 118
fabrico de máquinas, III, 216
ferramentas e máquinas-ferramentas, III, 155
ferro e metais, III, 44, 118
ferro laminado, III, 154
ferro maleável, III, 198
ferro silício, III, 77, 112
ferro-ligas, III, 198
fiação de lã ou de linho, III, 113, 154, 242

fio de nylon e fibras artificiais, III, 198
folha de Flandres, I, 110, 119, 124, 136, 164, 165, 175, 182, 184; II, 17, 80, 93, 254; III, 64, 77, 111, 112, 119, 154
fósforos, II, 31, 55, 56; III, 117
fundição de aço, III, 216
fundição de ferro, II, 116, 141; III, 212, 216
garrafas, II, 79, 107, 148; III, 212
gás, II, 224, 225, 295; III, 194
gesso, III, 199
grão abrasivo, III, 194
hidrogenação de óleos, II, 265; III, 77, 113, 150
laminados, II, 32, 105; III, 64
laminagem de cobre, III, 198
laminagem de zinco, I, 139
lanifícios, I, 99 107; II, 38, 53, 57, 58, 91, 141, 142; III, 118, 216
lapidação de diamantes, III, 197
latoaria mecânica, II, 80; III, 117
limas, II, 76, 101, 116; III, 155
lingotes e laminados de cobre, II, 32; III, 119
linho e semelhantes, I, 214; III, 118
loiça de alumínio, II, 133; III, 199
madeira comprimida, III, 242
malhas, II, 14, 113; III, 118, 212
máquinas agrícolas e industriais, III, 113
máquinas de costura, II, 51, 180; III, 112, 198
máquinas de escrever, III, 196
máquinas eléctricas, I, 9, 187, 188; II, 102, III, 154
máquinas para moagem, III, 196
material de guerra, II, 102, 104, 165; III, 113
material eléctrico e radioeléctrico, II, 42, 52, 107, 129, 165; III, 113, 212, 216
material electrodoméstico, II, 92, 235; III, 155, 197
material ferroviário, II, 104; III, 113, 155
metalomecânica, I, 185; II, 99, 101, 102, 131; III, 170, 198, 231
metalurgia do alumínio, III, 113
metalurgia do cobre, I, 106, 133, 165, 186-189; III, 70, 77, 111, 112, 119, 153
metalurgia do estanho, III, 77
metalurgia do ferro, I, 106, 164-166, 173-186, 189, 193; II, 17; III, 70, 77, 111, 119
metalurgia do ouro, III, 112
metalurgia do tungsténio, III, 112
mineira, III, 191-192
motocicletas, III, 198
motores diesel, III, 196
motores eléctricos, II, 115, 116; III, 197
oleados e pergamóides, III, 113
óleos essenciais, II, 145; III, 242
papel e pasta de papel, I, 110, 119, 125, 135, 196-203; III, 77, 118, 149, 194, 195, 199, 216, 242
pasta de eucalipto, III, 194
pasta mecânica, II, 265; III, 77
peles, II, 50, 158; III, 234, 236
plásticos, II, 77; III, 216
pneumáticos, III, 77, 154
pneus, III, 197
pregos e parafusos, III, 118, 212
produtos cerâmicos, III, 198
produtos farmacêuticos, I, 133, 134; III, 199
produtos químicos, II, 134, 269; III, 118
produtos refractários, III, 198
química, I, 191; II, 27, 41, 42, 46, 52, 255, 260, 272; III, 70, 155
redes de pesca, III, 118
refinação de açúcar, III, 199, 212
refinação de metais, III, 112
refinação de petróleo, III, 137, 194
resina, II, 53, 81; III, 242
resinas sintéticas, I, 133; III, 198
resinosos, I, 161; II, 58, 81, 82, 103, 142; III, 117, 199
saboaria, II, 81; III, 117, 212, 216
seda, I, 108; III, 77, 113, 118
sementes de forragens, III, 236
serração, II, 116, 141; III, 242
siderurgia, I, 7, 25, 175, 185, 186; II, 32, 97, 104, 187, 189, 265; III, 154, 168 189, 192, 193
soda cáustica, III, 77
sulfato de amónio, I, 136, 138, 165; II, 16, 237, 255, 258, 260, 267, 268, 270, 272; III, 77, 111, 112, 119, 153, 154, 198
sulfatos, I, 106
superfosfatos, I, 117; II, 260
tabaco, II, 31; III, 117
tanino, III, 113, 242
tapetes, III, 118
telefones, III, 112
tintas e vernizes, II, 107; III, 118, 199, 212, 216
transformadores, III, 198
trefilaria, III, 77, 112, 154

trefilaria de ferro e aço, III, 212
trefilaria de metais não ferrosos, III, 212
tubos de aço, III, 77, 112, 154, 212
tubos de cobre, III, 119
tubos de ferro, III, 119
tubos plásticos isolantes, III, 212
tungsténio, II, 237; III, 77
ureia, III, 194
vidraça, II, 50, 56, 142, 150-160, 161, 180; III, 220
vidro; II, 79, 90, 91, 107, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159 ; III, 103, 118, 133, 199, 226

Iniciativa privada, I, 97; II, 50, 204; III, 158, 168, 186, 214
Instalação Krupp-Renn, I, 123; III, 193
Instituto de Investigação Industrial, III, 201, 224
Instituto Geográfico Cadastral, I, 40
Instituto Nacional de Estatística, I, 43 155; II, 135, 136 ; III, 42
Instituto Português de Combustíveis, I, 213; III, 34, 37, 42
Instituto Português de Conservas de Peixe, II, 16, 107, 187
Instituto Superior Técnico, I, 6 8 33 206; II, 41, 73; III, 68
Integração de Portugal no espaço económico europeu, III, 177, 201, 220, 225, 230, 249
Integração económica da Europa, III, 201
Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, I, 173, 174
Investimento estrangeiro, III, 210
Investimento, política nacional de, III, 223

Junta de Colonização Interna, I, 92; III, 152
Junta de Electrificação Nacional, I, 28, 32, 133, 155; II, 23, 208, 259, 284; III, 33, 37-40, 136
Junta de Hidráulica Agrícola, III, 152
Justiça social, I, 138; III, 104

Laboração contínua, I, 122
Laboratório Nacional de Investigação Industrial, III, 168
Lei das Águas, Decreto nº 5 787, de Maio de 1919, III, 133, 134
Lei dos aproveitamentos hidráulicos, Decreto nº 12 559, de 27 de Outubro de 1926, III, 21, 30, 44, 134, 136, 138
Lei dos Melhoramentos Agrícolas, III, 240
Lei nº 1 914, da Reconstituição Económica, I, 87; III, 34, 136
Lei nº 1 956, de 17 de Maio de 1937, do condicionamento industrial, III, 101, 115 135, 137, 206, 238
Lei nº 2 052, de 11 de Março de 1952, do condicionamento industrial, II 207, 238, 239
Lei nº 2002, V. Electrificação do País
Lei nº 2005, V. Indústria / Industrialização
Lenhites, I, 146, 147, 206; III, 154
Liberalismo, I, 157; III, 200, 213
Livre-cambismo, I, 90, 112, 100, 101, 110, 114, 133, 135; III, 166, 167, 174
Lloyd's Register Book, I, 66
Lousas, I, 141

Madeira, I, 199, 200; III, 111
Manganês, III, 111, 192
Manganésio, I, 179
Manuel Mendes Godinho, III, 197
Mão-de-obra, I, 47; III, 100, 101
Mercado Comum Português, III, 236
Mercado:
externo, I, 125, 129; II, 21, 38, 52, 56, 79, 108, 134, 145, 169, 179, 246; III, 184
interno, I, 125, 128, 171, 194; III, 108, 112, 117, 118, 150, 177, 211, 216,
negro, I, 157, 158
Messa, III, 196
Minas / Indústria mineira, I, 119, 145, 146, 147, 172; III, 138, 155-156, 191-192
Ministérios:
da Economia, I, 31, 130, 140; II, 157, 176; III, 120, 122, 124, 126, 127, 143 196, 248, 250, 251
da Educação Nacional, III, 68
da Guerra, III, 126
da Marinha, III, 126
das Colónias, III, 126
das Comunicações, III, 194
das Finanças, I, 130, 139
das Obras Públicas, I, 149; II, 136, 297
do Trabalho, I, 152
Moagens Associadas, III, 197
Moeda, I, 37, 52-53
Monopólio, I, 138, 191, 192; II, 49, 50, 157, 174; III, 103, 222

Nações Unidas, I, 110, 113, 114
Nitratos de Portugal, III, 194
Nível de vida, I, 74-81; III, 151

Obras públicas, III, 139
crítica à política do Estado Novo, I, 18, 19; III, 43, 58, 59

Oliveirinha & Ferreirinhas, III, 198
Operariado:
condição social, III, 107
condições de vida, II, 38, 47, 57, 64, 68, 73, 112, 150, 261; III, 108, 122
formação do, III, 106, 107, 128
industrial, I, 120; III, 108
Orçamento do Estado, I, 131
Ordem dos Engenheiros, III, 156
Organismos de coordenação económica, I, 157; III, 120, 124
Organização corporativa, I, 128, 157-161; III, 101, 120, 124, 179, 239, 242
Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), III, 173, 184, 189

Países agrícolas, III, 232
Países principalmente agrícolas, I, 146
Países subdesenvolvidos, III, 232
Pautas aduaneiras / política aduaneira, I, 13, 110, 114, 130-140 ; III, 185
Pechiney, III, 202, 203
Petróleo, I, 104, 105, 211; III, 64, 137, 194
Pinheiro, I, 197, 199; III, 149
Pirites, I, 33, 106, 141, 186, 193, 194; III, 111, 155, 192
Planeamento regional, III, 245, 246, 247, 248
Plano Beveridge, I, 120
Política do Espírito: crítica à política, I, 16 20
População, I, 43-49; III, 100
População activa, II, 48, 61; III, 153
Porto de Lisboa, I, 127
Portugal:
comparação com outros países, I, 35-88
área geográfica, I, 38-43
automóveis, I, 64-65
caminhos-de-ferro, I, 59-64
circulação fiduciária, I, 52-53
comércio externo, I, 55-57
consumo de energia eléctrica, I, 56-59
depósitos bancários, I, 52-55
marinha mercante, I, 64-68
população, I, 47-49
receitas públicas - orçamentos dos Estados, I, 50
receitas públicas, I, 49-52
salários, I, 76-82
«*País essencialmente agrícola*», I, 91, 189; II, 9, 171, 172; III, 151-153, 207
«*País principalmente agrícola*», I, 91, 213; III, 153, 234
posição de Portugal no Mundo, III, 43
Preços, I, 31, 121-124, II, 159
Proteccionismo, I, 99 114, 139; III, 102, 216

Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabricos e Navegação, I, 148
Recursos naturais:
aproveitamento dos, III, 29, 31, 39, 49, 64, 65, 72, 73, 102, 149, 150
sua ausência ou existência para o desenvolvimento económico, I, 70-72; III, 18, 132
Repartição dos Serviços Eléctricos; II, 4; III, 38
Repartição Superior dos Pesos e Medidas, I, 149
Revista de Estudos Económicos, III, 152, 153
Revista Universal Lisbonense, I, 149
«Romantismo / semi-romantismo económico», I, 21, 92; II, 164-176

Sacor, III, 194
Saint-Gobain, III, 202, 203
Sal, produção do, I, 190
Salários:
salário e justiça social, I, 121
salário mínimo, I, 120
salário rural, III, 185
salários industriais, I, 74-81 ,125, 167, 170, III, 108, 170, 171, 226
SAPEC, II, 258-261; III, 198
Secretaria de Estado da Agricultura, III, 185, 236, 248
Secretaria de Estado da Indústria, III, 226, 228
Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, III, 126
Secretaria de Estado do Comércio, III, 184
Segunda Guerra Mundial:
I, 29 36; III, 45 63
economia de guerra, I, 158, 159, 160
efeitos na economia nacional, I, 95-97, 125, 138, 139, 141, 147, 172, 178, 183 203, 204, 208; III, 64, 72, 87, 101, 140, 151, 180
Serviço de Fomento Mineiro, I, 178, 188; III, 191, 192
Serviços Geológicos, III, 192
Serviços Municipalizados do Porto, III, 55
Siderurgia Nacional, III, 192, 193
Siemens, I, 125; II, 32, 42
Sociedade das Nações, I, 55, 57; III, 1 2
Sociedade de Geografia de Lisboa, III, 8
Sociedade Industrial de Celulose, III, 194
Sociedade Nacional de Sabões, III, 198
Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes, III, 197
Sociedade Portuguesa de Petroquímica, III, 194

Standard Eléctrica, III, 197
Statistique Internationale des Chemins de Fer, I, 59

Taxa de Salvação Nacional, I, 131, 208
Técnica (Revista), I, 8; III, 1, 66, 68
Técnica, I, 13, 17, 25, 26, 127 III, 10, 11, 70, 101
Técnicos de Portugal, III, 7, 120, 126
Técnicos estrangeiros, I, 203; III, 120, 126
Tecnologia, I, 101, 159
Trabalho caseiro; III, 102, 103
Transportes:
I, 96, 130
automóveis, I, 37, 64-65, 90, 203, 204
caminhos-de-ferro, I, 25, 33, 37, 59-64, 90, 147, 148; III, 11, 43
marinha mercante, I, 25, 33, 37, 64-68, 87; III, 64, 139, 155
metropolitano de Lisboa, III, 195, 196
Tratado de Methwen, I, 98, 99, 109
Turismo, I, 145

União Eléctrica Portuguesa, I, 147, II, 222, 258, 286; III, 51, 75 76
União Europeia de Pagamentos, II, 222, 258; III, 151
União Fabril do Azoto, II, 15, 25, 27; III, 194
União Internacional dos Produtores e Distribuidores de Energia Eléctria, I, 57
União Nacional, I, 129, II, 69, 177; III, 130, 162
União para a Coordenação da Produção e do Trasnportes de Electricidade (UCPTE), III, 189
Union Internationale des Chemins-de-Fer, I, 59
Universidade Técnica de Lisboa, III, 46
Urbanismo, I, 145

Vinho, I, 128 211; II, 11, 103, 164, 182; III, 179, 187, 234
Volfrâmio, I, 141; III, 149, 180

Zona de comércio livre, III, 173

COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construiram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Concepção e realização: CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: José Luís Cardoso.

Consultor Principal: Manuel Jacinto Nunes.

Patrocínio Financeiro: Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

Editor: Banco de Portugal